



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

ÉLIDE ELEN DA PAIXÃO SANTANA

**A DETERMINAÇÃO DE GÊNERO FEMININO NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Salvador
2023

ÉLIDE ELEN DA PAIXÃO SANTANA

**A DETERMINAÇÃO DE GÊNERO FEMININO NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Língua e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira

Salvador
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santana, Élide Elen da Paixão
A determinação de gênero feminino no português
brasileiro / Élide Elen da Paixão Santana. --
Salvador, 2023.
296 f. : il

Orientadora: Josane Moreira de Oliveira.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Língua
e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Letras, 2023.

1. Variação de gênero. 2. Projeto ALiB. 3.
Dialetoleologia. 4. Sociolinguística. I. de Oliveira,
Josane Moreira. II. Título.

ÉLIDE ELEN DA PAIXÃO SANTANA

**A DETERMINAÇÃO DE GÊNERO FEMININO NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**


Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em
Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 31 de agosto de 2023

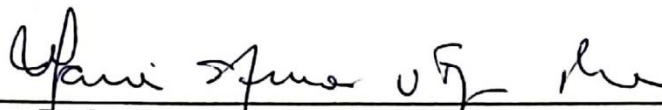
Banca Examinadora:



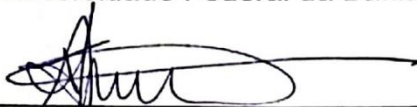
Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira – Orientadora
Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Estadual de Feira de Santana/Universidade Federal da Bahia



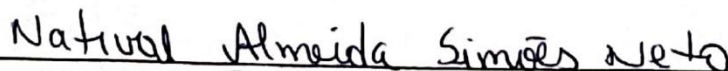
Profa. Dra. Jacyra Andrade Mota
Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia



Profa. Dra. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva
Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia



Profa. Dra. Franciane Rocha
Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof. Dr. Natival Almeida Simões Neto
Doutor em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Estadual de Feira de Santana

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, minha inspiração, por todo amor, cuidado e incentivo desde a infância. Te amo eternamente!

Ao meu pai, fonte de conselhos, por sempre me lembrar que sou capaz. Obrigada pela confiança que sempre depositou em mim.

A Jorge, meu amado esposo, pela companhia em todos os momentos, pelos cuidados, pelo carinho e por facilitar essa dura jornada me acalmando e me encorajando.

À Évelen, irmã, companheira de quase todos os anos da minha vida, pelos conselhos, sobre todo e qualquer tema, pelo incentivo e por ser a minha geógrafa preferida.

A Erick, meu pequeno não mais tão pequeno assim, a quem sempre busco ser uma boa referência, não apenas uma irmã mais velha, mas um suporte para todos os momentos.

À minha sogra, Lúgia (*in memoriam*), por todo o amor, carinho e cuidado.

Ao ser superior, pela vida e por todos os fatos que me fizeram chegar até aqui.

À professora Josane Oliveira, a quem aos poucos fui conhecendo e criando laços, pelas palavras de inspiração e apoio, principalmente nos momentos em que quase desistia.

À professora Suzana Alice Cardoso (*in memoriam*), por ser minha eterna orientadora e me ajudar a trilhar passos desde a iniciação científica.

Ao Projeto ALiB, casa de tanto aprendizado, interação e crescimento, especialmente às professoras Jacyra Mota, Marcela Paim, Silvana Ribeiro e Ana Regina Teles (*in memoriam*), pelas cuidadosas referências ao longo dos anos. Também aos colegas bolsistas, parceiros de pesquisa, especialmente Ana Rita por todo o auxílio.

À UFBA, minha casa desde 2009, por ter me ensinado tanto e ter sido palco de momentos inesquecíveis. Aos colegas e professores que passaram deixando marcas.

Ao IFBA, meu presente e futuro, por me proporcionar desafios e aprendizados e a possibilidade de dedicação ao doutorado no momento mais crucial. Aos colegas que aqui tenho feito, em especial à Ana Paula Rocha e à Adriana Pinheiro, pelo auxílio inestimável e incentivo.

Às amigas Luana Santos, Carolina Trindade, Ellen Figueredo, Ingrid Oliveira, Fernanda Cerqueira, Talita Rocha e Amanda Silva, pela companhia desde a graduação e contando, pelas conversas, pelos risos e frustrações compartilhadas.

A Luana Ellen, por me permitir experimentar a dádiva que é ser madrinha, pelas conversas espertas e pelo carinho. A Leidiana e a Cíntia pela amizade de tantos anos, pela inspiração de vida.

Aos estudantes, do passado e aos que virão, vocês me ensinam a cada aula o quão vasto e diverso é o mundo e o quão importante é o cuidado com o outro.

Aos amigos e familiares que, de inúmeras maneiras, me proporcionam a melhor companhia, momentos de lazer, risos e aprendizado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC) por ter me recebido desde o mestrado, em especial à professora Cristina Figueiredo, pelos valiosos conselhos acadêmicos e pelo cuidado em cada etapa.

Às professoras Cristina Abreu Gomes e Cristina Figueiredo, pelas contribuições no meu Exame de Qualificação.

Às que vieram antes de mim, abrindo caminhos, criando possibilidades, nos permitindo ser quem somos, nos incentivando a ter amor próprio.

[...]
Assim como as luas e como os sóis,
Com a certeza das marés,
Assim como a esperança brotando,
Ainda assim, eu vou me levantar.
[...]
Eu me levanto
Sou um oceano negro, vasto e pulsante,
Crescendo e jorrando eu carrego a maré.

Maya Angelou (2020, p. 151-152)

SANTANA, Élide Elen da Paixão. A determinação do gênero feminino no português brasileiro. Orientadora: Josane Moreira de Oliveira. 2023. 296 f. il. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

A presente tese de doutorado discute a variação de gênero através da atribuição de gênero feminino a quatro vocábulos: ‘alemão’, ‘chefe’, ‘ladrão’ e ‘presidente’, além de outras lexias utilizadas para nomear os conceitos “mulher que nasce na Alemanha”, “mulher que chefia”, “mulher que rouba” e “mulher na presidência”. A análise da marcação de gênero leva em consideração a seleção de uso dos informantes e as suas avaliações e julgamentos de valor das formas mencionadas, o que proporciona uma discussão acerca da expressão de ideais sexistas através da linguagem, apoiada nos estudos do gênero que se associam a questões que perpassam pelo trabalho das mulheres, presença de mulheres na política assim como a reprodução desses ideais através na língua, que, na atualidade, se mostra bastante ativa com a discussão do gênero não-binário no português e em outras línguas. Este trabalho fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialetoлогия (Chambers; Trudgill, 1994; Ferreira; Cardoso, 1994), da Geolinguística Pluridimensional (Cardoso, 2010) e da Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]), tendo como objetivo a análise dos dados linguísticos através de um viés quantitativo e qualitativo. Os dados linguísticos foram obtidos do questionário do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), aplicado a 1.100 informantes oriundos de 250 localidades, distribuídas pelas cinco regiões do país, tanto cidades do interior quanto capitais de estado. Os informantes são estratificados de acordo com escolaridade (fundamental incompleta e universitária), duas faixas etárias (18 a 30 e 50 a 65 anos) e sexo, proporcionando, assim, critérios sociais que podem dar indícios das motivações que influenciam as escolhas linguísticas. Os resultados obtidos através da escuta dos áudios foram catalogados e são apresentados em tabelas, gráficos e cartas linguísticas, permitindo a visualização dos dados e a comparação entre diferentes grupos sociais, somando-se à discussão dos temas que buscam explicar as motivações das escolhas linguísticas. Com isso, é possível chegar a resultados que indicam a preferência pelas formas comuns de dois gêneros, como em ‘chefe’ e ‘presidente’ ao invés de ‘chefa’ e ‘presidenta’, a identificação de formas não esperadas utilizadas como alternativa à forma padrão ‘alemã’ e a competição entre as variantes ‘ladra’ e ‘ladrona’. Para além disso, identificaram-se sufixos variados que carregam marcas de feminino e podem ser utilizados como alternativa aos sufixos esperados e à demonstração de dúvida e desconhecimento dos informantes acerca de formas linguísticas específicas para denominar os conceitos questionados. Os resultados podem, então, contribuir para a compreensão da categoria de gênero linguístico no português enquanto diversa e mais plural do que o que se tem definido em gramáticas prescritivas.

Palavras-chave: Variação de gênero. Projeto ALiB. Dialetoлогия. Sociolinguística.

SANTANA, Élide Elen da Paixão. A determinação do gênero feminino no português brasileiro. Orientadora: Josane Moreira de Oliveira. 2023. 296 f. il. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

This present doctoral dissertation discusses gender variation through the attribution of feminine gender to four words: ‘german’, ‘chief’, ‘thief’, and ‘president’, in addition to other lexias used to name the concepts “woman born in Germany”, “woman in charge”, “woman who steals”, “woman in the presidency”. The analysis of gender marking takes into consideration the informants’ selection of use and their evaluation and value judgements of the mentioned forms, which provides a discussion concerning the expression of sexist ideals through language, supported by gender studies that are associated to issues regarding women’s work, the presence of women in the politics as well as the reproduction of these ideals through language which, nowadays, is considerable active with the discussion of non-binary gender in Portuguese and other languages. This work is based on the theoretical and methodological assumptions of Dialectology (Chambers; Trudgill, 1994; Ferreira; Cardoso, 1994), Pluridimensional Geolinguistics (Cardoso, 2010), and Variationist Sociolinguistics (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]) which aims to analyze linguistic data through a quantitative and qualitative bias. The linguistic data were obtained from the questionnaire from Linguistic Atlas of Brazil Project (ALiB), applied to 1,100 informants from 250 cities, distributed across the five regions of Brazil, both in inner cities and state capitals. The informants are divided according to their education (uncompleted elementary and undergraduate degree), two age groups (18 to 30 and 50 to 65 years old), and sex, providing social criteria that can indicate motivations that influence their linguistic choices. The results obtained by listening to the audios were cataloged and are presented in tables, graphs, and linguistic maps, allowing the visualization of data and comparison among different social groups alongside to the discussion of the themes that seek to explain the motivations of the linguistic choices. All in all, it is possible to reach results that indicate the preference for linguistic forms that are equal for both genders, as in ‘chefe’ and ‘presidente’ other than ‘chefa’ and ‘presidenta’, the identification of unexpected forms used instead of the standard form ‘alemã’, and the competition between the variants ‘ladra’ and ‘ladrona’. Besides that, the work identified various suffixes that carry feminine marks and can be used as an alternative to the expected suffixes and the demonstration of doubt and lack of knowledge of specific linguistic forms to name the questioned concepts by the informants. The results may contribute to the understanding of the category of linguistic gender in Portuguese as more diverse and plural than has been defined in prescriptive grammars.

Keywords: Gender variation. ALiB Project. Dialectology. Sociolinguistics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGeLO	Atlas Geossociolinguístico de Londrina
ALECE	Atlas Linguístico do Estado do Ceará
ALERS	Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALiPE	Atlas Linguístico de Pernambuco
ALiPTG	Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar
ALISPA	Atlas Linguístico Sonoro do Pará
ALMASPE	Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco
ALMESEMT	Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso
ALMS	Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ALPI	Atlas Lingüístico de la Península Ibérica
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
ALS	Atlas Linguístico de Sergipe
ALS-II	Atlas Linguístico de Sergipe-II
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
AUX	Inquiridor auxiliar
CIRC	Circunstante
DG	Desinência de gênero
EALMG	Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
EUA	Estados Unidos da América
HARAS	Homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INF	Informante
INQ	Inquiridor
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, <i>queer</i> , intersexuais, assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais
NORMs	No mobile, older, rural, males
ONU	Organização das Nações Unidas

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partidos dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
QMS	Questionário Morfossintático
R	Radical
S.R.	Sem resposta
SD	Sufixo derivacional
SN	Sintagma nominal
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VT	Vogal temática
WALS	<i>World Atlas of Language Structure</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Divisão dialetal de Antenor Nascentes	28
Figura 2	Esquema do processo morfológico	42
Figura 3	Número de gêneros nas línguas segundo o WALS	47
Figura 4	Situação de trabalho de homens e mulheres em pesquisa de 2010	98
Figura 5	Principais ocupações exercidas pelas mulheres em pesquisa de 2010	99
Figura 6	Charge “O voto das mulheres – quadros de futuro”	101
Figura 7	Razão para ter menos mulheres que homens na política segundo pesquisa de 2010	106
Figura 8	Perfil dos informantes	113
Figura 9	Rede de pontos da Região Norte	118
Figura 10	Rede de pontos da Região Nordeste	126
Figura 11	Rede de pontos da Região Centro-Oeste	145
Figura 12	Rede de pontos da Região Sudeste	153
Figura 13	Rede de pontos da Região Sul	173
Figura 14	Campanha publicitária de Dilma Rousseff em 2010	226
Figura 15	Campanha publicitária de Dilma Rousseff em 2014	226
Figura 16	Campanha publicitária de Marina Silva em 2010	227
Figura 17	Campanha publicitária de Marina Silva em 2014	227
Figura 18	Campanha publicitária de Marina Silva em 2018	227
Figura 19	Campanha publicitária de Luciana Genro em 2014	228
Figura 20	Campanha publicitária de Simone Tebet em 2022	228
Figura 21	Campanha publicitária de Soraya Thronicke em 2022	229
Figura 22	Campanha publicitária de Vera Lúcia em 2022	229
Figura 23	Campanha publicitária de Sofia Manzano em 2022	230
Figura 24	Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Norte	251
Figura 25	Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Nordeste	253
Figura 26	Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Centro-Oeste ..	254
Figura 27	Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Sudeste	256
Figura 28	Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Sul	257
Figura 29	Carta ‘mulher que chefia’ na Região Norte	259
Figura 30	Carta ‘mulher que chefia’ na Região Nordeste	261
Figura 31	Carta ‘mulher que chefia’ na Região Centro-Oeste	262
Figura 32	Carta ‘mulher que chefia’ na Região Sudeste	264

Figura 33	Carta 'mulher que chefia' na Região Sul	266
Figura 34	Carta 'mulher que rouba' na Região Norte	268
Figura 35	Carta 'mulher que rouba' na Região Nordeste	269
Figura 36	Carta 'mulher que rouba' na Região Centro-Oeste	271
Figura 37	Carta 'mulher que rouba' na Região Sudeste	272
Figura 38	Carta 'mulher que rouba' na Região Sul	274
Figura 39	Carta 'mulher na presidência' na Região Norte	276
Figura 40	Carta 'mulher na presidência' na Região Nordeste	277
Figura 41	Carta 'mulher na presidência' na Região Centro-Oeste	279
Figura 42	Carta 'mulher na presidência' na Região Sudeste	280
Figura 43	Carta 'mulher na presidência' na Região Sul	282

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	O fator escolaridade para o feminino de ' <i>alemão</i> '	234
Gráfico 2	O fator escolaridade para o feminino de ' <i>chefe</i> '	235
Gráfico 3	O fator escolaridade para o feminino de ' <i>ladrão</i> '	236
Gráfico 4	O fator escolaridade para o feminino de ' <i>presidente</i> '	237
Gráfico 5	O fator idade para o feminino de ' <i>alemão</i> '	238
Gráfico 6	O fator idade para o feminino de ' <i>chefe</i> '	239
Gráfico 7	O fator idade para o feminino de ' <i>ladrão</i> '	240
Gráfico 8	O fator idade para o feminino de ' <i>presidente</i> '	241
Gráfico 9	O fator sexo para o feminino de ' <i>alemão</i> '	242
Gráfico 10	O fator sexo para o feminino de ' <i>chefe</i> '	243
Gráfico 11	O fator sexo para o feminino de ' <i>ladrão</i> '	244
Gráfico 12	O fator sexo para o feminino de ' <i>presidente</i> '	245
Gráfico 13	Comparativo entre regiões da variante ' <i>alemã</i> '	246
Gráfico 14	Comparativo entre regiões das variantes ' <i>chefe</i> ' e ' <i>chefa</i> '	247
Gráfico 15	Comparativo entre regiões das variantes ' <i>ladra</i> ' e ' <i>ladrona</i> '	248
Gráfico 16	Comparativo entre regiões das variantes ' <i>presidente</i> ' e ' <i>presidenta</i> '	249

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Comparativo de obras pioneiras da Dialetologia	25
Quadro 2	Atlas linguísticos publicados no Brasil	31
Quadro 3	Conceitos de Lexema e Morfema	43
Quadro 4	Diferentes sistemas pronominais não-binários	79
Quadro 5	Elementos linguísticos diversos no sistema não-binário	80
Quadro 6	Abordagens de gênero e língua	93
Quadro 7	Linha do tempo do voto feminino no mundo e no Brasil	102
Quadro 8	Distribuição dos informantes	114
Quadro 9	Rede de pontos da Região Norte	118
Quadro 10	Rede de pontos da Região Nordeste	127
Quadro 11	Rede de pontos da Região Centro-Oeste	146
Quadro 12	Rede de pontos da Região Sudeste	154
Quadro 13	Rede de pontos da Região Sul	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Designações para ‘mulher que nasce na Alemanha’	191
Tabela 2	Designações para ‘mulher que chefia’	201
Tabela 3	Designações para ‘mulher que rouba’	214
Tabela 4	Designações para ‘mulher na presidência’	219
Tabela 5	Designações para o feminino de ‘presidente’: comparativo antes e depois da eleição de Dilma Rousseff	232

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	24
2.1	A DIALETOLOGIA	24
2.1.1	A dialetologia da língua portuguesa	26
2.1.2	A geolingüística	30
2.2	A SOCIOLINGÜÍSTICA	34
2.2.1	A variável social ‘escolaridade’	36
2.2.2	A variável social ‘idade’	38
2.2.3	A variável social ‘sexo’	39
2.3	ESTUDOS MORFOLÓGICOS	41
2.3.1	A categoria gramatical de gênero	44
2.3.2	Flexão, derivação e a questão do gênero	55
2.3.3	Determinação do gênero no português	62
2.3.4	Em busca de uma “neutralização” do gênero no português	70
2.3.4.1	<i>O gênero não-binário</i>	76
2.4	ESTUDOS DO GÊNERO	85
2.4.1	Gênero e língua	89
2.4.2	Gênero e trabalho	93
2.4.3	Gênero e política	99
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	108
3.1	O PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL	108
3.2	PERFIL DOS INFORMANTES	111
3.3	REDE DE PONTOS	113
3.3.1	Região Norte	116
3.3.2	Região Nordeste	124
3.3.3	Região Centro-Oeste	144
3.3.4	Região Sudeste	151
3.3.5	Região Sul	171
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS	185
4	ANÁLISE DOS DADOS	189
4.1	O FEMININO DE ‘ALEMÃO’	189

4.2	O FEMININO DE 'CHEFE'	199
4.3	O FEMININO DE 'LADRÃO'	212
4.4	O FEMININO DE 'PRESIDENTE'	217
4.4.1	O caso de '<i>presidenta</i>' e a eleição de Dilma Rousseff.....	224
4.5	ENCAIXAMENTO SOCIAL DAS VARIÁVEIS.....	232
4.5.1	Varição diastrática: o fator 'escolaridade'.....	232
4.5.2	Varição diageracional: o fator 'faixa etária'.....	237
4.5.3	Varição diassexual: o fator 'sexo'	241
4.5.4	Varição diatópica: o fator 'localidade'	245
4.5.5	A cartografia dos dados	249
4.5.5.1	<i>O feminino de 'alemão': cartas</i>	249
4.5.5.2	<i>O feminino de 'chefe': cartas</i>	257
4.5.5.3	<i>O feminino de 'ladrão': cartas</i>	266
4.5.5.4	<i>O feminino de 'presidente': cartas</i>	274
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
	REFERÊNCIAS	287

1 INTRODUÇÃO

O gênero, enquanto categoria gramatical, suscita uma série de questionamentos por ser uma categoria que não está presente em todas as línguas e por possuir diferentes formas de configuração, ora encontrando-se semelhanças na comparação entre línguas, ora comportando-se de maneira bastante particular. Para além disso, o estudo do gênero, sob uma perspectiva dos estudos sociais, tem se desenvolvido e trazido notáveis mudanças na compreensão dos paradigmas das relações humanas.

No que se refere à categoria de gênero gramatical na língua portuguesa, adota-se, tradicionalmente, uma perspectiva puramente dicotômica: os nomes podem ser de dois gêneros, masculino ou feminino, e não há distinção entre os substantivos inanimados, os não sexuados, e os animados, sexuados, mesmo considerando que apenas o segundo grupo sofre variação. Embora não pareça haver discordância sobre o morfema *-a* com função de marcação de gênero feminino, o *-o*, quase sem exceção uma terminação de nomes masculinos, ainda gera questionamentos sobre a sua classificação enquanto marcador de gênero específico, já que alguns defendem o morfema zero para o masculino.

Dessa forma, ainda que gramáticas e livros didáticos declarem haver uma divisão de gênero no português bem definida, a sua classificação causa cada vez mais dúvidas e descontentamento por não possuir clareza acerca da função de cada terminação e por não considerar aspectos extralinguísticos de ordem sociocultural atuantes nas prescrições normativas do português, assim como em qualquer outra língua natural. Generalizações acerca de traços específicos encontrados nas falas de homens e de mulheres, aceitação de um padrão com predomínio masculino na linguagem resultante de padrões sociais com igual privilégio de um grupo em detrimento de outro, assim como usos linguísticos puramente binários em oposição a modelos que se aproximem mais de uma realidade social múltipla, não são mais temáticas desprezadas quando se trata da discussão de gênero nos estudos linguísticos, reflexo não apenas da evolução do estudo da categoria mas também de uma interseção cada vez maior com áreas afins.

Por esse motivo, considera-se, nesta pesquisa, a atuação conjunta de forças de ordem linguística e extralinguística, por meio dos pressupostos da Dialetoлогия (Chambers; Trudgill, 1994; Ferreira; Cardoso, 1994), da Geolinguística

Pluridimensional (Cardoso, 2010) e da Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]), observando a língua enquanto categoria social e que está atrelada a mudanças no tempo e espaço, como observa Labov (2008 [1972]):

Os procedimentos da lingüística descritiva se baseiam na concepção da língua como um conjunto estruturado de normas sociais. [...] No entanto estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é usada mostram que muitos elementos de estrutura lingüística estão envolvidos em variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralingüísticos. (Labov, 2008 [1972], p. 140)

Considerando as questões supracitadas, no presente estudo examinam-se as formas de feminino para os nomes ‘alemão’, ‘chefe’, ladrão’ e ‘presidente’, assim como quaisquer outras formas utilizadas para expressar os conceitos “mulher que nasce na Alemanha”, “mulher que chefia”, “mulher que rouba” e “mulher na presidência”, tanto com o uso de estratégias morfológicas concatenadas às bases *alem-*, *chef-*, *ladr-* e *presid-*, quanto com o uso de outras estratégias utilizadas para a denominação dos conceitos em análise.

Com isso, busca-se verificar de que forma é marcado o gênero feminino no português brasileiro, contribuindo com a discussão acerca da variedade de formas de expressão do fenômeno, em adição ao que tradicionalmente se aponta como determinação de gênero no português.

O *corpus* deste trabalho é constituído das respostas obtidas com a aplicação do Questionário Morfossintático (QMS) realizado pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), considerando quatro perguntas que visam à obtenção de respostas referentes aos conceitos supracitados. Os inquéritos foram aplicados em 250 localidades de todas as partes do Brasil a um total de 1.100 informantes selecionados e estratificados socialmente segundo critérios estabelecidos pelo Projeto ALiB.

Nesse sentido, esta pesquisa é uma ampliação da discussão levantada na dissertação de mestrado de Santana (2015) por meio da ampliação do *corpus* da pesquisa e da adição de novas temáticas à discussão. Em Santana (2015) foram analisados os inquéritos referentes à Região Nordeste do país, oferecendo um panorama de variantes possíveis para as questões em análise, mas sem possibilidade

de um espectro de comparação diatópica amplo, entre regiões, apenas com a comparação entre estados e a distinção capitais X cidades do interior daquela região.

Para além do estudo detalhado acerca da Região Nordeste do Brasil, destaca-se, também, o estudo de Santana (2018) que discute as formas para o feminino de ‘chefe’ e ‘presidente’ na Região Nordeste, registrando a uso maior da variante ‘chefa’ em informantes de escolaridade fundamental do que em informantes de escolaridade universitária, ao passo que, no que se refere à variante ‘presidenta’, os informantes de escolaridade universitária a utilizaram mais do que os informantes de escolaridade fundamental, indicando a necessidade de análise das questões sociais inerentes a cada variante que podem indicar as motivações para cada escolha linguística.

Destaca-se ainda o estudo considerando apenas as capitais de estado, realizado por Santana e Oliveira (2020), apresentando tendências específicas relativas às capitais e que diferem dos resultados totais encontrados na pesquisa mais ampla considerando cidades do interior no que se refere às variáveis “mulher que nasce na Alemanha” e “mulher que rouba”, ao passo que se percebeu resultado similar nas variáveis “mulher que chefia” e “mulher na presidência”, indicando uma possível estigmatização das primeiras variáveis e variação abaixo do nível da consciência (cf. Labov, 1972 [2008]) para as últimas.

Com um *corpus* mais amplo e uma discussão mais aprofundada, estabeleceu-se, como objetivo central desta pesquisa, compreender como se apresenta a marcação de gênero feminino no português brasileiro, considerando para a discussão especialmente os vocábulos selecionados para, a partir deles, ampliar o conhecimento acerca dessa categoria gramatical, contribuindo para trabalhos acadêmicos e pedagógicos futuros, especialmente aqueles que consideram o gênero gramatical como uma via da categoria social de gênero e suas implicações em fatos e acontecimentos da sociedade.

Para o presente trabalho, seguiram-se, então, os seguintes caminhos: foram considerados como pressupostos teóricos a Dialetologia (Chambers; Trudgill, 1994; Ferreira; Cardoso, 1994), a Geolinguística Pluridimensional (Cardoso, 2010) e a Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]), para conduzir uma análise linguística baseada nas escolhas de variantes e usos de falantes reais, por meio da entrevista linguística, levando em consideração aspectos sociais do perfil dos informantes assim como as percepções dos falantes acerca das variáveis em estudo. Especialmente no que se refere ao aspecto diatópico,

o método geolinguístico é ferramenta por excelência por permitir a visualização dos fatos linguísticos através da distribuição dos dados em cartas que associam os dados às suas respectivas localizações geográficas.

Na seção 2, o gênero é discutido enquanto categoria gramatical, compreendido como uma categoria não-universal, mas passível de análise e comparação nas línguas em que se encontra presente, a exemplo do português. Como suporte, faz-se também uma discussão acerca das recentes propostas de não-binaridade de gênero na língua, também conhecida como gênero neutro, que busca tratar da relação entre o gênero linguístico e as amplas possibilidades de categorização de gênero das pessoas, identificando de que forma atua o privilégio de certos grupos sociais em detrimento de outros, levando a uma discussão que busca minimizar essas diferenças consolidadas também na língua por meio de inovadoras propostas de usos linguísticos que perpassam por diversas línguas naturais.

De igual modo, buscando inter-relacionar as diferentes perspectivas teóricas, a seção 2 amplia a discussão de gênero para além do viés linguístico, mas sem deixar de demonstrar como as diferentes perspectivas se relacionam, trazendo temáticas como o trabalho e a política, temas ligados às formas em estudo, assim como a importante diferenciação entre as noções de sexo e gênero, que há muito permeiam trabalhos linguísticos, mas que ainda seguem pouco consolidadas nos estudos das letras.

Segue-se, então, na seção 3 deste trabalho, uma apresentação dos caminhos metodológicos seguidos, tomando como base os critérios estabelecidos pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB). Com uma ampla rede de pontos bem delineada abrangendo o vasto território brasileiro, incluindo capitais e cidades do interior dos estados, os critérios rígidos de seleção de informantes contribuem para a caracterização do perfil social da amostra. Para isso, foram inquiridos informantes homens e mulheres, distribuídos por duas faixas etárias – a faixa etária I, de 18 a 30 anos, e a faixa etária II, de 50 a 65 anos. Todos são de escolaridade fundamental incompleta nas cidades do interior e, nas capitais, incluem-se também informantes de escolaridade universitária.

Os dados levantados por meio da escuta dos inquéritos gravados em áudio são, na seção 4, apresentados por meio de tabelas e gráficos a fim de se estabelecer uma discussão quantitativa dos dados por meio da análise dos índices de usos de diferentes variantes, acrescidos de uma discussão qualitativa acerca de cada variante

utilizada. Assim, as quatro variáveis incluídas na pesquisa são consideradas segundo as suas características linguísticas, frequência de uso e também o seu encaixamento sociolinguístico de ordem diastrática, diassexual e diageracional, depreendidos através da estratificação dos informantes, para, por fim, considerando a questão diatópica, os dados serem analisados e apresentados em cartas linguísticas com o objetivo de demonstrar a distribuição espacial das variantes em análise.

A discussão e os resultados apresentados neste trabalho indicam as preferências de uso de cada uma das variáveis, indicando a relação entre as escolhas linguísticas e fatores de ordem social, especialmente no que se refere ao julgamento de valor acerca das formas feitas pelos falantes e pela mídia. Foram consideradas variadas escolhas, tanto das formas registradas como padrão como de variantes não-padrão, indicando as múltiplas possibilidades de determinação de gênero para além do que a gramática indica para cada uma das variáveis, demonstrando a riqueza dos morfemas de gênero na língua portuguesa assim como outras alternativas de indicação da categoria.

Após, seguem as Considerações finais e as Referências que embasaram esta pesquisa. Os resultados apresentados nesta tese podem, então, contribuir para a compreensão da categoria de gênero linguístico no português enquanto diversa e mais plural do que o que se tem definido em gramáticas normativas. E, com o viés, diatópico, espera-se contribuir também para o mapeamento do português brasileiro com base em dados reais recolhidos com a mesma metodologia em todo o território nacional.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Nesta seção apresentam-se os pressupostos teóricos que embasam esta pesquisa fundamentada na Dialetologia e na Sociolinguística Variacionista. Além disso, são abordados princípios teóricos dos estudos de gênero, com uma breve incursão na teoria ao longo da história, passando pela abordagem do tema na tradição gramatical.

2.1 A DIALETOLOGIA

A dialetologia é a disciplina do ramo dos estudos linguísticos que enfoca na sua análise a variação em espaços geográficos determinados. É o estudo dos dialetos, subdivisões de uma língua situados dentro de um espaço geográfico sem que haja entre eles qualquer relação intrínseca que indique inferioridade ou superioridade (cf. Chambers; Trudgill, 1994).

Para melhor compreender os objetivos da dialetologia, recorre-se ao conceito de isoglossa dado por Ferreira e Cardoso (1994, p. 12-13), “uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões lingüísticas”. A partir disso,

[...] define-se **dialeto** como um **feixe de isoglossas**, ou seja, um conjunto de isoglossas que se somam e que, portanto, mostram uma relativa homogeneidade dentro de uma comunidade lingüística em confronto com outras. Essa relativa homogeneidade, demonstrada pelo conjunto de isoglossas, leva ao entendimento de que não existem limites rígidos entre as línguas, uma vez que toda língua histórica é constituída por um conjunto de dialetos. (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 16, grifos nossos)

A fim de exemplificar a relevância da percepção das diferenças dialetais na sociedade, Chambers e Trudgill (1994) citam a passagem no Antigo Testamento bíblico que trata do conflito existente entre os povos galaaditas e efraimitas. Relata-se que alguns efraimitas tentavam se infiltrar e se passar por aliados e, para identificá-los, o povo galaadita criou uma estratégia para reconhecer os impostores que consistia em solicitar que pronunciassem a palavra ‘*shibboleth*’, nome dado à espiga do trigo. Sabendo que os efraimitas pronunciavam a palavra de forma diferente da por eles pronunciada, não palatalizando o fonema inicial da palavra, realizando-a como ‘*sibboleth*’, era possível a sua identificação como efraimita.

As obras *Sprachatlas des Deutschen Reichs*, do alemão Georg Wenker, e *Atlas Linguistique de la France*, de Jules Gilliéron, são tidas como pioneiras da dialetologia. Brandão (2009) elaborou um quadro comparativo dessas duas obras, demonstrando as características de cada uma delas, com enfoque nos seus principais aspectos metodológicos:

Quadro 1 – Comparativo de obras pioneiras da Dialetologia

Obra/autor	<i>Sprachatlas des Deutschen Reichs</i> - Georg Wenker (1852-1911)	<i>Atlas Linguistique de la France</i> - Jules Gilliéron (1845-1925)
Início do projeto	1876	1896
Informantes	Cerca de 50.000 professores	700 (relativa homogeneidade)
Questionário	40 frases	1.400 perguntas (posteriormente, 1.920)
Recolha de dados	Indireta	Direta
Duração da recolha	10 anos	4 anos
Registro dos dados	Transcrição por meio da adaptação da ortografia à pronúncia	Alfabeto fonético
Pontos de inquérito	30.000 comunidades	639 pontos
Interpretação dos dados	Extremamente difícil	Relativamente fácil
Publicação dos resultados	- 1881 (fascículo com 6 mapas fonéticos) - 1926 (após a morte de Wenker - 1911), um volume organizado por Ferdinand Wrede	- 1902-1910 (36 fascículos: 1920 mapas) - 1912: índice - 1914-1915: suplemento sobre a Córsega: 799 mapas - 1920: materiais recolhidos por Edmont fora do questionário, não mapeados

Fonte: Adaptado de Brandão (2009, p. 90).

Ambos os trabalhos, apesar de reservarem distância dos estudos atuais, contribuíram enormemente para o desenvolvimento da Dialetologia e seus procedimentos metodológicos. A diferença de 20 anos entre o início dos projetos já revela alguns diferenças nas abordagens: no primeiro atlas os questionários eram enviados por correspondência para que professores descrevessem o falar local, no segundo foi realizada pesquisa de campo com coleta dos dados *in loco* por um inquiridor, como é tradição nos trabalhos atuais; a seleção dos informantes passou a

seguir critérios mais rígidos no segundo atlas, sendo possível estratificá-los em grupos; a apresentação e análise dos dados também passou a ser feita de forma mais estruturada.

Ainda assim, uma grande diferença que se observa entre os estudos dialetológicos mais tradicionais em comparação com os mais atuais está na seleção dos informantes, pois os estudos seguiam um padrão denominado por Chambers e Trudgill (1994, p. 57) como NORMs (no mobile, older, rural, males)¹, estudando áreas rurais isoladas com o objetivo de identificar as características da fala de um local específico, sem grandes influências externas. Com o crescimento do processo de urbanização das cidades, assim como a ampliação da mobilidade populacional, os padrões de seleção de informantes foram se adequando e também evoluindo seguindo novas tendências, passando a incluir outras dimensões do aspecto social, tais como classe, sexo/gênero e estilo, dando um caráter mais pluridimensional à dialetologia.

Mesmo em estudos mais antigos, como em *L'unité phonétique dans le patois d'une commune*, realizado pelo suíço Gauchat em 1905 (apud Brandão, 2009, p. 91), alguns fatores sociais como sexo, ocupação, faixa etária e posição social foram analisados e concluiu-se que não havia uniformidade entre um grupo de falantes localizados em um determinado espaço geográfico, mas havia entre falantes associados a uma dada faixa etária, atribuindo, neste sentido, a influência de uma característica social sobre um fenômeno da fala.

Ainda que se considere a influência de outros fatores sociais aos estudos dialetológicos, aproximando-se dos estudos sociolinguísticos (a seguir no item 2.2), não se pode perder de vista que o foco dos estudos dialetais ainda é o geográfico.

2.1.1 A dialetologia da língua portuguesa

O ano de 1888, segundo Sever Pop (1951), marca o início da dialetologia do português a partir das primeiras análises realizadas por Leite de Vasconcelos. Conforme apresenta o autor, primeiramente os trabalhos estavam voltados para as primeiras traduções realizadas para o português, posteriormente os estudos

¹ A sigla foi traduzida para o português por Zágari (1998, p. 36) como HARAS (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário). Nos textos e estudos realizados no Brasil, é muito comum se encontrar essa sigla como referência ao padrão dos informantes nos estudos dialetológicos tradicionais.

buscavam similaridades entre a língua latina e a língua portuguesa, passando pela comparação com outras línguas românicas até se começar a analisar a estrutura da língua portuguesa mais detalhadamente. Com o foco no português em si, os estudos se dedicavam a descrever as especificidades linguísticas das diferentes áreas do interior de Portugal, assim como identificar alguns dialetos de além-mar. Nesse período, destaca-se a obra *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, de Leite de Vasconcelos, publicada em 1901, e em 1962 o *Atlas lingüístico de la Península Ibérica* (ALPI), que incluiu o território de Portugal, fornecendo a primeira descrição cartográfica da língua portuguesa.

No que diz respeito ao Brasil, um país com dimensões continentais, encontra-se uma situação linguística bastante peculiar. Apesar das dimensões geográficas, acredita-se haver certa homogeneidade linguística, com o português e a LIBRAS (língua brasileira de sinais) como únicas línguas oficiais, estando algumas línguas indígenas e de imigração reconhecidas apenas em pequenas partes do território, situação bem diferente de diversos países com pequenas dimensões geográficas, mas com pluralidade linguística reconhecida, como é o caso de diversos países africanos e da Espanha, por exemplo. No entanto, não se pode deixar de reconhecer que o Brasil possui diferenças linguísticas regionais acentuadas.

Com foco nessas especificidades regionais, muitas foram as tentativas de delimitar esses limites linguístico-geográficos, sendo até hoje a divisão dialetal proposta por Antenor Nascentes (1953) a mais aceita. Na divisão de Nascentes, o Brasil se divide em dois grupos de falares – os falares do Norte e os falares do Sul – cada um deles com algumas subdivisões: o falar do Norte se divide nos subfalares Amazônico e Nordeste e o falar do Sul nos subfalares Baiano, Fluminense, Mineiro e Sulista, como se vê na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Divisão Dialetal de Antenor Nascentes



Fonte: Nascentes (1953, p. 18).

Apostando no desenvolvimento dos estudos dialetais no Brasil, Antenor Nascentes publicou em dois volumes, em 1958 e em 1961, as *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (Nascentes, 1958), apontando diretrizes para a pesquisa de campo e para a elaboração do atlas, dando início ao desenvolvimento dos estudos geolinguísticos no Brasil, que passaram a ser empreendidos de forma sistemática a partir de então. Ele também já indicou uma série de dificuldades a serem enfrentadas, como o difícil acesso a todas as áreas do vasto território brasileiro, a falta de pesquisadores preparados e o baixo incentivo de financiamento, situações que vieram a se comprovar como verdadeiras e, diante das observações de Nascentes

(1958), houve consenso entre os pesquisadores da área para que o desenvolvimento da geolinguística no Brasil se desse a partir da realização de atlas regionais.

Considerando o desenvolvimento dos estudos dialetológicos no Brasil ao longo dos anos, Ferreira e Cardoso (1994) elaboraram uma divisão dos estudos dialetais no Brasil em três fases: a primeira fase tem início em 1826, com a que são considerados a primeira contribuição, os escritos do Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, para o *Atlas ethnographique du globe*, de Adrien Balbi, com análises voltadas para a área semântico-lexical. A primeira fase se encerra no ano de 1920, com a publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, como marco de um período em que foram publicados dicionários e glossários que evidenciavam as especificidades regionais.

A segunda fase, iniciada em 1920, vai até 1952, momento em que os estudos se voltam aos aspectos gramaticais e começa uma preocupação em estruturar uma metodologia que dê conta da extensa variedade da língua portuguesa. Foi também durante essa fase que os autores demonstraram preocupação com o processo de dialetação do português do Brasil, o que culminou na proposta supracitada de divisão dialetal por Antenor Nascentes, que, embora não seja a única, é considerada até hoje como a mais elaborada e precisa.

A terceira fase tem como marco inicial o Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, cuja Comissão de Filologia passa a ter como principal finalidade a elaboração de um atlas linguístico nacional, que, como se viu, teve suas diretrizes apontadas por Nascentes em 1958. A partir desse momento, a dialetologia no Brasil continuou a evoluir, acompanhando a tendência dos estudos dialetais de outras partes do mundo, dando continuidade à publicação de muitos trabalhos e passando do caráter monodimensional da dialetologia, que só analisa a variação pelo aspecto espacial, para o caráter bidimensional e, posteriormente, pluridimensional, considerando, além da diatopia, outros aspectos sociais dos informantes.

Com o passar dos anos e o contínuo avanço dos estudos dialetais, Cardoso e Mota (2006) estabeleceram o que chamaram de quarta fase dos estudos dialetais no Brasil, que tem início em 1996, com a implantação do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), cujas origens vinculam-se ao já citado Decreto de 1952, que estabelecia a necessidade de se constituir um atlas nacional. Outra característica

importante dessa quarta fase é a sistematização dos estudos vinculados à sociolinguística, ampliando as perspectivas da dialetologia tradicional.

Teles (2018) propõe uma quinta fase na cronologia da dialetologia brasileira, que se inicia em 2014, com a publicação dos dois primeiros volumes do Atlas linguístico do Brasil (Cardoso et al., 2014a e b), cujas características principais são a visibilidade de pesquisas linguísticas de cunho dialetológico, dentro e fora do ambiente das universidades, e a representação cartográfica dos dados seguindo criteriosos parâmetros de georreferenciamento.

2.1.2 A geolinguística

No século XIX a dialetologia se consolida como disciplina no ramo dos estudos linguísticos e é nesse momento, de acordo com Cardoso (2010), que a geolinguística, ou geografia linguística, se estabelece como seu método por excelência. A geolinguística é responsável pela documentação dos dados estudados através da sua representação por meio de mapas geográficos. A confecção de um número cada vez maior e mais detalhado e inovador de atlas linguísticos demonstra a importância dada a esse método. Como define Coseriu (1956),

[...] a expressão 'geografia linguística' designa, exclusivamente, um método dialetológico e comparativo que passou a ter extraordinário desenvolvimento no nosso século, sobretudo no campo românico, e que pressupõe o registro em mapas espaciais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unificada em uma rede de pontos de um território determinado ou, ao menos, leva em conta a distribuição das formas em um espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados². (Coseriu, 1956, p. 29)

O *Atlas linguistique de la France*, de Jules Gilliéron, iniciado em 1886 e citado no Quadro 1, forneceu as bases para os estudos com base no método geolinguístico. O atlas, como se viu, foi conduzido com pesquisa *in loco* realizada por um único

² Do original: “[...] la expresión ‘geografía lingüística’ designa exclusivamente un método dialectológico y comparativo que ha llegado a tener extraordinario desarrollo en nuestro siglo, sobre todo en el campo románico, y que presupone el registro en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una red de puntos de un territorio determinado, o, por lo menos, tiene en cuenta la distribución de las formas en el espacio geográfico correspondiente a la lengua, a las lenguas, a los dialectos o a los hablantes estudiados” (Coseriu, 1956, p. 29, tradução nossa).

inquiridor, Edmond Edmont, responsável pela aplicação de um questionário e posterior publicação de cartas linguísticas. Embora ainda carecesse de um processo mais sistemático na escolha dos informantes e na documentação dos dados, é possível ver muitas semelhanças com os procedimentos desenvolvidos na atualidade.

No Brasil, com o início do interesse no método geolinguístico durante a terceira fase da história dos estudos dialetais no país, a atenção voltou-se à confecção de atlas regionais que pudessem, aos poucos, recobrir grande área do território nacional até se chegar à publicação de um atlas nacional, caminho percorrido, como se pode ver no Quadro 2, a seguir, com a lista de atlas linguísticos publicados no Brasil até o presente momento e breves informações sobre eles.

Quadro 2 – Atlas linguísticos publicados no Brasil

Nome – Ano da publicação	Autor(es)	Principais características
<i>Atlas prévio dos falares baianos</i> (APFB) – 1963	Nelson Rossi	50 localidades no estado da Bahia e um total de 209 cartas.
<i>Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais</i> (EALMG) – 1977	José Ribeiro, Mário Zágari, José Passini e Antônio Gaio	Inicialmente concebido em quatro volumes, só teve o primeiro publicado, com 73 cartas linguísticas.
<i>Atlas lingüístico da Paraíba</i> (ALPB) – 1984	Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes	25 municípios como base e outros municípios satélites.
<i>Atlas lingüístico de Sergipe</i> (ALS) – 1987	Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi	Iniciado imediatamente após o APFB, só foi publicado anos mais tarde, com 171 cartas linguísticas.
<i>Atlas lingüístico do Paraná</i> (ALPR) – 1994	Vanderci de Andrade Aguilera	Dois volumes oriundos da tese de doutorado da autora. 191 cartas linguísticas resultantes da pesquisa em 65 localidades.
<i>Atlas lingüístico de Sergipe-II</i> (ALS-II) – 2002	Suzana Alice Marcelino Cardoso	Inicialmente apresentado como tese de doutorado, tem 108 cartas centradas na área semântica “homem”. Apresenta informação sistemática de gênero dos informantes.

<i>Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) – 2002</i>	Walter Koch, Mário Silfredo Klassmann e Cléo Wilson Altenhofen	Dois volumes com 275 localidades distribuídas nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
<i>Atlas lingüístico sonoro do Pará (ALISPA) – 2004</i>	Abdelhak Razky	Primeiro atlas sonoro brasileiro, permite ouvir as respostas dadas pelos informantes.
<i>Atlas lingüístico de Mato Grosso do Sul (ALMS) – 2007</i>	Dercir Pedro de Oliveira	32 pontos com 207 cartas publicadas.
<i>Atlas semântico-lexical da Região do Grande ABC – 2007</i>	Adriana Cristina Cristianini	Tese de doutorado com 9 localidades e 36 informantes, resultando em 202 cartogramas linguísticos.
<i>Atlas geolingüístico do litoral potiguar (ALiPTG) – 2007</i>	Maria das Neves Pereira	Tese de doutorado apresentada em dois volumes, sendo o segundo composto por 80 cartas linguísticas: 35 cartas fonéticas, 10 cartas morfossintáticas e 35 cartas léxicas.
<i>Atlas lingüístico da Mata Sul de Pernambuco (ALMASPE) – 2009</i>	Edilene Maria de Oliveira Almeida	Dissertação de mestrado com descrições de aspecto semântico-lexical.
<i>Atlas lingüístico da mesorregião sudeste de Mato Grosso (ALMESEMT) – 2009</i>	Marigilda Antônio Cuba	Dissertação de mestrado com um segundo volume que apresenta 122 cartas fonéticas e 121 lexicais.
<i>Atlas linguístico do Estado do Ceará (ALECE) – 2010</i>	José Rogério Fontenele Bessa	Um volume introdutório e 256 cartogramas com dados de 70 localidades.
<i>Atlas semântico-lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba - municípios do Litoral Norte de São Paulo – 2010</i>	Márcia Regina Teixeira da Encarnação	Tese de doutorado que utilizou o Questionário Semântico-Lexical (QSL), do Projeto ALiB.
<i>Atlas geossociolingüístico de Londrina (AGeLO) – 2012</i>	Valter Pereira Romano	Dissertação de mestrado com 50 cartas mistas de caráter lexical, 7 cartas mistas de caráter fonético e 15 cartas mistas fonéticas quantitativas.

<i>Atlas linguístico de Pernambuco (ALiPE) - 2013</i>	Edmilson José de Sá	Tese de doutorado constituída por 6 cartas introdutórias e 105 cartas linguísticas: 50 fonéticas, 47 semântico-lexicais e 8 morfossintáticas.
<i>Atlas linguístico do Brasil (ALiB) – 2014</i>	Suzana Alice Cardoso, Jacyra Mota, Vanderci Aguilera, Maria do Socorro Aragão, Aparecida Isquerdo, Abdelhak Razky, Felício Margotti e Cléo Altenhofen	Um volume introdutório e um volume com 159 cartas com dados das 25 capitais de estados do Brasil.
<i>Atlas linguístico do Amapá (ALAP)³ - 2017</i>	Abdelhak Razky, Celeste Maria da Rocha Ribeiro, Romário Duarte Sanches	Composto por 16 cartas fonéticas, 73 cartas lexicais e 30 cartas estratificadas, apresentando aspectos de variação diatópica e diastrática.
<i>Atlas linguístico pluridimensional do português paulista - 2019</i>	Selmo Ribeiro Figueiredo Junior	Tese de doutorado com fenômenos dos níveis semântico-lexical e fonético-fonológico resultante da aplicação de questionário a 80 informantes.

Fonte: www.alib.ufba.br. Acesso em: 18 jul. 2022.

Em diferentes fases de andamento encontram-se, também, outros atlas linguísticos. São eles, em ordem alfabética:

- Atlas geossociolinguístico do Pará;
- Atlas linguístico de Mato Grosso;
- Atlas linguístico de São Paulo;
- Atlas linguístico do Acre;
- Atlas linguístico do Espírito Santo;
- Atlas linguístico do Maranhão;
- Atlas linguístico do Rio de Janeiro;
- Atlas linguístico do Rio Grande do Norte.

³ Atlas não catalogado na fonte www.alib.ufba.br.

Para além da realização de um número cada vez maior de atlas, sobretudo resultantes de dissertações e teses que fornecem dados mais regionalizados e com temáticas mais específicas, o que, por sua vez, amplia o panorama geral apresentado pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), cujos primeiros volumes foram publicados em 2014 e que se encontra, atualmente, em fase de preparação de novos volumes com dados ainda não apresentados, o próprio modo de apresentação dos dados cartografados tem demonstrado evolução.

Cardoso (2010) divide três gerações de atlas linguísticos: os atlas de primeira geração expressam cartograficamente os dados, com a presença ou não de notas e ilustrações complementares; enquanto os atlas de segunda geração expressam os dados cartograficamente e acrescentam análises dos fenômenos apresentados. Já os atlas de terceira geração apresentam “dados ‘vivos’, isto é, trazem a possibilidade de audição e captação das falas referidas e documentadas pela cartografia. São os chamados ‘atlas parlants’” (Razky, 2004 apud Cardoso, 2010, p. 78).

Assim, para além da publicação de atlas, sejam de caráter regional ou até mesmo nacional, cada vez com maior número de detalhes e inovações, registra-se também a existência de bancos de dados com atributos de natureza dialetal e também social, vinculando-se à Sociolinguística, uma disciplina afim, como se verá adiante.

2.2 A SOCIOLINGUÍSTICA

Uma premissa que sempre fez parte dos estudos linguísticos é a afirmação de que as línguas mudam, no entanto a concepção estruturalista da linguagem via na manutenção de regras não variáveis o seu principal objeto de estudo, motivo pelo qual Saussure (2006 [1916], p. 13) concluiu que uma das tarefas da linguística seria “procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história”, ou seja, analisar a estrutura linguística enquanto sistema regular baseado em princípios gerais.

O desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos, no entanto, passou a destacar o caráter heterogêneo e não estático das línguas, sem deixar de compreender esse sistema como estruturado, mas ainda assim passível de mudança, passando o foco então para análise do processo que leva às mudanças linguísticas,

que, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), se baseia em algumas assertivas centrais:

- (i) a mudança não é aleatória, mas ordenada;
- (ii) a estrutura linguística inclui o controle de estruturas homogêneas;
- (iii) nem toda variabilidade implica mudança, mas toda mudança implica variabilidade;
- (iv) a mudança não é uniforme nem instantânea;
- (v) as mudanças ocorrem na comunidade de fala e não nos idioletos;
- (vi) as mudanças são transmitidas na comunidade de fala como um todo;
- (vii) fatores linguísticos e sociais estão intimamente relacionados no processo da mudança linguística.

Com os estudos da Sociolinguística Variacionista, a análise da língua e suas variações passa a ser feita por meio da observação dos dados linguísticos em conjunto com fatores sociais, considerando, portanto, que “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo” (Labov, 2008 [1972], p. 21). Muito se compreendeu sobre a variação da língua com os trabalhos de cunho dialetal, mas somente com a sociolinguística houve aprofundamento no estudo de outros fatores influenciadores da variação, tais como questões sociais (idade, sexo, classe socioeconômica) e estilísticas, além do fator histórico, já tratado pela Dialetoлогия desde o seu princípio, atuando de maneira ordenada nos mais variados fenômenos linguísticos.

Assim, os trabalhos precursores de William Labov na ilha de *Martha's Vineyard* e em lojas de departamento na cidade de Nova York (cf. Labov, 2008 [1972]) buscaram precisamente que aspectos linguísticos mudaram ou estavam em processo de mudança e que fatores da estrutura social das comunidades de fala estavam atuantes nos fenômenos em estudo, motivo pelo qual a análise de variáveis sociais é relevante ao estudo e à compreensão da variação e da mudança linguística.

Como modo de estruturar a evolução da Sociolinguística, Eckert (2012) estabeleceu a existência de três ondas dos estudos variacionistas: a primeira onda, com marco nos estudos de Labov, estabeleceram uma relação das variáveis linguísticas com as sociais, vistas, neste sentido, como reflexo do *status* social de seus

falantes, organizados em células sociais homogêneas com foco na estratificação socioeconômica, regional, étnica e de gênero e com a noção central do vernáculo, a variante linguística adquirida primeiramente e mais natural para os falantes.

Nos estudos de segunda onda, o uso das estruturas linguísticas está mais associado à expressão da identidade de um grupo, com características locais e sociais compartilhadas, assumindo, então, um viés etnográfico, com foco na compreensão das características de cada comunidade de fala. Por fim, na terceira onda, o foco está no estilo e no agrupamento de falantes por valores e objetivos comuns compartilhando práticas linguísticas afins que compõem a chamada 'comunidade de práticas'.

Considerando, assim, a importância de se verificar o encaixamento social do fenômeno linguístico em análise, tendo como foco a realidade brasileira que se mostra polarizada devido a processos sócio-históricos particulares, os princípios metodológicos da pesquisa levaram em consideração as variáveis sociolinguísticas escolaridade, idade e sexo, explanadas a seguir.

2.2.1 A variável sociolinguística 'Escolaridade'

Bortoni-Ricardo (2005, p. 14) é categórica ao afirmar que "o comportamento linguístico é um indicador claro da estratificação social. Os grupos sociais são diferenciados pelo uso da língua". No Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, essa estratificação do seu povo fica evidente nos indicadores socioeconômicos, sobretudo no que se refere à renda e à escolarização, conferindo *status* e poder para uma parcela da população e privando uma outra e maior parcela desses privilégios, motivo pelo qual o fator 'escolaridade' tem estado presente nos estudos sociolinguísticos brasileiros.

Acerca da variável 'escolaridade' nos estudos sociolinguísticos, Votre (2010) elenca cinco fatores que atuam sobre ela: (i) o prestígio social e o *status* econômico atribuídos aos falantes de determinadas variantes – esses falantes são os eleitos como modelos do bem falar e escrever, influenciando o que se definiria como padrão e, conseqüentemente, se torna objetivo do processo escolar; (ii) inversamente ao primeiro, está o estigma social atribuído à fala dos menos escolarizados – essas variantes desprestigiadas são observadas na fala desses indivíduos tornando-os alvos dos exemplos do que não se deve falar/escrever; (iii) há fenômenos linguísticos que são frequentemente controlados pela escola por serem estigmatizados, enquanto há

outros que, embora não façam parte da norma padrão, são aceitos como desvios pouco marcados e seu uso, em maior ou menor grau, também serve de indicativo socioeconômico; (iv) oposição entre os fenômenos gramaticais, altamente prescritivos, e os fenômenos discursivos, que possuem pouco destaque no ensino; (v) diferenças entre a fala e a escrita – enquanto estudos baseados no uso evidenciam a língua falada, a escola atua de forma mais efetiva na escrita e algumas vezes não aborda fenômenos que são mais perceptíveis na fala.

Aqui se evidenciam dois vieses das características sociolinguísticas brasileiras no que se refere à escolarização: os grupos sociais de prestígio vs. os grupos desprestigiados da sociedade e a fala vs. a escrita. Como afirma Lucchesi (2004), a realidade linguística brasileira não é apenas heterogênea, variável, mas é, principalmente, polarizada, no sentido de que de um lado encontram-se as normas cultas e do outro, as normas populares.

As normas cultas caracterizam-se como aquelas utilizadas pelos segmentos mais escolarizados da sociedade, por convenção, pelos falantes que possuem curso universitário completo, mas não apenas isso, pois, sobretudo desde a ampliação do acesso à universidade, são os falantes de nível socioeconômico mais alto e integrantes das parcelas da população que gozam de prestígio social. No outro extremo encontram-se as normas populares, que podem ser observadas mais comumente nos demais indivíduos da sociedade que não possuem curso universitário e cuja participação na sociedade pode ser mais ou menos inclusiva; e quanto menos integrado à sociedade o indivíduo é, mais a sua fala está localizada no extremo do espectro das normas. Para justificar tal polarização, Lucchesi (2004) embasa-se no processo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira, no qual, de um lado, são postos os centros urbanos aqui formados sob influência da elite portuguesa e, do outro, a fala dos colonos pouco escolarizados e colonizados interagindo sob as mais adversas situações com falantes de línguas indígenas e africanas.

Mesmo considerando que, com o passar do tempo, essa distância foi-se atenuando devido à influência da escola básica, à ampliação do acesso aos meios de comunicação de massa para as camadas mais pobres, e até mesmo à ampliação do acesso à educação universitária, a realidade atual brasileira ainda continua amplamente marcada pela desigualdade social. A polarização existente entre a elite brasileira, detentora de acesso à cultura e à educação, e a parcela da população que adquiriu o português por meio de um carente acesso à educação, tendo seus falares

ignorados e estigmatizados pela sociedade, incluindo-se a escola, ainda é muito grande. Por esse motivo, o fator 'escolaridade' ainda tem o seu papel a cumprir dentro dos estudos sociolinguísticos, uma vez que a escolarização atua diretamente na consciência dos falantes acerca dos diferentes falares e das posições que eles ocupam na sociedade. Não se deve, no entanto, deixar de ressaltar que nenhum fator atua individualmente sobre um fenômeno, mas age de forma mais ou menos ativa de acordo com o dado em análise e de forma integrada a outras variáveis em controle.

2.2.2 A variável sociolinguística 'Idade'

A cronologia e a realidade da língua em cada momento histórico é um importante aspecto a ser analisado. Para identificação do processo histórico da variação e mudança de dados linguísticos, algumas análises adotam a perspectiva conhecida como estudo em tempo real. Nesses trabalhos, sendo o NURC⁴ e o PEUL⁵ os maiores exemplos de bancos de dados brasileiros dessa natureza, as amostras orais ou escritas são levantadas em pelo menos dois momentos distintos de modo a analisar a variável ao longo dos anos.

Na impossibilidade de realizar estudos dessa natureza ou com intencionalidade diferente, mas ainda considerando a dimensão histórica dos dados linguísticos, adota-se a categorização dos informantes por diferentes faixas etárias, analisando, assim, os dados sob a perspectiva metodológica do tempo aparente. A relevância de o fator idade ser incluído nas análises está no fato de que na observação de um possível processo de mudança linguística as faixas etárias mais jovens impulsionam o uso de variantes inovadoras, projetando-se, assim, uma situação de mudança em progresso (cf. Labov, 2008 [1972]).

Segundo Moreno Fernández (1998), a idade é um dos fatores sociais que determina com maior força e clareza os usos linguísticos de uma comunidade. O número de faixas etárias e a idade mínima variam de acordo com o objetivo do estudo; alguns estudos analisam falas de crianças, outros começam com indivíduos jovens,

⁴ O Projeto NURC (Norma Urbana Oral Culta) foi um projeto realizado em cinco capitais brasileiras com o objetivo de estudar as variantes cultas da língua portuguesa com registro de dados gravados nas décadas de 1970 e 1990.

⁵ O PEUL (Programa de Estudos dos Usos da Língua) é um projeto realizado no Rio de Janeiro com o objetivo de estudar a variedade carioca com registros de dados gravados em 1980 e em 2000.

na fase da adolescência, enquanto a maior parte engloba jovens adultos, no início da vida profissional, seguindo com faixas etárias de indivíduos mais maduros.

Novamente se ressalta que a idade sozinha não é fator linguístico isolado a ser analisado nas pesquisas sociolinguísticas e a evolução dos estudos tem trazido padrões diferentes de agrupamento de indivíduos, para além do fator cronológico apenas, uma vez que os percursos da vida se dão de forma diferente para as pessoas. Eckert (1998) destaca, então, o estudo do tipo êmico⁶, que agrupa falantes não apenas pela idade ou faixas etárias, mas pelas experiências de vida em comum em determinados estágios da vida. De todo modo, as faixas etárias têm permanecido como a maneira mais simples e eficaz para estudar fenômenos que possuem características sócio-históricas mais abrangentes.

2.2.3 A variável sociolinguística 'Sexo'

Os estudos mais clássicos da Sociolinguística, considerando tanto aspectos fonológicos quanto morfossintáticos, evidenciavam diferenças nas falas entre homens e mulheres, demonstrando uma tendência de maior uso de formas de prestígio na fala feminina, levando a crer que as mulheres são mais sensíveis à percepção de prestígio de formas linguísticas em uma determinada comunidade e são mais suscetíveis à influência da escola. Afirmações dessa natureza, no entanto, têm sido bastante debatidas ao longo dos anos por serem consideradas muito generalistas e não considerarem outros arranjos sociais que justifiquem essas tendências (ver seção 2.4.1).

Algumas análises tentam, ainda, aproximar as características das falas de homens e mulheres a alguns fatos sociais que influenciam a variável, a exemplo do estudo conduzido por Trudgill (1991, p. 83), que demonstrou que as mulheres superestimaram a análise da própria fala, enquanto o oposto ocorreu com os homens, elencando duas explicações para as diferenças observadas entre as falas: (i) as mulheres dão mais importância ao *status* social, podendo isso ser devido à sua posição desprestigiada na sociedade, sendo necessário marcar o *status* social de

⁶ Aprofundando-se no assunto, a autora diferencia dois tipos de organização de informantes de acordo com a idade: abordagem do tipo ético e abordagem do tipo êmico. A abordagem ética agrupa falantes somente levando em consideração a idade, comumente com um agrupamento em faixas etárias. Por outro lado, a abordagem êmica agrupa falantes por experiências de vida compartilhadas em determinado espaço de tempo (Eckert, 1998).

forma mais assertiva ou pelos julgamentos baseados no comportamento feminino no qual a fala se insere; (ii) o vocabulário desprestigiado é associado à linguagem da classe operária e mesmo de mulheres de classes socioeconômicas mais baixas se espera maior refinamento e sofisticação.

A fim de observar essa variável na atualidade, Oushiro (2020) analisou a fala de 30 migrantes nordestinos residentes em São Paulo tendo como resultado uma não correção significativa da influência da variável 'sexo' isoladamente, mas verificando que, em associação com a variável escolaridade, mulheres de nível médio utilizaram a forma padrão muito mais vezes do que os homens de mesma escolaridade.

Em conformidade com os resultados acima está a compreensão da noção de Paradoxo de Gênero descrita por Labov (2001). O autor observou que em situações de variação estável, em mudanças com maior grau de consciência social (*changes from above*), as mulheres utilizam mais as variantes de prestígio e menos as variantes estigmatizadas, enquanto em mudanças abaixo do nível de consciência social (*changes from below*), as mulheres utilizam mais as formas inovadoras. Com isso, estabeleceu o seguinte paradoxo: mulheres se conformam mais com normas sociolinguísticas prescritas explicitamente e menos quando elas não são prescritas explicitamente. O autor ressaltou ainda que essa variação tem correlação íntima com estilo e, especialmente, classe social, fator que pode ressaltar ainda mais as diferenças apresentadas, assim como estudos indicaram que mulheres de classe social baixa podem não acompanhar essas regras observadas nos padrões de variação mais gerais, já que elas podem não possuir acesso às normas.

Apesar dos estudos e evidências apontadas, há muita crítica em relação à aplicação dessa variável sociolinguística, sobretudo considerando o fato de que, na seleção de falantes, considera-se uma visão biológica de classificação sexual dos indivíduos, não se relacionando com a perspectiva de gênero enquanto construção social (ver seção 2.4), ainda que, cabe ressaltar, os padrões de variação não sejam compreendidos enquanto motivados biologicamente, mas socialmente. Ainda assim, maior parte desses estudos seleciona informantes tidos como modelos ideais de 'homens' e 'mulheres', desconsiderando identidades múltiplas de gênero e de sexualidade.

A própria escolha pela nomenclatura 'sexo' ao invés de 'gênero', embora se admita que mais recentemente os estudos têm optado por designar a variável como 'sexo/gênero', demonstra uma visão pouco aprofundada das complexas práticas

sociais de gênero atuantes nas diferentes comunidades. Dessa maneira, ainda que se reconheça a limitação da classificação dos indivíduos participantes desta pesquisa, respeitando a metodologia do Projeto ALiB, mantém-se, para efeitos de designação dos informantes, a nomenclatura variável 'sexo', com o reconhecimento de que no momento da seleção dos informantes e coleta de dados essa era a ideia vigente.

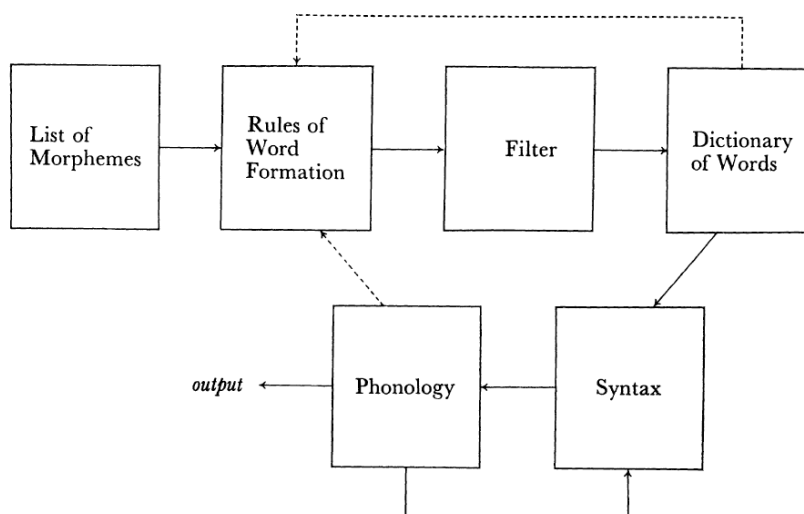
2.3 ESTUDOS MORFOLÓGICOS

A morfologia é uma ciência cuja origem vincula-se à palavra grega *morphos*, que significa 'forma', e *logia*, 'estudo', e é responsável por estudar a forma das palavras, ou seja, a estrutura interna que as constitui. A morfologia é o ramo da linguística que combina a relação do estudo da forma e do significado de modo a compreender como cada elemento compõe as palavras.

Para Haspelmath e Sims (2010), a morfologia pode ser considerada a mais antiga e também a mais recente área dos estudos linguísticos. É a mais recente porque só ganhou definição mais tarde, depois da sintaxe e da fonologia, mas é a mais antiga porque os estudos linguísticos se iniciaram, essencialmente, através do estudo das palavras. O termo morfologia foi primeiramente utilizado para o estudo das ciências biológicas, também se referindo ao estudo das formas em escritos alemães. Na linguística, a morfologia foi utilizada primeiramente em 1859, por August Schleicher, em um estudo relacionando os componentes semânticos e sintáticos da palavra (Salmon, 2000).

O que conhecemos como uma língua pode ser visualizado como um conjunto de elementos que se organizam por regras morfológicas para formar palavras articulando-se em sentenças, por isso a morfologia pode ser considerada a interface entre a fonologia, a sintaxe e a semântica, tal como apresentado no esquema de Halle (1873):

Figura 2 – Esquema do processo morfológico



Fonte: Halle (1873, p. 8).

Como se pode visualizar no esquema acima, os morfemas são considerados elementos centrais para o estudo morfológico e define-se, de modo mais comum, que “o termo morfema designa o menor elemento significativo individualizado num enunciado, que não se pode dividir em unidades menores sem passar ao nível fonológico” (Dubois, 2006 [1973], p. 419).

De modo geral, o conceito de morfema como menor unidade expressa dotada de sentido é o mais aceito e atende à maior parte das palavras, portanto é necessário que a forma seja recorrente em diversas palavras com o mesmo sentido sem a possibilidade de decomposição em uma unidade ainda menor sem que o sentido se perca. Há, no entanto, alguns problemas, pois também implica que cada uma das partes das palavras precisa ser analisada e, conseqüentemente, precisam ser encontrados sentidos para elas. É o caso de quando se encontra o mesmo sentido que pode ser atribuído a formas diferentes, o que se convencionou chamar alomorfes, tal como se vê no português na relação entre os morfemas *i-*, *in-* e *im-*, em ‘*irresponsável*’, ‘*incompetente*’ e ‘*impossível*’, que se apresentam fonologicamente como unidades distintas, mas compartilham o sentido de ‘aquilo ou aquele que não é x’. Apesar de muitos casos de alomorfia resguardarem semelhança fonológica, como nos exemplos supracitados, por vezes, alguns abrangem morfemas muito distintos e ainda se resiste a considerar que se trata de um mesmo morfema.

Outro caso possível é o oposto do que foi tratado: mesma realização fonológica, porém com diferentes sentidos – a homofonia. Neste caso, porém, os exemplos

constituem morfemas distintos, como se observa em *-esa* e *-eza* nos vocábulos *'princesa'* e *'gentileza'*. Similarmente, é possível haver a homonímia em que sentidos diversos podem ser atribuídos a formas iguais, caso em que também se considera a existência de morfemas distintos, como nos morfemas *-s* dos nomes plurais e *-s* nos verbos na segunda pessoa do singular, em *'mesas'* e *'comes'*, por exemplo.

Há, ainda, as formas para as quais não se consegue encontrar qualquer sentido, seja pela perda de referente de significado que provavelmente se deu na diacronia, como *-fer-* em *'deferir'* e *'inferir'*, seja quando se assume a existência de morfemas vazios, aquelas unidades sem carga semântica inerente, caso das consoantes e vogais de ligação. E, assim como há forma sem sentido, há também o sentido presente sem a realização da forma, o que se convencionou chamar de morfema zero, $-\emptyset$, caso do singular dos nomes, que é visto sob essa ótica no português: *'carro- \emptyset '* e *'carro-s'*.

Aronoff (1976) discute essa definição tradicional de morfema com base na Gramática Gerativa e admite ser possível concluir que morfemas são unidades dotadas de sentido, mas que somente na materialização de uma palavra esses sentidos podem ser completamente apreendidos, ou seja, os morfemas não possuiriam sentido independente do que seria a unidade mínima significativa, as palavras. Para chegar a essa hipótese, o autor se vale de exemplos com recorrência de elementos sem sentido (e.g. *'cran-berry'*, *'blue-berry'* e *'straw-berry'*), concluindo que é apenas na concatenação desses morfemas em palavras que a significação pode ser completa.

Outro conceito que se relaciona ao de morfema e que será relevante ao estudo e retomado na seção 2.3.2, que trata dos processos de flexão e derivação, é o de lexema. O modelo de análise morfológica de base lexema-morfema (LMBM, do inglês *Lexeme-Morpheme Base Morphology*) faz uma importante distinção entre as categorias de lexema e morfema:

Quadro 3 – Conceitos de Lexema e Morfema

Lexemas	Morfemas
Pertencem a uma classe aberta	Pertencem a uma classe fechada
Têm referência no mundo real	Referem-se apenas a categorias gramaticais
São obrigatoriamente expressos fonologicamente	Podem ser expressos fonologicamente ou não

Fonte: Adaptado de Beard e Volpe (2005, p. 189).

A categorização dos autores determina, então, que as bases que formam nomes, verbos e adjetivos são lexemas, enquanto morfemas são todos os afixos, expressões variadas de aspectos gramaticais, tais como tempo, modo, aspecto, gênero, número e tantas outras formas de expressão, tais como o morfema-zero e a mudança de acento. Por esse viés, lexemas seriam as palavras buscadas em um dicionário e é através dele que é feita a associação com as diferentes formas das mesmas palavras, conceito que também pode ser relacionado ao de signo linguístico, em alusão à ideia saussuriana⁷.

Tal classificação se assemelha também a uma outra bastante comum que divide os morfemas em morfemas gramaticais, aqueles cuja informação que carregam atribui determinado valor gramatical para as palavras, ou ditos morfemas reais, e os morfemas lexicais, que carregam um valor de sentido mais conceitual e abstrato, em alusão aos lexemas.

Esses e outros desafios continuam a se apresentar na análise e na compreensão das línguas e dos seus elementos, principalmente quando se leva em consideração que o processo de simplificação de parâmetros, morfológicos sobretudo, é um processo de evolução natural das línguas. Por esse viés, as línguas podem ser consideradas mais sintéticas ou mais analíticas, sendo as línguas mais sintéticas dotadas de maior número de variação morfológica, não apenas contendo maior marcação de itens morfológicos, mas também uma maior variação desses itens, com maior número de alomorfes, por exemplo. O caso do inglês é bastante clássico para determinar essa diferença, uma vez que o inglês antigo, o chamado *Old English*, era uma língua mais sintética quando comparada ao inglês atual, o *Modern English*.

2.3.1 A categoria gramatical de gênero

Gênero é uma palavra derivada do latim *genus* e originalmente significa “espécie”, “tipo”. A categoria gramatical de gênero já foi considerada “intrigante” (Corbett, 1991, p. 1), “um problema” (Beard, 1995, p. 103), “pouco lógica” (Meillet, 1982, p. 202), “fascinante” (Corbett, 2014, p. 1) e “um dos traços flexionais menos satisfatoriamente descritos” (Câmara Jr., 1972, p. 115). Enquanto algumas línguas

⁷ O signo linguístico, como definido por Saussure, é uma unidade linguística que se configura pela união e relação biunívoca entre um conceito – significado – e uma imagem acústica – significante (Saussure, 2006 [1916], p. 79-81).

possuem várias classes de gênero, outras não possuem nenhuma, enquanto muitas línguas têm a categoria associada ao sexo, através dos componentes masculino e feminino, algumas não têm qualquer relação com esse componente.

O gênero pode ser definido como uma classe que se expressa através da concordância com os demais elementos nominais. Para Hockett, são “classes de nomes refletidas no comportamento das palavras associadas” (1958, p. 231). Dessa forma, compreende-se que o gênero não é apenas identificável nos nomes em si, mas também através dos artigos, adjetivos, numerais e outros elementos que acompanham os nomes, podendo até mesmo se manifestar apenas através dessas formas, mas nunca o oposto.

Muitos estudiosos já classificaram o gênero como uma categoria completamente arbitrária e aleatória ou cuja motivação houvesse se perdido no curso da história, tal como Bloomfield (1933, p. 280 apud Corbett, 1991, p. 7), que afirmou que “parece não haver nenhum critério prático pelo qual o gênero de um nome no alemão, francês ou latim possa ser determinado⁸”. No entanto, estudos posteriores e mais aprofundados demonstram que o gênero é passível de estruturação e sua determinação, tal como as demais categorias morfológicas, se dá por dois modos: pelo sentido e pela forma.

A categoria de gênero é considerada pouco produtiva, pois quase não há variação dentro das línguas, embora uma vez existente em uma língua ela tenda a aparecer em diversos constituintes que concordam com o nome, sendo marcada repetidas vezes e considerada pouco econômica linguisticamente. Quanto à sua origem, há divergências. Corbett (1991) aponta pelo menos dois caminhos possíveis e opostos no que tange ao fator semântico: segundo o autor, Grimm (1831) creditou o gênero gramatical à relação com o sexo dos seres e afirmou que a extensão aos nomes inanimados teria sido uma obra da imaginação humana; por outro lado, Brugmann (1889) afirmava que o gênero teve sua criação por aspectos formais, iniciando-se com sufixos para concordância adjetival tanto para diferenciar seres de diferentes sexos quanto para todos os demais nomes por analogia. A distinção animado X inanimado permeia a compreensão do gênero na maioria das línguas, motivo pelo qual Meillet (1982 [1921]) compreende que primeiramente as línguas

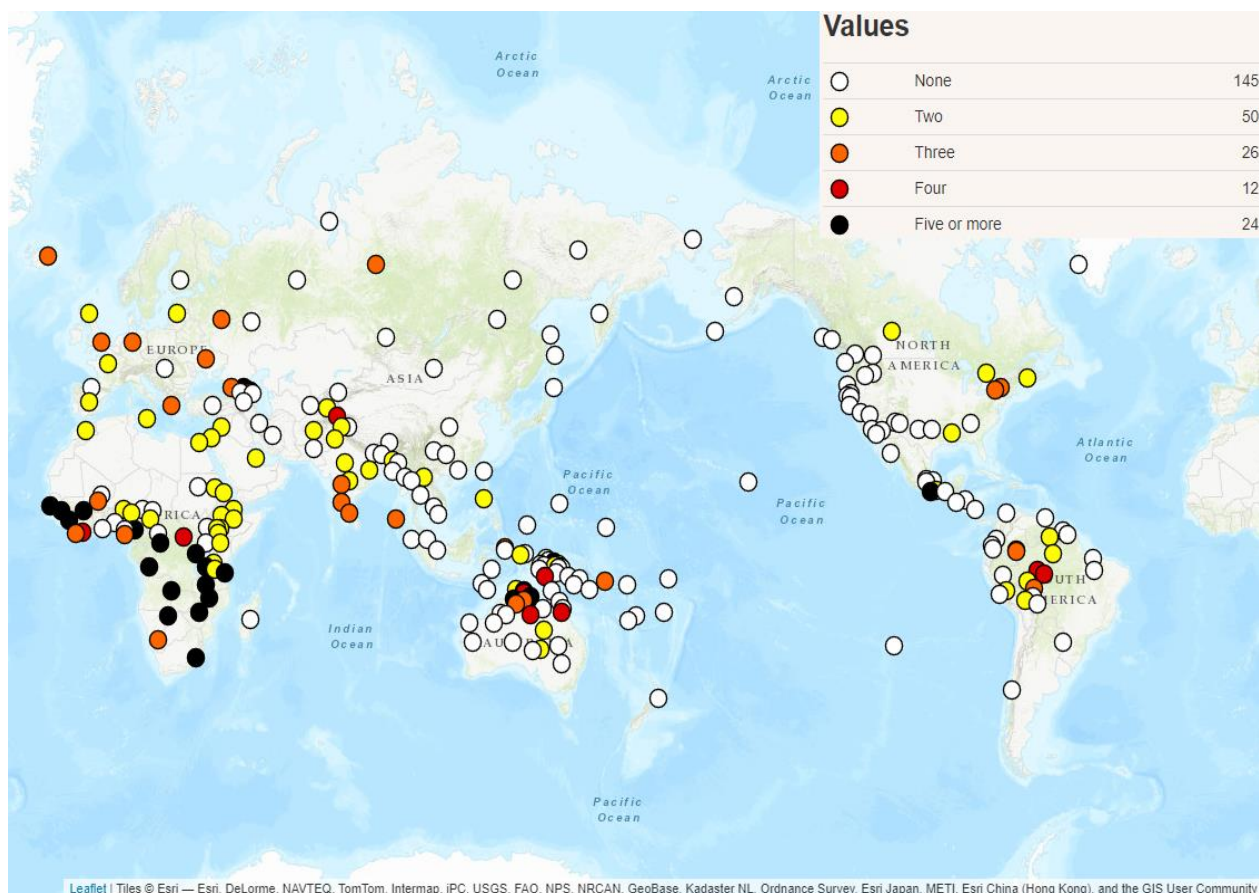
⁸ Do original: “There seems to be no practical criterion by which the gender of a noun in German, French, or Latin could be determined” (Bloomfield, 1933, p. 280 apud Corbett, 1991, p. 7, tradução nossa).

possuíam distinção gramatical entre os gêneros animado e inanimado e, internamente à categoria animado, teria surgido a distinção masculino X feminino.

Câmara Jr. (1972) chama atenção para o fato de o gênero somente ser aplicável nos substantivos animados. Quanto aos substantivos inanimados, quando recebem tal atribuição, é feita de maneira completamente arbitrária, motivo pelo qual a gramática tradicional precisou estabelecer a distinção entre 'gênero natural' e 'gênero gramatical', sendo o critério 'sexo' bastante confuso e contraproducente para a determinação, por não ser dominante.

Ao longo dos anos, autores têm se dedicado ao estudo do gênero através da compreensão da morfologia de gênero em diversas línguas e da comparação entre as diversas formas de expressão. O gênero é normalmente expresso pela flexão na concordância entre palavras, embora haja casos em que a declinação indique o gênero. Por vezes, o gênero e o número são expressos concomitantemente e o número de gêneros em uma língua também varia bastante. Ao analisar a presença, assim como o número de gênero nas línguas, Corbett (2013) no *The world atlas of language structure* (WALS), identificou que, dentre as 257 línguas analisadas, 112 possuem o sistema de gênero, ou seja, 43,6% do total. Dentre as línguas que possuem gênero gramatical, 50 (45%) delas possuem dois gêneros, 26 (23%) possuem três gêneros, 12 (11%) possuem quatro gêneros e 24 (21%) possuem cinco ou mais gêneros, como se vê na Figura 3, adiante, levando a crer, em consonância com outras análises acerca do comportamento de diferentes categorias gramaticais e em diferentes línguas, que o gênero é uma categoria pouco relevante, não está presente na maioria das línguas e se expressa de maneiras múltiplas.

Figura 3 – Número de gêneros nas línguas segundo o WALS



Fonte: Corbett (2013, <http://wals.info/chapter/30>).

Essa diversidade faz com que o gênero de nomes se torne um grande desafio em situações como a de aprendizagem de um idioma estrangeiro, especialmente para falantes nativos de uma língua sem gênero quando na aprendizagem de uma língua com gênero, pois parece ser um trabalho exaustivo decorar uma enorme lista de informações relativas ao gênero de cada substantivo e suas formas de concordância. No entanto algumas evidências, tais como o fato de falantes nativos raramente errarem o gênero de alguma palavra independentemente do seu grau de instrução formal e de que palavras emprestadas de línguas que originalmente não possuíam gênero ou novas criações receberem determinação de gênero sem qualquer dificuldade, ratificam que não se trata de um mero processo de decorar uma lista, mas de atribuição seguindo critérios que consideram tanto sentido quanto forma. Assim, é lógico também afirmar que a atribuição de gênero não é aleatória e sim motivada.

Considerando a questão da atribuição de gênero, Corbett (1991) divide as línguas que têm gênero atribuído por critérios semânticos e por critérios formais

(morfológicos e fonológicos), no entanto afirma que não há língua natural que classifique os gêneros exclusivamente por critérios formais, pois, mesmo quando esse critério é predominante, atua em concomitância com aspectos semânticos ou, minimamente, lida com alguns resíduos semanticamente. De todo modo, o autor considera ser possível subdividir as línguas considerando critérios predominantemente semânticos ou formais.

Dentre as línguas com critérios semânticos, frequentemente elas possuem apenas dois gêneros: o masculino e o feminino, com o masculino englobando os seres do sexo masculino, e muito comumente os chamados resíduos, e o feminino englobando seres do sexo feminino. Há ainda uma divisão semântica em dois gêneros que considera animados e inanimados, sendo árvores frequentemente consideradas animadas juntamente com pessoas e animais, como na língua Ojibwa, uma língua Algonquian falada em partes dos Estados Unidos e do Canadá. É importante notar que há, como sempre, exceções, mas estas se dão sempre por uma regra que Hockett (1966 apud Corbett, 1991, p. 20-21) chamou de “gênero animado absorvente”, pois há possibilidade de uma palavra que seria semanticamente inanimada ser alçada ao posto de animada, enquanto o oposto não ocorre. O inglês também é uma língua com atribuição de gênero por critérios semânticos, ainda que possua apenas um sistema de gênero pronominal, expresso somente nos pronomes pessoais, possessivos e reflexivos. A divisão é terciária em feminino, masculino e neutro e os animais são considerados neutros apesar de animais domésticos e em histórias infantis frequentemente receberem atribuição feminina ou masculina.

Ainda considerando os critérios de atribuição semântica, De la Grasserie (1898 apud Corbett, 1991, p. 30) dividiu oito principais tipos de distinção de gênero: (i) animado e inanimado; (ii) racional e irracional; (iii) humano e não-humano; (iv) ser humano masculino e outros; (v) forte e fraco; (vi) aumentativo e diminutivo; (vii) masculino e outros; (viii) masculino, feminino e assexuados. No entanto Corbett já afirma que é necessário ir além dessas divisões, como, por exemplo, divisões que não separam os homens dos demais, mas as mulheres de todos os demais, além da combinação de muitos desses critérios, tais como o de animacidade e diminutivos.

Considerando, então, os aspectos formais da língua, pode-se utilizar como exemplo o russo, uma língua de três gêneros (masculino, feminino e neutro) que, além dos critérios semânticos para seres sexuados, classifica as demais palavras de acordo com a declinação (grupo de declinação do tipo I é considerado masculino, tipos II e III

são considerados feminino e grupo IV, neutro). Outro exemplo é o Swahili e outras línguas do grupo Bantu, falada sobretudo em partes da chamada África Austral, ao sul do continente. Essas línguas se classificam como línguas de gênero aberto, em que o gênero já é expresso no próprio substantivo e não apenas nas palavras com as quais ele concorda, assim como também acontece no português. No Swahili, as línguas têm o gênero determinado de acordo com as classes morfológicas que são expressas por prefixos.

Por fim, ao considerar critérios fonológicos, Corbett (1991) cita como exemplo a língua afro-asiática Qafar, que possui dois gêneros, feminino e masculino, cujas terminações classificam os nomes assexuados que terminam em vogais acentuadas em femininos e assexuados terminados em consoantes ou vogais não acentuadas em masculinos, e também o francês, que, para além da divisão semântica em masculino e feminino, possui uma complexa, mas classificável, divisão de gênero considerando as terminações das palavras.

Outro exemplo de estudo comparativo do gênero das línguas é o realizado por Gregersen (1999), que analisou algumas línguas da África e do Pacífico. Acerca das línguas africanas estudadas, o autor notou quatro padrões: divisão em dois gêneros (masculino e feminino); divisão em três gêneros, em que se manteve masculino e feminino e um terceiro gênero de nomenclatura variável de acordo com a língua (comum, neutro ou inanimado); divisão em quatro gêneros (feminino, masculino, inanimado e animal); por último, línguas com divisão em três ou mais gêneros, porém sem a determinação clássica de masculino e feminino. Dentre as nomenclaturas identificadas estavam humano, animal, árvore, abstrato, inanimado e atenuativo, que trata das formas de objetos.

Na análise de línguas do Pacífico, o autor encontrou línguas com um maior número de gêneros e com grande variedade na classificação. Arapesh é uma língua com treze gêneros dentre os quais se identificam o masculino e o feminino; a língua australiana Dyirbal tem uma classificação em quatro classes (I – animado e humano masculino, II – humano feminino, água, fogo e luta, III – vegetais comestíveis e frutas e IV – uma classe residual para todos os demais nomes); e a língua Gunwinggu possui quatro gêneros (masculino, feminino, terra e vegetais). Considerando as línguas analisadas, Gregersen (1999) conseguiu estabelecer um padrão de marcação morfossintática mais comum através de prefixos seguido da marcação através de sufixos, além da redução do número das classes na passagem do singular para o

plural, como acontece, por exemplo, com a língua Fulani, que passa de 22 classes no singular para apenas cinco no plural, havendo, ainda, casos em que não há qualquer distinção de gênero nos nomes plurais.

Para além de análises específicas sobre o gênero, é importante citar as leis gramaticais universais de Greenberg (1964), que não deixou de abordar a questão. No estudo que resultou em 45 leis gramaticais, o autor analisou um total de 30 línguas de diversas partes do mundo e, dentre as leis que tratam da morfologia, cinco delas abordam a questão do gênero nos nomes. São elas:

Universal #36: se uma língua tem a categoria de gênero, também terá a categoria de número.

Universal #37: uma língua nunca tem mais categorias de gênero nos nomes plurais do que nos nomes singulares.

Universal #43: se a língua tem a categoria de gênero nos nomes também terá nos pronomes.

Universal #44: se uma língua faz a distinção de gênero na primeira pessoa também fará na segunda ou terceira pessoas ou em ambas.

Universal #45: se houver qualquer distinção de gênero nos pronomes plurais também haverá nos pronomes singulares.

Através das leis, é possível depreender a intrínseca relação entre gênero e número em três das formulações apresentadas, mostrando como as categorias se relacionam e como o número tem predominância em relação ao gênero, uma vez que é uma categoria mais presente nas línguas do que o gênero.

Assumindo, então, que o gênero se expressa sobretudo através dos elementos que acompanham o nome, Corbett (1991) concluiu que o gênero pode demonstrar concordância com 12 diferentes elementos da língua: adjetivos, demonstrativos, artigos, numerais, possessivos, participios, verbos, pronomes relativos, pronomes pessoais, advérbios, adposições (preposições, posposições e circumposições) e complementizadores.

Considerando, então, a afirmação de Corbett (1991), pode-se dizer que, no português, o gênero está expresso em oito dentre as 12 possibilidades, demonstrando que o gênero no português é uma categoria bastante presente:

- adjetivos: *belo/bela; pequeno/pequena*
- demonstrativos: *este/esta; aquele/aquela*
- artigos: *o/a*
- numerais: *um/uma; dois/duas*
- possessivos: *meu/minha; seu/sua*
- participios: *trazido/trazida*
- pronomes relativos: *cujo/cuja; o qual/a qual*
- pronomes pessoais: *ele/ela; o/a*

É importante destacar que nem todos os elementos dessas categorias precisam carregar marcas de gênero. Essa recorrência da presença da marcação de gênero pode ser analisada através de um tipo particular de concordância de gênero chamada concordância aliterativa, quando o próprio nome carrega uma marca que possibilita identificar o seu gênero, o chamado gênero aberto, e que, para além disso, todos os demais elementos gramaticais que concordam com ele carregam a mesma marca. Um exemplo clássico desse tipo de concordância é o caso do Swahili, em que “*ki*” representa o grupo de gênero 7/8 (cf. Corbett, 1991, p. 117):

- *ki-kapu ki-kubwa ki-moja ki-lianguka*
- *7-cesta 7-grande 7-um 1-cair*
- *Uma cesta grande caiu*

Embora esse tipo de concordância possa ser considerado como ideal nos casos de língua com gênero aberto, o autor admite que o fenômeno é bastante complexo e que, portanto, não se trataria apenas de identificar a presença ou ausência da concordância aliterativa, mas de identificar e classificar uma escala com maior ou menor grau de consistência de concordância desse tipo. Assim, voltando para o português, pode-se dizer que é uma língua com um certo grau de consistência no que se refere à concordância aliterativa, pois os elementos *-o* e *-a* tendem a se repetir na maioria dos elementos que concordam com o nome, como em:

- *Um menino bonito / uma menina bonita*
- *O seu quarto foi pintado / a sua sala foi pintada*

Se, por um lado, as línguas obedecem a regras internas de funcionamento, por outro, elas se relacionam com características culturais de cada sociedade em particular e isso pode explicar o porquê de algumas línguas terem e outras não terem a categoria gramatical de gênero e, ainda, o porquê de algumas línguas terem perdido essa categoria com o passar do tempo, como é o caso do inglês. A perda do gênero é considerada por Meillet (1982) como uma marca de evolução da língua e, em sua análise, ele evidencia a redundância e o ferimento do princípio da economia linguística, uma vez que a categoria de gênero apenas teria a função de preservar a concordância no sistema. O autor chama a atenção ainda para a redução da flexão morfológica, fato que atingiu todas as línguas indo-europeias progressivamente e que se relaciona com o enfraquecimento fonético no fim das palavras, um fenômeno natural das línguas. Assim, visto que em muitos casos o gênero é expresso por um morfema no fim do vocábulo, este som tende a se enfraquecer e, até mesmo, desaparecer, sendo este um relevante fator a ser considerado na análise da perda ou da manutenção do gênero gramatical.

Dessa forma, muitos são os fatores extralinguísticos que se relacionam à categoria, sendo um dos que chama atenção de linguistas a recorrência da inexistência da marcação de gênero para os pronomes de primeira e segunda pessoas, momento no qual os interlocutores estão presentes, mostrando não ser necessária essa informação gramatical, uma vez que o contexto social já dá conta da informação. Considerando essas questões, Corbett (1991) enumera três situações em que é problemático fazer a identificação do gênero e de seus referentes: impossibilidade de identificação, pois o referente é uma pessoa desconhecida (como em '*quem pegou o meu lápis?*'); o sexo da pessoa referente não é especificado ('*a criança estava brincando aqui?*'); o referente é um grupo de pessoas de ambos os sexos ('*atletas que ganharam medalhas nas últimas Olimpíadas?*'). Para lidar com esses problemas, ele sugere quatro possíveis abordagens: concordância determinada por convenção; uso de uma forma evasiva; uso de uma forma especial; situação em que não há nenhuma estratégia geral.

Por convenção, muitas línguas lidam com esses problemas utilizando formas masculinas, o caso do masculino genérico, que, embora comum na maioria das línguas, não ocorre sem exceções. Na língua Maasai, do grupo Nilotic, falada em partes centrais e do sul do Quênia e norte da Tanzânia, usa-se a forma do masculino apenas quando o referente é sabidamente masculino e usa-se o feminino quando não

se sabe o seu sexo; na língua Seneca, assim como em outras do grupo Iroquoian, dos Estados Unidos da América e Canadá, o feminino também é utilizado para referentes indefinidos e na língua Dama, do grupo Khoisan, do norte da Namíbia, grupos de pessoas são tratados no feminino. Ainda assim, quando a motivação para o gênero é semântica, notadamente influenciada pelos sexos feminino e masculino, a predominância nas línguas é de que a forma *default* seja a do masculino, restando ao gênero feminino apenas a marcação mais específica.

A convenção apontada pelo autor demonstra outra característica bastante controversa do gênero gramatical, uma suposta superioridade do gênero masculino em detrimento do feminino na maioria das línguas que utilizam tal divisão. Mesmo sendo a estratégia mais utilizada, alguns estudos demonstraram problemas na compreensão do masculino genérico como elemento que engloba indivíduos do sexo feminino e masculino, suscitando discussões acerca da relação de um fator biológico/social à língua e da aplicação do sexismo como regra a códigos linguísticos.

O uso do masculino genérico também veio a contribuir com o estabelecimento da noção do masculino como gênero não-marcado, fenômeno que pode acontecer em línguas com apenas duas possibilidades de gênero (masculino e feminino), tal como o português. Bobaljik e Zocca (2011) realizaram um estudo comparativo entre algumas línguas, incluindo o português, além do inglês, russo e alemão, com o intuito de evidenciar o caráter não-marcado do gênero masculino. Dentre as principais evidências estão: o uso de nomes masculinos para indivíduos de gênero não especificado; o masculino plural para representar um grupo composto por indivíduos de ambos os sexos; e, em caso de elipse, o antecedente masculino poder englobar indivíduos de ambos os sexos como em:

- *O Paulo é ator e a Fernanda também é [atriz]*
- **A Fernanda é atriz e o meu tio também é [ator]*

Considerando os argumentos trazidos pelos autores, nota-se em especial o uso do masculino como geral, enquanto o feminino é o gênero específico, caráter que se evidencia, por exemplo, com a apresentação em dicionários, que normalmente se dá por meio dos nomes masculinos, sendo a forma feminina apenas uma nota integrante do verbete para nomes passíveis de flexão de gênero, corroborando a hipótese de gênero não-marcado utilizada largamente para o gênero masculino. Ao se analisar a

situação do par *professor x professora*, por exemplo, parece realmente ser o caso de o masculino ser considerado não-marcado, uma vez que o masculino é representado pelo morfema-zero, enquanto o feminino pelo morfema *-a* e até mesmo no caso de *presidente x presidenta*, em que o *-e* pode ocupar a posição de uma vogal temática sem marca de gênero. Um exemplo do francês também pode corroborar a análise como em *américain x américaine*, e no plural, *américains x américaines*. No entanto é preciso ponderar o lembrete de Corbett (1991, p. 292) de que nem todas as línguas possuem um gênero que se comporta como gênero não-marcado e mesmo Bobaljik e Zocca (2011) já apresentam algumas situações em que se comportam de maneira duvidosa, como no caso de elipse, em que não poderíamos ter os seguintes exemplos:

- **Andrew é um príncipe e Anne também é [uma princesa]*
- **Anne é uma princesa e Andrew também é [um príncipe]*

O teste de uso do masculino para indivíduos de sexo não especificado também demonstra esse problema:

- *Há algum garçom na imagem? Sim, uma garçonete*
- **Há alguma garçonete na imagem? Sim, um garçom*
- **Há algum príncipe na imagem? Sim, princesa Anne*
- **Há alguma princesa na imagem? Sim, príncipe William*

Os exemplos demonstram que em alguns pares de vocábulos ambos os gêneros sempre serão considerados marcados, enquanto em outros o masculino pode ou não ser gênero não-marcado, a depender do contexto específico. Ainda assim, os autores argumentam a existência de possíveis exceções como o caso de *médico/médica*, que, segundo eles, é evidência de uma diferença de comportamento nos processos de marcação de gênero que se dão por meio flexional ou derivacional através dos exemplos do português:

- *O Pedro é médico e a Marta também é [médica]*
- *A Marta é médica e o Pedro também é [médico]*

A estreita relação entre gênero enquanto categoria gramatical e a categoria social sexo/gênero (ver mais em 2.4) foi analisada por McConnell-Ginet (2014), que já inicia seu texto com um importante alerta para o fato de que, embora o atributo referencial de gênero seja comumente associado ao gênero linguístico, há línguas em que há associação semântica não relacionada a ele, considerando questões tais como animacidade e forma. A autora vai além ao dizer que, no inglês, por exemplo, a atribuição de gênero não se especifica por um atributo natural, mas sim nocional. A associação de itens não-sexuados ao gênero feminino ou masculino é um exemplo de como a ideia de gênero gramatical é nocional, pois, embora não se atribua a esses objetos ou nomes a ideia de um ser homem ou mulher, associam-se aos objetos características mais masculinas ou mais femininas. Assim, é a chamada “bagagem conceitual” que vai definir que palavras sem expressão marcada de gênero vão ser atribuídas mais facilmente para mulheres ou homens, como masculinas ou femininas, como no caso dos estereótipos em profissões e atitudes comportamentais.

Hegarty (2014) também analisou a preferência pelo masculino na ordem em que as palavras aparecem em sentenças. No estudo, em frases binomiais, aquelas sequências de duas palavras conectadas a um mesmo sentido lexical, tal como “João e Maria”, foi identificada uma tendência de ordem em que referentes masculinos aparecem antes dos femininos devido a uma ideia hierárquica de importância masculina na sociedade, em que o masculino é visto como universal e o feminino como específico. Nesse sentido, Cooper e Ross (1975 apud Hegarty, 2014, p. 70) concordam e apontam que os desvios dessas regras se devem a outras convenções que se sobrepõem, como na expressão “mãe e filho” cuja ordem se deve à importância da mãe na sociedade e em como ela é a responsável por gerar o ser que vem depois e em “senhoras e senhores”, em que a ordem se deve a uma convenção de cortesia no cumprimento às mulheres.

Com isso, vê-se que a vitalidade dos estudos acerca do gênero gramatical se dá pela enorme variedade de possibilidades de expressão do gênero assim como pelas questões que seguem incompreendidas acerca do gênero enquanto categoria linguística. Para além dessas questões, também é possível afirmar que a relação inequívoca entre essa categoria linguística e questões sociais que a permeiam também contribuem para essa constante busca pela sua compreensão e pelos múltiplos significados atribuídos a ela.

2.3.2 Flexão, derivação e a questão do gênero

O estudo da morfologia se divide em dois grandes grupos: o que tradicionalmente se chama de morfologia flexional, que lida com marcadores ligados às raízes das palavras através do processo de flexão, responsável por criar diferentes formas para as palavras; e um outro grande grupo de processos variados de formação de novas palavras relacionadas às palavras existentes, dentro os quais o processo mais comum é o da derivação. Por isso, frequentemente, são divididos os estudos entre morfologia flexional e morfologia derivacional.

O gramático latino Varrão, como cita Câmara Jr. (2013 [1970]), fazia distinção entre dois tipos de processo: a *derivatio voluntaria* e a *derivatio naturalis*. O primeiro tinha como resultado a criação de novas palavras, as palavras derivadas, que não são obrigatórias ou sistemáticas, por isso o autor a denominou “derivação voluntária”. É o caso do português, por exemplo, quando do verbo ‘cantar’ pode-se derivar ‘cantarolar’, mas não ‘*falarolar’, do verbo ‘falar’. O segundo processo, flexão, contrariamente ao primeiro, é sistemático e obrigatório, imposto pela natureza da sentença. Não há formação de novas palavras, mas diferentes modalidades de uma mesma palavra. Esse é o caso do plural dos nomes, que ocorre, quase sempre, da mesma forma e que implica, ainda, a concordância dos elementos contíguos.

Assim, de modo geral, se assume que a flexão envolve marcas puramente gramaticais, tais como tempo, modo, aspecto, pessoa, número, gênero e caso, enquanto a derivação relaciona-se com a categoria lexical. Em síntese, a flexão engloba um grupo de palavras com o mesmo sentido lexical, mas com diferentes propriedades gramaticais, enquanto a derivação relaciona palavras com sentidos lexicais diferentes.

Retomando o supracitado conceito de lexema (ver item 2.3), compreende-se então que, enquanto a flexão se dá em um único lexema que possui formas linguísticas diferentes, porém relacionadas; a derivação é a relação entre diferentes lexemas pertencentes a uma única família de palavras. Assim, o processo de flexão cria diferentes formas do mesmo lexema, enquanto um processo derivacional cria novos lexemas.

Para Haspelmath e Sims (2010), a flexão não possui um valor de significado muito específico e é, portanto, mais abstrata e com função sintática, dividindo-se entre inerente ou contextual, sendo a flexão inerente aquela que apresenta uma informação

mais concreta, enquanto a flexão contextual a que apresenta valores que são mais relevantes sintaticamente. Cabe destacar também que os autores incluem o gênero como categoria flexional, apesar de não se aprofundarem na questão, mas também admitem casos em que o gênero se dá por meio da derivação, a exemplo do par 'rei' e 'rainha'.

Além dessas análises, o binarismo existente entre flexão e derivação também é tratado em relação aos verbos em três leis universais de Greenberg (1964):

Universal #28: se tanto a derivação quanto a flexão antecederem ou sucederem a raiz da palavra, a derivação sempre estará entre a raiz e a flexão.

Universal #29: se a língua tem flexão também terá derivação.

Seguindo por esse viés, costuma ser de interesse dos linguistas a busca por uma precisa distinção entre esses dois processos. Partindo de um número menor para um número maior de critérios, três análises são apresentadas a seguir. Stump (2001) estabelece cinco critérios clássicos para diferenciar flexão e derivação: (i) palavras pertencentes ao mesmo paradigma flexional compartilham o mesmo sentido lexical e classe de palavra, enquanto palavras relacionadas por derivação não mantêm essa obrigatoriedade; (ii) o contexto sintático pode exigir uma determinada palavra flexionada dentro de um paradigma e a exigência não acontece com uma palavra derivada; (iii) a flexão é mais produtiva do que a derivação; (iv) a flexão é semanticamente mais regular do que a derivação; (v) a flexão impede que a palavra sofra derivação futura, enquanto o oposto não acontece.

Já Bauer (2003) define sete critérios: (i) a derivação pode causar mudança de categoria; (ii) afixos flexionais possuem um sentido regular; (iii) a flexão é produtiva, por se aplicar em todos os elementos enquanto a derivação é semi-produtiva, não se aplica sem exceções; (iv) afixos derivacionais estão localizados mais próximos da raiz do que os flexionais; (v) afixos flexionais são obrigatórios e os derivacionais não; (vi) afixos flexionais compõem um grupo fechado, sem possibilidade de novas criações; (vii) a morfologia flexional é relevante para a sintaxe.

Booij (2000) vai além e apresenta nove critérios de distinção: (i) a derivação pode mudar a classe da palavra e a flexão não; (ii) a derivação é opcional e a flexão é obrigatória; (iii) a flexão é normalmente organizada em paradigmas; (iv) regras flexionais tendem a ser gerais, aplicando-se a todas as palavras, e produtivas,

aplicando-se também a novas palavras; (v) a flexão é semanticamente mais transparente do que a derivação; (vi) os produtos da derivação são armazenados no léxico, enquanto os da flexão resultam da aplicação das regras no momento do uso; (vii) processos flexionais são aplicados apenas uma vez por paradigma, os derivacionais permitem a recursividade; (viii) a flexão é relevante para a sintaxe; (ix) numa palavra que apresenta ambos os processos de flexão e derivação, a flexão está posicionada de maneira mais periférica, pois os sufixos estão conectados à base.

Analisando as três propostas supracitadas, já é possível afirmar que há consenso no que se refere à compreensão de que a flexão é sintaticamente relevante em oposição à derivação, assim como a derivação permite mudança de classe enquanto a flexão não permite. Todos também consideram a questão da produtividade e da regularidade semântica. A posição dos elementos e a obrigatoriedade da aplicação dos processos também são critérios que podem ser apreendidos das análises dos linguistas.

Por fim, considerando o português, acrescenta-se a análise realizada por Gonçalves (2011), que reúne e apresenta um total de 17 critérios para diferenciação entre a flexão e a derivação:

- (i) relevância sintática: a flexão é relevante sintaticamente, pois possui profunda relação com a estrutura das sentenças, enquanto a derivação não possui qualquer obrigatoriedade sintática. O fator que corrobora tal afirmação é a influência da concordância na cadeia sintagmática, como ocorre com o plural, por exemplo, que resulta numa cadeia de concordância, como em *as pesoas correram assustadas*;
- (ii) o afixo flexional manifesta seu significado apenas morfológicamente, enquanto o derivacional pode utilizar outras estratégias para expressão de significado. No caso do grau, por exemplo, pode-se ter o processo derivacional ou usar outras estratégias sintáticas e fonológicas;
- (iii) a flexão é mais frequentemente aplicável, mais produtiva, enquanto a derivação tem uso esporádico e opcional;
- (iv) a flexão é semanticamente mais regular e coerente do que a derivação. Um sufixo como o *des-* tanto pode assumir o sentido de “deixar de x” como em *desobedecer*, quanto o sentido de “separar, tirar” como em *descascar*;

- (v) a derivação pode expressar opinião a respeito de algo ou alguém, tem caráter opinativo, enquanto a flexão tem apenas valor gramatical, mas não pragmático. Construções derivacionais como *fofoqueiro*, *livreco*, *mulheraço* e *tipinho* demonstram essa possibilidade;
- (vi) a derivação pode ter forma e conteúdo arbitrários, contrariamente à flexão. A lexicalização é um dos efeitos desse fenômeno, tal como nos termos *coxinha* (salgado), *amarelinha* (jogo) e *bolão* (aposta conjunta);
- (vii) processos derivacionais podem ocasionar a mudança de classe da palavra e os flexionais não promovem qualquer alteração. Alguns exemplos são *inibir* – *inibição* (verbo-substantivo), *gerenciar* – *gerenciável* (verbo-adjetivo) e *feliz* – *felizmente* (adjetivo-advérbio);
- (viii) sufixos derivacionais são núcleos de uma palavra morfologicamente complexa, enquanto os flexionais são modificadores. O sentido de *maranhense* é “nascido no estado do Maranhão” e o sentido atribuído pelo sufixo *-ense* se sobressai ao da base *Maranhão*. De modo contrário age o plural, por exemplo, pois em *gatos* o núcleo continua sendo a base;
- (ix) os afixos derivacionais se localizam mais próximos da base e antecedem os flexionais quando ocorrem numa mesma palavra, como em *vende-dor-e-s*;
- (x) a derivação cria novos vocábulos enquanto a flexão expressa diferentes formas da mesma palavra;
- (xi) os elementos da flexão são mútuos e logicamente excludentes, ou seja, a presença de um elemento impede a presença de outro de mesmo valor. Se um verbo está em um tempo/modo específico, ele não pode estar em outro ao mesmo tempo;
- (xii) uma regra de formação de palavras pode ser reaplicada, o que não ocorre com a uma regra flexional. A recursividade é um fenômeno possível como se vê em *inconstitucionalíssimamente*;
- (xiii) os afixos flexionais constituem um grupo mais limitado e, portanto, há mais elementos derivacionais do que flexionais em uma língua;
- (xiv) é mais provável a criação de novos afixos derivacionais do que flexionais. Pela limitação dos elementos flexionais expressa no critério (xiii), a probabilidade de criação de elementos derivacionais é maior;
- (xv) apenas os afixos derivacionais podem identificar o falante do ponto de vista sociolinguístico;

- (xvi) a flexão pode expressar mais de uma função, sendo os morfemas flexionais cumulativos, enquanto a derivação não tem caráter cumulativo;
- (xvii) sufixos derivacionais portam acento e os flexionais são átonos.

Em seu próprio estudo, Gonçalves (2011) já apresenta alguns problemas para os critérios elencados. Um olhar mais aprofundando, considerando o caráter da presente pesquisa e seus dados, também demonstra que alguns dos critérios não são tão seguros. O critério (ii), por exemplo, é bastante restrito, pois, segundo o autor, um afixo flexional apenas se manifestaria morfológicamente, enquanto um derivacional poderia utilizar outras estratégias e, para isso, autor cita o caso do grau, no qual se tem '*grandíssimo*' com o mesmo sentido de '*muito grande*', ou seja, o grau expresso através de uma estratégia morfológica ou lexical. No entanto, como se verá nos dados desta pesquisa, as expressões de gênero não são apenas morfológicas, embora haja consenso de que o gênero seja essencialmente flexional.

De igual modo, o critério (v), segundo o qual apenas a derivação expressa julgamento de valor, encontra barreiras quando se analisam dados reais, a exemplo do caso de '*bandida*', que se verá mais adiante. Destaque-se também a afirmação do critério (xv), que sugere que apenas os afixos derivacionais são capazes de identificar o falante do ponto de vista sociolinguístico. Assumindo o caráter sociolinguístico da presente pesquisa, é possível perceber o encaixamento sociolinguístico dos dados apresentados, sejam eles flexionais ou de qualquer outra natureza. A própria flexão de número no português, que se apresenta com o plural em *-s*, parece ser indiscutivelmente flexional e seu uso pode ser analisado seguindo um viés extralinguístico.

Quanto ao critério (xvi), apesar de frequentemente afixos flexionais expressarem cumulativamente mais de uma função, caso das marcas número/pessoa nos verbos, o próprio autor afirma que há exceções e alguns afixos derivacionais também atuam de maneira similar, motivo pelo qual, se optou por seguir não registrando essa característica. De igual modo o autor se refere ao critério (xvii), que, embora válido para muitos dos afixos e seja bastante específico para o português, também tem a sua eficácia duvidosa e não é um critério muito confiável.

Sendo assim, realizando uma análise que considera os quatro apontamentos dos autores supracitados, vê-se que alguns dos critérios estabelecidos podem ser

subdivididos, aglutinados ou descartados, chegando ao que parecem ser os critérios mais confiáveis e aceitos por um coletivo:

- (i) a derivação pode mudar a classe da palavra, enquanto a flexão não permite mudança de classe;
- (ii) a flexão é sintaticamente relevante e, por isso, se torna um elemento obrigatório exigido pela sintaxe, enquanto a derivação não;
- (iii) a flexão é mais produtiva, isto é, é mais recorrente na língua uma vez que é obrigatória e aparece repetidamente em vários elementos;
- (iv) a flexão é semanticamente mais regular do que a derivação;
- (v) o estoque de afixos flexionais é mais limitado na língua ou compõe um grupo fechado, enquanto o de derivacionais é mais aberto e permite novas criações;
- (vi) a flexão se organiza em paradigmas e a presença de um elemento de determinado valor impede a presença de outro, enquanto o mesmo não ocorre com a derivação, que pode contar com a recursividade;
- (vii) afixos derivacionais se posicionam mais perto da base, enquanto os flexionais estão posicionados mais periféricamente, por isso impedem novos processos;
- (viii) as palavras flexionadas compartilham um único sentido lexical. Nas palavras de Stump (2001), confirmadas com a análise de Gonçalves (2011), a flexão expressa diferentes formas da mesma palavra. Ele também diz que sufixos derivacionais são núcleos de uma palavra complexa, em concordância com Booij (2000), que afirma que produtos da derivação são armazenados no léxico. Por sua vez essas análises estão em concordância com a hipótese dos lexemas (cf. BEARD; VOLPE, 2005, no Quadro 3). Dessa forma, resume-se que o processo derivacional cria novos lexemas, enquanto a flexão gera diferentes formas do mesmo lexema.

Seguindo a análise considerando a língua portuguesa, mais especificamente para o gênero dos substantivos, a hipótese mais aceita é de que essa especificação se dá por meio do processo flexional, como afirmam, para citar alguns exemplos, Câmara Jr. (2013 [1970]), Zanotto (1996) e Monteiro (2002). Contrariamente, Sandmann (1997) adota a posição de que a formação do gênero nos nomes é um

processo derivacional, baseando-se nas estratégias lexicais de determinação de gênero, além de elencar a variedade de morfemas que podem ser utilizados. Rocha (1998), por outro lado, após a análise dos critérios de regularidade, concordância e opcionalidade, anteriormente definidos por Câmara Jr. (2013 [1970]), conclui que o gênero em substantivos de referente sexuado no português é um “mecanismo linguístico complexo” que sofre tanto regras de derivação quanto regras de flexão.

Diante dos impasses, outras questões acerca desses processos são levantadas. Corbett (2001) indica que traços tais como o gênero, assim como número e pessoa, são definidos através da “ancoragem”, isto é, quando a entidade contida no nome indica a expressão desses traços. Há, para o autor, indícios de que a concordância é sempre conduzida pela semântica, o que pode levar as discussões para um caminho pouco factual, como já tem sido nas análises sobre o gênero, podendo-se atenuar essa referência semântica considerando-se uma combinação pragmático-sintática.

Considerando também possíveis problemas não apenas nos critérios mas também na diferenciação entre os fenômenos em geral, Bauer (2003) propõe uma forma de analisar os processos através da noção de protótipos. Assim, um protótipo é aquela forma que atende aos critérios de maneira mais clássica, embora seja possível que outras formas se distanciem mais ou menos dos padrões estipulados pelo protótipo. Ou seja, um morfema flexional prototípico é aquele que atende completamente aos critérios elencados anteriormente, assim como um morfema derivacional prototípico vai atender aos critérios típicos. Neste caso, sobre a questão do gênero já é possível afirmar: o gênero não é uma classe que atende de maneira prototípica a nenhum dos padrões.

Por fim, chega-se então a uma diferente via diante de vários obstáculos encontrados, a via do *continuum* flexão – derivação. Bybee (1985) afirma, neste sentido, que a diferença entre a flexão e a derivação é uma questão de grau, uma vez que os critérios estabelecidos como definidores dos processos tanto de flexão quanto de derivação muito comumente encontram exceções nos dados linguísticos, logo não são apropriados para caracterizar esses processos como completamente distintos.

Assim, diante do *corpus* da pesquisa e das observações acerca do processo de formação do gênero, assume-se a tese de que o processo mais comum de expressão do gênero é a flexão, embora haja outros processos, morfológicos ou não, que podem atuar na determinação do gênero dos nomes em português.

2.3.3 Determinação do gênero no português

O português é uma das línguas que possui o gênero gramatical que se apresenta de forma dicotômica, com duas possibilidades para todos os nomes: masculino X feminino. Ressalta-se que, por englobar todos os nomes, não costuma ser feita qualquer distinção para substantivos inanimados, os não-sexuados, e os animados, sexuados, embora para o primeiro grupo o gênero não seja variável e para o segundo grupo, empregado para determinação de pessoas e animais, há, na maior parte dos casos, o processo flexional diante da substituição ou acréscimo de desinências tendo como base a forma do masculino, que passa para a forma do feminino.

Pelo fato de o processo de mudança de gênero sempre ter como referência a passagem do masculino para o feminino, muitos estudos trabalham com a hipótese de o masculino ser considerado o gênero não-marcado e o feminino o gênero marcado e, para isto, recomenda-se cautela, como expresso na seção 2.3.1 deste trabalho. A expressão do gênero é feita através do uso do artigo *o* para o masculino e *a* para o feminino e seus determinantes similares e, como senso comum, tem-se que a maioria das palavras masculinas termina também em *-o* e as femininas em *-a*, especialmente nos casos em que há mudança de gênero para os substantivos sexuados.

A divisão de gênero português diverge, embora derive do latim, uma vez que as flexões latinas eram muito mais variadas já que as palavras no latim se classificavam segundo declinações e as terminações variavam de uma declinação para outra de acordo com o gênero. No latim, as palavras da primeira declinação são, predominantemente, do gênero feminino e têm terminação em *-a*, fator que, muito possivelmente, influenciou o feminino em *-a* no português. Na segunda declinação, predominantemente masculina, as palavras terminadas em *-us* são masculinas e as neutras têm terminação em *-um*. Com isso, no latim, a distinção é feita entre três gêneros, masculino, feminino e neutro, este último utilizado para marcar os seres inanimados, apesar da existência de exceções. Alguns fenômenos naturais eram caracterizados por gênero masculino ou feminino por serem considerados forças ativas da natureza; assim, eram considerados femininos ou masculinos de acordo com algumas características específicas que tendiam mais para a associação com um dos gêneros. Ao mesmo tempo, já no latim, que parecia atribuir grande importância à distinção macho e fêmea, alguns animais não tinham gênero expresso

gramaticalmente, seja pela falta de contato dos homens com esses animais seja pelo fato de a distinção em alguns desses seres ser considerada secundária, a exemplo de insetos, peixes e outros animais de pequeno porte. Na passagem para a língua portuguesa, grande parte dos nomes que eram masculinos ou femininos no latim permaneceu com o mesmo gênero gramatical no português e as palavras que eram originalmente de gênero neutro foram reclassificadas de acordo com a nova distinção, apenas binária.

Para um retrato do gênero no português, foram analisadas nove gramáticas normativas publicadas em diferentes períodos e apresentadas a seguir em ordem cronológica, a fim de se ter uma ideia da evolução histórica do que se entende pela determinação de gênero no português. Além do período, essas gramáticas também apresentam diferentes visões, desde as mais tradicionais às mais inovadoras, buscando-se, com isso, analisar a documentação sobre o tema.

Fernão de Oliveira (1536), em sua *Grammatica da lingoagem portuguesa*, a primeira gramática em língua portuguesa, ressalta a divisão do gramático Varrão em declinações de dois tipos: as naturais e as voluntárias. Nessa abordagem, são declinações voluntárias aquelas que cada indivíduo faz à sua vontade, enquanto as naturais estão mais sujeitas às regras e leis, atendendo aos usos comuns. Para as declinações dos nomes em português, o autor cita as de gênero e número, destacando que a maioria dos nomes femininos termina em -a, embora haja variedade de terminações para femininos e masculinos, e, diante de tantas possibilidades, ressalta que, associado a esses processos, encontra-se o gênero dos artigos, que se apresenta sempre como a para o feminino e o para o masculino.

O gramático João de Barros (1540) afirma que os gêneros dos nomes existem para que haja diferenciação entre o masculino e o feminino e entre o neutro e ambos. Chamando atenção para o fato de que as línguas tratam o gênero de diferentes maneiras, diz que no português o gênero é expresso pela significação, caso dos sexuados, e também pelo artigo, caso dos não-sexuados, que apenas levam marca gramatical. O autor identifica sete gêneros no português: o masculino, o feminino, o neutro, o comum a dois gêneros, o comum a três gêneros, o duvidoso e o confuso e diz que, quando o nome se referir a um dos sexos, este será fator determinante para o gênero linguístico.

Barbosa (1822), na *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*, afirma que alguns

nomes são de classe natural, animais que se dividem entre macho e fêmea. Para o gramático, os nomes que não têm sexo deveriam ser agrupados numa terceira classe, de gênero neutro, porém, visando estender a classificação dos animados, as coisas também foram classificadas entre femininas e masculinas, sobretudo pela terminação. Então a regra de gênero dos nomes se dá por dois caminhos: pela significação, nos animados; e pela terminação, nos inanimados. Juntamente com o nome dos substantivos, há a concordância dos artigos e adjetivos, podendo-se, então, utilizar dois meios para se saber o gênero: pelo próprio substantivo ou pela concordância, sendo tudo fixado apenas pelo uso, uma vez que a escolha é arbitrária.

Os nomes que possuem gênero por significação são determinados masculinos para os homens, suas profissões ou ofícios, assim como outras figuras representativas, tais como deuses, anjos, mares, rios etc., e são femininos os nomes de mulheres e suas profissões bem como figuras como deusas, a terra, as ciências e as artes, as virtudes e as paixões. Há ainda outras formas que possuem um único gênero ou que têm gênero variante, como *'infante'*, *'intérprete'* e *'virgem'*, e alguns epicenos para animais, tais como *'crocodilo'*, *'javali'* e *'cobra'*.

Para o segundo grupo, gêneros determinados pela terminação, o autor destaca o estabelecimento de um gênero fixo, embora haja possibilidade de variação no curso histórico, como é o caso de nomes como *'cometa'*, *'mapa'*, *'fim'* e *'planeta'*, que eram femininos e passaram a masculinos, e outros como *'árvore'*, *'frase'*, *'linguagem'* e *'origem'*, que seguiram o caminho inverso, eram masculinos e passaram a femininos. De acordo com as terminações, o autor estabelece a divisão da seguinte maneira:

- são masculinas as terminações em *-u* e *-i* agudo (*'javali'*, *'bambu'*), *-o* grave e *-ô* (*'aço'*, *'avô'*), em *-im*, *-om* e *-um* (*'brim'*, *'dom'*, *'atum'*) e os ditongos *-ái*, *-áo*, *-éo*, *-êo*, *-ói* e *-óe*. São também masculinas as terminações *-al*, *-él*, *-il*, *-ól*, *-ul*, *-ar*, *-êr*, *-ir*, *-ór*, *-ur* e *-oz*;
- são femininas, no entanto, as terminações em *-a*, *-ã*, *-am*, *-ãi* e *-ê* (*'garrafa'*, *'irmã'*);
- há ainda outras terminações que são comuns aos dois gêneros: *-a* e *-e* agudos (como em *'pá'* e *'café'*), *-e* grave, *-ó*, *-ão*, *-em*, *-ei*, *-er*, *-ôr*, *-az*, *-ez* e *-êz*, *-iz*, *-oz* e *-uz*.

Em todos esses casos, como não poderia deixar de ser, há exceções, e, segundo o autor, das 43 terminações encontradas, 28 ficaram fixadas a um único gênero e 15 são variantes.

Na gramática de Said Ali (1931) é dito que para os nomes que designam seres humanos o gênero tem relação com o sexo, sendo que na maioria dos casos faz-se uso da terminação *-a* para indicar o feminino e os nomes terminados em *-e* podem se estabelecer no grupo comum de dois, tais como *'estudante'*, *'agente'* e *'cliente'*, ou podem formar o feminino em *-a* como em *'parenta'*, *'mestra'*, *'infanta'*. Já os nomes em *-ão*, possuem três modos de formação de feminino e até o século XVI havia bastante incerteza e variação quanto a essas formações: (i) como em *'irmão'* > *'irmã'*, *'anão'* > *'anã'*, *'cirurgião'* > *'cirurgiã'*, ou seja, elimina-se a vogal *-o* para formar o feminino; (ii) a terminação *-oa* em lugar de *-ão*, como em *'bretoa'* e *'patroa'*; e (iii) modificação de *-ão* por *-ona*, sobretudo nos aumentativos, como em *'chorona'*, *'fanfarrona'* e *'solteirona'*.

No que se refere ao nome das coisas, o autor estabelece o padrão de terminação em *-o* ou *-a* átonos, ou seja, enquanto para os nomes próprios considera-se o sexo dos indivíduos, para o nome das coisas considera-se, sobretudo, a terminação.

Assim como outros autores, Nunes (1956), no *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, também ressalta que no latim havia três gêneros, porém na passagem para o português, assim como na maior parte das línguas românicas, permaneceram apenas dois gêneros. Enquanto nos substantivos sexuados manteve-se o mesmo padrão existente de feminino e masculino, os substantivos que eram de gênero neutro latino passaram para as línguas românicas com uma grande variação.

Os gramáticos Cunha e Cintra (2008) destacam que, além da flexão de gênero, processo mais estudado e presente nas gramáticas, há outros processos que caracterizam o gênero dos substantivos sexuados que não se dão pela flexão. São eles:

- as formas com radicais distintos: *homem* > *mulher*, *genro* > *nora*;
- os chamados substantivos epicenos, animais com um só gênero gramatical para expressão de ambos os sexos: *a cobra macho/a cobra fêmea*;
- os substantivos sobrecomuns, em que não há qualquer variação de gênero: *a mosca*, *o besouro*;
- os substantivos de um só gênero gramatical para indivíduos de ambos os sexos: *a criança*, *a pessoa*, *o indivíduo*;

- os substantivos comuns de dois gêneros, com uma só forma para os dois gêneros e distinção feita pelo uso do artigo ou outros adjetivos flexionais: *o agente/a agente*, *o estudante/a estudante*;
- os substantivos de gênero vacilante, cujo uso admite vacilação de gênero: *diabetes*, *suéter*, *guaraná*.

Bechara (2009) afirma, em sua gramática, que não é a flexão dos nomes que dá forma aos gêneros dos substantivos, pois nem todos os casos sofrem flexão, mas as palavras que acompanham os nomes, tais como o artigo, o adjetivo e o pronome; estas, sim, formas que sofrem flexão. O autor dá especial destaque à situação do gênero em profissões antes essencialmente masculinas, mas hoje ocupadas por mulheres, provocando uma adaptação das formas de uso. Para esse efeito, cita, por exemplo, '*mestra*', '*embaixadora*' e '*senadora*' como formas já vitoriosas, mas ressalta que formas como '*chefa*' e '*caba*' "podem não vingar por se revestirem de sentido pejorativo" (BECHARA, 2009, p. 134). Acerca dos substantivos terminados em -e, ressalta que alguns permanecem invariáveis enquanto outros têm supressão da vogal temática e terminação em -a, casos de *infante/infanta*, *parente/parenta* e *presidente/presidenta*.

Já Perini (2010) classifica os nomes em dois tipos de gênero: o gênero inerente e o gênero governado. Os nomes usados referencialmente, núcleos do SN, têm, sem exceção, um gênero inerente que pode ser masculino ou feminino. Enquanto isso, um nome usado como qualificador, por outro lado, obrigatoriamente segue o mesmo padrão de gênero do núcleo e tem, portanto, o gênero governado. Assim, nos exemplos *caderno vermelho* e *bolsa vermelha* pode-se observar que *caderno* e *bolsa* possuem gênero inerente e *vermelho* e *vermelha* são de gênero governado. Além disso, o autor faz diferenciação entre gênero gramatical, para as coisas que têm o gênero determinado apenas gramaticalmente, e gênero natural, para as pessoas e animais com os quais se faz associação com o sexo. No entanto destaca que ambos os processos são interpretados da mesma forma pela tradição gramatical.

Por fim, cita-se a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Bagno (2011), que define que o gênero, assim como o número, é uma categoria dos substantivos, adjetivos e similares, sendo que os adjetivos apenas acompanham o gênero dos substantivos por meio de concordância redundante, motivo pelo qual é possível que haja a perda dessa marca, pouco relevante para os animados e ainda

menos para os inanimados. Segundo o autor, uma vez que é da natureza do adjetivo atribuir qualidade, um *gato preto* e uma *gata preta* são dotados da mesma qualidade, da mesma forma que *um pensamento sombrio* e *uma ideia sombria* são igualmente sombrios. Essa equivalência de sentido demonstra, para o autor, que “a existência de adjetivos que têm a mesma forma no masculino e no feminino é a prova de que a inexistência de marca morfológica de gênero não altera em nada a compreensão do enunciado” (Bagno, 2011, p. 678).

Para além da determinação de gênero feita pelas gramáticas, muitos estudos se dedicam a tratar a questão do gênero no português, que, como se viu, possui muitas nuances. Câmara Jr. (2013 [1970]), sob esse viés, observou que a descrição de gênero tradicional apresenta uma série de problemas, tais como a falta de distinção entre o gênero linguístico e o sexo e a falta de separação dos outros processos de diferenciação entre os gêneros que não se dão pela flexão.

A abordagem de Câmara Jr. sobre o tema aponta que os substantivos em português geralmente possuem feminino terminados em *-a*, mesmo quando as formas de masculino terminam em *-e* ou são atemáticos. De acordo com o autor, a flexão de feminino se caracteriza pelo acréscimo de *-a* e supressão da vogal temática, quando esta existe, e chama a atenção, ainda, para a existência de alguns alomorfes, tais como: o par opositivo /ô/ > /ó/, como em *avô/avó*; formas em /oN/, normalmente realizadas em *-ão*, que perdem o travamento nasal com o acréscimo de *-a*, como em *bom/boa* e *leão/leoa*; o sufixo derivacional aumentativo /oN/, realizado em *-ão*, que transfere o travamento nasal e acrescenta a desinência *-a*, como em *valentão/valentona*; os radicais em /aN/ com tema em *-o*, que perdem a vogal temática, como em *irmão/irmã*; dentre outros.

Outro ponto relevante levantado por Câmara Jr. (1972) é o fato de que no latim a marca de gênero de um substantivo não está nele em si, mas no adjetivo atuando como modificador, enquanto nas línguas latinas o artigo assume esse papel de modificar com marca de gênero por excelência, postulando que “o gênero dos substantivos se afirma pela seleção da forma do artigo determinante” (Câmara Jr., 1972, p. 122).

Zanotto (1996) também chama a atenção para o fato de a determinação do gênero dos substantivos ser feita por determinantes, visto que nem todo substantivo apresenta flexão de gênero, e apresenta ressalvas quanto ao uso das terminações *-o*

e -a para a determinação de gênero. O autor apresenta, então, alguns padrões morfológicos para gênero:

- radical (R) + desinência de gênero (DG): *cantor/cantora*;
- R - vogal temática (VT) + DG: *aluno/aluna, presidente/presidenta*;
- R - VT + alternância /ê/ > /é/ + ditongação /é/ > /éy/: *européu/europeia*;
- R - VT + alternância /ê/ > /i/ + DG: *judeu/judia*;
- R - VT + alternância /é; a/ > /ô/ + DG: *ilhéu/ilhoa*;
- R - VT + alternância /a/ > /o/ + consoante nasal + desnasalização + DG: *chorão/chorona*;
- R - VT + sufixo derivacional (SD): *poeta/poetisa*;
- R + SD: *consul/consulesa*;
- R - VT: *réu/ré*.

Biderman (1974) realizou um levantamento em dicionários de cinco línguas românicas – o espanhol da Espanha, o romeno, o francês, o italiano e o português na sua vertente europeia –, considerando aspectos mórficos, morfossintáticos e semânticos da categoria de gênero. Nesse levantamento, foi expressiva a quantidade de palavras cujo gênero tem papel puramente gramatical e nada tem a ver com sexo biológico. A autora verificou ainda que, dentre esses substantivos inanimados, houve predominância do gênero gramatical feminino, enquanto para os animados ocorreu o oposto, predominância do gênero masculino. Para os substantivos de gênero animado, a autora observou a predominância do par opositor -o/-a em comum para o português, o italiano e o espanhol.

Seguindo a mesma linha, Schwindt (2020) analisou o léxico do português brasileiro e identificou que, embora haja relativa variedade de terminações para os substantivos no português, considerando as vogais -a, -o, -e átonas e tônicas e as consoantes, todas elas com possibilidades de substantivos femininos e masculinos, a atribuição do gênero não é conflituosa para falantes nativos e há certa “predizibilidade”. Além disso, registra que, no geral, há mais palavras femininas na língua portuguesa, sendo a maioria delas sem possibilidade de alternância de gênero, concluindo também que o padrão dos substantivos se apresenta como [+concreto, -animado, -sexuado].

Acerca das clássicas terminações -a e -o, a amostra de um dicionário e de um *corpus* levantada pelo autor conclui que “nem todos os nomes femininos terminam em /a/ e nem todos os masculinos terminam em /o/ [...] mas quase todos os terminados em /a/ são femininos, e os terminados em /o/ são categoricamente masculinos” (Schwindt, 2020, p. 291), sendo as únicas exceções as palavras ‘*tribo*’ e ‘*libido*’, sendo a última passível de variação no uso. Já os terminados em -e são predominantemente femininos e, segundo o autor, correspondem a, aproximadamente, 15% do léxico do português brasileiro.

Considerando todo o exposto acerca das formas de atribuição de gênero, pode-se então concluir que a atribuição de gênero no português se dá primeiramente de forma semântica:

- (i) nomes referentes a pessoas e animais masculinos são masculinos;
- (ii) nomes referentes a pessoas e animais femininos são femininos.

Para os nomes dos inanimados, atribui-se, então a regra fonológica em que:

- (i) nomes de objetos terminados em -a são femininos;
- (ii) nomes de objetos terminados em -o são masculinos;
- (iii) nomes de objetos terminados em -e e em consoantes são de gênero variado.

Não se pode deixar de observar que todas as regras possuem exceção, os padrões apresentados são apenas predominantes, e que, quando há conflito, normalmente é a regra semântica que se sobrepõe. Assim, para os nomes inanimados não se acredita que a atribuição seja meramente arbitrária, mas apenas linguística, enquanto para os animados a regra é essencialmente semântica. No entanto não se pode deixar de admitir que a atribuição de gênero dos substantivos inanimados é bastante desafiadora para os estudos linguísticos uma vez que não parece haver qualquer relevância para o português e para línguas próximas, como as românicas, motivo pelo qual o gênero dos nomes pode variar de uma língua para outra – *mar* no português é masculino, enquanto *la mer* no francês é feminino, por exemplo, evidenciando que as regras linguísticas seguidas pelas línguas são mais particulares.

Em suma, embora se apresente como desafiador e complexo, o esquema de gênero do português, em consonância com o estudo de outras línguas de diferentes

famílias, demonstra ser passível de esquematização e atribuição de regras que são seguidas em grande parte dos casos e utilizadas sem grandes problemas por seus falantes.

2.3.4 Em busca de uma “neutralização” do gênero no português

Expressões como ‘linguagem neutra’ ou ‘gênero neutro’ têm se popularizado nos últimos anos. Para além delas, outras expressões têm sido utilizadas como sinônimas, apesar de não necessariamente serem, tais como ‘linguagem inclusiva’, ‘linguagem inclusiva de gênero’, ‘neolinguagem’, ‘linguagem não-sexista’, ‘linguagem disruptiva de gênero’ e, ainda, ‘linguagem não-binária’. Aqui ‘linguagem não-binária’ é considerada como termo preferível para tratar desse fenômeno da linguagem não tão recente, mas que vem cada vez mais ganhando notoriedade.

Como já expressei neste trabalho, a conexão entre língua e gênero é tema recorrente e produtivo nos estudos da linguagem há muitos anos, enquanto o foco das observações dessa relação sofre evoluções motivadas pelas diferentes perspectivas das ideias tanto de gênero quanto de língua no decorrer do tempo. Apesar da existência de diversas facetas dos estudos linguísticos com enfoque na questão do gênero, a mais forte delas se dá por associação aos estudos feministas. É neste campo que muito se tem questionado acerca de um possível sexismo na linguagem que, cabe ressaltar, se sustenta fortemente na ideia de que a língua não é e não pode ser isolada dos indivíduos que a falam e que, portanto, reflete os mais diversos traços sociais. Estando uma língua inserida em uma cultura machista e patriarcal, ela não poderia deixar de carregar consigo os mesmos traços de sua sociedade, ainda que não possa ser considerada *per se* machista, mas moldada pelo seu uso, marcada por intencionalidades.

Pensando nessas demandas feministas e na busca por usos de uma ‘linguagem não-sexista’ ou ‘linguagem inclusiva de gênero’, iniciou-se uma discussão acerca de usos linguísticos que busquem minimizar os traços de sexismo expressos através da linguagem, sobretudo relacionados a estruturas linguísticas que versam sobre as mulheres. Embora o termo ‘linguagem inclusiva’ seja, muitas vezes, utilizado como sinônimo de ‘linguagem neutra’, trata-se de algo mais amplo, uma vez que para uma inclusão completa é também preciso levar em consideração outros grupos sociais

com demandas distintas, com enfoque em aspectos tais como raça/etnia e deficiências diversas.

Este viés de inclusão de gênero através da linguagem centra-se, então, nos seguintes aspectos da língua:

- (i) questionamento da posição do homem como central na sociedade expresso através da linguagem: uso de ‘homem’ como sinônimo para ‘ser humano’, por exemplo;
- (ii) questionamento acerca do uso do masculino genérico como norma: em formações de plurais tal como ‘os alunos estão de férias’ para tratar de alunos e alunas, assim como em casos de pessoa de gênero não especificado;
- (iii) uso de marcação dupla de gênero para representação coletiva: ‘os alunos e as alunas dessa escola fizeram uma apresentação’;
- (iv) marcação do gênero feminino em contextos específicos: ‘Dilma Rousseff foi presidenta do Brasil’.

Essas discussões se fazem muito presentes em guias e manuais, a exemplo do *The handbook of nonsexist writing: for writers, editors and speakers*, publicado primeiramente em 1980, nos Estados Unidos da América, e que trata de questões acerca do uso do masculino genérico, do uso de pronomes e do tratamento desigual para homens e mulheres através da linguagem, ainda que trate de inglês, uma língua que apenas faz uso do chamado gênero natural, aquele expresso apenas através de pronomes e alguns nomes. Nos Estados Unidos da América, notas recomendando um uso menos sexista da linguagem também foram publicadas mais recentemente pela *Linguistic Society of America*⁹ e pela *American Philosophical Association*¹⁰.

No Brasil, podemos citar como iniciativas recentes o *Manual para o uso não sexista da linguagem*¹¹, publicado em 2014 pelo Governo do Estado do Rio Grande

⁹ Cf. <https://www.linguisticsociety.org/resource/lisa-guidelines-nonsexist-usage>. Acesso em: 13 fev. 2023.

¹⁰ Cf. <https://www.apaonline.org/page/nonsexist>. Acesso em: 13 fev. 2023.

¹¹ Cf.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

do Sul, com discussões sobre a temática no que se refere à linguagem de *marketing*¹² realizada por diversas empresas e até mesmo diretivas dadas pelo Senado Federal¹³ acerca da linguagem, neste último caso abordando de forma mais ampla a ideia de linguagem inclusiva, tratando também sobre pessoas com deficiência, termos relacionados a doenças, questões étnicas e outras questões de gênero englobando a comunidade LGBTQIA+.

Anteriormente a isso, e ainda no campo da linguagem inclusiva de gênero, é possível mencionar também a existência de duas leis. Sancionada em 2 de abril de 1956, a Lei Nº 2.749¹⁴ prega a adoção do gênero nos nomes de acordo com o sexo daqueles que exercem funções públicas, demonstrando a necessidade de adequação do nome dos cargos, assim como qualquer adjetivo ou expressão relacionada às pessoas ocupantes. Já a Lei Nº 12.605¹⁵, de 3 de abril de 2012, sancionada mais recentemente por Dilma Rousseff, prevê a flexão de gênero para designar profissões e graus obtidos em diplomas, uma vez que anteriormente os diplomas declaravam mulheres como ‘licenciados’, ‘mestres’ e ‘doutores’, ao invés de ‘licenciadas’, ‘mestras’ e ‘doutoras’¹⁶, importante movimento conhecido por “feminização linguística”. Cita-se também o Projeto de Lei da Câmara nº 102¹⁷, de 2002, que dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e em documentos oficiais, visando restringir o uso da palavra ‘homem’ apenas quando se trata de pessoas do sexo masculino, estando as do sexo feminino também expressas nominalmente, a fim de evitar situações conflituosas como as que restringiam o voto das mulheres (ver sobre gênero e política na seção 2.4.3).

Em Portugal, o Ministério da Defesa publicou uma diretiva, em setembro de 2020¹⁸, recomendando que as Forças Armadas utilizassem uma comunicação com

¹² A exemplo da matéria publicada pela Brand Publishing Brasil. Cf. <https://brandpublishing.com.br/linguagem-neutra-de-genero-importancia-no-conteudo-das-marcas/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

¹³ Cf. <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/linguagem-inclusiva>. Acesso em: 13 fev. 2023.

¹⁴ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2749.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹⁵ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12605.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹⁶ Aqui peço licença para um breve relato pessoal: durante a pesquisa, para minha surpresa, verifiquei que o meu diploma de graduação, apesar de emitido em 2013, me confere o título de “licenciado em Letras”. Já posteriormente me foi conferido, corretamente, o título de “mestra em Língua e Cultura”.

¹⁷ Cf. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/53378>. Acesso em: 20 mar. 2023.

¹⁸ Cf. <https://www.tsf.pt/portugal/politica/comunicacao-inclusiva-governo-quer-militares-a-usar-linguagem-nao-discriminatoria-12770652.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

linguagem mais inclusiva em certidões e registros civis, visando alterar o uso de formas com o masculino genérico, tais como ‘nascido em’ e ‘os políticos’ por ‘data de nascimento’ e ‘a classe política’, além de tratar do cuidado com imagens que apresentem inclusão de gênero, com homens e mulheres trabalhando conjuntamente. No entanto o documento foi bastante criticado pela ala militar, tendo sido considerado um “disparate”, culminando na sua anulação alguns dias depois¹⁹.

Por essas iniciativas, vê-se que a ‘linguagem inclusiva de gênero’ é uma reivindicação histórica do movimento feminista presente em diversos países e, apesar de encontrar alguns respaldos, inclusive em leis, por vezes é taxada como excesso do “politicamente correto” ou, mais recentemente, da dita “ideologia de gênero” e do “identitarismo”, em especial quando a discussão recebe algum destaque, seja por meio de mudanças na legislação com o intuito de padronizar usos já tidos como mais adequados, seja pelo uso cada vez mais generalizado de formas específicas, como se pode citar no Brasil o caso de ‘todos e todas’ e de ‘presidenta’, que será tratado com mais detalhes adiante.

O fato é que esses questionamentos se apoiam fortemente na ideia de que no português o masculino é o gênero não-marcado e que engloba as palavras tidas como neutras no latim. Portanto, por essa hipótese, palavras terminadas em -o em palavras como ‘aluno’ possui apenas uma vogal temática – ‘o’ – sem marca de gênero e a marca de gênero apenas é atribuída no feminino – ‘aluna’, sendo o gênero feminino “uma particularização significativa do masculino” (Câmara Jr., 1972, p. 126). No entanto há questionamentos acerca dessa hipótese, inclusive sobre a ideia do masculino como gênero não-marcado no português e, ainda que se considere correta essa hipótese, não se pode deixar de verificar que, para os falantes, palavras terminadas em -o ou outras terminações associadas ao gênero linguístico masculino também estão atreladas ao gênero biopsicossocial masculino. Caso se questione um falante, por exemplo, ‘Qual o seu cantor favorito?’, dificilmente essa pessoa iria estender o questionamento à ideia de ‘cantora’, a não ser que a formulação fosse ‘Qual o seu cantor ou cantora favorito?’, evidenciando a relação existente no senso comum entre o gênero gramatical e o gênero social em línguas com padrão binário masculino-feminino.

¹⁹ Cf. <https://www.dn.pt/poder/cravinho-anula-diretiva-contra-linguagem-discriminatoria-nas-forcas-armadas-12873276.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Outro questionamento frequente no que se refere à linguagem inclusiva é a atribuição de profissões cujo gênero é muito marcado socialmente. No português é o caso de ‘aeromoça’, por exemplo, que, apesar de admitir a forma ‘aeromoço’, com o passar do tempo foi sendo substituída por ‘comissária/comissário de bordo’. ‘Babá’ e ‘diarista’, no sentido de trabalhadora doméstica, também são formas muito marcadas como femininas, mesmo ‘diarista’ sendo uma palavra comum de dois gêneros. Mas o que acontece se um homem assume essa função tida como majoritariamente feminina? Há, ainda, uma discussão no uso da palavra ‘poeta’ para ambos os gêneros ao invés de ser utilizada apenas no masculino em oposição à ‘poetisa’ e orientações que visam o uso de hiperônimos para tornar a linguagem mais inclusiva, como ‘população brasileira’, ‘comunidade acadêmica’, ‘corpo docente’ etc. No inglês alguns exemplos de nomes que têm passado por um processo de neutralização de gênero são ‘*businessman*’ para ‘*businessperson*’ [‘homem de negócios’ para ‘pessoa de negócios’], ‘*policeman*’ para ‘*police officer*’ [‘policia’ (homem) para ‘oficial de polícia’], além de ‘*mankind*’ para ‘*humankind*’ [‘humanidade’], dentre outros.

Em um levantamento acerca de profissões cujos nomes não possuem marcação de gênero feito por Pinheiro e Freitag (2020), dentre as 30 profissões elencadas, apenas ‘assistente social’, ‘atendente’ e ‘babá’ tiveram um maior número de registro como femininas, enquanto todas as demais, das quais se incluíam, por exemplo, ‘acrobata’, ‘atleta’, ‘estudante’, ‘intérprete de libras’, ‘pianista’ e ‘repórter’, tiveram um percentual de registro mais elevado como masculinas, demonstrando não só o efeito dos estereótipos de gênero no que se refere a profissões, mas também demonstrando uma possível generalização do homem enquanto ser social. Dentre algumas das inovações em discussão, e até mesmo já em prática, está a possibilidade de não marcar o gênero de concorrentes em premiações artísticas de cinema, televisão e música, por exemplo.

Os questionamentos acerca do sexismo expresso através da linguagem comumente debatem também os usos pejorativos de palavras quando usadas para se referir a mulheres com o sentido de ‘prostituta’, tais como ‘cachorra’, ‘cadela’, ‘puta’ etc., enquanto ‘cachorro’, ‘cão’ e ‘puto’ possuem, respectivamente, os sentidos de ‘homem que se relaciona com muitas mulheres’, ‘homem de má índole’ e ‘homem irritado’. Ou seja, são vários os vieses possíveis para o questionamento da suposta “neutralidade” já embutida no gênero gramatical masculino e em usos linguísticos cristalizados.

A relação existente entre o gênero gramatical e atitudes sociais sexistas é tão intensa que alguns estudos associam a presença e extensão da categoria gramatical de gênero com atitudes mais ou menos sexistas nas sociedades. Prewitt-Freilino, Caswell e Laakso (2012) analisaram as línguas faladas em 134 países associando as suas categorias de gênero com o *2009 Global Gender Gap Report*, um relatório que mostra indicadores de igualdade de gênero em diversas nações. Segundo o estudo, países falantes de línguas com gênero gramatical tendem a ter *scores* mais baixos de igualdade de gênero do que países que fazem usos de línguas que consideram apenas o gênero natural e de países com língua sem o gênero linguístico. Nesse *ranking*, o Brasil, por exemplo, possui *score* .67 de 1.00, com bons índices nos itens alcance educacional (1.00) e saúde e sobrevivência (0.98), mas um *score* de apenas 0.6 no item empoderamento político.

Já no estudo conduzido por Tavits e Pérez (2019), discute-se que países que incorporaram o gênero neutro são menos propensos à discriminação da população LGBTQIA+. Ou poder-se-ia pensar no caminho oposto: países menos propensos à discriminação de gênero são mais suscetíveis a aceitar propostas de gênero neutro na linguagem por respeitarem as identidades de gênero da sua população. Assim, os autores argumentam que a predominância do masculino na linguagem afeta a sociedade, promovendo uma visão pró-masculina, e o uso de pronomes de gênero neutro faz com que haja diminuição da ideia do masculino como dominante, normalizando a presença de outros grupos, especialmente na vida pública e no cenário político. Uma vez que a política *antigay* é pautada em uma ideia de “violação de gênero”, a tradição de gêneros na sociedade pode ser diminuída através de pronomes sem indicação específica de gênero, uma vez que essa “violação” não existiria.

Em suma, a relação entre língua e comportamentos sociais sexistas parece afetar em certa extensão tanto as mulheres quanto integrantes da comunidade LGBTQIA+, tornando a discussão relevante do ponto de vista social. Ainda que alguns protestem afirmando que “há problemas maiores” e que mudanças na linguagem são pouco importantes do ponto de vista da diminuição da desigualdade, estudos parecem mostrar que esse é um importante passo a ser dado para a diminuição da discriminação de gênero e é um dos modos de suscitar a discussão na sociedade.

2.3.4.1 O gênero não-binário

Assiste-se a uma nova fase dos estudos de gênero, em que não se reconhecem apenas as identidades de gênero dicotômicas homem e mulher, mas identidades múltiplas e fluidas, as identidades *queer*²⁰. Para o contexto desta pesquisa é relevante tratar da identidade de gênero não-binária, um termo guarda-chuva para identidades que não se encaixam nos padrões binários masculino e feminino nem se apoiam na cisheteronormatividade. Dentre as possíveis identidades de gênero que fazem parte do espectro não-binário estão as identidades agênera (ausência total de gênero), neutra (identidade de gênero neutra), poligênera (identidade de gênero plural ou múltipla), gênero fluido (identidade de gênero fluida), dentre outras²¹.

Carvalho e Silva (2019) analisaram o pronome *ê/la* enquanto fusão dos pronomes feminino *ela* e masculino *ele* em algumas variedades de uso do português. Esse pronome, no entanto, teve uso limitado e era usado para referência a indivíduos transgêneros femininos ou homens *gays* afeminados por homens cisgêneros heterossexuais, apresentando um alto valor pejorativo e sendo também predominante na fala de pessoas socioeconomicamente vulneráveis, como apontaram os autores. Dessa forma, não se pode considerar *ê/la* como uma tentativa de estabelecimento de pronome não-binário, uma vez que se trata de um uso sexista, apesar de disruptivo do ponto de vista de estabelecimento de identidade de gênero.

Compreendendo, então, a existência dessas identidades de gênero não-binárias se estabelece um impasse acerca da identificação para essas pessoas por meio de uma estrutura linguística que é essencialmente binária. A partir dessa discussão surgem, ou melhor, se intensificam, as buscas por códigos na língua portuguesa e em diversas outras línguas que possam dar conta mais especificamente desse fenômeno, uma vez que a discussão sobre formas linguísticas não determinadas por gênero é anterior, porém não abrangia as identidades de gênero não-binárias, mas centrava-se na crítica ao uso do masculino como genérico e na predominância do masculino em detrimento do feminino.

²⁰ O termo *queer* refere-se a identidades de gênero e sexuais variadas. Apesar de originalmente ser um termo usado pejorativamente para denominar pessoas homossexuais e poder ser traduzido do inglês com sentido literal como 'estranho', passou-se a entender "*queer* como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas" (Colling, 2007, p. 1).

²¹ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Gênero_não_binário. Acesso em: 15 fev. 2023.

Assim, fica evidente que a linguagem não-binária e a linguagem inclusiva não tratam da mesma coisa, mas a linguagem não-binária seria uma vertente da linguagem inclusiva, mais especificamente da linguagem inclusiva de gênero.

Para dar conta do não-binarismo na língua, novos códigos foram surgindo e se difundindo primeiramente nos ambientes mais jovens, sobretudo na *internet* e nas comunicações acadêmicas, consistindo na substituição das vogais com marca de gênero – -o e -a – pelos símbolos ‘x’ e ‘@’, como em *amigx/amig@*, *prezadx/prezad@s*, *alunxs/alun@s*, *bonitxs/bonit@s* etc. Essa comunicação, no entanto, sempre esteve muito focada apenas em vocativos e também em plurais e, apesar de não ter despertado grande incômodo por parte dos falantes usuários dos códigos ou não, teve seu uso pouco difundido em outros ambientes. Com o passar do tempo, no entanto, os códigos ‘x’ e ‘@’ supracitados sofreram críticas sob os argumentos de que seus usos são restritos apenas à escrita, pois esses sons não são pronunciáveis segundo as regras fonológicas do português, e de que o seu uso não é inclusivo, pois dificulta a leitura de texto por pessoas com dislexia e inviabiliza o uso de leitores de tela, ferramentas que oralizam textos escritos utilizadas por pessoas com diferentes graus de deficiência visual, justamente pela já citada dificuldade de pronúncia dos símbolos junto a palavras.

A partir desses debates, então, iniciou-se uma busca por outros códigos que não esbarrassem nos problemas mencionados, ao mesmo tempo em que pessoas com identidades de gênero não-binárias passaram a ter maior visibilidade na sociedade, tornando a sua busca por códigos linguísticos igualmente não-binários mais notória. Em meio a esse cenário é que o -e se estabeleceu como alternativa não-binária em vocábulos como *amigue*, *prezade*, *alune*, *professore* e *bonite*. O uso do -e se coloca, ainda, como alternativa para dois diferentes cenários:

- (i) para pessoas não-binárias, em complemento às alternativas binárias masculino e feminino (*boa noite a todos, todas e todes*);
- (ii) para todas as pessoas sem haver distinção de gênero (*boa noite a todes*).

O uso do -e em substituição a ‘x’ e ‘@’ consegue resolver os problemas de pronúncia e acessibilidade citados anteriormente e, desde então, o seu uso vem sendo difundido não apenas em ambientes acadêmicos, na *internet* e pela comunidade LGBTQIA+ mas também vem ganhando espaço na mídia e em conversas

do cotidiano dos mais diversos públicos, firmando-se como uma alternativa de linguagem sem expressão de gênero determinado. No entanto permanecem ainda dois questionamentos de caráter linguístico: como estabelecer a desinênciã -e como gênero não-binário uma vez que o -e sempre esteve presente na língua portuguesa em vocábulos como *mestre* (vocábulo masculino com a forma feminina em -a – *mestra*) e *atendente* (vocábulo comum de dois gêneros)? Como ficam os casos dos plurais?

Schwindt (2020), em dados já apresentados, levantou que as palavras terminadas no -e em português podem se apresentar tanto como masculinas quanto femininas, com predominância das femininas, mas é também verdade que são várias as palavras comuns de dois gêneros terminadas em -e e que o -e não carrega tão fortemente a marca de qualquer gênero, como acontece com o -a e com o -o, o que facilita a associação por parte de falantes. No caso dos plurais, palavras como *prezades*, *alunes*, *amigues* e *bonites* costumam ser utilizadas mantendo-se a regra padrão do português de acréscimo de -s, no entanto no caso de *professore*, por exemplo, há dúvidas, uma vez que é uma palavra que já possui o plural como *professores*. Para casos como esse, há uma sugestão de plural como *professories*, para diferenciar as formas, no entanto se sabe que palavras desse tipo costumam sofrer naturalmente o processo de monotongação, o que resultaria na mesma forma. Assim, ainda que a questão do plural não tenha sido totalmente resolvida, o fato não atinge muitas palavras e a nova forma de linguagem não-binária permanece sendo utilizada e é tida como mais aceita e possível de ser incorporada na língua quando comparada às anteriores.

Para além da desinênciã de substantivos, em complemento ao -e, vários sistemas pronominais foram criados para atender a pessoas não-binárias, sendo o sistema *ile/dile* o mais aceito e difundido, resolvendo também o questionamento acerca dos outros elementos linguísticos que também possuem marca binária de gênero.

Quadro 4 – Diferentes sistemas pronominais não-binários

Pronomes	Sistema Elu	Sistema Ile	Sistema Ilu	Sistema EI
Ela/Ele	Elu	Ile	Ilu	EI
Elas/Eles	Elus	Iles	Ilus	EIs
Dela/Dele Delas/es	Delu/Delus	Dile/Diles	Dilu/Dilus	Del/Dels

Nela/e Nelas/es	Nelu/Nelus	Nile/Niles	Nilu/Nilus	Nel/Nels
Aquela/e Aquelas/es	Aquelu/Aquelus	Aquile/Aquiles	Aquilu/Aquilus	Aquel/Aquels

Fonte: Adaptado de Caê (2020, p. 20).

Quadro 5 - Elementos linguísticos diversos no sistema não-binário

	Sistema não-binário	Aplicação em frase
Artigo definido	Ê/ês ou le/les	Ê Jô é linde/le Jô é linde
Artigos indefinidos	Ume/umes	Jô é uma ótime amigue
Pronomes possessivos	Minhe/tue/sue/nosse	Jô é minhe amigue
Pronomes demonstrativos	Essu/estu	Estu é Jô
Numerais	Ume/primeire	Preciso de uma voluntárie

Fonte: Adaptado de Caê (2020, p. 12-16).

Essa estruturação de um sistema linguístico não-binário tem feito com que ele esteja sendo utilizado em um número cada vez maior de esferas, em diversas ocasiões. Em 2016, a empresa Avon lançou uma campanha publicitária para maquiagem sem distinção de gênero com a frase “Para todes!”²² e, em julho de 2021, uma publicação na rede social *Twitter* do Museu de Língua Portuguesa falando sobre a nova marca também fez uso da palavra “todes”²³. Já no início de 2023, eventos oficiais do novo governo do presidente Lula também fizeram uso de “todes”²⁴ como uma demonstração de apoio à linguagem não-binária e colaboração com a sua popularização.

Toda essa discussão que vem acontecendo no Brasil acerca da relação linguagem e gênero não é exclusiva do país ou da língua portuguesa, como já citados os casos de Portugal e de publicações do inglês sobre a temática. Para além disso, a busca por pronomes e desinências de gênero não-binárias também é realidade em muitas línguas ao redor do mundo, até mesmo naquelas em que o gênero não é uma categoria presente em todos os nomes como no português. No espanhol, assim como no português, iniciou-se com a adoção de ‘x’ e ‘@’ evoluindo para o ‘-e’, mantendo a similaridade entre as línguas, assim como o pronome *elle* surgiu para acompanhar *él* e *ella*, masculino e feminino, respectivamente. No francês, língua também marcada

²² Cf. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2016/06/para-todes-avon-lanca-campanha-sem-genero-para-maquiagem-e-viraliza-nas-redes-sociais-cjpl7i37j00jxwscn61unbscs.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

²³ Cf. <https://twitter.com/MuseudaLingua/status/1414704318800875520>. Acesso em: 22 mar. 2023.

²⁴ Cf. <https://www.poder360.com.br/governo/todes-governo-lula-usa-linguagem-neutra-em-eventos/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

pelo gênero, o sistema não-binário se apresenta por meio de um ponto médio (•) como, por exemplo: a palavra *amis* (*amigos*, em português) teria a forma não-binária como *ami•e•s*, combinando o masculino (*amis*) com o feminino (*amies*), algo parecido com o português *amigos/as* e, no fim de 2021, o renomado dicionário *Le Petit Robert* incluiu o pronome não-binário *iel*.

Situação similar ocorre no alemão, uma língua com três gêneros gramaticais – o masculino, o feminino e o neutro –, mas que não possui equivalência total entre o gênero gramatical e o biopsicossocial, sobretudo no que se refere a substantivos inanimados e palavras no plural. Assim, no alemão, têm sido utilizados dois pontos juntamente com a terminação feminina ‘*innen*’, formando palavras como ‘*philosoph:innen*’ e ‘*aktivist:innen*’, especialmente para profissões e plurais, com o objetivo de não utilizar o masculino genérico. Esse uso junta-se ao chamado gênero diverso para pessoas intersexuais e à opção de não-marcação de sexo em documentos oficiais como medidas inclusivas de gênero.

No inglês, uma língua que faz uso do gênero natural, presente apenas em pronomes, além de mudanças de vocábulos como os exemplos supracitados, o pronome *they*, canonicamente utilizado para a terceira pessoa do plural e que não carrega marca de gênero, por vezes tem sido utilizado para o singular, com uso catalogado desde, pelo menos, 1980 no já citado *The handbook of nonsexist writing: for writers, editors and speakers*, especialmente quando a pessoa tem gênero desconhecido (Miller; Swift, 2000 [1980], p. 47-50). Nos últimos anos, no entanto, tem sido utilizado também para se referir a pessoas não-binárias no singular e a forma vem sendo tão difundida que o dicionário americano *Merriam-Webster* elegeu o pronome *they* como *Word of the year* em 2019, devido ao alto número de buscas em sua referência, um aumento de 313%²⁵.

Assim, hoje o uso de *they* já está dicionarizado com as seguintes acepções (Merriam-Webster, 2023):

2. Usado para se referir a pessoas em geral ou a um grupo de pessoas não especificadas.
- 3a. usado com um pronome singular indefinido antecedente.
- b. usado com um antecedente singular para se referir a uma pessoa desconhecida ou não especificada.

²⁵ Cf. <https://www.merriam-webster.com/words-at-play/woty2019-top-looked-up-words-they>. Acesso em: 23 mar. 2023.

- c. usado para se referir a uma pessoa cujo gênero é intencionalmente não revelado.
- d. usado para se referir a uma pessoa cuja identidade de gênero é não-binária²⁶. (tradução nossa)

Os relatos de iniciativas similares em outras línguas são diversos, mas é o sueco que se encontra em uma situação melhor estabelecida. Desde 2015 o país adotou oficialmente o pronome *hen* (neutro) para acompanhar o *han* (masculino) e o *hon* (feminino). Desde a década de 1960 o uso do pronome vinha sendo discutido por ativistas e em 2012 a discussão voltou de forma mais intensa até a sua aceitação oficial e consequente familiaridade por toda a população.

Apesar do aumento de uso e discussão sobre o tema, essa linguagem não é aceita por todas as pessoas e instituições. Na capital argentina, Buenos Aires, o governo emitiu, em junho de 2022, uma norma²⁷ para impedir o uso da chamada "linguagem inclusiva" ou "neutra" na educação inicial, primária e secundária, proibindo o uso 'e', 'x' ou '@' nas comunicações institucionais e vetando que elas fossem ensinadas como parte do currículo escolar. O argumento utilizado foi o de que estudantes obtiveram baixos resultados nas últimas avaliações de leitura e escrita, fato agravado, sobretudo, pela pandemia da COVID-19. Apesar da decisão, muitos professores e linguistas são contrários à norma e até mesmo o ministro nacional da Educação se declarou contrário ao decreto e considera-se apoiador do uso da linguagem neutra, ao contrário da posição do presidente da Academia Argentina de Letras²⁸. O Uruguai também adotou medida semelhante quando publicou uma circular afirmando que, no campo da educação pública, o uso da linguagem "deve obedecer às regras da língua espanhola".

Outro país que tem adotado intensas medidas contrárias ao uso linguístico é a Espanha. A Real Academia Espanhola (RAE)²⁹ tem se mostrado contrária aos usos de 'e', 'x' ou '@' e à rejeição do masculino como genérico. No seu verbete acerca do gênero, é discutido o uso do masculino como genérico e as expressões que fazem

²⁶ Do original: 2. used to refer to people in a general way or to a group of people who are not specified. 3a. used with a singular indefinite antecedent pronoun. b. used with a singular antecedent to refer to an unknown or unspecified person. c. used to refer to a single person whose gender is intentionally not revealed. d. used to refer to a single person whose gender identity is nonbinary.

²⁷ Cf. <https://www.terra.com.br/nos/menine-meninx-ou-menin-os-paises-onde-linguagem-neutra-enfrenta-resistencia,36affc4503ac01773b66ac8258ed4d508drswyj0.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.

²⁸ Cf. <https://www.aal.edu.ar/?q=node/637>. Acesso em: 23 mar. 2023.

²⁹ Cf.

<https://web.archive.org/web/20080310000357/http://buscon.rae.es/dpdI/SrvltGUIBusDPD?lema=g%C3%A9nero2>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ambos os gêneros (e.g. ‘companheiros e companheiras’) são tidas como “uso político”, com destaque para a afirmação de que o uso do masculino genérico não é discriminatório, mas a aplicação da lei linguística da economia, sendo os novos usos tidos como não normativos e não fazendo parte do grupo de signos linguísticos, motivo pelo qual é indicada a sua agramaticalidade. A França também adotou medidas duras com uma circular proibindo o uso dessas escritas, inclusivas nas salas de aula, em maio de 2021.

E o Brasil segue um caminho similar no que se refere a medidas contra o uso da linguagem não-binária via diversos projetos de lei. Um levantamento da Agência Diadorim³⁰, feito em dezembro de 2021, apontou que havia 34 Projetos de Lei (PL) tramitando em Assembleias Legislativas para impedir a variação da linguagem em 19 Estados e no Distrito Federal. Barbosa Filho (2022) fez um estudo detalhado de seis desses projetos, datados de 2020 e 2021, que, por meio das suas redações, evidenciavam o caráter “ideológico”, ensino “errado” do português e prejuízo ao “desenvolvimento social da população”, uma pauta levantada por partidos e políticos da direita e da extrema direita. Os projetos objetivavam, com isso, “proteger” estudantes, a população em geral e a língua, evidenciando que o debate não se apega a características estruturais linguísticas, mas sim a ideais conservadores de um suposto desvio de uma norma comum provocada pelos “outros” com o intuito de desvirtuar valores de um determinado grupo.

Os PL renderam frutos a ponto de, em Rondônia, uma lei ser sancionada proibindo o uso da linguagem neutra nas escolas, com risco de sanções para escolas e professores³¹. A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) também aprovou o Projeto de Lei 357.5/2020³² por unanimidade, com 20 votos, e, de acordo com o Art. 3º, fica “expressamente proibida a denominada ‘linguagem neutra’ na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos”, inclusive com risco de multas de até R\$ 5 mil para as instituições de ensino. No entanto, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a lei de Rondônia foi suspensa e declarada inconstitucional, pois

³⁰ Cf. <https://adiadorim.org/reportagens/2021/12/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

³¹ Cf. <https://sapl.al.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/9987/15123.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

³² Cf. <https://www.alesc.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia/PL./0357.5/2020>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ministros compreenderam, por unanimidade, que normas estaduais desse tipo violam a competência legislativa da União, ainda que não tenham debatido o conteúdo da norma, compreendendo que são inconstitucionais tanto leis estaduais que proibam o uso de determinada modalidade da língua portuguesa quanto as que o impõem³³.

Juntamente à discussão política, o tema tem sido bastante profuso no que se tem chamado “linguística popular”, pois essas novas formas de expressão de gênero através da língua também têm despertado uma série de opiniões, polarizando a questão em grupos “a favor” ou “contra” os usos, muitas vezes com predomínio contrário à questão. Quando se iniciou o debate sobre o uso de ‘-x’ e ‘-@’, não se notou grande resistência, ao contrário do que se tem visto agora com o uso do ‘-e’ e, apesar de ser necessário reconhecer que apenas mais recentemente o debate tem chegado a um quantitativo maior da população, também é verdade que esses usos linguísticos têm se firmado na língua juntamente com a discussão sobre a não-binaridade enquanto identidade de gênero, uma demonstração da LGBTQIA+fobia permeada ou escondida na ideia de discussão linguística.

Ao mesmo tempo em que surge a afirmação de que o português já possui um ‘gênero neutro’ (o masculino, no caso), ela se contrapõe à afirmação de que ‘gênero neutro’ não existe no português; ao mesmo tempo em que há a afirmação de que indivíduos só podem ser de dois gêneros (masculino e feminino) e que estes já estariam representados na língua, há também a ideia de que o gênero linguístico não expressa o gênero das pessoas; resultando em um misto de contradições e equívocos que poderiam ser minimizados com o diálogo entre a população geral e estudiosos da linguagem.

Levando em consideração a função das escolas de promover o debate sobre temas relevantes à sociedade e admitindo que professores possuem liberdade, dentro do respeito aos pilares da educação, de tratar de temas diversos, é válido incluir o questionamento acerca da possibilidade de sexismo na linguagem e discutir reivindicações de uso de formas mais inclusivas e menos preconceituosas. Professores, estudantes, linguistas e quaisquer outros envolvidos em práticas de educação cotidianamente sabem que não se trata de ignorar padrões pronominais canônicos, “ensinando os estudantes a falar errado”, como se a escola “ensinasse estudantes a falar”, ou promover uma “cultura de gênero”, como se a cultura de gênero

³³ Cf. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=502208&ori=1>. Acesso em: 23 mar. 2023.

já não estivesse posta na sociedade e fizesse parte da vida de todas as pessoas, quer elas percebam quer não; trata-se de ter uma escola que aborde questões diversas que fazem parte da vida cotidiana de estudantes de maneira plural e respeitosa. Oliveira (2022), ao se debruçar sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já aponta caminhos para esse diálogo, pois,

[...] se a educação tem o intuito de tornar os estudantes capazes de agir no mundo e reagir criticamente a ele, é evidente que propostas a respeito da linguagem neutra, que se configuram como uma questão-problema atual, precisam estar presentes nas aulas de língua portuguesa. (Oliveira, 2022, p. 190)

Essa é uma evidência de que os esforços devem se centrar mais no diálogo, jamais no impedimento e dificilmente por alternativas que levem à imposição, mas pelo uso respeitoso e cada vez mais difundido e acessível para toda a população, pois, como afirma Possenti (2022),

[...] é uma exigência moral reconhecer o valor das instituições da comunidade dos falantes, ou mesmo de parte dela, no que se refere a opções a serem adotadas (e a serem excluídas) [...] Não há razão para não levar em conta as conotações negativas, se é verdade que há grupos que assim as percebem. (Possenti, 2022, p. 35)

Ainda segundo o autor, também se faz necessário reconhecer que:

O que não parece adequado é a afirmação de que a conotação é intrínseca ao morfema. Charaudeau diria que a conotação de um morfema não é questão de língua, mas de discurso, o que implica postular que ela está ligada ao uso, sempre contextual e historicamente situado. (Possenti, 2022, p. 35)

Assim, são as aplicações discursivas de estruturas linguísticas pela sociedade que podem se configurar como enviesadas, reproduzindo padrões comportamentais preconceituosos de diversas naturezas. Não se pode afirmar que o uso linguístico de estruturas masculinas em detrimento de outras não se configure como sexista, embora essas estruturas não o sejam sozinhas, mas pelo discurso moldado pela sociedade que as usa. De igual forma, não se pode esperar que a revisão desses usos linguísticos seja a única coisa necessária para se resolver tal problema; não o é,

mas pode representar um passo em direção à equidade e a recusa em discuti-los evidencia a dificuldade de aceitação de determinados grupos na sociedade.

2.4 ESTUDOS DO GÊNERO

Sob a ótica universalista, os seres humanos são todos iguais, no entanto, uma breve análise das vivências reais de homens e mulheres na sociedade faz ser necessária uma teoria para entender as disparidades entre as vivências dos indivíduos, pois, nas tensões existentes nas relações sociais a conceituação de gênero se mostra relevante.

Em uma abordagem, mais tradicional, opõe-se o sexo, tido como um atributo biológico, ao gênero, uma construção social. O gênero, por esse viés, está intimamente relacionado com as estruturas de poder e é um construto social, não natural, relacionado ao momento histórico-político-econômico-cultural de cada sociedade e é, portanto, mutável nas diferentes sociedades e tempos. Como afirma Beauvoir (2019a [1949]),

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. (Beauvoir, 2019a [1949], v. 2, p. 11)

E como argumenta a autora, a sociedade sempre condicionou a ideia de “mulher” ao papel do Outro, do menos humano e de uma figura puramente alegórica nas dinâmicas sociais, o que, numa sociedade patriarcal, representa um sistema estrutural que favorece os homens e tem um padrão considerado normativo que, para além do gênero, também inclui raça (branca) e orientação sexual (heteronormativo).

No entanto essa diferenciação sexo X gênero também é discutida ampliando-se a perspectiva de que ambos os conceitos são construções sociais e de que não se pode conceber o sexo como meramente natural, impositivo.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. [...] O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural

de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (Butler, 2019, p. 27)

Nesse sentido, se evidenciam as amarras culturais às quais os corpos humanos se encontram vinculados e como o comportamento das pessoas é ditado ou influenciado por esses aspectos. Nesta pesquisa, a relevância em discutir o gênero está associada ao assumir que o antagonismo que se coloca nas relações entre os gêneros não é fortuito e sim arquitetado. Em se tratando, essencialmente, de uma relação de poder e dominação de um sobre o outro, as diferenças são, sobretudo, hierárquicas e, como não poderia deixar de ser, se refletem na língua.

As discussões acerca das terminologias surgem não por acaso, mas pela necessidade social de se tê-las. Assim, são os fatos sociais que determinam os fenômenos em pauta nos mais variados momentos. Uma das possíveis abordagens do gênero se preocupa com “a diferença que o gênero provoca” e “como o gênero passou a fazer essa diferença”. Assim, os estudos realizados tentam identificar as características associadas a cada gênero e quais os interesses políticos associados a ele. Assume-se também que, por não ser natural, é mais facilmente modificado e, por isso, tenta-se compreender as questões e implicações sociais ao se tratar dessa questão bem como observar os fatores que podem influenciar e levar a uma consequente mudança.

Evocando novamente Butler (2019), vê-se que o gênero é, acima de tudo, uma performance.

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo [...] esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. (Butler, 2019, p. 235)

Pensando o gênero como performativo, é possível perceber como os atos são repetidos nas mais diversas esferas da sociedade e pouco questionados uma vez que há uma ideia compartilhada da significação desses atos. Sem esses atos

performativos, não haveria, portanto, gênero e as definições de gênero se dão a partir deles.

O desenvolvimento dos estudos de gênero está intimamente relacionado ao crescimento das discussões feministas. Além disso, o tema se ampliou consideravelmente e se empoderou diante da maior presença de mulheres na universidade e, conseqüentemente, no meio e na produção acadêmica. Os estudos feministas têm como discussão central o questionamento do domínio masculino em detrimento do feminino, enquanto, embora a maior parte dos trabalhos acerca do gênero trate da mulher, não se deixa aqui de pensar em todos os gêneros possíveis, buscando-se verificar de que modo estão posicionados na sociedade e quais são as implicações disso. O discurso feminista é, portanto, de emancipação da opressão e exclusão recorrente e as lutas feministas são marcadas pela crítica às diferenças de tratamento de gênero e pela tentativa de conscientização da situação subalterna imposta e da necessidade de igualdade. Assim, na definição trazida por Adichie (2014, p. 17), feminista é a “pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos”.

O movimento feminista teve seu marco histórico na Europa do século XVIII, sobretudo com as mudanças provocadas pelo sistema capitalista na Inglaterra e na França. Embora a Revolução Francesa pregasse a *égalité*, tal situação apenas se restringia à elite masculina do período. A inconformidade com a condição de vida levou as mulheres a buscarem certos direitos, antes apenas restritos aos homens, como o direito à educação e ao voto.

Nesse contexto, surgem duas grandes tendências: o feminismo burguês, sufragista, e o feminismo socialista. O feminismo sufragista se desenvolveu, sobretudo, nos Estados Unidos e na Inglaterra e teve como característica o fato de não questionar o papel da mulher como mãe e esposa. Dessa forma, as discussões giravam em torno da importância de se criarem condições para que a mulher não deixasse de assumir o seu papel doméstico. Por outro lado, o feminismo socialista, que teve grande destaque nos sindicatos trabalhistas criados na Alemanha, estava intensamente preocupado com a derrubada de barreiras que impunham as diferenças, sendo que a condição de acesso ao mercado do trabalho foi tida como a principal barreira que não tornava as mulheres independentes e livres do âmbito doméstico. Meachem (2010), ao analisar o nacionalismo e a posição de mulheres em momentos importantes para a constituição de uma nação, assinala como desde o início as

mulheres ficaram restritas ao ambiente doméstico, apenas como esposas e mães, enquanto os homens eram aqueles que iam às lutas e à guerra.

Com o passar do tempo, os movimentos feministas passaram a discutir questões mais amplas em relação à situação das mulheres, questionando os seus papéis doméstico e profissional e buscando maior igualdade entre as pessoas. Segundo Sardenberg e Costa (1994), no Brasil, o movimento feminista se desenvolveu mais tarde e de forma multifacetada, assumindo características singulares da sociedade brasileira – direito à educação, condições de trabalho, violência doméstica etc.

A discussão sobre os gêneros se faz presente na sociedade atual e se relaciona cada vez mais com variáveis de naturezas diversas. Diante da interação intensa entre os indivíduos e a conscientização das diferenças impostas, é importante também analisar outros aspectos com presença marcante nas discussões cotidianas, tais como os estereótipos, que podem ser analisados também do ponto vista linguístico. Na escolha das formas linguísticas para identificar um determinado cargo estão aqui impostas duas posições: a de diferenciação e a de igualdade. Durante o questionamento aos informantes do presente trabalho acerca das formas de nomeação para mulheres, não está em pauta apenas o indivíduo de um gênero específico – mulher –, mas, principalmente, a posição social exercida por alguém.

2.4.1 Gênero e língua

Desde o início os estudos linguísticos, sobretudo os que focam no encaixamento social dos fenômenos variáveis, traçaram paralelos com o que se compreende por gênero, embora quase sempre abordando um viés de sexo compreendido como categoria meramente biológica. Freed (2003) identificou três fases de estudos de gênero na linguística. Na primeira fase, cujo marco é o trabalho de Robin Lakoff, *Language and women's place* (1973), os estudos eram voltados para a “teoria da deficiência”, que via a fala feminina como ineficiente em comparação com a fala masculina, demonstrando insegurança e falta de poder, atributos associados, paralelamente, às mulheres. Em um segundo momento, estava em destaque a “teoria da dominância”, já compreendendo que a sociedade patriarcal era responsável por atribuir aos homens e, conseqüentemente, à fala masculina, poder e domínio. Por fim,

numa terceira fase, o foco está na “teoria da diferença”, analisando as falas masculina e feminina e seus usos linguísticos diferenciados.

Coates (2013) identifica ainda uma quarta e mais recente abordagem, a “teoria dinâmica”, com ênfase nos aspectos dinâmicos da interação, evidenciando a compreensão do gênero enquanto construto social.

Mesmo os estudos iniciais já davam conta de analisar de que forma os comportamentos da sociedade interagem com o fator sexo/gênero. Lakoff (1973) avaliou que num primeiro estágio de aquisição da linguagem tanto meninos quanto meninas são, sobretudo, expostos ao que seria a “linguagem feminina” devido ao contato mais intenso com as suas mães. Durante o processo de crescimento, a partir de, aproximadamente, cinco anos, se inicia uma diferenciação da fala para ambos: os meninos começam a mudar o seu padrão de linguagem em prol de um padrão mais masculino e, se não o fizerem, começam a sofrer repreensões; por outro lado, no caso das meninas, segundo a autora, há duas opções: manter o padrão feminino mesmo que ele esteja associado a ideais machistas de inferioridade ou adotar um padrão mais próximo daquele tido como masculino, com o qual também sofrem críticas por não ser suficientemente feminino.

Outro importante trabalho desse momento foi o estudo de Labov (1990) partindo de duas afirmações frequentes dos estudos linguísticos da época, o uso predominante de formas não-*standard* por homens e o uso de formas inovadoras nos processos de mudança linguística liderado pelas mulheres. Labov (1990) busca compreender que outros fatores sociais interagem com as categorias homem e mulher para tais padrões, tendo como possíveis explicações uma maior consciência das mulheres das implicações sociais e do prestígio atribuído a certas formas linguísticas, assim como uma educação diferenciada e interesse na elevação do seu *status* social. Acerca da influência das mulheres no processo de mudança linguística, em concordância com o que destacou Lakoff (1973), Labov busca explicação no fato de que as mulheres possuem maior papel no processo de aquisição de linguagem de crianças, levando a um aumento da tendência de uso das suas próprias formas linguísticas.

Atento às diferenças estabelecidas entre as categorias de sexo e gênero e relacionando-as à linguística, Chambers (1995 apud Nogueira; Brito; Santos, 2020) esboçou uma diferenciação para dois tipos de variabilidade, considerando o gênero e o sexo. Para o autor:

[...] as diferenças linguísticas são explicadas em termos dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres em relação à mobilidade que eles exercem em sua dada comunidade: quanto menor for o contato social e a variação geográfica de homens ou mulheres, maior será o uso, por esses indivíduos, de variantes de seu grupo de contato. (Chambers, 1995, p. 125-126 apud Nogueira; Brito; Santos, 2020, p. 103)

Ou seja, associa-se, segundo essa visão, a questão do gênero sobretudo à mobilidade dos indivíduos tanto social quanto geograficamente, restando pouco para se considerar de fato como uma variabilidade motivada pelo fator gênero. Sobre a variabilidade baseado no sexo, aqui compreendido como algo estritamente biológico, o autor diz:

Exemplificando, testes demonstram que: as mulheres possuem mais vantagens do que os homens em relação ao comportamento verbal; os homens tendem a apresentar distúrbios verbais mais frequentes do que as mulheres; os homens são mais propensos a apresentar distúrbios de leitura e afasia (após caso de acidente cerebral); e eles são quatro vezes mais propensos a sofrer de autismo infantil e de dislexia do que as mulheres. (Chambers, 1995, p. 133 apud Nogueira; Brito; Santos, 2020, p. 104)

Assim, aponta algumas características inatas que parecem estar associadas aos indivíduos homens e mulheres, sem considerar a construção social de gênero e com ponderações não aprofundadas em outros estudos e que, portanto, não se caracterizam como evidências para as diferenças entre homens e mulheres na fala.

Há, ainda, uma série de outras características apontadas como diferenciadoras, tais como o indicativo de que mulheres falam mais do que homens, mas possuem um vocabulário menor, fazem maior uso de adjetivos e advérbios, interrompem as sentenças sem terminá-las mais frequentemente do que os homens por, supostamente, não organizarem o pensamento antes da fala e, até mesmo, que produzem sentenças menos complexas. Além disso, estudos com situações envolvendo homens e mulheres apontaram que os homens dominavam a conversa, interrompiam mais frequentemente a fala dos seus interlocutores e os tópicos trazidos por eles eram mais aceitos pelos envolvidos (Sunderland, 2006).

Com isso, percebe-se que os estudos linguísticos mais tradicionais pouco conseguiam se associar à compreensão da categoria social de gênero, ficando presos

aos estereótipos entre homens e mulheres, associando o comportamento linguístico de cada grupo com características tidas como tipicamente femininas, tais como polidez, modéstia, simpatia e cooperação, ou masculinas, tais como assertividade, dominância e organização, relegando, assim, um papel social inferior às mulheres que seria demonstrado também através das suas atitudes linguísticas.

Outro fator que é tido como evidência do privilégio masculino sobre o feminino na língua é o uso de formas do gênero linguístico masculino como “não-marcadas” ou “neutras”. Assim, as formas linguísticas masculinas são utilizadas para indivíduos desconhecidos ou para generalizar um grupo de pessoas de ambos os sexos/gêneros, seja para expressão de plural, como em *os professores* para expressar a presença de *professores* e *professoras*, ou para ideia de coletividade, a exemplo do uso do vocábulo *homem* para a ideia de ser humano em diversas línguas, assim como ocorre no português. Esses fatos, presentes na maioria das línguas, mas não em todas, é visto como marca de uma sociedade, pois, como aponta Lakoff (1973), nas línguas Iroquoian³⁴, por exemplo, essas generalizações são feitas com as formas femininas, reflexo da sua sociedade matriarcal.

Embora alguns estudos continuem a tratar das diferenças de uso de determinadas formas linguísticas por homens e por mulheres, estudos mais recentes não ratificam o observado nos estudos precursores e outras hipóteses passaram a ser levantadas para essas diferenças, tais como a inserção no mercado de trabalho, a rede de relacionamentos e a posição de poder que a pessoa assume. Além disso, não se pode pensar que homens ou mulheres possuem um estilo único de fala e que não há variação de acordo com a situação. Leap (2003) trata a questão de gênero, sobretudo na modernidade, como uma questão negociada e debatida pela literatura, a partir de fatos e histórias pessoais, assim como pela modificação do vocabulário através de empréstimos e formação de novas palavras. Não deixa, porém, de destacar as possibilidades de escolha de que o falante dispõe e a sua intencionalidade.

Nesse sentido, Cameron (2005) elaborou um quadro que demonstra exatamente essa diferença nos estudos, associando língua e gênero em suas versões mais tradicionalistas e mais atuais, apontando perspectivas para os estudos futuros sobre ou através da temática:

³⁴ A família linguística Iroquoian corresponde a, aproximadamente, 16 línguas pertencentes a povos nativos da América do Norte, sendo a maioria delas já extinta.

Quadro 6 – Abordagens de gênero e língua

Abordagem feminista ‘moderna’	Abordagem feminista ‘pós-moderna’
O gênero é construído através do sexo: “ <i>Ninguém nasce mulher, torna-se mulher</i> ” [Simone de Beauvoir, 1949]. O gênero (socialmente construído) se distingue de sexo (baseado biologicamente), sendo que o último implicitamente é considerado como um fundamento para o primeiro.	O <i>status</i> fundamental do sexo é contestado: “ <i>Em verdade, haverá mulher?</i> ” [Simone de Beauvoir, 1949]. A distinção sexo/gênero é questionada com base na ideia de que o sexo em si não é ‘natural’, mas construído; os chamados ‘fatos biológicos’ são sempre processados através de preconceções sociais sobre gênero.
Socialização: identidades de gênero e comportamentos linguísticos generificados são adquiridos na infância, gênero é algo que as pessoas ‘têm’.	Performatividade: identidades de gênero e comportamentos generificados são produzidos continuamente; gênero é algo que as pessoas fazem ou performam.
Diferença: pesquisas pressupõem a existência de dois grupos homogêneos, ‘homens’ e ‘mulheres’, e buscam por diferenças entre eles.	Diversidade: pesquisas assumem uma gama de possíveis identidades ou posições de gênero, influenciando ou influenciadas por outras dimensões da identidade social; diferenças intragrupo e similaridades intergrupo são tão significativas quanto as diferenças entre os grupos.
Grandes histórias: as diferenças linguísticas de gênero são explicadas em termos de estruturas sociais abrangentes, e.g. dominância masculina ou subculturas de gênero separadas; alguns pesquisadores estão interessados em descobrir universais culturais.	Explicações locais: masculinidades e feminilidades são produzidas em contextos específicos ou ‘comunidades de prática’ em relação a arranjos sociais locais. Não há suposição de que os mesmos padrões serão encontrados universalmente.
Foco ‘ <i>mainstream</i> ’: sujeitos concebidos como ‘homens’ e ‘mulheres’ genéricos – implícita ou explicitamente costumam ser brancos, heterossexuais, de classe média e monolíngues.	Foco ‘ <i>limiar</i> ’: mais interessado em identidades de gênero não convencionais e identidades de gênero ‘ <i>queer</i> ’ e na relação de gênero com identidades sexuais e com a heteronormatividade.

Fonte: Adaptado de Cameron (2005, p. 484).

Pode-se, ainda, ir além e afirmar que são poucos os aspectos linguísticos já estudados com profundidade em relação ao gênero, frequentemente com resultados pouco conclusivos. Isso implica a utilização de estereótipos que são aceitos como fatos, compondo uma série de noções acerca do gênero e língua que é pouco precisa e vista enquanto categoria isolada das demais. Dessa forma, vê-se como necessário continuar apurando a questão mais profundamente, considerando abordagens mais

localizadas e inseridas em contextos sociais que também considerem a variedade de identidades de gênero e como eles podem ser abordados em cada fenômeno específico.

2.4.2 Gênero e trabalho

O trabalho da mulher sempre esteve no centro das discussões de gênero. Como muitos afirmam, o domínio do capital exercido pelo homem relegou à mulher uma posição subalterna e de menor importância no âmbito público, restando a ela apenas o trabalho doméstico com foco na procriação e na família.

A vontade masculina de expansão e domínio transformou a incapacidade feminina em maldição. [...] Sendo o trabalho dos escravos bem mais eficiente do que o da mulher, esta perdeu o seu papel econômico que desempenhava na tribo. E na sua relação com o escravo, o senhor encontrou uma confirmação de sua soberania mais radical do que na autoridade mitigada que exercia sobre a mulher. (Beauvoir, 2019b [1949], v. 1, p. 113)

Da mesma maneira que o trabalho parece ter, se não definido, pelo menos selado o destino das mulheres, a possibilidade de a mulher trabalhar fora de casa, conquistando também independência financeira, passou a ser vista como a chave para se livrar da dominação masculina, moldando, assim, os estudos feministas, como evidencia Hooks (2019 [1984]):

As mulheres da classe média que moldaram o pensamento feminista deram como certo que a maior parte dos problemas sofridos pelas mulheres decorria da sua necessidade de sair de casa e trabalhar – de deixar de ser “apenas” uma dona de casa. [...] Trabalhar fora de casa, segundo as feministas, era a chave da libertação. O trabalho, diziam elas, permitiria que as mulheres quebrassem as cadeias da dependência econômica dos homens, defendendo-as, com isso, da dominação sexista. (Hooks, 2019 [1984], p. 147)

Porém, como também afirma a autora, uma boa parte das mulheres já estava trabalhando fora de casa e sendo as principais responsáveis pelo sustento da família, no entanto elas eram em sua maioria negras, possuíam empregos de baixa remuneração e não haviam se livrado da dominação masculina nem conseguido uma autossuficiência econômica, demarcando, desde o início, as diferentes posições em

que mulheres da elite e da classe trabalhadora assumiam dentro do movimento feminista. Além disso, uma vez que muitas mulheres passaram a adentrar os espaços públicos por meio do trabalho, duas condições frequentemente se associaram a isso: acúmulo de funções através de uma dupla jornada, a do trabalho público e a do trabalho doméstico, que também continuou a ser, essencialmente, uma atribuição das mulheres; e o desvio das obrigações do trabalho doméstico para uma outra pessoa, na maioria dos casos também uma outra mulher.

Falci (1997) estudou sobre a vida das mulheres no contexto do sertão nordestino no século XIX numa situação em que era considerado de “bom tom” que as mulheres não trabalhassem e não tivessem renda própria, porém algumas viúvas ou mulheres de famílias da elite empobrecida o faziam por necessidade e eram constantes alvos de comentários críticos. Por outro lado, mulheres pobres desde sempre estiveram destinadas ao trabalho, sobretudo para trabalhos manuais de costura, renda, cozinha e lavagem. Numa última escala de trabalho, estavam as mulheres escravizadas ou cujas famílias haviam sido escravizadas e que faziam um trabalho muito próximo ao masculino, tanto doméstico, quanto na roça. Outro fato importante analisado pela autora é a educação. Mesmo mulheres de famílias poderosas tinham pouco acesso à instrução, apenas tinham aula de música e aprendiam a bordar e a costurar e o ensino formal normalmente se dava por meio de professores particulares, apenas para aprender o básico das letras, enquanto os homens eram enviados às metrópoles.

No âmbito do trabalho, há muitas questões que se relacionam às diferenças de gênero: diferenças salariais, divisão sexual do trabalho (‘trabalhos de homens’ e ‘trabalhos de mulheres’), discriminação para seleção ou promoção em determinados cargos, trabalho doméstico e assédio no trabalho. No que se refere à divisão sexual do trabalho, os ofícios que estão diretamente ligados às habilidades são ditos masculinos quando seu saber é adquirido através da formação e dos diplomas, enquanto os postos femininos são resultantes das “habilidades femininas” inatas, o cuidado, a paciência, a discrição, a generosidade, a solicitude, a disponibilidade etc., todos com íntima relação com o trabalho doméstico, mesmo quando realizado fora do seio familiar (Hirata et al., 2009). Na língua, um produto da sociedade, até mesmo alguns cargos e profissões tradicionalmente ocupados por pessoas de um único sexo/gênero não possuem outro nome ou sua variação ainda é confusa, como é o caso, no português para ‘sargento’ e ‘diarista’.

Essas características são demonstradas através dos dados levantados e catalogados pelo IBGE (2019): o tempo dedicado aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos é, em média, de 21,35 horas semanais pelas mulheres e 10,95 horas semanais pelos homens e, mesmo fora de casa, a proporção de pessoas trabalhadoras domésticas também é muito maior entre as mulheres do que entre os homens (13,8 de mulheres e 0,9 de homens). Quando se refere ao cuidado de crianças, é sabido que essa é uma tarefa delegada pela sociedade às mulheres: em domicílios sem a presença de crianças de até três anos de idade o nível de ocupação das mulheres chega a 67,2 e 83,4 pelos homens; já em domicílios com a presença de crianças de até três anos, o nível de ocupação das mulheres cai para 54,6 em contraponto a 89,2 dos homens.

Esses dados associam-se a uma série de críticas da sociedade às mulheres que difundiam que a ausência das mulheres dentro das casas destruiria os laços familiares, atingindo negativamente gerações de crianças que seriam criadas sem a presença constante das mães. As críticas ao trabalho das mulheres também indicavam que elas teriam um desinteresse pelo matrimônio e pela maternidade, aspectos vistos como essenciais para o papel feminino, enquanto outros também advogavam que o trabalho da mulher prejudicava o trabalho dos homens, causando o desemprego de muitos e diminuição nos salários.

Muitas foram as lutas das mulheres brasileiras para se manterem no mercado de trabalho garantindo condições mínimas. Em maio de 1932 foi assinado o Decreto do Trabalho das Mulheres, cujas regras proibiam o trabalho noturno, com exceção para algumas profissões, garantia licença-maternidade de quatro semanas antes e quatro semanas após o parto com pagamento de metade do salário e garantia também o retorno ao trabalho ao fim da licença (Fraccaro, 2018). Porém, como se pode perceber pelas regras impostas, nem todos os ditos benefícios atendiam às necessidades das mulheres: a proibição de trabalho noturno prejudicava algumas profissões e baseava-se em costumes machistas para o comportamento da mulher, já o pagamento parcial de salário durante a licença-maternidade fazia com que muitas, diante da necessidade financeira, trabalhassem até muito perto do parto ou voltassem logo após terem os filhos.

Castro (1991) faz um levantamento da situação do mercado de trabalho para as mulheres no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1990. A autora observou um aumento da presença da mulher no mercado de trabalho, porém sem um aumento

salarial significativo. Dentre os fatores influenciadores para a entrada das mulheres no mercado de trabalho, além das lutas feministas, podem ser apontadas: a diminuição do poder de compra do salário mínimo, tornando necessário que outros membros trabalhassem para complementar a renda, nesse caso, as mulheres; e a diminuição da fecundidade. Embora a presença de mulheres nas indústrias fosse grande, a situação delas, no entanto, não era fácil, pois tinham de conviver com longas jornadas de trabalho, baixa remuneração, maus-tratos dos patrões, sempre homens, e constantes assédios sexuais.

A realidade é que as mulheres, de modo geral, cada vez mais têm adentrado no mercado de trabalho, mas sem deixar de evidenciar as diferenças na relação entre as classes sociais e o gênero. Muitas mulheres são as únicas responsáveis pelo sustento da família, são mães solo e localizam-se nas classes mais baixas da sociedade, conseqüentemente com empregos informais ou menos remunerados. A pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo³⁵, em parceria com o Sesc³⁶, realizada em 2010, fornece um panorama geral da situação de trabalho das mulheres quando comparadas aos homens:

³⁵ A Fundação Perseu Abramo foi instituída pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1996, com o intuito de constituir um espaço, fora das instâncias partidárias, para o desenvolvimento de atividades, tais como a reflexão política e ideológica, e a promoção de debates, estudos e pesquisas.

³⁶ Serviço Social do Comércio.

Figura 4 – Situação de trabalho de homens e mulheres em pesquisa de 2010

11. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
[estimulada, em %] Base: Total das amostras

Comparativo mulheres/homens

	MULHERES	HOMENS
CONDIÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA		
PEA	52%	79%
MERCADO FORMAL	26%	44%
Funcionária/o pública/o	7%	8%
Assalariada/o com carteira assinada	15%	28%
Conta própria regular (paga ISS)	2%	6%
Autônoma/o universitária/o (profissional liberal)	1%	2%
Empregador/a (mais de dois empregados)	1%	1%
MERCADO INFORMAL	19%	24%
Assalariada/o sem carteira assinada	7%	6%
Conta própria temporária/o (faz bico/free lancer)	10%	15%
Outras situações	1%	3%
DESEMPREGADA/O	7%	10%
NÃO PEA	48%	21%
Só estuda	11%	9%
Aposentada/o	10%	11%
Dona de casa	25%	.
Fez trabalho renumerado mas parou	16%	.
Nunca trabalhou	9%	.
Outras	2%	1%

Fonte: Venturi e Godinho (2013, p. 424).

A Figura 4 demonstra a situação da divisão de trabalho relacionada ao gênero, em que homens estão mais presentes no mercado de trabalho e atuam mais no mercado formal, enquanto muitas mulheres não trabalham ou nunca trabalharam e são consideradas “apenas” donas de casa, colaborando com a construção de estereótipos relativos aos trabalhos de homens e mulheres na nossa sociedade.

Na Figura 5, a seguir, quando analisadas as ocupações das mulheres participantes da pesquisa, pode-se perceber que a maior parte delas está em ocupações de natureza braçal ou que exigem apenas nível de escolaridade fundamental e, mesmo as que estão ocupadas em profissões que exigem cursos de nível universitário, estão em profissões mais ligadas ao ambiente tido como “feminino”, com especial foco para as profissões de ensino.

Figura 5 – Principais ocupações exercidas pelas mulheres em pesquisa de 2010

4. PERFIL SOCIOECONÔMICO – PRINCIPAIS OCUPAÇÕES
[em %] Base: Entrevistadas que estão trabalhando (45%)

OCUPAÇÕES DE NATUREZA BRAÇAL/ ENSINO FUNDAMENTAL		47	OCUPAÇÕES TÉCNICAS /ENSINO MÉDIO		35
Empregada doméstica	10	Vendedora/representante de produtos/ promotora de vendas (c/ensino médio ou mais)	4		
Profissional de limpeza/diarista	6	Secretária	4		
Lavadora/agricultora	4	Auxiliar administrativa/de escritório	3		
Vendedora/representante de produtos/ promotora de vendas (até ensino fundamental)	3	Costureira	3		
Auxiliar de serviços gerais/servente	3	Microempresária/Comerciante (c/ensino médio)	2		
Babá	3	Recepcionista	1		
Atendente no comércio/balconista	2	Operadora de caixa/caixa	1		
Manicure	2	Artesã	1		
Microempresária/Comerciante (c/ensino até fundamental)	2	Professora/educadora (ensino médio)	1		
Cozinheira	1	Cabeleireira/Estilista de cabelos	1		
Merendeira	1	Operadora de telemarketing	1		
Salgadeira	1	Auxiliar de enfermagem	1		
Lavadeira	1	Auxiliar de classe/educação/ensino	1		
Outras ocupações de natureza braçal/ensino fundamental	9	Telefonista	1		
		Técnica em enfermagem	1		
		Outras técnicas/ensino médio	10		
OCUPAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR		17			
Professora/educadora	7				
Gerente/Administradora	1				
Estagiária (c/ensino superior)	1				
Microempresária/Comerciante (c/ensino superior)	1				
Enfermeira	1				
Psicóloga	1				
Bancária	1				
Outras ocupações de ensino superior	1				

Fonte: Venturi e Godinho (2013, p. 415).

Mesmo considerando que, em termos gerais, a escolarização feminina é maior do que a masculina, em dados do IBGE (2019), o Brasil apresenta o seguinte cenário: homens têm rendimento total mensal de, em média, R\$2.555 enquanto mulheres têm rendimento total mensal de, em média, R\$1.985. A diferença ainda é bem maior quando se considera o fator raça: homens brancos recebem, em média, R\$3.388, mulheres brancas, R\$2.526; homens negros (pretos e pardos), R\$1.881 e mulheres negras (pretas e pardas), R\$1.471. Ou seja, além de uma diferença de remuneração marcada pelo gênero, o Brasil tem uma diferença racial latente que pode ser demonstrada pela diferença de rendimentos, pois homens brancos recebem, em média, mais do que o dobro de mulheres negras, e mulheres brancas recebem, em média, mais do que homens negros.

Assim, embora mais qualificadas, as mulheres têm salários mais baixos e têm menor acesso a cargos de chefia, o chamado fenômeno “teto de vidro”, contexto em que, mesmo inserida no mercado de trabalho, as mulheres têm tido a ascensão aos cargos mais altos e de maior prestígio dificultada. Além disso, as diferenças salariais entre homens e mulheres podem ser observadas até dentro dos mesmos grupos ocupacionais: homens em cargos de direção e gerência têm rendimento médio de R\$7.542, enquanto mulheres que também ocupam cargos de direção e gerência têm rendimento médio de R\$4.666. Homens profissionais das ciências e intelectuais têm rendimento médio de R\$6.640 e mulheres, de R\$4.225 e técnicos e profissionais de nível médio homens têm rendimento médio de R\$3.326 e mulheres, de R\$2.501.

A história da relação das mulheres com o trabalho é extensa e bastante estudada, porém os avanços ao longo dos anos ainda são sutis e a realidade é um tanto cruel com as mulheres, especialmente quando se cruzam fatores relacionados a raça e classe, evidenciando o abismo e demonstrando o preconceito enraizado na sociedade que se reflete em condições de trabalho desfavorecidas, que, por conseguinte, resultam em condições de vida mais árduas.

2.4.3 Gênero e política

O movimento do sufrágio feminino foi uma luta percorrida por mulheres de todo o mundo. A discussão para possibilitar a participação das mulheres na política se iniciou durante a Revolução Francesa, pois antes apenas mulheres monarcas poderiam interferir em decisões políticas, porém, como se sabe, esse direito é adquirido hereditariamente e nada tem a ver com uma decisão do povo que concede direitos políticos às mulheres. Além disso, muitos dos regimes monárquicos, embora admitissem que mulheres pudessem ser rainhas, privilegiavam a posição para homens com benefícios nas regras de sucessão.

As mulheres eram, então, vistas como inaptas para a política, pois deviam assumir apenas o papel doméstico e a charge publicada pela revista *O Malho*, de 1917, demonstra a visão negativa que o voto feminino tinha:

Figura 6 – Charge “O voto das mulheres – quadros de futuro”



Fonte: O Malho (apud Marques, 2018, p. 83).

A primeira Constituição brasileira, a Constituição de 24 de março de 1824, estabelece eleições indiretas para deputados, senadores e membros dos Conselhos Gerais das Províncias e concede direito de voto aos cidadãos brasileiros possuidores de seus direitos políticos com algumas exceções, a depender dos cargos para eleição, que incluíam: idade menor que 25 anos, renda inferior à estabelecida, os criados ou libertos e criminosos. Dessa forma, o texto não expressa a impossibilidade de mulheres serem votantes, no entanto o uso da palavra cidadão, assim como uma sequência de designações masculinas, gerava debate sobre a questão e, por muitos anos, foi suficiente para vetar os direitos políticos das mulheres brasileiras.

O texto da Constituição de 1891 também não deixa claro se as mulheres poderiam ou não ser consideradas eleitoras, mantendo o debate sobre a condição de cidadãs das mulheres, algo que só veio a ser solucionado na Constituição de 1934, que, apesar de manter todos os substantivos no masculino quando se refere ao cidadão, declara, no Art. 109, que “o alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”, ou seja, o voto das mulheres é permitido, mas apenas é obrigatório para algumas, enquanto é obrigatório para todos os homens.

No Brasil, a primeira mulher que tentou desafiar as impossibilidades de exercer o seu direito ao voto foi a cirurgiã-dentista Isabel de Souza Mattos, em 1885, baseando-se na Lei Saraiva nº 3.029, de 09/01/1881, que concedia direito de voto aos portadores de títulos científicos. Isabel não conseguiu realizar o feito e, de tempos em tempos, alguma mulher tentava o mesmo sem conseguir resultados. Enquanto no Brasil a situação demorava a mudar, em 1893, na Nova Zelândia, as primeiras mulheres conquistavam o direito ao voto, em 1929 o Equador se tornava o primeiro país da América Latina a conquistar o sufrágio feminino, algo que no Brasil só viria a acontecer anos mais tarde, em 1932, conforme se vê no Quadro 5, a seguir:

Quadro 7 – Linha do tempo do voto feminino no mundo e no Brasil

1791	A escritora Olympe de Gouge publica, na França, a <i>Declaração dos direitos da mulher e da cidadã</i> , na qual defende a educação e o direito de voto para as mulheres.
1792	A escritora inglesa Mary Wollstonecraft publica <i>A reivindicação dos direitos da mulher</i> .
1831	No Brasil, deputados apresentam um projeto de reformulação do sistema eleitoral que prevê a possibilidade do direito de as mulheres votarem em eleições locais.
1868	O deputado e escritor José de Alencar publica a obra <i>O sistema representativo</i> , na qual defende o voto feminino.
1887	A dentista Isabel de Sousa Mattos registra-se como eleitora na comarca de São José do Norte, no Rio Grande do Sul.
1888	Começa a publicação do jornal sufragista brasileiro <i>A Família</i> .
1891	A votação na Assembleia Constituinte das emendas em favor do voto feminino é rejeitada.
1893	Na Nova Zelândia, as mulheres obtêm direito ao voto.
1906	Na Finlândia, as mulheres podem votar a partir de julho.
1910	No Brasil é registrado o Partido Republicano Feminino.
1917	No Canadá, as mulheres parentes de combatentes na guerra podem votar. No ano seguinte, as demais mulheres acima de 21 anos, exceto as indígenas, também obtêm direito ao voto.
1918	Na Inglaterra, as mulheres acima de 30 anos podem votar.
1919	Nos Estados Unidos, é aprovada a 19ª emenda, que prevê o voto feminino. Na Holanda, as mulheres podem votar.
1922	Na província de Yucatán, no México, o voto feminino é franqueado.
1922	É registrada a entidade Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida por Bertha Lutz.
1928	As mulheres no Rio Grande do Norte puderam votar em eleições complementares para o Senado. Posteriormente, os votos das mulheres foram anulados.
1930	Na África do Sul, as mulheres brancas podem votar. Apenas em 1994 as mulheres negras puderam votar.
1931	Em Portugal, as mulheres puderam votar em pleitos locais e em 1934 puderam votar também em eleições nacionais. Na Espanha, as mulheres obtêm direito ao voto.

1932	No Brasil, o Governo Provisório edita o Decreto nº 21.076 (Código Eleitoral), que determina que mulheres alfabetizadas, acima de 21 anos, sem restrição quanto ao estado civil, podem alistar-se como eleitoras. Também foi instituída a Justiça Eleitoral.
1932	No Uruguai, as mulheres tornam-se aptas a votar e a se candidatar.
1933	No Brasil, as mulheres puderam votar e se candidatar à Assembleia Nacional Constituinte.
1934	No Chile, as mulheres puderam votar em eleições municipais. Apenas em 1949 puderam votar em eleições nacionais.
1934	O Plenário brasileiro aprova a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres, desde que maiores de 18 anos e alfabetizados. A Constituição brasileira registra o direito de as mulheres votarem, sem restrição de estado civil, de modo facultativo, com exceção para as servidoras públicas, que tinham voto obrigatório.
1939	Em El Salvador, sob comando ditatorial, algumas mulheres puderam votar, com restrição quanto a estado civil, escolaridade e idade.
1940	Em Cuba, foi estabelecida a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres.
1942	Na República Dominicana, as mulheres passam a votar.
1944	Na França, as mulheres podem votar e se candidatar. Na Guatemala, as mulheres podem votar mediante prova de alfabetização.
1945	Na Bolívia, as mulheres podem votar em eleições municipais e, no Japão, as mulheres podem votar e se candidatar.
1946	A Constituição brasileira torna o voto obrigatório para homens e mulheres alfabetizados.
1947	Na Argentina, as mulheres podem votar na eleição nacional.
1948	A Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher é aprovada. Os países signatários comprometem-se, caso ainda não o tivessem feito, a estender o direito de voto às mulheres.
1952	Na Grécia e no Líbano, as mulheres obtêm direito ao voto.
1954	Na Colômbia, as mulheres podem votar desde que demonstrem ser alfabetizadas.
1955	No Peru, as mulheres podem votar.
1956	Em Honduras e no Egito, as mulheres podem votar.
1961	No Paraguai, as mulheres obtêm direito ao voto.
1971	Na Suíça, as mulheres podem votar e se candidatar.
1979	Na Nigéria, é adotado o sufrágio universal. Enquanto as mulheres do Sul já votavam, as mulheres do Norte obtêm o direito ao voto.
1988	A Constituição brasileira estende o direito de voto a homens e mulheres analfabetos, que passam a poder votar caso desejem.
2006	Nos Emirados Árabes, as mulheres podem votar.
2015	Na Arábia Saudita, as mulheres podem votar nas eleições municipais.

Fonte: Adaptado de Marques (2018, p. 128-138).

Segundo relatos detalhados da situação do voto feminino feitos por Schumacher e Ceva (2015), em 1927, com base na Lei Eleitoral do Rio Grande do Norte, as mulheres potiguares conseguiram o alistamento eleitoral. Na vanguarda do movimento sufragista, o estado foi cenário ainda de outro grande feito: em 1928, Alzira Soriano, pelo Partido Republicano do Rio Grande do Norte, elegeu-se a primeira

prefeita da América Latina, para a prefeitura de Lages, com 60% dos votos, mesmo após intensa campanha marcada por calúnias e difamações contra ela. Enquanto isso, em Minas Gerais, a advogada e feminista Mietta Santiago impetrou um mandado de segurança afirmando que a proibição do voto de mulheres feria a Constituição de 1891 e com ele adquiriu seus direitos políticos, conseguindo não apenas votar mas também concorrer ao cargo de deputada federal, ainda que não tenha sido eleita.

Pouco a pouco, mulheres conseguiram se eleger a cargos de deputadas, senadoras e até mesmo governadoras. Em 1982, no Estado do Acre, Iolanda Fleming se elegeu vice-governadora e em 1986 se tornou a primeira mulher governadora no Brasil, com a saída do então governador para se candidatar ao Senado. Porém apenas em 1994 uma mulher se elegeu para a vaga de governadora, Roseana Sarney, no Estado do Maranhão.

A luta feminista também proporcionou às mulheres vitórias em forma de leis, como a Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que, dentre as várias diretrizes para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996, estabelece o mínimo de 20% de candidaturas de mulheres para cada partido ou coligação. Mais amplamente, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece normas para as eleições de todos os cargos, definindo que cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Para além disso, a Lei nº 9.504 apresenta outros pontos de destaque para a participação das mulheres nas eleições: expressão do sexo de todos os candidatos e candidatas para fins de divulgação dos dados, uso da designação dos cargos disputados no masculino ou no feminino a serem exibidos no painel das urnas eletrônicas e obrigatoriedade para que o Tribunal Superior Eleitoral, em sua propaganda institucional, afirme “incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política”.

Em 2002, também foi assinado o Decreto nº 4.377, que promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979. Na convenção, fica estabelecido que

A expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (Brasil, 2002, p. 3)

A supracitada pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2010, também questionou aos participantes as razões pelas quais temos menos mulheres do que homens na política e a Figura 7, a seguir, apresenta as crenças dos participantes em relação ao tema:

Figura 7 – Razão para ter menos mulheres que homens na política segundo pesquisa de 2010

103. RAZÃO DE TER MENOS MULHERES QUE HOMENS NA POLÍTICA	
[espontânea e múltipla, em %] Base: Total da amostra M3	
por intenção de voto presidente	
	TOTAL
	Peso 100%
MACHISMO	44
O homem acha que a mulher não tem competência/capacidade/não sabe administrar	15
Machismo	13
Os políticos homens não aceitam mulheres no governo/dificultam a entrada delas na política	6
As pessoas acham que lugar de mulher é na cozinha/é cuidando dos filhos/em casa	4
Política é coisa de homem	3
O homem não admite ter mulher no poder	2
A própria mulher não vota em mulher	2
Os homens acham que as mulheres não nasceram para política	2
O homem tem mais poder	2
Os homens acham que as mulheres são menos inteligentes	1
Outras respostas de machismo	9
FALTA DE INTERESSE	14
As mulheres são menos interessadas em política	12
As mulheres não procuram entender de política	1
Tem menos mulheres se candidatando	0
Outras respostas de Falta de Interesse	2
PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO	13
Preconceito	7
Ainda existe discriminação com as mulheres/são discriminadas	4
Outras respostas de preconceito	2
FALTA DE CONFIANÇA	11
O povo não confia nas mulheres	6
As próprias mulheres não se acham capazes de assumir cargos políticos	3
Outras respostas de Falta de Confiança	2
FALTA DE OPORTUNIDADE	9
Não dão chances às mulheres/não têm oportunidade	8
FALTA DE CORAGEM	7
As mulheres não têm coragem para enfrentar a política/elas têm medo	7
FALTA DE COMPETÊNCIA	6
Os homens são mais competentes/mais capacitados	4
Outras respostas de Falta de Competência	2
FALTA DE ENVOLVIMENTO	5
A maioria das mulheres não se envolvem com política/não querem ter responsabilidade/só hoje as mulheres estão começando a se envolver na política/estão se envolvendo lentamente em política	4
FRAGILIDADE	3
A mulher é mais frágil/mais fraca/não tem força pra lutar	3

continua

continuação		TOTAL
	Peso	100%
HONESTIDADE		2
As mulheres são mais honestas		1
Mulheres gostam de tudo certo		1
CORRUPÇÃO		1
As mulheres são menos corruptas		1
FALTA DE VALORIZAÇÃO		1
As mulheres não são valorizadas		1
OUTRAS RESPOSTAS GERAIS		13
NENHUMA DIFERENÇA/OS DOIS SÃO A MESMA COISA		1
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU/RECUSA		11

Fonte: Venturi e Godinho (2013, p. 498-499).

O machismo, segundo as pessoas participantes da pesquisa, é a principal razão para a área ser dominada pelos homens. Muitos afirmaram que “os homens acham que as mulheres não possuem competência para tal” ou que “políticos homens não aceitam mulheres no governo”, porém os homens não são a maioria dos votantes da população. Mesmo com tantos anos de luta, o que se vê da política brasileira nos anos que se seguiram até os dias de hoje ainda é uma baixa participação das mulheres na ocupação de cargos políticos e os números também não são animadores no resto do mundo.

Segundo dados da ONU, o mundo levará quatrocentos anos para chegar a um patamar de equilíbrio de gênero no que se refere à representação política. Um relatório global da ONU indicou que, em 01 de janeiro de 2020, as mulheres ocupavam 24,9% dos assentos parlamentares em todo o mundo (United Nations, 2020). Embora em 2018 mais de 70 países já tenham tido mulheres na liderança, em apenas oito países é assegurada a igualdade de gênero por lei: Islândia, Luxemburgo, Dinamarca, França, Bélgica, Suécia, Latvia e Canadá.

No Brasil, ao final do ano de 2022, dos 23 ministérios, apenas um é chefiado por uma mulher, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Em 2018, segundo dados catalogados pelo IBGE (2019), dentre 513 pessoas eleitas para a Câmara dos Deputados, 77 eram mulheres, 15% do total, dado que, conjugado ao fato de que no mesmo ano, das 8.588 candidaturas, 2.767 foram de mulheres (32,2% do total), demonstra que as mulheres têm se candidatado cada vez mais, estão buscando maior participação na política, mas os resultados das eleições ainda demonstram uma baixa aceitação. Assim, dos 190 países que informaram à *Inter-*

Parliamentary Union o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício, o Brasil ocupou a 152ª posição, o pior resultado entre os países sulamericanos (IBGE, 2018, p. 9).

As mulheres por muito tempo foram vistas como politicamente irrelevantes. Enquanto os homens assumiam uma posição privilegiada em questões de domínio público, as mulheres estavam restritas ao âmbito doméstico. Embora hoje possam ser observadas muitas mudanças, ainda não se alcançou a tão almejada paridade. Como se sabe, o sufrágio feminino só foi alcançado no Brasil em 1932 através de muita luta, mesma situação de tantos outros países e, mesmo após essa importante conquista, ser um grupo representativo na disputa pelo poder e influente nas decisões políticas ainda é uma luta empenhada pelas mulheres em todo o mundo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apoiando-se nos fundamentos teóricos expostos na seção anterior, apresentam-se, nesta seção, os procedimentos metodológicos seguidos na pesquisa: uma breve descrição do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e do *corpus* que foi utilizado para o trabalho, além de observações sobre o modelo de tratamento estatístico empregado.

3.1 O PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

Remontando ao desejo expresso em 1952, através do já citado Decreto nº 30.643, que ordenou a elaboração de um atlas linguístico brasileiro, em 1996, por ocasião do Seminário Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil, realizado na Universidade Federal da Bahia, começa a se delinear o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Assumindo a responsabilidade pelo projeto criou-se um Comitê Nacional com membros de diversas universidades parceiras. Atualmente, o Comitê Nacional é composto por Jacyra Andrade Mota (UFBA), diretora presidente, Silvana Soares Costa Ribeiro (UFBA), diretora executiva, e pelos diretores científicos: Abdelhak Razky (UFPA), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Conceição Maria de Araújo (UFMA), Fabiane Cristina Altino (UEL), Felício Wessling Margotti (UFSC), Marcela Moura Torres Paim (UFBA), Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC/UFPB), Marilúcia Barros de Oliveira (UFPA), Regiane Coelho Pereira Reis (UFMS), Valter Pereira Romano (UFLA) e Vanderci de Andrade Aguilera (UEL).

Estão estabelecidos como objetivos do Projeto ALiB³⁷:

- (i) descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas e léxico-semânticas) consideradas na perspectiva da Geolinguística;
- (ii) oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história,

³⁷ Cf. <http://www.alib.ufba.br>.

antropologia, sociologia etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil;

- (iii) estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e realizar estudos interpretativos de fenômenos considerados;
- (iv) examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento – história, sociologia, antropologia etc. – de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil;
- (v) oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundarem o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levarem os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta;
- (vi) contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica.

Com vistas a atingir os objetivos estabelecidos, o ALiB busca se inserir como um atlas classificado de segunda geração, pois, além de conter cartas linguísticas propriamente ditas, são acrescentados estudos interpretativos sobre alguns dos aspectos cartografados. Busca-se, ainda, acrescentar informações de natureza acústica que permitam o acesso à voz dos informantes seguindo uma tendência dos chamados atlas de terceira geração.

O Projeto ALiB estabeleceu uma rede de pontos com um total de 250 localidades que será melhor detalhada na seção 3.3, a seguir, uma vez que a pesquisa

em questão se utiliza da mesma rede de pontos, assim como se estabeleceu um perfil de informantes (ver seção 3.2) específico visando a dar conta da relação entre língua e fatores sociais almejada pelos princípios da Sociolinguística Variacionista. Estabelecidos os critérios sociais, definiu-se, então, um questionário linguístico de referência para análise dos fenômenos linguísticos das mais diversas naturezas, subdividido seguindo a seguinte estrutura (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001):

- (i) **Questionário fonético-fonológico (QFF):** 159 perguntas para apurar fenômenos fonéticos, além de 11 questões para se apurar a prosódia em contextos de frases interrogativas, afirmativas e imperativas;
- (ii) **Questionário semântico-lexical (QSL):** 202 perguntas acerca de 14 diferentes áreas semânticas: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios e vida urbana;
- (iii) **Questionário morfossintático (QMS):** 49 perguntas visando a identificar fenômenos referentes aos artigos, substantivos, adjetivos, pronomes, verbos e advérbios;
- (iv) **Questões de pragmática:** quatro perguntas;
- (v) **Temas para discursos semidirigidos:** quatro temas motivadores para o discurso;
- (vi) **Perguntas metalinguísticas:** seis perguntas acerca da realidade linguística do informante;
- (vii) **Texto para leitura:** um texto para leitura pelo informante, a “Parábola dos Sete Vimes”.

Em outubro de 2014, durante o III Congresso de Dialetologia e Sociolinguística (III CIDS), realizado em Londrina, foram lançados os dois primeiros volumes do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) (Cardoso et al., 2014a e Cardoso et al., 2014b), sendo o primeiro volume a introdução e o segundo volume um atlas composto por 159 cartas linguísticas com os dados das 25 capitais de estado integrantes do projeto.

3.2 PERFIL DOS INFORMANTES

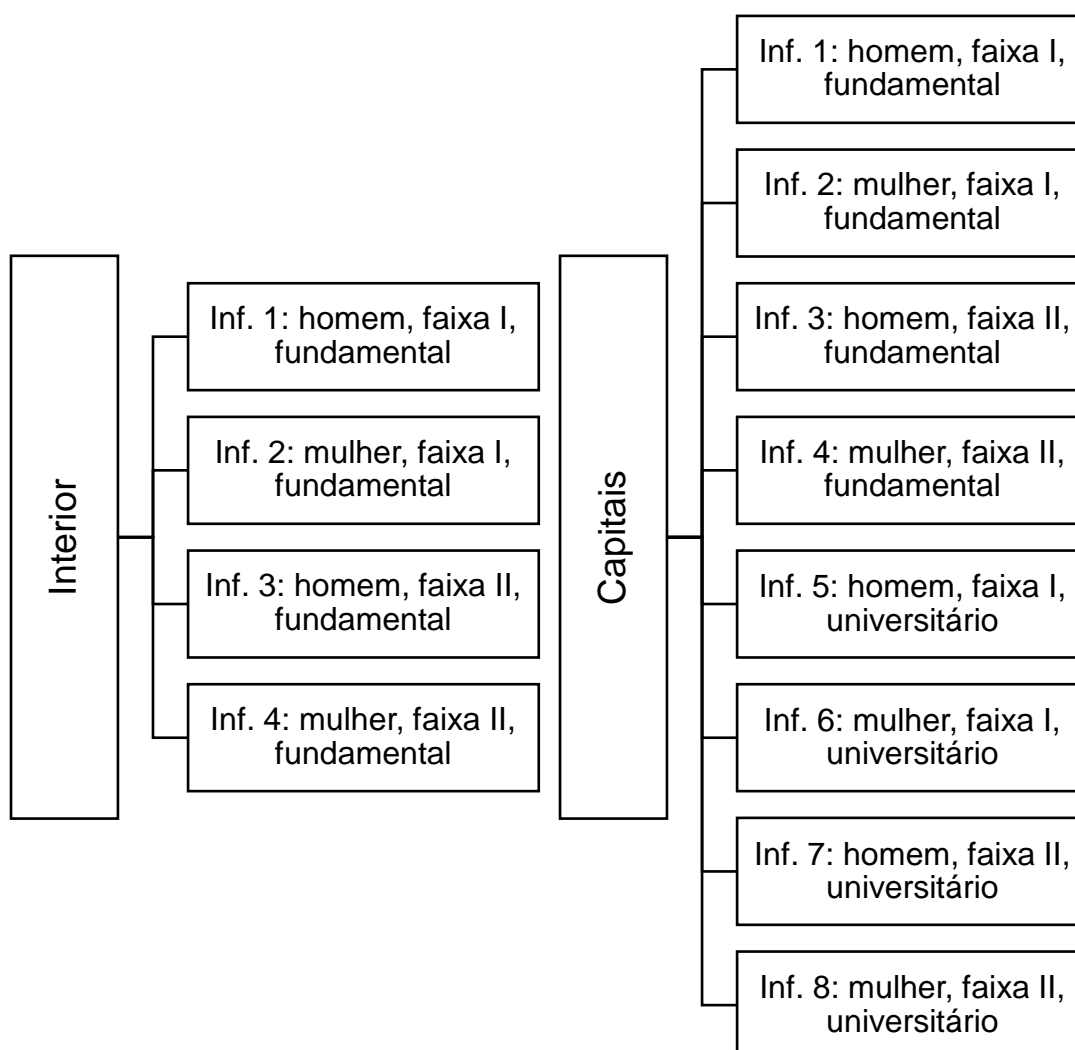
Os informantes escolhidos pelo Projeto ALiB seguem critérios pré-definidos – nascidos na localidade em análise, filhos de pais também nascidos na localidade e com limitada mobilidade e curto período de afastamento, estratificados atendendo aos seguintes critérios sociais:

- (i) diatopia: oito informantes em cada uma das 25 capitais de estado³⁸ e quatro informantes nas demais localidades do interior dos estados;
- (ii) sexo: informantes homens e mulheres³⁹;
- (iii) idade: duas faixas etárias – faixa etária I (18 a 30 anos) e faixa etária II (50 a 65 anos) – com certa distância entre elas, a fim de melhor observar a variação entre as faixas extremas;
- (iv) escolaridade: nas localidades do interior dos estados todos os informantes são alfabetizados tendo cursado, no máximo, o ensino fundamental (anteriormente considerado até a oitava série, atualmente considera-se nono ano). Os quatro informantes adicionais das capitais são todos de nível universitário completo.

Assim, os informantes do Projeto ALiB e, conseqüentemente, desta pesquisa, são numerados e identificados seguindo o padrão exibido na Figura 8 a seguir:

³⁸ Devido ao critério de data da fundação da localidade ficaram de fora da rede de pontos do Projeto ALiB no momento da sua definição: Brasília, capital do Distrito Federal; e Palmas, capital do Estado do Tocantins.

³⁹ Para uma discussão acerca do uso da nomenclatura ‘sexo’ neste critério, ao invés de ‘gênero’, ou ainda ‘sexo/gênero’, cf. a seção 2.2.3. Uma discussão mais aprofundada sobre as questões de gênero pode ser vista na seção 2.4.

Figura 8 – Perfil dos informantes

Fonte: Elaboração própria.

Totalizam, tanto no Projeto ALiB quanto na presente pesquisa, 1.100 os informantes inquiridos e estratificados, equitativamente, segundo os critérios sociais acima ilustrados que ficam distribuídos de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 8 – Distribuição dos informantes

Variáveis sociais		Número de informantes	Total de informantes
Sexo	Homem	550	1.100
	Mulher	550	
Faixa etária	Faixa I	550	1.100
	Faixa II	550	
Escolaridade	Fundamental	900	1.100
	Universitário	200	
Diatopia	Região Norte	120	1.100
	Região Nordeste	348	
	Região Centro-Oeste	108	
	Região Sudeste	336	
	Região Sul	188	

Fonte: Elaboração própria.

3.3 REDE DE PONTOS

Para tratar de um país com dimensões continentais, com 8.516.000 km², o quinto maior país do mundo, é necessário analisar algumas questões referentes ao seu território e processo de regionalização. Com o início da dominação portuguesa, a partir de 1500, o local hoje conhecido como Brasil passou por uma intensa alteração através da opressão da cultura dos povos originários espalhados pelo vasto território. Uma vez estabelecida a presença portuguesa, o foco passou a ser essencialmente ruralista, com a extração de bens nativos para abastecimento do mercado europeu. Nesse contexto, a costa nordestina tinha maior destaque, tanto pela extração do pau-brasil que se concentrava na região de Mata Atlântica, que ia do que hoje pode ser definido como Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro, quanto pela intensa movimentação nos portos.

Passado o ciclo do pau-brasil, instaurou-se o ciclo da cana-de-açúcar como principal produto de exportação, ainda concentrado na área litorânea nordestina, com maior fixação de colonos na região por meio do estabelecimento das capitâncias hereditárias em 1530. Como se sabe, com o objetivo de conduzir a exploração, usava-

se a mão de obra indígena escravizada até a sua proibição oficial com a Carta Régia de 1570, quando se intensificou a vinda de povos escravizados da África.

A interiorização da exploração do território brasileiro se deu mais tarde pela mineração, sobretudo de ouro e diamante, e pela criação de gado com expedições que avançaram rumo ao interior do país, intensificando-se com o achado de minerais preciosos em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Junto a isso, a crise que assolava Portugal e toda a Europa provocou uma grande onda de emigração em direção ao Brasil, ocupando o território e resultando na mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, que passou a ser a sede de todo o império português.

Com a diminuição na intensidade das atividades mineradoras, que encontrou menos metais preciosos do que o esperado, o grande ciclo produtivo seguinte foi o cafeeiro, com destaque nos estados de São Paulo e Minas Gerais, entre a primeira metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. É importante destacar, no entanto, que até esse período a ideia dominante era de fortalecimento de uma unidade nacional, por vezes desprezando as especificidades e complexidades de um território tão vasto. Somente em 1941 é que surge a primeira proposta de regionalização do território brasileiro em cinco regiões, feita pelo IBGE, seguindo critérios fisiográficos e respeitando os limites estaduais, seguida de uma revisão em 1969, que segue vigente até os dias atuais (Boscariol, 2017).

Em linhas gerais, pode-se definir a Região Norte através do predomínio do bioma amazônico, com uma grande floresta e vasta rede hidrográfica, tendo o extrativismo vegetal como principal fonte econômica. Com sete estados, é a maior região do país, ocupando cerca de 45% do território nacional, e tem a menor densidade demográfica.

Já a Região Nordeste se caracteriza fisicamente pela combinação da zona da mata, com clima tropical úmido e depressões semiáridas, e da caatinga, com baixa precipitação e grandes períodos de estiagem. Conta com nove estados e é uma região com grande disparidade socioeconômica, com predomínio de atividades agropecuárias na caatinga e maior desenvolvimento industrial, serviços e predomínio de aglomeração urbana na faixa litorânea.

A Região Centro-Oeste é a menos habitada do país, possui três estados e o Distrito Federal, onde se localiza a capital do país, Brasília, construída entre 1957 e 1960. Por um longo período se manteve habitada apenas por nativos, recebendo novos habitantes de maneira espalhada devido à agropecuária. Durante o Governo

de Getúlio Vargas, a chamada “Marcha para o Oeste” incentivou a ocupação dessa parte do país, no entanto as dificuldades de infraestrutura ainda eram um empecilho e somente nas décadas de 1960 e 1970 é que políticas de modernização propiciaram uma ocupação mais intensa, porém com grande desigualdade na concentração de terras.

A Região Sudeste, com quatro estados, é a região com maior teor de desenvolvimento industrial provocado por políticas nacionais centradas nessa área do país, tanto com indústrias locais quanto com multinacionais.

Por fim, a Região Sul, que conta com três estados, teve sua política de ocupação através do incentivo de Portugal para que sua população pobre e média e da região açoriana ocupasse as terras por meio de concessões. Posteriormente alemães, italianos, espanhóis e eslavos também receberam incentivos para emigração tais como cessão de terras demarcadas em pequenas propriedades, custeio de transporte e instrumentos para produção agrícola livre, caracterizando-a, assim, de maneira diferenciada do resto do país.

Considerando, então, que

[...] o conceito de região [na Geografia] busca identificar singularidades no espaço, ou seja, amalgamar elementos do território (como as características socioeconômicas, o quadro natural, os aspectos culturais) e compreendê-los de forma articulada [...] (Mariano; Gigliotti; Santos, 2018, p. 57-58)

este breve relato histórico acerca da composição do território brasileiro visa a contribuir para a compreensão de especificidades das 250 localidades selecionadas para o Projeto ALiB e analisadas nesta pesquisa. Elas foram selecionadas seguindo critérios demográficos, históricos e culturais, considerando a extensão de cada região e de cada estado do país e a natureza de seu povoamento e, diferentemente de trabalhos que seguem uma abordagem mais tradicional da Dialetologia, não se consideram prioritários critérios como antiguidade e grau de isolamento com relação a centros mais desenvolvidos na região, mas se optou por incluir também cidades de médio e grande porte, inclusive as capitais de estado. Dentre as capitais, Brasília e Palmas não foram abarcadas devido ao critério de data da fundação da localidade, que visava a permitir que informantes com idade para compor a segunda faixa etária determinada pelo Projeto ALiB pudessem ter nascido e ter pais também nascidos na localidade.

Durante o trabalho de campo, integrantes do Projeto ALiB seguiram um procedimento de preenchimento de ficha de localidade com informações oficiais obtidas através de órgãos como o IBGE – nome atual e anteriores, número de habitantes, atividades econômicas, infraestrutura, demografia e história – além de informações adicionais fornecidas pelos informantes e moradores da localidade – nomes dados aos habitantes e ao falar local e outras – e fotografias dos locais de realização dos inquéritos e seus arredores: igrejas, praças, museus etc.

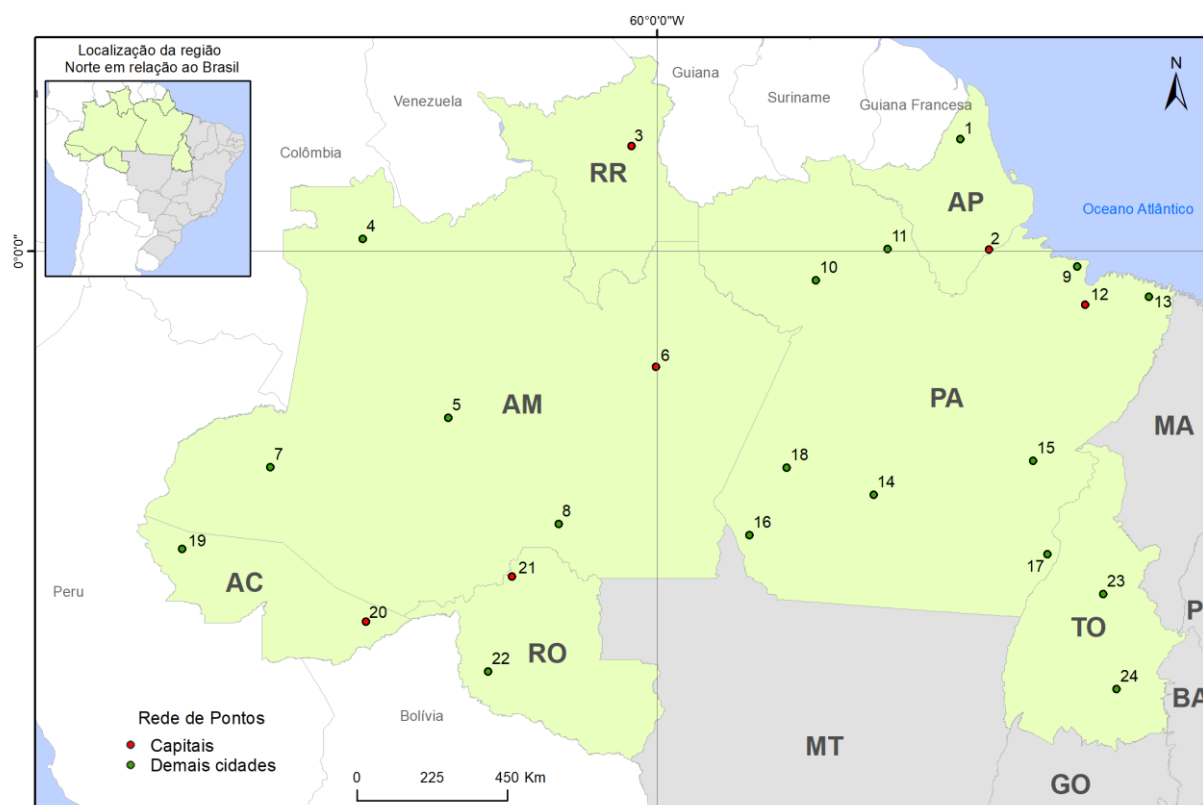
Por fim, de Norte a Sul do país, do Oiapoque ao Chuí, as 250 localidades, distribuídas pelas cinco regiões administrativas do país – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul – foram identificadas no mapa e numeradas em ordem a fim de compor a rede de pontos apresentada a seguir. Para cada localidade, separada por região e por estado, é feita uma breve apresentação com os dados exibidos na seguinte ordem: nome, ano de fundação, extensão territorial, número de habitantes e outros dados relevantes⁴⁰.

3.3.1 Região Norte

A Figura 9 e o Quadro 9, a seguir, apresentam a rede de pontos da Região Norte:

⁴⁰ Foram utilizados como fonte de dados os *sites*: <https://cidades.ibge.gov.br/> e <https://pt.wikipedia.org>.

Figura 9 – Rede de pontos da Região Norte



Quadro 9 – Rede de pontos da Região Norte

AMAPÁ		
1. Oiapoque	13. Bragança	
2. Macapá	14. Altamira	
RORAIMA		
3. Boa Vista	15. Marabá	
AMAZONAS		
4. São Gabriel da Cachoeira	16. Jacareacanga	
5. Tefé	17. Conceição do Araguaia	
6. Manaus	18. Itaituba	
7. Benjamin Constant	ACRE	
8. Humaitá	19. Cruzeiro do Sul	
PARÁ		
9. Soure	20. Rio Branco	
10. Óbidos	21. Porto Velho	
11. Almeirim	22. Guajará-Mirim	
12. Belém	TOCANTINS	
	23. Pedro Afonso	
	24. Natividade	

Amapá

142.470,762 km², 877.613 habitantes, densidade demográfica de 4,69 hab/km².

Possui 16 municípios e duas localidades na rede de pontos:

- Macapá (capital), 1758, 6.563,849 km², 522.357 habitantes. Originou-se de um destacamento militar fixado no mesmo local das ruínas da antiga Fortaleza de Santo Antônio, desenvolvendo-se após a reforma da Fortaleza. O topônimo é de origem tupi, com uma variação de *macapaba*, que quer dizer lugar de muitas bacabas, um fruto de palmeira nativa da região.
- Oiapoque, 1945, 23.034,392 km², 28.534 habitantes. A palavra Oiapoque tem origem tupi-guarani, sendo uma derivação do termo *oiap-oca*, que significa casa dos Waiãpi. Para consolidar a soberania nacional sobre as áreas limítrofes face ao contestado franco-brasileiro, devido à divisa com a Guiana Francesa, foi erguido um monumento à pátria, indicativo do marco inicial do território brasileiro.

Roraima

223.644,530 km², 652.713 habitantes, densidade demográfica de 2,01 hab/km².

Possui 15 municípios e uma localidade na rede de pontos:

- Boa Vista (capital), 1890, 5.687,037 km², 436.591 habitantes. A cidade se originou da sede de uma fazenda estabelecida no local no século XIX. Em torno da sede da fazenda, surgiu um pequeno povoado que durante um bom tempo foi o único povoado em toda a região do alto Rio Branco. Em 1926, passou a ser município, adotando o nome da antiga fazenda e, com a criação do Território Federal de Roraima, em 1940, a cidade foi escolhida para ser a capital.

Amazonas

1.559.167,878 km², 4.269.995 habitantes, densidade demográfica de 2,23 hab/km².

Possui 62 municípios e cinco localidades na rede de pontos:

- Manaus (capital), 1669, 11.401,092 km², 2.255.903 habitantes. Foi criada no século XVII para demonstrar a presença lusitana e fixar domínio português na região amazônica, que na época já era considerada posição estratégica em território

brasileiro. A Amazônia, de posse espanhola pelo Tratado de Tordesilhas, manteve-se inexplorada até o século XVI, quando se tornou alvo de interesse de portugueses, holandeses, franceses, ingleses e irlandeses. O nome lembra o povo indígena dos Manáos, que habitavam a região antes de serem extintos por conta da civilização portuguesa, e seu significado é “mãe dos deuses”. A partir de 1870, Manaus viveu o surto da economia gomífera, encerrando-se em 1913, em virtude da perda do mercado mundial para a borracha asiática, fazendo com que a cidade retornasse a um novo período de isolamento até o advento da Zona Franca de Manaus, em 1970.

- São Gabriel da Cachoeira, 1668, 109.181,245 km², 47.031 habitantes. Os povoados criados na região originaram-se de grupos religiosos com o objetivo de catequizar os indígenas. Estabeleceu-se na região um destacamento militar que construiu o Forte de São Gabriel. É o terceiro maior município brasileiro em extensão territorial e faz fronteira com a Colômbia e Venezuela e é o município com maior predominância de indígenas no Brasil.
- Tefé, 1759, 23.692,223 km², 59.250 habitantes. Habitavam na região os povos Nuruaques, Cauixanas, Jumanas, Passés, Uainumas, Catuquinas, Jamamadis, Pamanas, Juris, Jurimaguas, Tupebas ou Tupibàs. Em 1708, tropas foram enviadas para fazer evacuar as ditas aldeias, que resistiram, porém mais tarde foram devastadas. Os remanescentes reuniram-se em Tefé em 1718. O topônimo é de origem nheengatu e significa profundo.
- Benjamin Constant, 1898, 8.695,391 km², 44.873 habitantes. O povoamento deve ter-se iniciado nas primeiras décadas do século XVIII. O nome do município foi dado, por sugestão do general Cândido Mariano Rondon, em homenagem ao general Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o incentivador do movimento de 15 de novembro de 1889, que proclamou a República.
- Humaitá, 1869, 33.111,143 km², 57.195 habitantes. Um comerciante foi um dos primeiros colonizadores que se estabeleceram na região em busca de riquezas, porém, ao sofrer constantes ataques dos nativos, transferiu-se para o lugar onde hoje está a cidade de Humaitá. O topônimo é de origem indígena e seu significado

é: *Hu* = negro, *ma* = agora e *itá* = pedra – a pedra agora é negra. Está situada no entroncamento entre as rodovias Transamazônica e Manaus-Porto Velho.

Pará

1.245.870,700 km², 8.777.124 habitantes, densidade demográfica de 6,07 hab/km².

Possui 144 municípios e dez localidades na rede de pontos:

- Belém (capital), 1616, 1.059,466 km², 1.506.420 habitantes. Após a expulsão dos franceses do Maranhão e uma expedição de 200 homens com o objetivo de afastar do litoral norte os corsários estrangeiros, iniciou-se a colonização do 'Império das Amazonas'. No século XVIII, a cidade começou a avançar para a mata, ganhando distância do litoral e Belém constituía-se não apenas como ponto de defesa, mas também como centro de penetração do interior e de conquista do Amazonas. A abertura dos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira e Negro para a navegação dos navios mercantes de todas as nações, no século XIX, após o período colonial, contribuiu para o desenvolvimento da capital paraense.
- Soure, 1847, 2.857,349 km², 25.752 habitantes. Localizado na zona fisiográfica de Marajó e ilhas, o município fora uma aldeia dos Muruanazes, para onde se mudaram alguns missionários nos tempos coloniais. O topônimo, de origem portuguesa, é o nome de uma antiga Vila do Distrito de Coimbra, que no tempo dos romanos se chamou *Saurium* – Jacaré.
- Óbidos, 1697, 28.011,041 km², 52.473 habitantes. Desde as primeiras explorações do Rio Amazonas, além da atual posição da cidade de Óbidos, notaram os portugueses a relativa diminuição de seção do grande rio naquela paragem e, conforme as ideias militares de então, reconheceram a necessidade de fortificar o ponto.
- Almeirim, 1620, 72.954,798 km², 34.044 habitantes. Frades capuchos de Santo Antônio fundaram, juntamente com os indígenas descidos do centro, a Aldeia do Paru. A cidade é um importante ponto de referência na navegação do rio Amazonas, sendo frequentada por balsas de carga, barcos e navios de madeira e ferro, além de cruzeiros turísticos.

- Bragança, 1613, 2.124,734 km², 130.122 habitantes. Inicialmente habitada pelos indígenas Apotiângas da nação dos Tupinambás, está localizada à margem esquerda do Rio Caeté, razão pela qual é chamada de “Pérola do Caeté”. Foi primeiramente explorada por franceses que investigaram a costa paraense em incursões marítimas.
- Altamira, 1750, 159.533,306 km², 117.320 habitantes. Teve origem nas missões dos jesuítas. Uma floresta densa ocupava toda a extensão terrestre e muitas rochas fechavam os percursos fluviais, impondo obstáculos aos navegantes, que tiveram dificuldade para atingir a colonização. É o município mais extenso do Brasil e até 2009 foi o maior município do mundo em extensão territorial, sendo maior que dez estados brasileiros e que muitos países.
- Marabá, 1809, 15.128,058 km², 287.664 habitantes. O povoamento da Bacia do Itacaiúnas tem papel importante na formação do município porque, apesar de essa região ter sido explorada pelos portugueses ainda no século XVI, permaneceu sem ocupação definitiva durante quase 300 anos. A denominação tem origem indígena e significa filho do prisioneiro ou estrangeiro ou o filho da indígena com o branco.
- Jacareacanga, 1991, 53.304,563 km², 6.952 habitantes. O nome foi dado pelos indígenas que habitavam a região ao observarem do alto de uma elevação que a antiga vila possuía uma forma que lembrava um jacaré, tendo em seu dorso uma saliência semelhante a uma canga. O então Presidente da República, Getúlio Vargas, estabeleceu uma estratégia de ocupação da região, chamada de “Marcha para o Oeste”, que objetivava, acima de tudo, consolidar a soberania nacional. No fim da década de 1950, o início da garimpagem de ouro provocou um forte movimento migratório, gerando uma ocupação desordenada e o estabelecimento de uma dependência econômica.
- Conceição do Araguaia, 1897, 5.829,482 km², 48.115 habitantes. O nome Conceição é português e é uma homenagem à padroeira da localidade original, Nossa Senhora da Conceição. Araguaia é uma expressão tupi que significa “rio do

vale dos papagaios”. Inicialmente foi um posto de catequese que foi crescendo até se tornar um movimentado povoado. Com a queda do comércio da borracha, o município foi extinto e reconquistou sua autonomia política três anos depois, em 1933.

- Itaituba, 1856, 62.042,472 km², 101.541 habitantes. Era um aldeamento de indígenas para onde foi enviado um pequeno destacamento. Em 1812, foi mencionado na relação de viagem de Miguel João de Castro no Rio Tapajós como centro da exploração e do comércio de especiarias do Alto Tapajós. O mote da cidade é “cidade pepita”, pois é conhecida pela intensa atividade de mineração de ouro no Vale do Rio Tapajós e pela grande diversidade de paisagens naturais.

Acre

164.173,431 km², 906.876 habitantes, densidade demográfica de 4,47 hab/km².

Possui 22 municípios e duas localidades na rede de pontos:

- Rio Branco (capital), 1882, 8.835,154 km², 419.452 habitantes. Fortaleceu-se com a expansão do extrativismo da borracha, quando o Acre era ainda considerado território boliviano, como núcleo de um entreposto comercial. É a capital mais ocidental do Brasil e seu povoamento se deu no fim do século XIX, com a chegada de nordestinos. O desenvolvimento do município ocorreu durante o Ciclo da Borracha.
- Cruzeiro do Sul, 1904, 8.783,470 km², 89.760 habitantes. A região era habitada por indígenas de diversos troncos. Mais tarde, o povoamento da região deu-se pela formação de seringais, em virtude da imigração de nordestinos devido ao fenômeno das secas, abandonando os sertões nos anos de 1877 a 1879. O nome foi inspirado na constelação Cruzeiro do Sul.

Rondônia

237.765,347 km², 1.815.278 habitantes, densidade demográfica de 6,58 hab/km².

Possui 52 municípios e duas localidades na rede de pontos:

- Porto Velho (capital), 1907, 34.090,952 km², 548.952 habitantes. Foi criada por desbravadores durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O porto velho dos militares continuou a ser usado para descarregar materiais para a obra e se tornou o ponto inicial da ferrovia. Lá ficavam moradias que abrigavam principalmente trabalhadores negros oriundos das Ilhas Britânicas do Caribe, genericamente denominados barbadianos.
- Guajará-Mirim, 1929, 24.856,877 km², 46.930 habitantes. Em tupi-guarani significa “cachoeira pequena” e tem sua história intimamente ligada à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A construção do transporte ferroviário acelerou não só o povoamento local, contribuindo para o incremento da agricultura, como também o extrativismo vegetal proporcionado pela vasta e rica vegetação natural existente.

Tocantins

277.423,627 km², 1.607.363 habitantes, densidade demográfica de 4,98 hab/km². Possui 139 municípios e duas localidades na rede de pontos⁴¹:

- Pedro Afonso, 1847, 2.019,556 km², 13.964 habitantes. O lugar tinha outrora a denominação de 'Travessa dos Gentios', em virtude dos deslocamentos que se faziam. Era habitado por silvícolas, exclusivamente, sendo a principal nação a dos Xavantes. A febre da borracha do Araguaia, em 1910, foi um dos maiores fatores do progresso de Pedro Afonso. Em 1911, por ocasião de um incêndio, a cidade se tornou um monte de ruínas, tendo recebido seus habitantes novamente anos mais tarde.
- Natividade, 1734, 3.241,672 km², 9.256 habitantes. Teve sua origem no século XVIII com a chegada de imigrantes portugueses nessa região à procura de ouro. No início da colonização, toda uma comunidade da etnia Xavante foi aniquilada por se ter negado à escravização pelos portugueses. O antigo Arraial de São Luiz é o mais antigo núcleo urbano já fundado no estado do Tocantins. Escravizados

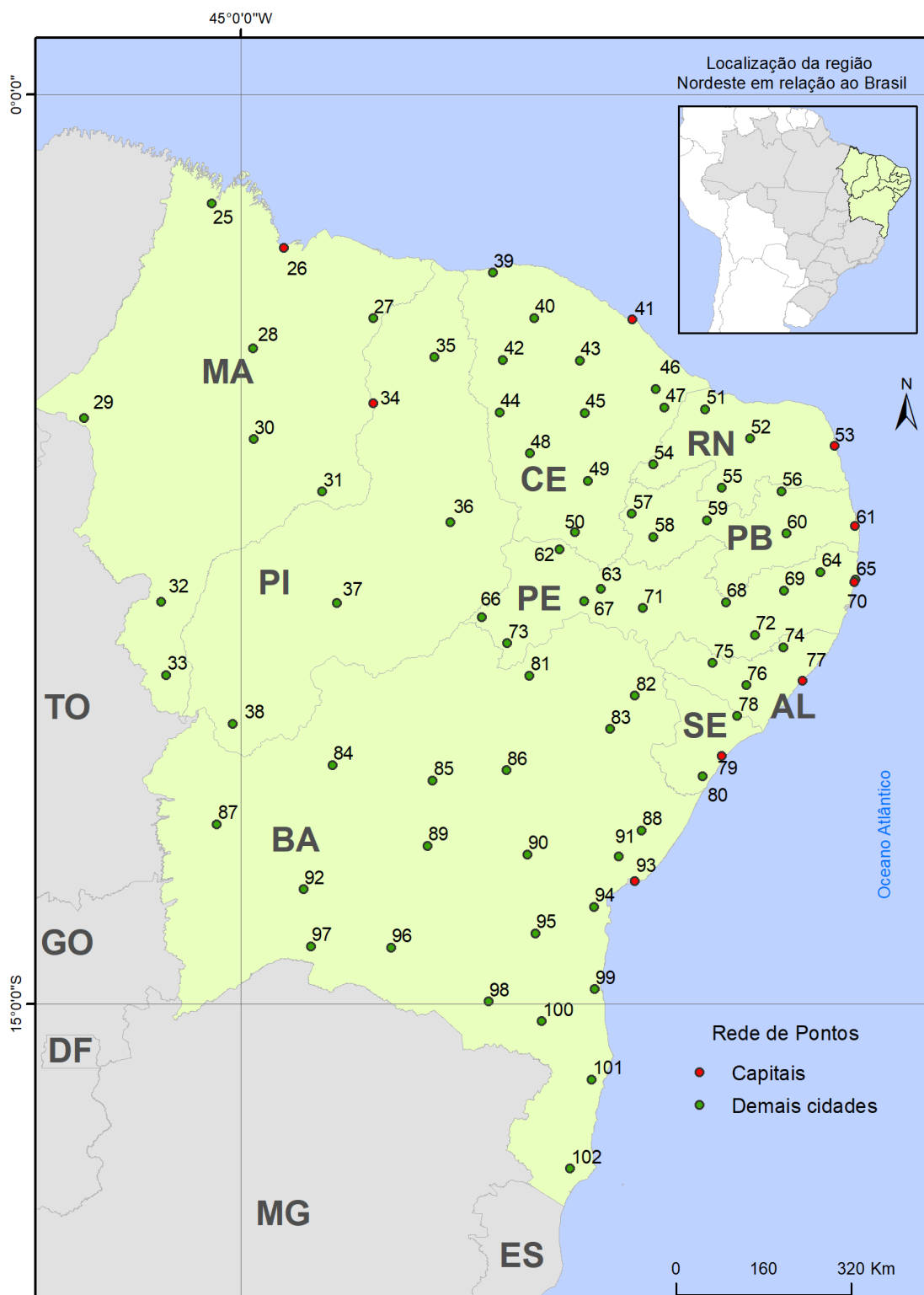
⁴¹ A sua capital, Palmas, diferentemente das demais capitais de estado, não está incluída na Rede de Pontos devido ao fato de a sua fundação ter se dado muito recentemente, em 1989, não atendendo aos critérios estabelecidos pelo Projeto ALiB.

começaram a erguer uma obra em pedra que seria a igreja de Nossa Senhora do Rosário, no entanto, a obra foi paralisada por volta de 1817 por falta de recursos e suas ruínas são hoje um dos principais cartões postais do Estado.

3.3.2 Região Nordeste

A Figura 10 e o Quadro 10 apresentam a rede de pontos da Região Nordeste:

Figura 10 – Rede de pontos da Região Nordeste



Fonte: Projeto ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelen Santana

Quadro 10 – Rede de pontos da Região Nordeste

MARANHÃO	RIO GRANDE DO NORTE	76. Arapiraca
25. Turiçu	51. Mossoró	77. Maceió
26. São Luís	52. Angicos	SERGIPE
27. Brejo	53. Natal	78. Propriá
28. Bacabal	54. Pau dos Ferros	79. Aracaju
29. Imperatriz	55. Caicó	80. Estância
30. Tuntum	PARAÍBA	BAHIA
31. São João dos Patos	56. Cuité	81. Juazeiro
32. Balsas	57. Cajazeiras	82. Jeremoabo
33. Alto Parnaíba	58. Itaporanga	83. Euclides da Cunha
PIAUI	59. Patos	84. Barra
34. Teresina	60. Campina Grande	85. Irecê
35. Piri-piri	61. João Pessoa	86. Jacobina
36. Picos	PERNAMBUCO	87. Barreiras
37. Canto do Buriti	62. Exu	88. Alagoinhas
38. Corrente	63. Salgueiro	89. Seabra
CEARÁ	64. Limoeiro	90. Itaberaba
39. Camocim	65. Olinda	91. Santo Amaro
40. Sobral	66. Afrânio	92. Santana
41. Fortaleza	67. Cabrobó	93. Salvador
42. Ipu	68. Arcoverde	94. Valença
43. Canindé	69. Caruaru	95. Jequié
44. Crateús	70. Recife	96. Caetité
45. Quixeramobim	71. Floresta	97. Carinhanha
46. Russas	72. Garanhuns	98. Vitória da Conquista
47. Limoeiro do Norte	73. Petrolina	99. Ilhéus
48. Tauá	ALAGOAS	100. Itapetinga
49. Iguatu	74. União dos Palmares	101. Santa Cruz Cabrália
50. Crato	75. Santana do Ipanema	102. Caravelas

Maranhão

329.642,170 km², 7.035.055 habitantes, densidade demográfica de 19,81 hab/km².

Possui 217 municípios e nove localidades na rede de pontos:

- São Luís (capital), 1612, 582,974 km², 1.094.667 habitantes. Foi fundada por franceses, que escolheram o seu nome em homenagem ao monarca Louis XIII, então rei da França. A cidade foi dominada por holandeses antes da tomada por portugueses e foi de grande importância econômica para o Brasil durante os séculos XVII a XIX. Tem um forte setor industrial por conta da sua privilegiada posição geográfica entre as regiões Norte e Nordeste do país e seu porto, o Porto

de Itaqui, é o segundo mais profundo do mundo e um dos mais movimentados e bem estruturados para o comércio exterior no país.

- Turiaçu, 1870, 2.592,173 km², 35.497 habitantes. A área era inicialmente habitada pelos indígenas Taramembeses e já foi de domínio do Estado do Pará, tendo seus habitantes lutado por muito tempo para que a povoação passasse à jurisdição do Estado do Maranhão. O primeiro núcleo de povoamento se deu com a Missão Jesuíta São Francisco Xavier do Turiaçu. Na tradição popular seu nome significa “tacho grande”.
- Brejo, 1870, 1.074,236 km², 36.139 habitantes. Era antigo território dos Anapurus até se tornar um sítio. Teve grande participação na Guerra da Balaiada, sendo o último território a ser vencido, em 1840. Na agricultura são cultivados arroz, feijão mandioca, milho e soja.
- Bacabal, 1920, 1.683,073 km², 104.633 habitantes. O nome do município teve origem na grande quantidade de palmeiras de bacaba existentes. No seu desenvolvimento, recebeu um grande número de nordestinos vindos de outros estados devido ao seu sucesso agrícola, com topografia privilegiada e abundantes recursos naturais.
- Imperatriz, 1852, 1.368,988 km², 258.016 habitantes. O surgimento da cidade teve início entre os séculos XVI e XVII, com os bandeirantes que partiram de São Paulo em busca de riquezas. É o segundo município mais populoso do estado e o maior entroncamento comercial, energético e econômico do estado. Seu nome foi em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina e com o tempo foi se simplificando até ser chamado apenas de Imperatriz.
- Tuntum, 1955, 3.369,120 km², 41.621 habitantes. Após o estabelecimento dos primeiros moradores, a terra fértil para o plantio do arroz foi atraindo mais pessoas. A cidade tem apelo turístico na região central maranhense devido aos Festejos do Padroeiro São Raimundo Nonato entre os dias 22/08 a 31/08.

- São João dos Patos, 1938, 1.482,661 km², 25.860 habitantes. A população inicial era formada por lavradores e criadores procedentes de Passagem Franca. O nome do município é a junção da denominação de duas lagoas presentes na sua sede, a Lagoa de São João e a Lagoa dos Patos. É considerada a capital dos bordados no Maranhão.
- Balsas, 1918, 13.141,757 km², 93.826 habitantes. No início da sua formação, teve destaque devido à sua privilegiada localização de acesso para fazendas do estado e, com o crescente fluxo de viajantes, foram surgindo pequenos comércios e casas cobertas de palha. É atravessada pela Rodovia Transamazônica, que liga as regiões Nordeste e Norte do país e uma grande produtora de soja no país, sendo a maior do Maranhão.
- Alto Parnaíba, 1866, 11.132,176 km², 11.168 habitantes. Área povoada pelos indígenas Tapuias. Com o início da povoação europeia através do cultivo agrícola foi estabelecida a Fazenda Barcelona, atraindo novos moradores para os seus arredores, resultando na fundação de uma vila. Está localizado no extremo sul do estado e faz fronteira com os estados do Piauí e Tocantins.

Piauí

251.616,823 km², 3.264.531 habitantes, densidade demográfica de 12,40 hab/km².

Possui 224 municípios e cinco localidades na rede de pontos:

- Teresina (capital), 1852, 1.391,046 km², 861.442 habitantes. Faz fronteira com o Estado do Maranhão e, embora seja a maior capital do Nordeste em extensão, é a única que não está localizada no litoral e tornou-se capital do estado pela sua localização central e fácil acesso aos rios Poti e Parnaíba. Desenvolveu-se por meio do Rio Parnaíba, através da navegação fluvial, sendo a primeira capital planejada do Brasil.
- Piri-piri, 1910, 1.409,250 km², 63.694 habitantes. A cidade começou a ser povoada quando o Padre Domingos de Freitas e Silva resolveu dividir as terras em pequenos lotes, oferecendo-as a quem quisesse morar ali; assim, diversas famílias ocuparam

a área. É uma das cidades mais importantes do estado e também tem relevância regional, já tendo sido considerada uma das 50 melhores cidades do interior para se viver.

- Picos, 1890, 577,304 km², 78.002 habitantes. Era local de habitação da família do português Félix Borges Leal, vindo da Bahia, no século XVIII. A cidade se desenvolveu devido à boa condição do solo, propício para agricultura e criação de gado. É um polo comercial no Piauí, cortada por importantes rodovias, e é a maior produtora de mel do país.
- Canto do Buriti, 1938, 4.325,642 km², 21.112 habitantes. Localizada no antigo povoado Guaribas, teve fácil desenvolvimento em virtude da valorização da borracha. A cidade alternou entre períodos de destaque e perda de importância no cenário econômico do estado, tendo sua recuperação motivada pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária.
- Corrente, 1872, 3.048,447 km², 26.575 habitantes. O município teve origem com uma divisão de terras feita por um engenheiro português. As fazendas criadas passaram a desenvolver diversas atividades, o que atraiu muitas pessoas para povoamento. Fica próxima da divisa com o estado da Bahia e abriga as nascentes do Rio Parnaíba.

Ceará

148.894,757 km², 9.075.649 habitantes, densidade demográfica de 56,76 hab/km².

Possui 184 municípios e doze localidades na rede de pontos:

- Fortaleza (capital), 1726, 312,407 km², 2.643.247 habitantes. A região era dominada pelos Tapuias, que, posteriormente, foram expulsos para o interior do continente pelos Tupis procedentes da Amazônia. A colonização inicial foi portuguesa, com grandes embates entre povos indígenas e holandeses que, por algum período, tomaram a região. Seu nome é uma alusão ao Forte *Schoonenborch*, construído pelos holandeses durante sua segunda permanência no local, entre 1649 e 1654. Tem a maior densidade demográfica entre as capitais do país.

- Camocim, 1879, 1.128,894 km², 63.408 habitantes. A região foi morada dos indígenas Tremembés e, posteriormente, diversas famílias, inclusive algumas oriundas do interior, fixaram-se na região, atraídas pelo litoral. Vivenciou forte expansão econômica e verticalização no século XIX até o início do século XX e tem grande potencial turístico devido às praias.
- Sobral, 1773, 2.122,898 km², 206.644 habitantes. No primeiro quartel do século XVIII, fugitivos de invasores estrangeiros do litoral do Nordeste foram para o interior do estado, ocupando a região. Foi um dos centros abolicionistas do Estado do Ceará e começou a se industrializar no século XX com as indústrias de algodão e tecelagem, sendo hoje um grande exportador no estado.
- Ipu, 1791, 629,315 km², 41.873 habitantes. Origina-se de terras doadas pela Corte Portuguesa a Dona Joana Paula Vieira Mimoso, que catequizava indígenas. Também foi povoada por clérigos missionários. A cidade tem potencial turístico e seu nome, de origem tupi-guarani, significa “queda d’água”, devido às grandes quedas d’água que atraem muitos visitantes.
- Canindé, 1846, 3.218,481 km², 78.049 habitantes. Nos meados do século XVIII a região era um aldeamento de indígenas vindos dos sertões de Monte-Mor. É um grande centro religioso que recebe muitas peregrinações até a Basílica de São Francisco das Chagas, a Estátua de São Francisco, com mais de 30 metros de altura, e a Praça dos Romeiros, um anfiteatro ao ar livre com capacidade para mais de 120 mil pessoas.
- Crateús, 1832, 2.985,152 km², 74.982. O município fica localizado na divisa com o Estado do Piauí e seu povoamento teve início com bandeirantes. É conhecida como Capital do Oeste e tem importância regional, destacando-se na comercialização de produtos rurais provenientes da agricultura familiar, com destaque para a grande produção de milho e feijão.

- Quixeramobim, 1856, 3.275,625 km², 79.081 habitantes. Os habitantes originários da região eram os Quixarás e posteriormente foi povoado com a instalação de fazendas. Possui a alcunha “Coração do Ceará”, por abrigar o ponto de equidistância geodésica do estado, localizado em um marco obelisco com cerca de dez metros de altura, feito em granito e aço.
- Russas, 1859, 1.590,257 km², 76.884 habitantes. As terras eram ocupadas por diversos povos que por muito tempo lutaram contra a invasão, até por volta de 1690, quando colonos conseguiram se instalar por lá. Seu nome provavelmente se deve à existência local de algumas pedras brancas de granito, com partes pintadas de tinta vermelha que, vistas de longe, se assemelham às éguas russas.
- Limoeiro do Norte, 1871, 750,068 km², 59.278 habitantes. Após intensas batalhas com os indígenas Paiacus, o sargento-mor João de Souza Vasconcelos se estabeleceu na localidade, que, posteriormente, foi habitada por fazendeiros e suas famílias. Suma localização geográfica, forte comércio e o pioneirismo em serviços públicos e privados de educação e saúde, tornam o município cidade-polo da Região Jaguaribana.
- Tauá, 1802, 4.018,162 km², 58.517 habitantes. Com povoamento iniciado no início do século XVIII, o primeiro nome da localidade, Inhamuns, significa “irmão do diabo”, por ter sido habitada pelos indígenas Jucás. A palavra Tauá, também indígena, quer dizer “barro vermelho”. É o segundo maior município cearense em área territorial, inserido por completo no bioma da caatinga.
- Iguatu, 1851, 1.029,214 km², 103.255 habitantes. A região foi habitada pelos Quixelôs e foi alvo de missões do padre João de Matos Serra. Foi, por décadas, um importante centro produtor de algodão, enquanto hoje se mantém pelas indústrias moveleiras, de calçados e de serviços. O topônimo significa “rio bom” ou “água boa”.
- Crato, 1763, 1.176,467 km², 131.372 habitantes. A primeira penetração no território se deu no último quartel do século XVII, chefiada pelos irmãos Lobato Lira, que,

acompanhados de religiosos, aldearam os indígenas cariris. Destaca-se na comercialização de produtos rurais, oriundos do desenvolvimento da agricultura nos vales irrigados da região do Cariri, abrigando a famosa Exposição Agropecuária do Crato (Expocrato), feira agropecuária que inclui também shows e atrai milhares de visitantes à cidade todo mês de julho.

Rio Grande do Norte

52.809,602 km², 3.479.010 habitantes, densidade demográfica de 59,99 hab/km².

Possui 167 municípios e cinco localidades na rede de pontos:

- Natal (capital), 1599, 167,401 km², 877.640 habitantes. Há duas possíveis explicações para o seu nome, mas ambas são relacionadas à festividade natalina: a primeira possibilidade é uma alusão ao dia em que a esquadra adentrou a Barra do Potengi e a outra é uma referência à data da sua demarcação territorial. É a menor capital nordestina em extensão territorial e a segunda menor do país. A cidade foi dominada por holandeses em 1633 e assim permaneceu por 21 anos. Durante a Segunda Guerra Mundial, Natal teve grande relevância, pois em 1942, durante a Operação Tocha, vários aviões de países aliados se abasteceram lá e a cidade chegou a ser considerada “um dos quatro pontos mais estratégicos do mundo”. Com a construção de uma base militar aérea estadunidense na cidade, vários militares norte-americanos se estabeleceram lá, influenciando a vida da capital.
- Mossoró, 1852, 2.099,333 km², 294.076 habitantes. Os primeiros habitantes da região eram os indígenas Monxorós. O município está localizado entre duas capitais nordestinas, Natal e Fortaleza, sendo uma relevante cidade do interior do Nordeste. É o maior produtor de petróleo em terra e de sal marinho do país.
- Angicos, 1833, 741,582 km², 11.724 habitantes. Inicialmente habitavam na região os indígenas Pataxó, pertencentes à nação Gê ou Tapuia. O seu nome tem origem na árvore angico-vermelho. A agricultura e a pecuária são as principais fontes de renda da cidade, sobretudo o cultivo de milho, feijão e algodão.

- Pau dos Ferros, 1856, 259,959 km², 30.183 habitantes. Os indígenas dos povos Cariris ou Panatis, emigrados da Paraíba, foram os primeiros habitantes. A origem do topônimo remete aos vaqueiros que transitavam pela zona e tinham o hábito de repousar à sombra das frondosas oiticicas e nos troncos gravavam, com ferro em brasa, as marcas das respectivas fazendas, a fim de torná-las conhecidas. Essa árvore ficou conhecida como Pau dos Ferros, nome que se estendeu à fazenda e, posteriormente, à freguesia e ao município. Na cidade há a Barragem Pau dos Ferros.
- Caicó, 1788, 1.228,583 km², 67.554 habitantes. Os Caicós foram os primeiros habitantes da área e, após sua expulsão, instalaram-se os fazendeiros, voltados para a criação do gado bovino. No final do século XIX popularizou-se o plantio de algodão abastecendo as indústrias têxteis da Inglaterra quando ela cortou laços com as indústrias americanas, retomado posteriormente, fazendo com que Caicó buscasse outros parceiros comerciais. Hoje é um centro pecuarista e algodoeiro.

Paraíba

56.467,239 km², 3.996.496 habitantes, densidade demográfica de 66,70 hab/km².

Possui 223 municípios e seis localidades na rede de pontos:

- João Pessoa (capital), 1585, 211,286 km², 800.323 habitantes. Primeiramente fundada por portugueses, foi conquistada pela Holanda e chamada Frederikstad, uma das principais cidades na segunda metade do século XVII. O nome “João Pessoa” foi uma homenagem ao presidente do estado, assassinado durante uma revolução. É conhecida como “Porta do Sol”, devido à Ponta do Seixas, o ponto mais oriental das Américas, o que faz a cidade ser conhecida como o lugar “onde o sol nasce primeiro no continente americano”.
- Cuité, 1827, 741,840 km², 20.343 habitantes. Até o final do século XVII, o Curimataú Paraibano era habitado por indígenas pertencentes à grande nação dos Tarairiús, que, desde os primórdios da colonização, se opuseram ao domínio luso e à conquista de suas terras. Já o povoamento do município originou-se de uma sesmaria. O nome “Cuité” provém do uso que os indígenas faziam do fruto da coitezeira, utilizado para a confecção de cuias, gamelas e cochos.

- Cajazeiras, 1863, 565,899 km², 61.776 habitantes. O nome do município faz referência a uma fazenda fundada no século XVIII onde existiam várias cajazeiras, árvores que produzem o cajá. O local cresceu quando a fazenda se tornou uma grande criadora de gado até a fundação de um colégio de salesianos (hoje Colégio Nossa Senhora de Lourdes), que também atraiu vários estudantes e até mesmo personalidades, entre elas o Padre Cícero, motivo pelo qual é referida como “a terra que ensinou a Paraíba a ler”. Conta com uma forte agricultura, um distrito industrial e intenso setor terciário.
- Itaporanga, 1865, 468,059 km², 24.653 habitantes. Após intensos combates com os indígenas, as terras foram povoadas após sua aquisição pelo Comendador Gaspar d'Ávila Pereira. Era denominada Misericórdia até 1947 e o nome Itaporanga significa “pedra bonita”, em alusão aos tabuleiros pedregosos e ondulados de considerável elevação e escassa vegetação.
- Patos, 1903, 473,056 km², 106.984 habitantes. A localidade era inicialmente habitada pelos indígenas Pegas e Panatis, membros da grande família dos Cariris, porém, em meados do século XVII, um grupo partindo da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, no recôncavo baiano, chegou à localidade e lá instalou as suas primeiras fazendas de gado, travando lutas com os indígenas. O seu nome foi inspirado em uma lagoa do povoado que deu origem à cidade repleta de animais, dentre eles patos.
- Campina Grande, 1697, 593,026 km², 407.472 habitantes. É um importante polo industrial tecnológico do Nordeste e da América Latina. No século XX, o principal responsável pelo seu crescimento foi o algodão. Embora a cidade nunca o tenha produzido, era a única cidade do interior do Brasil a possuir uma máquina de beneficiamento de algodão, a matéria-prima necessária para a produção das cidades vizinhas.

Pernambuco

98.068,021 km², 9.496.294 habitantes, densidade demográfica de 89,62 hab/km².

Possui 185 municípios e 12 localidades na rede de pontos:

- Recife (capital), 1537, 218,843 km², 1.637.834 habitantes. A cidade nasceu no século XVI, quando, devido às características físicas, passou a abrigar um porto, favorecendo o grande desenvolvimento econômico. No século XVII, a cidade foi por 24 anos a sede da colônia de Nova Holanda. Após a expulsão dos holandeses, teve destaque o comércio local, influenciado principalmente pelos comerciantes portugueses, os chamados “mascates”.
- Exu, 1909, 1.336,788 km², 31.885 habitantes. No início da povoação, havia contato pacífico entre os indígenas Ançu e a Fazenda da Torre, à margem do Rio São Francisco, habitada por proprietários baianos. A área foi ocupada devido às excelentes fontes de águas e os terrenos de muito boa qualidade para o cultivo. Foi o local de nascimento do músico Luiz Gonzaga, conhecido como O Rei do Baião. A denominação pode ser decorrente de uma corrutela da tribo Ançu da nação Cariris ou devido a um tipo de abelha de ferrão, denominada “inxu”.
- Salgueiro, 1864, 1.678,563 km², 60.604 habitantes. Inicialmente habitadas por Cariris, as terras abrigaram pessoas vindas da região sul do Ceará, atraídas pela fertilidade dos terrenos, edificando grandes fazendas de criação de gado. Com a construção de uma capela na região como promessa para o retorno do filho sumido de um fazendeiro, os trabalhadores que ergueram a capela estabeleceram algumas residências próximas, dando origem ao primeiro povoado do município.
- Limoeiro, 1881, 273,739 km², 56.302 habitantes. A localidade era um aldeamento de indígenas e, mais tarde, missionários foram encarregados da catequizar esses indígenas. A região tinha muitos limoeiros (pé de limão), o que originou o nome da cidade. Uma das principais feiras de gado da região, ocorre semanalmente na cidade.
- Olinda, 1537, 41,300 km², 391.835 habitantes. Inicialmente era uma pequena aldeia chamada Marim e foi capital do estado. A então vila foi tomada por holandeses em 1630 e, em 1631, ao deixarem a cidade, retiraram todos os materiais nobres, levando-os consigo para Recife e a incendiando, embora tenha permanecido como

capital do Estado até o ano de 1827. Apenas em 1654 a reconstrução de Olinda foi iniciada. É a mais antiga entre as cidades brasileiras declaradas Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO.

- Afrânio, 1864, 1.490,594 km², 19.456 habitantes. Em 1926, a construção da Estrada de Ferro Petrolina–Teresina alcançou a localidade, atraindo pessoas de outras regiões e também de áreas adjacentes, em busca de trabalho na rede ferroviária ou procurando se estabelecer no comércio. É de grande importância, pois faz fronteira com os estados do Piauí e da Bahia.
- Cabrobó, 1903, 1.658,616 km², 33.934 habitantes. O local era habitado por indígenas conhecidos como Rodelas de Cabrobó. A agricultura é a principal fonte de renda, em especial o cultivo de arroz e cebola. Cabrobó é um dos municípios com maior risco de desertificação do país.
- Arcoverde, 1928, 323,370 km², 73.844 habitantes. Teve início com o povoado Olho d'Água, onde fazendas foram sendo construídas e povoadas. A cidade possui taxa de 90% de urbanização, possuindo a maior população urbana do Sertão Pernambucano e sendo um importante polo comercial, de serviços e de entidades governamentais do interior do estado.
- Caruaru, 1857, 920,610 km², 356.872 habitantes. A cidade começou a tomar forma com a sesmaria concedida à família Rodrigues de Sá. É um importante município no Agreste Pernambucano. Possui a maior festa junina do mundo, segundo registro do *Guinness World Records*, e uma das maiores feiras ao ar livre do mundo. Tombada como patrimônio imaterial do país pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a cidade tem uma importante produção têxtil e de artesanato.
- Floresta, 1864, 3.644,169 km², 32.556 habitantes. Lá habitavam indígenas que foram catequizados logo nas primeiras missões estabelecidas às margens do Rio São Francisco, sobretudo por jesuítas e capuchinhos franceses. Com o ciclo do gado e a expansão de fazendas no sertão nordestino sob estímulo do consumo

crescente no litoral, a cidade desenvolveu seu povoamento juntamente com a produção açucareira.

- Garanhuns, 1874, 458,552 km², 138.983 habitantes. A região era inicialmente habitada por Cariris. A povoação foi continuada por brancos e por negros escravizados e fugidos da escravização. É um centro regional de saúde e educação e tem forte apelo turístico, um importante fator de geração de emprego, renda e desenvolvimento, dispondo de uma grande rede de empresas prestadoras de serviços e de hotéis. Em julho, sedia o Festival de Inverno de Garanhuns que atrai milhares de turistas de todo o mundo
- Petrolina, 1895, 4.561,870 km², 343.865 habitantes. Era local de passagem para a cidade fronteiriça de Juazeiro, na Bahia, e também para estados do centro-sul do país. Por volta da década de 1980, foram surgindo suas primeiras vinícolas, irrigadas pelas águas do São Francisco; com isso, indústrias relacionadas à produção de vinho foram aparecendo.

Alagoas

27.843,295 km², 3.322.820 habitantes, densidade demográfica de 112,33 hab/km². Possui 102 municípios e 4 localidades na rede de pontos:

- Maceió (capital), 1815, 509,320 km², 1.012.382 habitantes. A cidade é originária de um engenho de açúcar e seu nome é de origem tupi, língua na qual significa “o que tapa o alagadiço”. Já como capital, foi invadida algumas vezes em 1844. É a maior produtora brasileira de sal-gema. O setor industrial é diversificado, composto de indústrias químicas, açucareiras, de álcool, cimento e alimentícias, além de possuir rica agricultura e pecuária e extração de gás natural e petróleo.
- União dos Palmares, 1831, 420,720 km², 65.461 habitantes. As primeiras habitações surgiram no século XVIII, num povoado chamado “Macacos”, à margem esquerda do Rio Mundaú. A denominação atual é uma homenagem ao Quilombo que permaneceu na região por quase um século. Lá os negros rebelados contra a escravização constituíram a República Independente do Quilombo dos Palmares,

símbolo da resistência negra e do anseio pela liberdade, tendo como líder maior Zumbi, imortalizado numa estátua no alto da serra.

- Santana do Ipanema, 1875, 437,875 km², 47.486 habitantes. Até o final do século XVIII, a localidade era um arraial habitado por indígenas e mestiços. Posteriormente, muitos portugueses passaram a habitar a região. A palavra Ipanema tem origem indígena e significa “água ruim, imprestável”.
- Arapiraca, 1924, 345,655 km², 230.417 habitantes. A localidade foi fundada por Manoel André Correia dos Santos e, posteriormente, apareceram outras famílias e o local começou a ser povoado na primeira metade do século XIX. O desenvolvimento da cidade se deu principalmente nos anos de 1970, com a cultura da produção de fumo, mas, atualmente a cidade conta com várias empresas de grande porte e inúmeras empresas de pequeno porte que dão grande impulso na economia local.

Sergipe

21.926,908 km², 2.278.308 habitantes, densidade demográfica de 94,36 hab/km².

Possui 75 municípios e três localidades na rede de pontos:

- Aracaju (capital), 1855, 182,163 km², 648.939 habitantes. A cidade planejada de Aracaju foi fundada e passou a ser capital do estado, substituindo a cidade de São Cristóvão, por motivações econômicas. As terras originaram-se de sesmarias doadas a Pero Gonçalves por volta do ano de 1602. O topônimo tem origem tupi e significa “cajueiro das araras”.
- Propriá, 1800, 92,716 km², 29.559 habitantes. As terras eram pertencentes a Dona Guiomar de Melo, que repassou as terras a seu genro, Pedro Abreu de Lima. Depois da morte da esposa, ele cedeu terras aos jesuítas, carmelitas e seus filhos. A localidade fica na divisa de Sergipe com Alagoas e às margens do Rio São Francisco.

- Estância, 1831, 646,235 km², 68.804 habitantes. O início da sua povoação se deu em fins do século XVI ou princípios do XVII. A identidade de Pedro Homem da Costa, apontado como fundador da cidade, tem origem controversa entre os historiadores. Enquanto uns o consideram cidadão de origem mexicana, vítima de naufrágio ocorrido nas proximidades da foz do Rio Real, outros dizem que ele era parente de Garcia d'Ávila, dono da lendária Casa da Torre, na Bahia, que o teria incumbido de fundar uma estância. É uma cidade litorânea e um dos principais polos industriais de Sergipe, sobretudo da indústria têxtil.

Bahia

564.722,611 km², 14.812.617 habitantes, densidade demográfica de 24,82 hab/km².

Possui 417 municípios e 22 localidades na rede de pontos:

- Salvador (capital), 1549, 693,831 km², 2.857.329 habitantes. Durante o século XV, a região onde hoje é Salvador era habitada por Tupinambás, mas em 1500, data da chegada dos portugueses no Brasil, iniciada no Estado da Bahia, começou a ser colonizada por eles. Em 1549, Thomé de Souza, então Governador do Brasil, desembarcou na região e começou a construção da Cidade de Salvador e então capital do Brasil. Em 1624, a cidade foi tomada por holandeses, mas logo foi recuperada. Desenvolveu-se rapidamente, mas em 1763 a capital do país foi transferida para o Rio de Janeiro e, embora Salvador permanecesse como maior cidade da América Latina, a partir desse momento, começou a perder importância. A influência africana em muitos aspectos da cidade a torna o centro da cultura afro-brasileira.
- Juazeiro, 1840, 6.721,237 km², 215.183 habitantes. Os primeiros habitantes foram os indígenas da nação Cariri. Lá também viveram Tamoqueus, Guaisquais e Galache. Seu nome veio da árvore do juazeiro, uma planta forte e medicinal. O município foi implantado à margem direita do Rio São Francisco e situa-se no ponto exato onde ocorria o cruzamento de duas importantes e estratégicas estradas interiores do Brasil. A região, juntamente com a vizinha pernambucana Petrolina, tornou-se o maior centro produtor de frutas tropicais do país.

- Jeremoabo, 1831, 4.627,275 km², 40.232 habitantes. A região era habitada pelos Muongurus e Cariacás, descendentes dos Tupinambás. O nome da localidade significa “plantação de jerimuns”, fruto abundante na região. No século XVI, o português Garcia d'Ávila recebeu uma sesmaria abrangendo as terras onde hoje se localiza o município. Em conflito com os missionários, que se opunham à escravidão dos indígenas, D'Ávila incendiou a povoação original. A reconstrução se deu com a intervenção do Papa e do governo colonial.
- Euclides da Cunha, 1933, 1.992,639 km², 59.842 habitantes. Os primitivos habitantes foram os Caimbés, da comunidade Tupiniquim. Com a chegada dos colonos, fazendas se transformaram em uma vila, que, posteriormente, foi emancipada. Na agricultura há uma expressiva produção de feijão, milho e mandioca e na pecuária destacam-se os rebanhos ovinos, suínos, asininos, caprinos e muares.
- Barra, 1753, 11.422,537 km², 53.231 habitantes. A região era habitada pelos indígenas Acroás. O município está localizado no encontro do Rio Grande com o Rio São Francisco. Pela sua localização geográfica, tornou-se ponto de passagem obrigatório para quem se dirigia ao sertão do São Francisco e para as boiadas do Piauí, Maranhão e Goiás, tendo sido destaque comercial e social entre 1891 e 1912.
- Irecê, 1933, 319,174 km², 72.386 habitantes. Era uma sesmaria doada a Antônio Guedes de Brito como recompensa pela sua bravura na luta contra os holandeses durante a invasão à Bahia. Irecê é um nome indígena e significa “pela água, à tona d'água, à mercê da corrente”. Foi conhecida como “capital mundial do feijão” durante décadas, mas a produção começou a declinar na década de 2010.
- Jacobina, 1880, 2.192,903 km², 80.394 habitantes. Em princípios do século XVII, a corrida de bandeirantes e portugueses às minas de ouro descobertas em terras do atual município foi a origem da corrente inicial do devassamento e da povoação de Jacobina. Iniciaram-se também por essa época as atividades suplementares de criação de gado e de culturas agrícolas essenciais.

- Barreiras, 1891, 7.859,716 km², 153.831 habitantes. A partir de 1870, a localidade começou a receber um grande número de imigrantes vindos das regiões Sul e Sudeste do país, que chegaram impulsionados pelo extrativismo e pela exportação da borracha da mangabeira. No século XIX, a agroindústria da cana-de-açúcar começou a dar os seus primeiros passos. Hoje destaca-se na produção de soja.
- Alagoinhas, 1852, 707,558 km², 150.832 habitantes. O início da história do local se dá em fins do século XVIII, quando um sacerdote português fundou uma capela em um sítio. O grande desenvolvimento e crescimento populacional da vila veio devido à abertura da Estação Ferroviária (inaugurada em 1863) e ao grande fluxo de pessoas e mercadorias. Seu nome é referência ao grande número de pequenas lagoas existentes na região, sendo sua água considerada de excelência e uma de suas maiores riquezas.
- Seabra, 1891, 2.402,170 km², 43.941 habitantes. A cidade nasceu da abertura de uma estrada que ligava as minas de ouro de Jacobina a Rio de Contas. O topônimo é uma homenagem a Joaquim José Seabra, ex-governador da Bahia. A cidade é considerada a “capital da Chapada Diamantina”, um importante parque nacional e está situada no centro geográfico da Bahia.
- Itaberaba, 1877, 2.386,390 km², 64.325 habitantes. A região era habitada pelos Maricás, que travaram lutas constantes com as Bandeiras. Após serem vencidos, os indígenas retiraram-se para as matas do sul do estado. Fica às margens da BR-242, uma importante rodovia federal que liga a Bahia ao Distrito Federal. Possui diversas indústrias e um forte comércio.
- Santo Amaro, 1557, 489,323 km², 59.512 habitantes. Os Tapuias inicialmente habitavam a região, mas foram expulsos para o interior com a chegada de povos Tupis procedentes da Amazônia. Posteriormente, no século XVI, chegaram os primeiros europeus à região. A cidade foi de grande importância na luta pela independência do estado.

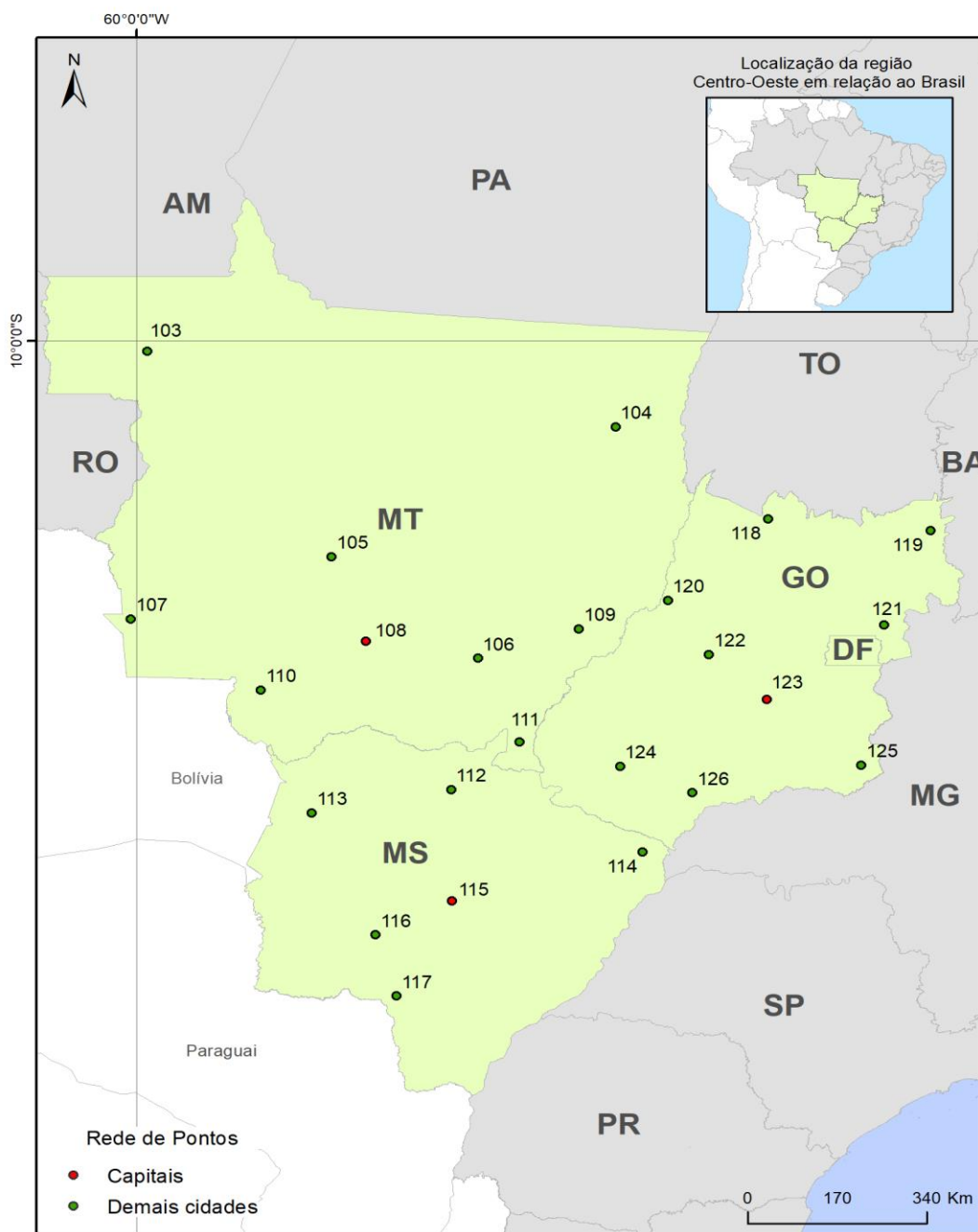
- Santana, 1890, 1.909,353 km², 26.517 habitantes. Inicialmente foi ocupada por alguns colonos europeus que se espalharam pelo interior da Bahia, principalmente holandeses e italianos, procurando zonas férteis de brejos para o plantio da cana-de-açúcar. No final do século XVII, com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, o movimento no caminho do gado intensificou-se e Santana era passagem obrigatória de Pernambuco a Minas Gerais, Goiás e Salvador. Assim, alguns poucos ficaram na região admirados pelas terras férteis, pelos brejos e pela fartura de peixes.
- Valença, 1849, 1.124,319 km², 95.858 habitantes. O local era inicialmente habitado por Tupiniquins. Economicamente, destacam-se a produção de camarão em cativeiro e a cultura e o beneficiamento de cravo da Índia, pimenta do reino e azeite de dendê. Tem importante apelo turístico por ser o principal acesso à Ilha de Tinharé, turisticamente famosa pelo povoado de Morro de São Paulo e outras belas praias.
- Jequié, 1897, 2.969,034 km², 155.800 habitantes. A localidade começou com a exploração de José de Sá Bittencourt. No período, além de possuir matas inexploradas, tinha algodão em estado nativo e maniçoba. O seu desenvolvimento veio a partir da movimentada feira que atraía comerciantes de todos os cantos da região, no final do século XIX.
- Caetité, 1810, 2.651,537 km², 50.861 habitantes. No século XVII, a cidade servia como um núcleo de catequese e as terras da região pertenciam ao dono da Casa da Torre e eram destinadas à criação de gado. Seu nome deriva da língua tupi e significa “mata da pedra grande”, uma referência à formação rochosa conhecida por “Pedra Redonda”.
- Carinhanha, 1832, 2.529,445 km², 28.965 habitantes. Originada de uma sesmaria doada a Athanásio de Siqueira Brandão, localiza-se às margens do Rio São Francisco, na divisa da Bahia com Minas Gerais. Na pecuária destacam-se os rebanhos de bovinos e suínos.

- Vitória da Conquista, 1840, 3.705,838 km², 338.885 habitantes. Os primeiros habitantes foram os povos indígenas Mongoyó, Ymboré e Pataxó. Em 1782, ocorreu uma grande batalha entre os soldados de João Gonçalves da Costa e os indígenas, com vitória dos soldados. É hoje a terceira maior cidade do estado e a quarta do interior do Nordeste.
- Ilhéus, 1535, 1.588,555 km², 164.844 habitantes. A região era habitada pela comunidade Tupi, dos Tupiniquins, quando os portugueses chegaram e transformaram a região em uma capitania, doação do rei português Dom João III a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Corte Real. É a cidade com o mais extenso litoral entre os municípios do estado e conhecida por ambientar os romances de Jorge Amado, famoso escritor baiano. É considerada a capital do cacau e denominada por seus habitantes como a “Princesinha do Sul”.
- Itapetinga, 1952, 1.651,158 km², 75.470 habitantes. Em 1912 houve o estabelecimento da primeira residência na região, que mais tarde se desenvolveu com a agricultura e a pecuária. Atualmente a economia é movimentada pela pecuária, por frigoríficos e pela indústria de calçados. O nome tem origem tupi significando “pedra branca”.
- Santa Cruz Cabrália, 1536, 1.462,942 km², 27.626 habitantes. É tido como o local de chegada da expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500, iniciando, assim, a colonização do Brasil. É uma cidade construída em dois planos, seguindo a tradição portuguesa, tendo sofrido diversas mudanças de locais devido aos conflitos de portugueses com indígenas. Uma das principais atividades econômicas da cidade é o turismo e o comércio de artesanato, sobretudo, o artesanato pataxó.
- Caravelas, 1581, 2.377,872 km², 21.937 habitantes. A localidade foi descoberta durante expedições exploratórias portuguesas em 1503, mas somente anos mais tarde começou o seu povoamento. Em 11 de maio de 1823 foi local de combate entre a marinha portuguesa e as forças brasileiras durante a guerra da independência. O município é um ponto turístico de embarque para o arquipélago de Abrolhos.

3.3.3 Região Centro-Oeste

A Figura 11 e o Quadro 11 apresentam a rede de pontos da Região Centro-Oeste:

Figura 11 – Rede de pontos da Região Centro-Oeste



Fonte: Projeto ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Quadro 11 – Rede de pontos da Região Centro-Oeste

MATO GROSSO	115. Campo Grande
103. Aripuanã	116. Nioaque
104. São Félix do Araguaia	117. Ponta Porã
105. Diamantino	GOIÁS
106. Poxoréu	118. Porangatu
107. Vila Bela da Santíssima Trindade	119. São Domingos
108. Cuiabá	120. Aruanã
109. Barra do Garças	121. Formosa
110. Cáceres	122. Goiás
111. Alto Araguaia	123. Goiânia
MATO GROSSO DO SUL	124. Jataí
112. Coxim	125. Catalão
113. Corumbá	126. Quirinópolis
114. Paranaíba	

Mato Grosso

903.207,047 km², 3.567.234 habitantes, densidade demográfica de 3,36 hab/km². O estado possui 141 municípios e nove localidades na rede de pontos:

- Cuiabá (capital), 1719, 5.077,181 km², 623.614 habitantes. Os primeiros indícios de bandeirantes paulistas na região datam de 1673 e 1682. Posteriormente, descobriu-se ouro na região e o garimpo obteve destaque, porém rapidamente as lavras de ouro se mostraram menores que o esperado, o que acarretou o abandono do local por parte da população.
- Aripuanã, 1943, 24.678,135 km², 23.067 habitantes. Durante o governo de Getúlio Vargas, interventores foram nomeados para governar os estados da federação e um desses foi Júlio Strübing Müller, que realizou várias obras em Mato Grosso, inclusive a criação de vários municípios, entre eles Aripuanã. Durante muitos anos o local ficou à margem da movimentação do Estado de Mato Grosso, vivendo mais na dependência de Manaus-AM. Hoje sua base econômica está alicerçada na indústria extrativa, principalmente a madeireira, na agropecuária e no turismo devido à presença de cachoeiras. A origem do nome é indígena Apiacá, que significa “Água de Pedra”.
- São Félix do Araguaia, 1976, 16.682,473 km², 11.934 habitantes. A colonização da região ocorreu no início da década de 1940, no tempo da “Marcha para o Oeste”.

A invocação a São Félix provinha das lutas pela ocupação de terras povoadas por nações indígenas. Já foi um importante ponto de parada das longas viagens pelo rio Araguaia, motivo pelo qual o ex-presidente Juscelino Kubitschek fez um hotel para acomodar ilustres visitantes, o hotel JK, hoje destruído.

- Diamantino, 1728, 8.263,397 km², 22.311 habitantes. Inicialmente descobriu-se ouro na região e o local era denominado de “Arraial do Ouro”, nome dado ao córrego onde o metal havia sido encontrado. Pouco tempo depois, os garimpeiros encontraram pedras diamantíferas, cuja extração era privativa da Coroa Portuguesa. Tal achado fez com que o governo fechasse todos os garimpos da região, mas a mineração clandestina continuou. Foi criado o Destacamento Diamantino do Paraguai, para inibir o garimpo ilegal, o qual assegurou a fixação do povoado de Diamantino.
- Poxoréu⁴², 1938, 6.915,298 km², 15.936 habitantes. Tem origem garimpeira. Com o encontro de diamantes, a região dos córregos São Paulo, Pombas, Sete e São Pedro sentiu a corrida garimpeira. Em 1927, ocorreu um incêndio desolador em São Pedro e os garimpeiros mudaram-se para o sopé do Morro da Mesa, a 30 quilômetros da região explorada até então, às margens do Rio Poxoréu, e começaram um assentamento.
- Vila Bela da Santíssima Trindade, 1752, 13.443,676 km², 16.412 habitantes. Foi a primeira capital de Mato Grosso. Com a descoberta de riquezas minerais na região do Rio Guaporé, Portugal se apressou em povoá-la, temendo que os espanhóis fizessem o mesmo. Enquanto foi capital, a cidade obteve um progresso muito grande devido aos investimentos em infraestrutura e incentivos fiscais para os novos moradores. No entanto, as dificuldades de povoar a região (distância, doenças, falta de rotas comerciais) e o estabelecimento de um importante centro comercial em Cuiabá acabaram forçando a transferência da capital, em 1835.

⁴² Distrito criado com a denominação de Poxoréu pelo Decreto Estadual nº 131, de 16-02-1932, subordinado ao município de Cuiabá. Elevado à categoria de município com a denominação de Poxoréu pelo Decreto-lei Estadual nº 208, de 26-10-1938, desmembrado do município de Cuiabá. Pela Lei Estadual nº 2.869, de 12/12/1968, o nome do município de Poxoréu passou a ser grafado Poxoréu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-1-1979. Por esse motivo, encontra-se no mapa denominação diferente.

Muitos moradores abandonaram a região, mas os escravizados abandonados se mantiveram e garantiram a sobrevivência da cidade.

- Barra do Garças, 1924, 9.117,301 km², 61.702 habitantes. No passado, o imenso quadrilátero era habitado por povos indígenas das nações Bororó e Xavante. A região teve efetivo início povoador com a navegação do Rio Araguaia. Em 1897, diamantes foram encontrados no Rio das Garças e a notícia levou muita gente à região. A população foi formada por pessoas oriundas de vários estados brasileiros, incentivados pelo desdobramento do Oeste em busca do ouro e do diamante. Nesse período, a economia regional dividia-se entre a garimpagem e a extração de látex da mangabeira, que proliferava no cerrado.
- Cáceres, 1778, 24.538,479 km², 95.339 habitantes. No início, o povoado não passava de uma aldeia, centrada em torno da igrejinha de São Luiz de França, porém a Fazenda Jacobina destacava-se na primeira metade do século XIX por ser a maior da província de Mato Grosso em termos de área e produção. No início dos anos 1960, foi construída a Ponte Marechal Rondon, sobre o Rio Paraguai, que facilitou a expansão em direção ao noroeste do Estado, provocando uma nova leva migratória causada pelo desenvolvimento agrícola.
- Alto Araguaia, 1938, 5.402,308 km², 19.714 habitantes. Inicialmente chamava-se Santa Rita do Araguaya, denominação em referência à santa de devoção e ao Rio Araguaia, que margeia a sede municipal e ao mesmo tempo serve de marco divisório com o vizinho Estado de Goiás, onde também existia uma povoação com o mesmo nome; uma goiana, na margem direita, e outra mato-grossense, na margem esquerda. Ambas formavam como que uma só unidade física.

Mato Grosso do Sul

357.147,995 km², 2.839.188 habitantes, densidade demográfica de 6,86 hab/km². O estado possui 79 municípios e seis localidades na rede de pontos:

- Campo Grande (capital), 1872, 8.082,978 km², 916.001 habitantes. No século XIX, a decadência das minas de ouro de Cuiabá, de Minas Gerais e outras localidades provocaram nessas províncias instabilidades políticas e econômicas, promovendo

a migração de cuiabanos, goianos, mineiros, paulistas e gaúchos para o sul de Mato Grosso, atraídos pela fertilidade do solo e pela grande quantidade de gado bovino, fundando núcleos populacionais ou reativando outros. A localização de Campo Grande atendia aos objetivos econômicos e estratégicos da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, por isso a cidade foi escolhida para sediar uma Diretoria Regional que atenderia a todo o Sul de Mato Grosso, construindo instalações para abrigar serviços técnicos e burocráticos e casas para atender a todos seus funcionários. Na mesma época, o governo transferiu de Corumbá para Campo Grande o comando da Circunscrição Militar, congregando todas as unidades militares sediadas no Estado de Mato Grosso, e Campo Grande assumiu o *status* de capital militar.

- Coxim, 1872, 6.391,486 km², 33.547 habitantes. A região era habitada pelos indígenas Caiapós quando, ainda no século XVII, foi alcançada por desbravadores procedentes de São Paulo. Com a descoberta das minas de ouro de Cuiabá, a localidade tornou-se o caminho mais frequente na ligação São Paulo-Cuiabá, pela utilização das bacias fluviais do Paraná e Paraguai, através dos rios Pardo e Coxim. O povoado sofreu os efeitos da invasão do Brasil pelos paraguaios, que estabeleceram um quartel-general na região dominada. Posteriormente, tornou-se importante entreposto dos fazendeiros de Goiás, que ali se abasteciam, especialmente de sal.
- Corumbá, 1778, 64.438,363 km², 112.669 habitantes. O nome, de origem tupi-guarani, significa “lugar distante” e a cidade é conhecida como “cidade branca”, devido à cor clara de seu solo, rico em calcário. A ocupação da região teve início no século XVI quando, com a expectativa de encontrar ouro, a área do atual município foi explorada pelos portugueses. Durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), foi palco de uma das principais batalhas do conflito, sendo ocupada e destruída. Na reconstrução, imigrantes europeus e de outros países sul-americanos chegaram, impulsionando o desenvolvimento local e Corumbá foi o terceiro maior porto da América Latina até 1930. Devido ao porto, à sua localização fronteiriça e ao isolamento físico, a cidade vivia sob a influência dos países da Bacia do Prata, dos quais herdou grande parte dos seus costumes, hábitos e linguagem.

Com o Pantanal ocupando 60% de seu território, Corumbá passou a ser chamada de capital do pantanal, constituindo-se o principal portal para o santuário ecológico.

- Paranaíba, 1838, 5.405,480 km², 42.401 habitantes. Nos primórdios do século XVIII, a região era habitada pelos indígenas Caiapós e passou a ser devassada pelos bandeirantes paulistas. Posteriormente, a povoação se deu por várias famílias oriundas de Minas Gerais, estabelecendo as culturas de subsistência. O topônimo do município originou-se do Rio Paranaíba, que banha grande extensão de seu território.
- Nioaque, 1848, 3.909,440 km², 13.794 habitantes. Foi explorada inicialmente pelos espanhóis procedentes do Paraguai. Foi alvo de muitas invasões e foi incendiada na briga pela dominação. Seu topônimo deriva da palavra tupi-guarani “Anhuac”, que, traduzida para o português, significa “clavícula quebrada”. “Anhuac” era a designação do rio, hoje Nioaque, que banha a cidade e sua grafia antiga era “Nioac”.
- Ponta Porã, 1892, 5.359,354 km², 95.320 habitantes. Era apenas uma região no interior do Paraguai, habitada por indígenas, como os Nhandevas e os Caiuás, descendentes do povo Guarani, que viviam em harmonia com a natureza, caçavam, coletavam frutos e pescavam, além do cultivo de pequenas roças. O povoado surgiu dentre os campos de erva-mate e a região era local de parada de carreteiros que faziam o transporte de erva-mate. Em 1872, após o fim da Guerra do Paraguai, houve a fixação da região fronteira do Brasil com o Paraguai, na qual também constavam os respectivos limites com o Brasil, e, a partir daí, passou a ser possessão territorial brasileira.

Goiás

340.242,856 km², 7.206.589 habitantes, densidade demográfica de 17,65 hab/km². O estado possui 246 municípios e nove localidades na rede de pontos:

- Goiânia (capital), 1933, 729,296 km², 1.555.626 habitantes. A “Marcha para o Oeste” foi um movimento criado pelo governo de Getúlio Vargas para acelerar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste incentivando as pessoas a migrarem para

o centro do país, onde havia muitas terras desocupadas. Em Goiânia decidiu-se pela importância de mudar a capital, construir estradas internas e realizar reforma agrária. Uma comissão foi criada para escolher o local no qual seria construída a nova capital e urbanistas elaboraram o projeto dessa nova capital.

- Porangatu, 1943, 4.825,287 km², 45.866 habitantes. Os primeiros habitantes foram os indígenas da comunidade dos canoeiros e o povoamento se expandiu com a descoberta de ouro no século XVIII. Porangatu, em tupi, significa “paisagem bela”. É considerado o principal município do Norte de Goiás e é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviários brasileiro, por onde escoam grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.
- São Domingos, 1854, 3.335,999 km², 13.305 habitantes. Surgiu como povoado em fins do século XVII e início do século XVIII. A região foi ocupada primeiramente por criadores de gado, que chegaram ao local em busca de animais que fugiam dos currais localizados em fazendas próximas ao Rio São Francisco em busca da vasta alimentação existente nas verdes planícies às margens do Vão Paranã. Entretanto esses criadores nunca chegaram a fundar um centro urbano. Os padres jesuítas foram responsáveis pela construção da primeira escola no povoado.
- Aruanã, 1850, 3.054,773 km², 10.340 habitantes. Em 1849, uma lei do império criou o Presídio Leopoldina próximo à aldeia Karajá. Localizado próximo a um porto, o presídio foi destruído pelos Karajá e reconstruído três anos depois, formando-se ali um povoado. Aruanã é o nome de um peixe abundante na região e também de uma dança sagrada dos Karajá.
- Formosa, 1843, 5.804,292 km², 125.705 habitantes. Sabe-se que as primeiras casas foram erguidas pela população negra fugindo da febre amarela, que estaria dizimando os moradores de um outro local. Posteriormente, a intensa migração em direção à Brasília contribuiu para a ocupação do território.
- Goiás, 1729, 3.108,423 km², 22.122 habitantes. Fundada no século XVIII, foi próspera enquanto havia riqueza na época do ciclo do ouro e foi a capital do estado

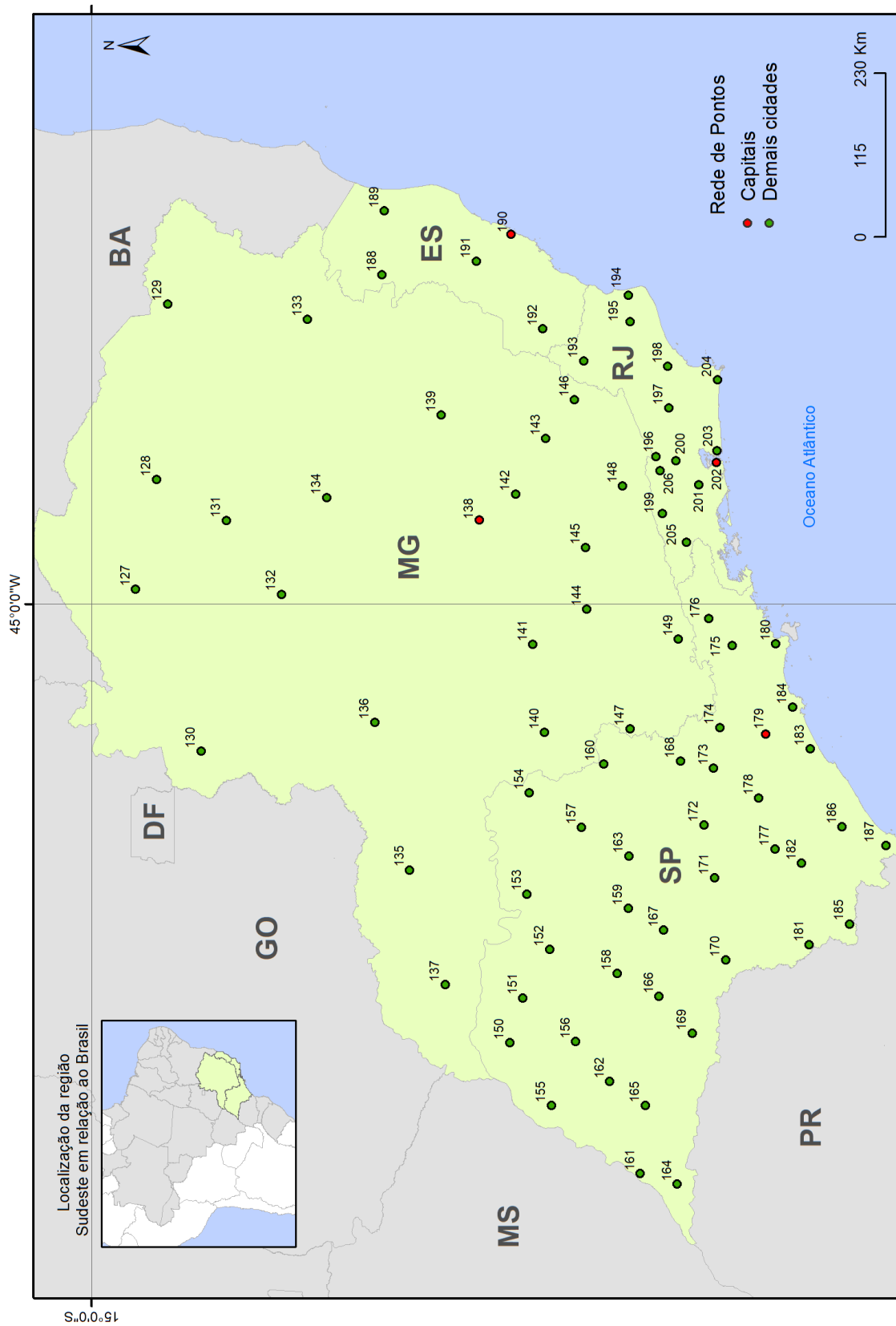
até meados de 1930. Foi reconhecida, em 2001, como Patrimônio Mundial, pela UNESCO, por sua arquitetura barroca peculiar, tradições culturais seculares e pela natureza exuberante. Foi a cidade de nascimento da escritora Cora Coralina.

- Jataí, 1895, 7.178,792 km², 103.221 habitantes. A cidade constituiu-se na última fase da expansão do gado que, vindo da Zona Leste do Brasil, através do Rio São Francisco, tomou conta de Minas Gerais e veio até Goiás e Mato Grosso. Até essa época, a região sudoeste era pouco conhecida, envolta em perigos e mistérios. É considerada a capital da produção de grãos e leite de Goiás e a maior produtora nacional de milho.
- Catalão, 1833, 3.826,370 km², 113.091 habitantes. Por volta de 1722 ou 1723, membros de uma comitiva, homens de armas, cavaleiros e religiosos, fizeram uma roça nas paragens onde está hoje situada a cidade. Sabe-se que um dos membros da comitiva, de origem catalã, teria abandonado a bandeira tão logo atravessaram o Rio Paranaíba.
- Quirinópolis, 1943, 3.786,026 km², 51.323 habitantes. Em 1832, João Crisóstomo de Oliveira partiu com sua família e grande número de escravizados de Ouro Preto (MG) e fixou residência instalando uma grande fazenda. Em 1843, uma faixa de terra foi doada à Igreja Católica, originando o povoado. As condições favoráveis viabilizaram a exploração agropastoril, que se constituiu com base para a implantação do município no decorrer do tempo. A inauguração da Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, em 1966, decorrente da expansão da Pecuária e da Agricultura, refletiu positivamente no crescimento das atividades do setor terciário.

3.3.4 Região Sudeste

A Figura 12 e o Quadro 12, a seguir, apresentam a rede de pontos da Região Sudeste:

Figura 12 – Rede de pontos da Região Sudeste



Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Fonte: Projeto ALIB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Quadro 12 – Rede de pontos da Região Sudeste

MINAS GERAIS	153. Barretos	181. Itararé
127. Janaúria	154. Franca	182. Capão Bonito
128. Janaúba	155. Andradina	183. Itanhaém
129. Pedra Azul	156. Araçatuba	184. Santos
130. Unaí	157. Ribeirão Preto	185. Ribeira
131. Montes Claros	158. Lins	186. Registro
132. Pirapora	159. Ibitinga	187. Cananéia
133. Teófilo Otoni	160. Mococa	ESPÍRITO SANTO
134. Diamantina	161. Presidente Epitácio	188. Barra de São Francisco
135. Uberlândia	162. Adamantina	189. São Mateus
136. Patos de Minas	163. Araraquara	190. Vitória
137. Campina Verde	164. Teodoro Sampaio	191. Santa Teresa
138. Belo Horizonte	165. Presidente Prudente	192. Alegre
139. Ipatinga	166. Marília	RIO DE JANEIRO
140. Passos	167. Bauru	193. Itaperuna
141. Formiga	168. Mogi Mirim	194. São João da Barra
142. Ouro Preto	169. Assis	195. Campos dos Goytacazes
143. Viçosa	170. Bernardino de Campos	196. Três Rios
144. Lavras	171. Botucatu	197. Nova Friburgo
145. São João del Rei	172. Piracicaba	198. Macaé
146. Muriaé	173. Campinas	199. Valença
147. Poços de Caldas	174. Bragança Paulista	200. Petrópolis
148. Juiz de Fora	175. Taubaté	201. Nova Iguaçu
149. Itajubá	176. Guaratinguetá	202. Rio de Janeiro
SÃO PAULO	177. Itapetininga	203. Niterói
150. Jales	178. Sorocaba	204. Arraial do Cabo
151. Votuporanga	179. São Paulo	205. Barra Mansa
152. São José do Rio Preto	180. Caraguatatuba	206. Paraty

Minas Gerais

586.521,121 km², 21.040.662 habitantes, densidade demográfica de 33,41 hab/km².

O estado possui 853 municípios e 23 localidades na rede de pontos:

- Belo Horizonte (capital), 1897, 331,401 km², 2.501.576 habitantes. A região era habitada pelos indígenas do tronco linguístico Macro-jê, que foram quase exterminados pela ação dos bandeirantes procedentes de São Paulo em busca de escravizados e de pedras preciosas. A expansão se deu como resultado de uma fazenda, na área da Serra do Curral, pertencente a um bandeirante paulista. A então capital de Minas Gerais, Ouro Preto, não apresentava condições para o

desenvolvimento físico urbano, o que gerou a necessidade de transferência e, em 1893, Belo Horizonte foi escolhida como a nova capital do estado.

- Januária, 1860, 6.661,588 km², 67.628 habitantes. Se situa às margens do rio São Francisco, que oferece excelentes praias fluviais temporárias, cachoeiras e atividades de pesca, além de grutas de formação calcária com algumas pinturas rupestres. É considerada uma cidade universitária e sua economia concentra-se na agricultura, na pecuária e nos serviços gerais. É também uma das principais cidades do norte de Minas.
- Janaúba, 1948, 2.181,319 km², 71.265 habitantes. O nome da cidade é proveniente da língua geral meridional que designa o arbusto *Himatanthus drasticus*. Até o século XVI, a região era ocupada pelos Tapuias, que começaram a se miscigenar com os negros escravizados que fugiam das fazendas da região. Esse povo mestiço, que sobrevivia da pesca, do cultivo de algodão e da criação de porcos, ganhou o nome de “gorutubanos”, por viver próximo ao Rio Gorutuba.
- Pedra Azul, 1912, 1.594,651 km², 24.319 habitantes. A cidade passou a se desenvolver em 1927, com a descoberta de um bamburro de águas marinhas na fazenda de um empresário e político, tornando-o um dos homens mais ricos do Brasil. Ele construiu o Ginásio Pedra Azul – GPA, instituição de ensino considerada a melhor da região. A Pedra Dom Pedro é a maior pedra de água marinha encontrada no mundo e foi encontrada em Pedra Azul na década de 1980, pesando 45 quilos. A pedra foi para a Alemanha, em 1992, e foi esculpida em forma de um obelisco com 35 cm de altura e cerca de dois quilos. Encontra-se em exibição permanente no Museu de História Natural do *Smithsonian*, em Washington, Estados Unidos.
- Unaí, 1943, 8.448,082 km², 83.808 habitantes. O nome do município é um anagrama feito a partir da palavra tupi-guarani *luna*, nome dado pelos indígenas ao rio que corta a região, cujo significado é “água escura”. Na cidade fica o sítio arqueológico Gruta do Gentio II, que registra vestígios de povos caçadores-coletores de mais de 10.000 anos e de povos horticultores de quase 4.000 anos.

Na cidade também se tem o registro da mais antiga cerâmica brasileira fora da Amazônia, datada de 3.500 anos.

- Montes Claros, 1857, 3.568,941 km², 404.804 habitantes. As terras, até a década de 1760, eram habitadas apenas pelos indígenas Anais e Tapuias. Por volta do ano de 1768, uma expedição composta por 12 bandeirantes, a Expedição Espinosa, ocupou a região à procura de pedras preciosas, chegando até a região do atual município. A indústria e o comércio são importantes atividades econômicas e possui diversos atrativos naturais, históricos ou culturais, como parques, igrejas e sítios arqueológicos.
- Pirapora, 1912, 549,514 km², 56.208 habitantes. O povoamento começou com os indígenas Cariris, que teriam subido o Rio São Francisco movidos pelo temor à aproximação dos brancos pelo litoral brasileiro e pelas aldeias vizinhas. Atualmente, destaca-se por ser o começo do trecho navegável do Rio São Francisco e por suas indústrias de ferro-silício, silício metálico, ferro-ligas, ligas de alumínio e tecidos.
- Teófilo Otoni, 1853, 3.242,270 km², 140.235 habitantes. A região começou a ser desbravada no decorrer do século XVI, em expedições que visavam a encontrar ouro e diamante na região. Em 1853, foi instalada a “Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri”, com o objetivo de povoar o Vale do Mucuri, comandada por Theophilo Benedicto Ottoni. A cidade é considerada a capital mundial das pedras preciosas.
- Diamantina, 3.891,659 km², 47.617 habitantes. O município teve forte crescimento com a descoberta dos diamantes em 1729 e representou a maior lavra de diamantes do mundo ocidental no século XVIII. Em 1999, foi elevada à categoria de “patrimônio da humanidade” pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- Uberlândia, 1888, 4.115,206 km², 683.247 habitantes. É o segundo município mais populoso do estado. O nome da cidade é composto por dois termos de origens

diferentes: “uber” do latim *fértil* e “lândia” do alemão *land* “terra”. Integra o circuito turístico do Triângulo Mineiro e se destaca na área de turismo de negócio em escala nacional e no turismo comercial em âmbito regional.

- Patos de Minas, 1892, 3.190,187 km², 150.833 habitantes. Os primeiros habitantes da região foram os indígenas da tradição Aratu/Sapucaí. O povoamento então teria sido continuado por tropeiros que ocupavam o interior do país ou por negros escravizados fugidos que teriam estabelecido quilombos na região. O nome é uma referência à grande quantidade das aves que habitavam as várias lagoas da região.
- Campina Verde, 1938, 3.650,749 km², 19.738 habitantes. O início do povoamento do município se deu quando um casal de mercadores de gado, procedente de Jacareí, São Paulo, fugindo da polícia, chegou ao lugar e se estabeleceu em uma fazenda. Como não tinham filhos, doaram seus bens para a Congregação da Missão, que fundou um colégio no local, por volta de 1842, na época um dos melhores do Brasil.
- Ipatinga, 1964, 164,884 km², 261.344 habitantes. A exploração da região teve início no século XIX, quando bandeirantes estiveram na região. No entanto o povoamento só se intensificou entre as décadas de 1910 e 1920, com a construção de uma vila de operários da indústria. A sede do município localiza-se nas proximidades do local em que as águas do rio Piracicaba se encontram com o Rio Doce.
- Passos, 1958, 1.338,070 km², 113.998 habitantes. A formação da cidade começou em meados do século XVIII, com as primeiras fazendas sendo implantadas entre 1780 e 1830. Se destaca como polo regional, possuindo uma economia baseada principalmente na agropecuária e no agronegócio, em pequenas indústrias de confecções e móveis, além de um forte setor de serviços.
- Formiga, 1839, 1.501,915 km², 67.540 habitantes. A cidade se expandiu devido à sua localização, pois passava pela Picada de Goiás ou Caminho de Goiás, em 1737, uma das Estradas Reais que ligavam minas e permitiam explorar e escoar o ouro. Segundo a tradição popular, o nome da cidade surgiu graças à denominação

dada ao rio que a corta. Conta-se que um grupo de tropeiros, passando pelo caminho, resolveu fazer paragem à beira do rio e, durante a noite, seu carregamento de açúcar foi atacado por formigas. Dado esse episódio, resolveram nomear o rio de Rio Formiga.

- Ouro Preto, 1711, 1.245,865 km², 73.994 habitantes. Antes da chegada dos europeus no século XVI, toda a região do Estado de Minas Gerais era habitada por povos indígenas que falavam línguas do tronco linguístico Macro-jê. A partir do século XVI, bandeirantes começaram a percorrer a região em busca de ouro, pedras preciosas e indígenas para escravizá-los, dizimando muitas nações indígenas nesse processo. O município foi uma das principais áreas do ciclo do ouro. A região que englobava Ouro Preto passou a ser a cidade mais populosa da América Latina, contando com cerca de 40 mil pessoas em 1730 e 80 mil pessoas décadas depois; em comparação, a população de Nova York era de menos da metade desse número de habitantes. A cidade foi o primeiro sítio brasileiro considerado Patrimônio Mundial pela UNESCO, título que recebeu em 1980.
- Viçosa, 1871, 299,418 km², 78.286 habitantes. Com a decadência da mineração em Minas Gerais, vários exploradores e suas famílias se deslocaram para a Zona da Mata, onde fica o município. A região era tida como fronteira agrícola, sem grandes focos habitacionais branco-europeus até a primeira metade do século XVIII. Desde 1926, com a fundação da Universidade Federal de Viçosa, a cidade vem atraindo eventos acadêmico-científicos e uma população composta majoritariamente por jovens.
- Lavras, 1831, 564,744 km², 102.728 habitantes. A expansão da cidade se deu com a inauguração da linha de transportes aéreos, entre 1947 e 1960, e com a abertura ao tráfego rodoviário da variante Lavras–Fernão Dias, em 1962. Além disso, foi inaugurada na cidade a Usina Hidrelétrica de Itutinga, em 1955. Mais recentemente, em 2002, foi inaugurada também a Usina Hidrelétrica do Funil e o setor se destaca especialmente pela produção de café e leite.
- São João Del Rei, 1838, 1.452,002 km², 89.653 habitantes. É uma das maiores cidades setecentistas mineiras e foi fundada por bandeirantes paulistas. Possui

uma vasta gama arquitetônica, não se restringindo apenas ao barroco. O ouro, a pecuária e a agricultura permitiram o desenvolvimento e progresso da então vila. Hoje é conhecida também por ser uma cidade universitária.

- Muriaé, 1855, 841,693 km², 108.113 habitantes. O nome da cidade é uma referência ao Rio Muriaé, de origem na língua Puri. Após grave crise econômica, a economia voltou a crescer após a abertura da estrada Rio–Bahia, inaugurada por Getúlio Vargas em visita à cidade em 1939. Na década de 1960, a mecânica automotiva se tornou expressiva graças ao asfaltamento da rodovia Rio–Bahia e o município passou a ser referência no ramo da retífica de motores.
- Poços de Caldas, 1872, 546,958 km², 166.111 habitantes. A história da cidade começou com a descoberta de suas fontes e nascentes, no século XVII, às bordas de uma caldeira vulcânica. As águas raras e com poderes de cura foram responsáveis pela prosperidade do município e parte considerável das atividades econômicas do município atualmente gira em torno do turismo
- Juiz de Fora, 1850, 1.435,749 km², 564.310 habitantes. A área onde hoje é o município foi se desenvolvendo com a construção do Caminho Novo, em 1707, ligando a rota do ouro entre a atual Ouro Preto e o Porto do Rio de Janeiro. Foi conhecida como “Manchester Mineira” à época em que seu pioneirismo na industrialização a fez o município mais importante do estado.
- Itajubá, 1819, 294,835 km², 96.389 habitantes. O nome *Itagybá* na língua indígena significa “rio das pedras que do alto cai” e foi dado em alusão à cachoeira junto às minas de Miguel Garcia Velho. Como o garimpo no município foi efêmero, os bandeirantes se retiraram da região e os que ficaram investiram na agricultura e na pecuária.

São Paulo

248.219,481 km², 45.538.936 habitantes, densidade demográfica de 166,23 hab/km², é o estado mais populoso do país. Possui 645 municípios e 38 localidades na rede de pontos:

- São Paulo (capital), 1554, 1.521,110 km², 12.176.866 habitantes. A povoação começou com a construção de um colégio jesuíta por doze padres, entre eles Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, no alto de uma colina escarpada. O local onde hoje fica o Monumento do Ipiranga foi onde se proclamou a Independência do Brasil, em 1822. Outro fator do crescimento foi a produção do café, que atraiu grande imigração europeia e asiática para a cidade. Hoje é o principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América do Sul, a cidade mais populosa do Brasil, do continente americano, da lusofonia e de todo o hemisfério sul.
- Jales, 1941, 368,574 km², 49.011 habitantes. O município foi fundado por Euphly Jalles. Inicialmente 100 habitantes lá se estabeleceram, mas as possibilidades da região, com terras férteis e produtos de aluviões dos grandes rios e solo com características próprias para a formação de excelentes pastagens, atraíram outras pessoas.
- Votuporanga, 1937, 420,703 km², 93.736 habitantes. No final do século XIX, com a cultura do café na região, os habitantes originais, os Caingangues, foram exterminados. O nome pode ter origem tupi-guarani significando “bons ventos”, “bons ares” ou “brisas suaves” ou pode ser oriundo de uma língua geral meridional significando “morro bonito”. Tem uma relevante indústria moveleira e uma das maiores produtoras de implementos rodoviários do Brasil.
- São José do Rio Preto, 1852, 431,944 km², 456.245 habitantes. O lugar começou a ser desbravado por mineiros, que ali se fixaram e deram início à exploração agrícola e à criação de animais domésticos. Hoje é um dos principais polos industriais, culturais e de serviços do interior de São Paulo. Começou a se desenvolver com a cafeicultura, mas hoje é um importante centro cultural do interior do estado, com destaque para o artesanato, o teatro, a música e o esporte.
- Barretos, 1885, 1.566,161 km², 121.344 habitantes. Os primeiros habitantes da região de Barretos eram os indígenas caiapós. A região tornou-se um ponto de parada na rota entre São Paulo e as minas de ouro de Goiás e, com o fim do ciclo do ouro, começou a ser ocupada com a criação de fazendas. A cidade é

nacionalmente conhecida no Brasil pela Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, considerada o maior festival de rodeio e de música sertaneja do país.

- Franca, 1824, 605,679 km², 350.400 habitantes. Surgiu através de um dos “pousos” de tropeiros, locais onde os paulistas paravam para descansar durante as viagens que faziam em sua busca do ouro no interior do Brasil. O pouso que deu origem à cidade era conhecido por “Pouso dos Bagres”. É conhecida como a Capital Nacional do Calçado e a Capital Nacional do Basquete.
- Andradina, 1937, 964,226 km², 57.112 habitantes. A fundação da cidade foi idealizada, em 1932, pelo fazendeiro Antônio Joaquim de Moura Andrade, maior criador de gado do Brasil e que tinha o apelido de “Rei do Gado”. Lá se localiza o Thermas Acqualinda, o maior parque aquático do Brasil. A população é composta principalmente por descendentes de imigrantes europeus e asiáticos.
- Araçatuba, 1908, 1.167,126 km², 195.874 habitantes. A história da cidade está ligada à construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que visava à interiorização do país e à sua ligação com outros países da América do Sul. Desenvolveu-se com a indústria cafeeira e com o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar. Ficou conhecida também como Capital do Boi Gordo devido às negociações da arroba do boi.
- Ribeirão Preto, 1856, 650,916 km², 694.534 habitantes. Começou recebendo mineiros que saíam de suas terras já esgotadas para a mineração e procuravam pastagens para a criação de gado. No começo do século XX, passou a atrair imigrantes para agricultura ou trabalho nas indústrias abertas na década de 1910. Na segunda metade do século XX, foram feitos investimentos nas áreas de saúde, biotecnologia, bioenergia e tecnologia da informação, sendo declarada em 2010 como “polo tecnológico”.
- Lins, 1920, 570,058 km², 77.510 habitantes. No início era um povoado surgido nas proximidades do que era o cruzamento entre uma antiga trilha dos indígenas Coroados, habitantes originais da região, e a recém-construída Estrada de Ferro

Noroeste do Brasil. O município se destaca pela presença de uma grande empresa do setor de alimentos que emprega boa parte da força de trabalho local e é também responsável de forma indireta pelo movimento do comércio. Também possui uma usina de álcool combustível e a atividade agrícola é bastante diversificada, com predominância do plantio de cana-de-açúcar, café, seringueiras, eucaliptos, milho e algodão.

- Ibitinga, 1890, 689,391 km², 59.451 habitantes. É considerada a “Capital Nacional do Bordado” e atrai milhares de visitantes para suas diversas lojas de artigos de cama, mesa e banho. Durante o feriado de Corpus Christi são preparados tapetes feitos de tecidos bordados espalhados por 10 quarteirões na região da Igreja Matriz, por onde passa a procissão. O evento recebe, em média, 50 mil pessoas por ano.
- Mococa, 1856, 855,156 km², 68.788 habitantes. Sua história começa na primeira metade do século XIX, quando os entrantes mineiros, sabendo da alta fertilidade do solo da região, iniciaram a exploração da mata virgem e deram início às primeiras ocupações. A partir da década de 1890, com o sucesso da produção de café, a cidade obteve grandes avanços. É uma cidade histórica dotada de rico patrimônio histórico e cultural, eventos em nível nacional e grande potencial ecológico.
- Presidente Epitácio, 1949, 1.260,281 km², 44.006 habitantes. O nome da cidade foi escolhido em homenagem a Epitácio Pessoa, então presidente do Brasil. Foi alvo de pesquisas por petróleo, cujas buscas não tiveram sucesso. A cidade tem fama pela bonita orla fluvial às margens do Rio Paraná e possuir o 3º maior Carnaval do Estado de São Paulo.
- Adamantina, 1948, 411,987 km², 35.023 habitantes. A criação da cidade está associada à Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC). Em 1938, foi aberto um novo caminho na mata com o aproveitamento de trilhas mais antigas e terras foram vendidas para a colonização. O surto cafeeiro e a chegada da ferrovia com ponto final no município proporcionaram seu crescimento.

- Araraquara, 1817, 1.003,625 km², 233.744 habitantes. Originalmente, a região era habitada pelos Guaianás. Em 1885, a chegada da ferrovia estimulou o crescimento da cidade, que foi considerada a “cidade mais limpa das três Américas” e a primeira no interior a ser servida por linhas de ônibus elétricos (trólebus). Em 1960 recebeu a ilustre visita de Jean-Paul Sartre para promover uma conferência no antigo Instituto Isolado de Ensino Superior. Está entre as cidades mais desenvolvidas do Brasil em termos de qualidade de vida, renda, saúde e educação e é uma das mais industrializadas do estado.
- Teodoro Sampaio, 1952, 1.555,803 km², 23.019 habitantes. O atual município era habitado por pessoas que diziam ser portadoras de títulos de propriedade das terras que faziam parte da Fazenda Cuiabá, que passou por diversas ações judiciais. Nos últimos anos, o município ficou conhecido por ser o epicentro de conflitos entre proprietários de terras e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).
- Presidente Prudente, 1917, 560,637 km², 227.072 habitantes. A área era ocupada, primeiramente, por indígenas caiuás, xavantes, caingangues e guaranis e o território era coberto por matas nos terrenos de terra roxa. Em 1893 foi feito um caminho de ligação com o estado de Mato Grosso para expandir as plantações de café, produzido para exportação. O desenvolvimento da cidade foi ajudado pela ferrovia e atualmente é um polo industrial, cultural e de serviços do oeste de São Paulo e ficou conhecido como a “Capital do Oeste Paulista”.
- Marília, 1929, 1.170,515 km², 237.130 habitantes. A região foi habitada por dinossauros e outros animais pré-históricos e, recentemente, ganhou projeção com a descoberta e a escavação de um esqueleto semiarticulado de um grande dinossauro herbívoro, um titanossauro, com cerca de 70% dos ossos preservados, considerado o mais completo titanossauro já encontrado no Brasil, fazendo de Marília um importante centro para estudos paleontológicos de projeção nacional. A cidade possui uma expressiva comunidade nipônica e realiza anualmente uma das maiores atrações do município, a “Japan Fest”.

- Bauru, 1896, 667,684 km², 374.272 habitantes. A cidade cresceu com a chamada “Marcha para o Oeste”, incentivo ao progresso e à ocupação da região central do Brasil durante o governo de Getúlio Vargas. No começo do século XX, o município começou a ganhar infraestrutura e a população aumentou com a chegada da ferrovia e, mais tarde, das rodovias que a ligam a diversos municípios paulistas.
- Mogi Mirim, 1769, 497,708 km², 92.715 habitantes. O nome da cidade se originou do tupi *moĩymirim*, que significa “pequeno rio das cobras”, referindo-se ao Rio Mojimirim. Nos termos da nova reforma ortográfica, a grafia correta do município seria Mojimirim, pois se prescreve o uso da letra J para palavras de origem tupi-guarani. Contudo, mesmo em desacordo com as normas ortográficas, uma lei municipal mudou a grafia oficial para “Mogi Mirim”. A região, antes habitada pelos Caiapós, passou a ser povoada também por bandeirantes paulistas que se dirigiam ao Estado de Goiás em busca de ouro. Em 1886, os fazendeiros começaram a angariar o trabalho de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos, espanhóis e, posteriormente, sírio-libaneses e japoneses.
- Assis, 460,609 km², 103.666 habitantes. A cidade nasceu a partir de viajantes que garimpavam pela região. Com a doação de terras de fazendeiros da região, em especial o “Capitão Assis”, o povoado foi crescendo. A cidade é conhecida pelo título de Cidade Fraternal e possui um *campus* da Universidade Estadual de São Paulo.
- Bernardino de Campos, 1923, 244,158 km², 11.137 habitantes. Era um pequeno povoado que começou a se desenvolver com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1907. Na década de 1960 eram cultivados o café e o algodão e com a crise do café migrou para pastagens e canaviais. Hoje tem como base da economia a agricultura, sobretudo gado de leite e gado de corte e plantio de cana-de-açúcar, milho e soja.
- Botucatu, 1855, 1.482,642 km², 144.820 habitantes. Os mistérios e as lendas que ainda envolvem Botucatu datam do período pré-cabralino, quando teria sido ponto de passagem no Caminho do Peabiru, trilha indígena que ligava o litoral atlântico

às terras peruanas. O nome pode significar “bons ares, bom vento” ou “serra boa”. O crescimento data de 1830, quando fazendeiros decidiram subir a cuesta, uma forma de relevo, e povoar as terras ainda desabitadas. Mais tarde houve doação de terras para a criação do Patrimônio da Freguesia de Sant'Anna de Botucatu.

- Piracicaba, 1767, 1.378,069 km², 400.949 habitantes. A cidade tornou-se uma das primeiras a se industrializar no país com a abertura de plantas fabris ligadas ao setor metal-mecânico e de equipamentos destinados à produção de açúcar. Na década de 1970, a produção voltou-se para álcool hidratado para uso automotivo, devido à crise mundial do petróleo em 1973.
- Campinas, 1774, 794,571 km², 1.194.094 habitantes. Entre o final do século XVIII e o começo do século XX, a cidade teve o café e a cana-de-açúcar como importantes atividades econômicas. Desde a década de 1930, a indústria e o comércio são as principais fontes de renda, sendo considerada um polo industrial regional e a terceira cidade mais populosa do Estado de São Paulo.
- Bragança Paulista, 1763, 512,584 km², 166.753 habitantes. A região exercia papel importante na história do Brasil por intermédio dos bandeirantes. Posteriormente, tornou-se grande produtora de café devido ao clima adequado, que possibilitava a produção do café das variedades arábicas, muito famoso e procurado pelos importadores internacionais.
- Taubaté, 1645, 625,003 km², 311.854 habitantes. Seu nome vem da língua tupi e significa “aldeia que fica no alto”. Teve grande relevância na evolução histórica e econômica do país. No ciclo do ouro, foi núcleo irradiador de bandeirismo. No Segundo Reinado, durante o surto cafeeiro, foi o maior produtor na zona paulista e foi a primeira vila oficial da atual região do Vale do Paraíba.
- Guaratinguetá, 1630, 752,636 km², 121.073 habitantes. A cidade abriga o maior complexo químico da América Latina, a BASF. É conhecida na região pela tradição da comemoração do carnaval, iniciado pela tradição portuguesa do entrudo, e é um

município que atrai turismo de caráter religioso, juntamente com o município vizinho, Aparecida.

- Itapetininga, 1770, 1.789,350 km², 162.231 habitantes. Como muitos municípios do interior de São Paulo, Itapetininga também se desenvolveu na esteira do tropeirismo. Em 1766, um grupo de portugueses formou um novo núcleo em um local alto e circundado por dois ribeirões e construíram uma capela, atualmente uma catedral.
- Sorocaba, 1654, 450,382 km², 671.186 habitantes. O primeiro ciclo de desenvolvimento foi o bandeirismo, indo além das linhas de Tordesilhas, montando entrepostos comerciais e de mineração. Em 1852, apareceram as primeiras tentativas fabris, porém, com o declínio da indústria têxtil, a cidade buscou novos caminhos e, a partir da década de 1970, diversificou o seu parque industrial com uma produção que chega a mais de 120 países.
- Caraguatatuba, 1857, 484,947 km², 119.625 habitantes. Originou-se de uma capitania hereditária. Posteriormente, o que viria a ser um povoado foi crescendo com a chegada de famílias de estrangeiros, que se instalaram na Fazenda dos Ingleses. Ficou marcada por uma grande tragédia em 1967, quando chuvas ininterruptas causaram deslizamentos de terra e lama em quase todos os pontos da cidade resultando na morte de 436 pessoas e a destruição de um grande número de residências e edifícios.
- Itararé, 1893, 1.003,860 km², 50.360 habitantes. Inicialmente habitado por indígenas Quainazes, tornou-se ponto conhecido de bandeirantes, exploradores, jesuítas e estudiosos, firmando-se como um dos pontos de descanso dos tropeiros que convergiam do sul e está situada na divisa com o estado do Paraná. Seu nome em tupi-guarani significa “pedra que o rio cavou”, pois o rio Itararé corre em um leito rochoso que foi sendo desgastado pela correnteza formando altos paredões, grandes cachoeiras e belas grutas.

- Capão Bonito, 1857, 1.640,230 km², 47.159 habitantes. A cidade nasceu de um pequeno povoado e de sua capela. Capão é uma palavra de origem tupi que pode significar “mato redondo” ou “intervalo de mata”. Local de passagem de expedições de bandeirantes, núcleos populacionais começaram a se fixar. O comércio tem produção agrícola diversificada e pecuária; indústria madeireira, de celulose e papel; mineração de granito e do mármore rosa, conhecido mundialmente como granito Capão Bonito e comércio vestuário.
- Itanhaém, 1532, 601,711 km², 100.496 habitantes. É a segunda cidade mais antiga do Brasil. O povoado surgiu aos pés do Convento Nossa Senhora da Conceição, estrategicamente construído no alto de um morro para facilitar o refúgio e a defesa dos moradores. A cidade permaneceu até o começo do século XX como uma pacata e isolada vila de pescadores e agricultores caiçaras e só se tornou uma cidade com viés turístico após a chegada da ferrovia ao local, em 1913.
- Santos, 1546, 281,033 km², 432.957 habitantes. Em 1543, foi criada a Santa Casa de Misericórdia de Todos os Santos, o segundo hospital do Brasil e o mais antigo do país, em funcionamento até hoje. Durante um bom tempo sua economia centrou-se na comercialização do café e hoje abriga o Museu do Café. A cidade possui o atual maior porto da América Latina, o principal responsável pela dinâmica econômica da cidade ao lado do turismo, da pesca e do comércio.
- Ribeira, 1910, 335,759 km², 3.351 habitantes. O povoamento do território banhado pelo Rio Ribeira iniciou-se com indígenas provenientes de Apiaí, no começo de século XIX. Muitos colonizadores foram levados à região devido às plantações de cana-de-açúcar e notícias sobre riquezas minerais existentes.
- Registro, 1944, 722,201 km², 56.249 habitantes. É conhecida como “Capital do Chá”, devido à exportação do produto, principalmente até meados da década de 1990. O município é oficialmente Marco da Colonização Japonesa no Estado de São Paulo porque teria sido a primeira localidade a receber imigrantes japoneses interessados em investir em produção própria no Estado de São Paulo.

- Cananéia, 1531, 1.237,354 km², 12.539 habitantes. É o município mais meridional do estado de São Paulo. No final do século XVI, com ameaças constantes de invasão, funda-se uma igreja para servir como forte que era ponto de reabastecimento de água e alimentos para navegadores espanhóis e portugueses. Posteriormente, desenvolve-se a cidade em torno da igreja. É considerada por alguns historiadores portugueses e espanhóis a cidade mais antiga do Brasil, mas falta de documentação oficial que comprove tal fato.

Espírito Santo

46.074,444 km², 3.972.388 habitantes, densidade demográfica de 76,25 hab/km². O estado possui 78 municípios e cinco localidades na rede de pontos:

- Vitória (capital), 1551, 97,123 km², 358.267 habitantes. No século XVI, havia três grupos indígenas: os Goitacás (procedentes do sul), os Aimorés (procedentes do interior) e os Tupiniquins (procedentes do norte). Em 1941, surgiu o primeiro cais na capital e, em 1927, uma ponte que ligou a ilha ao continente. Em 1970, o Porto de Vitória era um dos mais importantes do país e a capital começou a se industrializar. Diferentemente da maioria das capitais, a cidade é apenas a quarta mais populosa do estado e a maior parte do município está localizada em uma ilha, a Ilha de Vitória.
- Barra de São Francisco, 1943, 944,521 km², 44.315 habitantes. O desbravamento da região começou em 1927, com lavradores vindos de Minas Gerais, Colatina e São Mateus em busca de terras devolutas e férteis, estabelecendo-se na confluência dos rios Itaúna e São Francisco. A localidade passou por uma disputa de terras entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e em 1963 os limites territoriais foram estabelecidos. As principais fontes de renda do município são a extração de granito, a agricultura e o comércio.
- São Mateus, 1544, 2.346,047 km², 128.542 habitantes. É considerado o município com a maior população afrodescendente do estado, pois, até a segunda metade do século XIX, o Porto de São Mateus era uma das principais portas de entrada de africanos escravizados no Brasil. Também há a presença de descendentes de

imigrantes italianos, que foram responsáveis pela colonização de parte dos sertões mateenses.

- Santa Teresa, 1891, 683,219 km², 23.392 habitantes. Em 1875, chegaram os primeiros imigrantes de língua italiana trazidos pela Expedição Tabachi. Em 1877, chegaram também alemães, suíços e poloneses. Os colonos dedicavam-se à agricultura, sobretudo à cultura do café, mas também, devido à origem de muitos imigrantes, à cultura da videira e do bicho da seda.
- Alegre, 1890, 772,000 km², 30.568 habitantes. A cidade recebeu um importante contingente de imigrantes, principalmente sírios e libaneses, e, até hoje, é nítida a presença da cultura libanesa no comércio da cidade. Possui um *campus* da Universidade Federal e um do Instituto Federal e sedia um festival de música que surgiu como uma festa universitária.

Rio de Janeiro

43.750,423 km², 17.159.960 habitantes, densidade demográfica de 365,23 hab/km².

Possui 92 municípios e 14 localidades na rede de pontos:

- Rio de Janeiro (capital), 1.200,255 km², 6.688.927 habitantes. A cidade é o maior destino turístico internacional do Brasil, da América Latina e de todo o hemisfério sul e é a segunda maior metrópole do Brasil. Inicialmente, seu território era habitado por indígenas do tronco linguístico Macro-jê e depois pelos Tamoios, também conhecidos como Tupinambás, quando os portugueses chegaram à região. Durante quase todo o século XVII, a cidade teve um desenvolvimento lento, mas tudo mudou com a vinda da Corte portuguesa, em 1808, e tornou-se um proeminente centro comercial e cultural. Foi a única cidade no mundo a sediar um império europeu fora da Europa, tendo sido, entre 1815 e 1822, capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, como era oficialmente designado Portugal na época, e foi capital do Brasil entre 1763 e 1960.
- Itaperuna, 1889, 1.106,169 km², 102.626 habitantes. Até o século XVI, a região era habitada pelos indígenas Puris. Depois, a região foi ocupada por bandeirantes e a atividade econômica predominante passou a ser a criação de gado, que se

desenvolveu em fazendas de grandes extensões. A partir do final do século XIX, com o advento da economia cafeeira, a colonização se desenvolveu, mas o declínio da atividade cafeeira fez com que a região sofresse regressos. A pecuária de corte desenvolveu-se, então, voltada para o abastecimento dos grandes matadouros e frigoríficos, surgindo, posteriormente, a produção leiteira.

- São João da Barra, 1850, 452,894 km², 36.138 habitantes. Até a chegada dos portugueses ao Brasil, no século XVI, toda a região era ocupada pelos indígenas Goitacás. A partir de 1630, a região passou a ser colonizada por pescadores provenientes da região de Cabo Frio, também no Estado do Rio de Janeiro. Após um período de decadência, a cidade voltou a prosperar com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos no final da década de 70.
- Campos dos Goytacazes, 1677, 4.031,989 km², 503.424 habitantes. A região era originalmente habitada pelos Goitacás. Com a chegada dos jesuítas e beneditinos na região, as terras passaram a ser conhecidas pelos colonizadores e senhores de engenhos, mas a colonização de origem portuguesa só se iniciou a partir de 1627. Nos anos 1970, houve a descoberta do petróleo na Bacia de Campos e a construção do Superporto do Açú, contribuindo para o desenvolvimento da cidade.
- Três Rios, 1938, 322,843 km², 81.453 habitantes. A cidade é cortada por duas grandes rodovias federais (BR-040 e BR-393) e possui o maior entroncamento rodoviário do país. Foi chamada de “Esquina do Brasil” pelo presidente Juscelino Kubitschek devido à sua localização privilegiada entre grandes rodovias e ferrovias e sua etimologia dá-se em referência ao encontro dos rios Paraíba do Sul, Paraíba e Piabanha.
- Nova Friburgo, 1818, 935,429 km², 190.084 habitantes. Em 1818, o Rei Dom João VI, sentindo a necessidade de estreitar os laços de amizade com os povos germânicos a fim de obter apoio contra o Império Francês, propôs uma colonização planejada, com o estabelecimento de uma colônia de 265 famílias suíças. Foi também o primeiro município no Brasil colonizado por alemães, antes de eles irem para o Estado do Rio Grande do Sul. É a cidade mais fria do estado, conhecida como “Suíça Brasileira”.

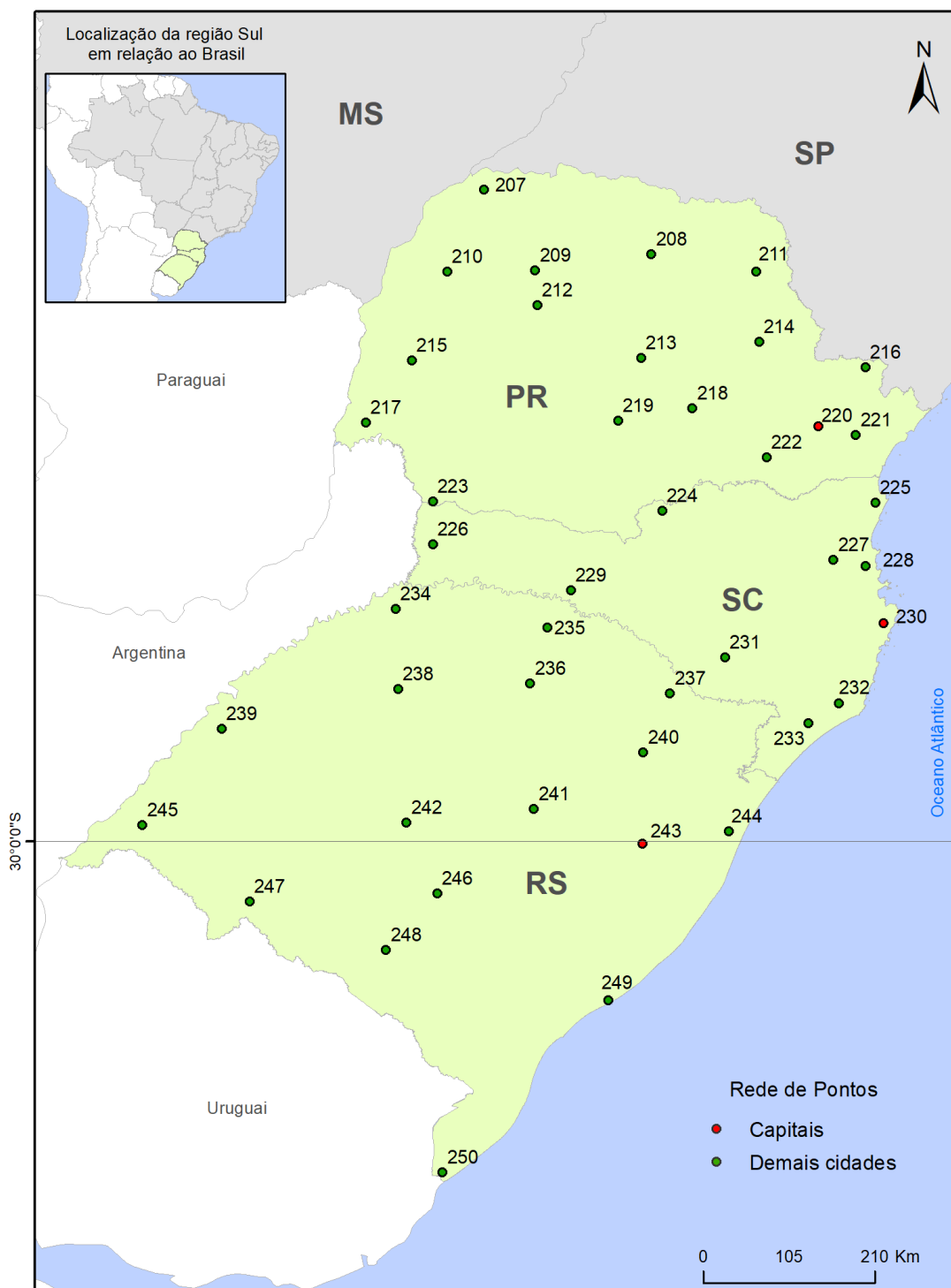
- Macaé, 1813, 1.215,485 km², 251.631 habitantes. É conhecida como a Capital Nacional do Petróleo. Lá havia duas aldeias rivais – os Tamoios e os Goitacás – e o povoamento de origem europeia iniciou-se em 1614. A partir de 1974, com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, o município, que era rural, começou a sofrer profundas mudanças em sua economia e cultura, recebendo grande quantidade de pessoas de várias partes do país e do mundo, a fim de atender à crescente demanda dessa cidade por mão de obra especializada e salários atrativos.
- Valença, 1823, 1.300,767 km², 76.163 habitantes. A região, às margens do rio Paraíba do Sul, era totalmente coberta por florestas virgens até o final do século XVIII, mas o esgotamento do ouro nas Minas Gerais causou um forte fluxo migratório de mineiros para a ocupação dessas terras. A economia local foi estimulada a partir de 1910 com a Estrada de Ferro Central do Brasil que instalou oficinas e um depósito na cidade. Hoje, a economia é liderada pela agropecuária e a produção leiteira.
- Petrópolis, 1843, 791,144 km², 305.687 habitantes. O clima ameno, as construções históricas do período imperial e a vegetação abundante são grandes atrativos turísticos da cidade. Em 1822, o imperador brasileiro Dom Pedro I hospedou-se na Fazenda do Padre Correia, ficou encantado com a região e adquiriu uma fazenda onde construiu um palácio. A partir de então, durante o verão, a cidade tornava-se a capital do Império do Brasil, com a mudança de toda a Corte, sendo conhecida como a “cidade imperial”.
- Nova Iguaçu, 1833, 520,807 km², 818.875 habitantes. Antes de os portugueses chegarem, os indígenas Jacutingas já habitavam a margem ocidental do Rio Iguaçu. A colonização da região exigia rotas para o escoamento da produção dos engenhos, o que se deu pelas vias fluviais, contribuindo para o crescimento da região. Está localizada na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e é o centro comercial e financeiro da Baixada Fluminense, com grandes e modernos conjuntos de edifícios comerciais e residenciais de alto padrão.

- Niterói, 1573, 133,757 km², 511.786 habitantes. Em 1555 um navegador francês se aliou aos indígenas tupinambás que dominavam a Baía de Guanabara e instituiu uma colônia francesa na região, a França Antártica, e, apenas em 1567, os portugueses conseguiram o domínio da área. Está localizada a 15 km da cidade do Rio de Janeiro e possui como acesso à Ponte Rio–Niterói, além das linhas de *ferryboats*, conhecidos como barcas. O nome Niterói era o nome indígena do porto da cidade do Rio de Janeiro.
- Arraial do Cabo, 1985, 152,105 km², 30.096 habitantes. O seu nome se refere à sua estrutura geográfica, um cabo, pedaço de terra grande (superior ao pontal e ponta) adentrando ao mar, com praias em enseadas, algumas das mais belas do mundo. Durante séculos, a cidade seguiu sua vocação natural como vila de pescadores. Na primeira metade do século XX, em 1943, foi implantada a Companhia Nacional de Álcalis, que produzia barrilha, matéria-prima para a fabricação de vidros. A oferta de emprego aumentou e mão de obra qualificada da unidade da Álcalis no Rio Grande do Norte foi trazida para a cidade. Assim, a oferta de emprego acabou trazendo trabalhadores de outras regiões, contribuindo para a consolidação e para o crescimento da cidade.
- Barra Mansa, 1832, 547,133 km², 183.976 habitantes. Surgiu devido a um caminho criado para se chegar até São Paulo. A sua população é composta por descendentes de imigrantes europeus, além de uma dinâmica colônia sírio-libanesa, de ameríndios e de descendentes de africanos. Possui um grande entroncamento ferroviário, rodoviário e fluvial e está próxima ao Rio de Janeiro e a São Paulo.
- Paraty, 1667, 924,296 km², 42.630 habitantes. Por estar localizada quase ao nível do mar, a cidade foi projetada levando em conta o fluxo das marés e, como resultado, muitas de suas ruas são periodicamente inundadas pela maré. Paraty já foi capital do Brasil em 1930 e foi sede do mais importante porto exportador de ouro do Brasil. Em vez de Parati, a prefeitura municipal decidiu-se por usar a grafia Paraty.

3.3.5 Região Sul

A Figura 13 e o Quadro 13 apresentam a rede de pontos da Região Sul:

Figura 13 – Rede de pontos da Região Sul



Fonte: Projeto ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Quadro 13 – Rede de pontos da Região Sul

PARANÁ	229. Concórdia
207. Nova Londrina	230. Florianópolis
208. Londrina	231. Lages
209. Terra Boa	232. Tubarão
210. Umuarama	233. Criciúma
211. Tomazina	RIO GRANDE DO SUL
212. Campo Mourão	234. Três Passos
213. Cândido de Abreu	235. Erechim
214. Piraí do Sul	236. Passo Fundo
215. Toledo	237. Vacaria
216. Adrianópolis	238. Ijuí
217. São Miguel do Iguaçu	239. São Borja
218. Imbituva	240. Flores da Cunha
219. Guarapuava	241. Santa Cruz do Sul
220. Curitiba	242. Santa Maria
221. Morretes	243. Porto Alegre
222. Lapa	244. Osório
223. Barracão	245. Uruguaiana
SANTA CATARINA	246. Caçapava do Sul
224. Porto União	247. Santana do Livramento
225. São Francisco do Sul	248. Bagé
226. São Miguel do Oeste	249. São José do Norte
227. Blumenau	250. Chuí
228. Itajaí	

Paraná

199.298,981 km², 11.597.484 habitantes, densidade demográfica de 52,40 hab/km².

O estado possui 399 municípios e 17 localidades na rede de pontos:

- Curitiba (capital), 1661, 434,892 km², 1.963.726 habitantes. A vila foi fundada e, já naquela época, o ouvidor determinou aos habitantes que tivessem determinados cuidados com a natureza. Esquecida pelos governantes da Capitania de São Paulo, Curitiba passou por um período de extrema pobreza e a prosperidade só viria a partir de 1812, com o tropeirismo. Ponto estratégico do caminho do Viamão a São Paulo e às Minas Gerais, o povoado viu crescer o comércio com a passagem dos tropeiros. Imigrantes das mais variadas procedências povoaram a cidade. Europeus, asiáticos e africanos contribuíram para a formação da estrutura populacional, econômica, social e cultural da cidade, assim como paulistas, gaúchos, mineiros e nordestinos de diversos estados da região. Curitiba é uma

palavra de origem Guarani: *kur yt yba*, que significa “grande quantidade de pinheiros, pinheiral”.

- Nova Londrina, 1956, 269,389 km², 13.188 habitantes. José Volpato e seus irmãos são considerados os primeiros colonizadores, proprietários de terras situadas dentro da Gleba Paranapanema, às margens do Rio Paraná, nas proximidades do Porto São José. A Companhia Imobiliária Nova Londrina, a fim de lotear e colonizar a Gleba Paranapanema e terras adjacentes, construiu diversas casas e levou colonos de todos os pontos do país. Predominava o elemento gaúcho, trazendo usos, costumes e tradições.
- Terra Boa, 1955, 320,850 km², 17.304 habitantes. O solo é formado por terra roxa em sua grande parte, próprio para o cultivo de café e cereais de clima tropical e subtropical. Os primeiros moradores, atraídos pela possibilidade de implantação da cultura do café, chegaram em 1951 e, nas décadas de 1960 e 1970, o município viveu seu maior pico populacional. Após esse período, em decorrência das geadas, novas culturas, especialmente soja e trigo, foram sendo paulatinamente introduzidas. Atualmente a área rural do município é cultivada principalmente com soja, trigo, cana-de-açúcar, milho e mandioca.
- Umuarama, 1955, 1.234,537 km², 113.416 habitantes. Neologismo cunhado por Silveira Bueno, em 1927, Umuarama quer dizer “lugar alto, ensolarado, para encontro de amigos”. Foi criado a pedido do então diretor-presidente do Mackenzie College, para dar nome a uma colônia de férias que o colégio havia adquirido em Campos do Jordão. Dos elementos tupis *embu*: “lugar”; *ara*: “dia, luz, claridade”; e *ama*: sufixo coletivo que indica “muitos, reunião, ajuntamento de pessoas ou coisas”. Em 1949, detectaram a presença de indígenas e uma expedição foi enviada para estabelecer contato, uma colaboração da Universidade do Paraná e do Serviço de Proteção aos Índios. A partir da primeira visita, foi decidida a criação de um posto de socorro na Fazenda Santa Rosa. Os Xetá compreendiam um grupo de cerca de 300 indivíduos e desapareceram da Serra dos Dourados por causa do desmatamento. Um plano diretor foi desenvolvido e a demarcação das terras foi realizada, iniciando um processo de vendas de lotes urbanos e rurais, sempre bem servidos de ribeirões e riachos nos fundos e boas estradas nas cabeceiras.

- Tomazina, 1913, 591,438 km², 7.699 habitantes. As terras, às margens do Rio das Cinzas, eram devolutas e, em 1865, foram adquiridas pelo Major Tomaz Pereira da Silva, residente em Itajubá, na Província de Minas Gerais. Em dezembro de 1867, o Major Tomaz, acompanhado de parentes, amigos, agregados e pessoas escravizadas, chegou à região, distribuindo sua comitiva dentro de uma grande área e fundando ali um povoado.
- Campo Mourão, 1947, 749,637 km², 96.102 habitantes. Determinou-se a organização de uma expedição aos sertões de Tibagi, partindo de Curitiba em 1760. Descobriram os campos, que, em homenagem ao governador da Capitania de São Paulo, foram denominados Campos do Mourão, mais tarde Campo Mourão. Foi somente em 1903 que se registrou nova fase de povoamento, com a chegada de famílias que construíram as primeiras casas, dedicando-se à agricultura e à pecuária.
- Cândido de Abreu, 1954, 1.510,160 km², 14.606 habitantes. A criação do município foi fruto da colonização estrangeira em terras paranaenses, com a fundação de núcleos coloniais, na primeira metade do século XIX. Alguns anos depois do fracasso da Colônia Tereza, imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e alguns brasileiros, se instalaram na mesma região e fundaram a Colônia Cândido de Abreu, que progrediu graças à atuação de seus moradores.
- Piraí do Sul, 1946, 1.345,417 km², 25.779 habitantes. Piraí origina-se do tupi *pira* (“peixe”) + *y (ü)* (“água, rio”): “rio do peixe”. O povoamento da localidade foi iniciado em princípios no século XVII, numa gleba de propriedade do Padre Lucas Rodrigues França. A agropecuária e a prestação de serviços configuram-se como as principais fontes no município, que é um dos maiores produtores de frango do Brasil.
- Toledo, 1951, 1.198,049 km², 144.601 habitantes. Segundo registros precisos, foi em 27 de março de 1946 que as primeiras famílias de colonizadores chegaram em Toledo e instalaram acampamentos. Registros de 1905 e 1906 atribuem vínculo ao

nome de “Pouso Toledo”, recanto de descanso de tropeiros ao longo de uma picada utilizada para transporte de produtos, especialmente da erva-mate, comercializados por estrangeiros que possuíam glebas na região oeste do estado.

- Adrianópolis, 1961, 1.349,311 km², 5.797 habitantes. Em 1937, o português Adriano Seabra da Fonseca iniciou a exploração de recursos minerais na região e o nome da cidade é em homenagem a ele. Ainda hoje a extração de minerais se constitui na base fundamental da vida econômica do município, principalmente o chumbo e a prata.
- São Miguel do Iguaçu, 1961, 851,917 km², 27.696 habitantes. Toda a região de Foz do Iguaçu foi descoberta em 1542, através da expedição colonizadora de um capitão espanhol guiado por indígenas guarani. Em 1948, a Colonizadora Gaúcha Ltda. iniciou a execução de projetos para a fundação de uma nova cidade no extremo oeste paranaense, sendo fundado em 1951 o povoado com a denominação de Gaúcha, cujos primeiros colonizadores foram os sulistas. São Miguel é o santo o padroeiro do município e Iguaçu refere-se ao Rio Iguaçu.
- Imbituva, 1871, 756,535 km², 33.306 habitantes. Às margens do histórico caminho de Viamão, repleto de tropeiros e marchantes, foram aparecendo, desde o Rio Grande do Sul até São Paulo, os pontos de “pouso”, os beliches, os marcos, origem das cidades dos Campos Gerais. Um bandeirante, abandonando o comércio de tropas, atraiu companheiros e iniciou a construção de uma vila e a nova povoação não tardou a receber a influência de colonos alemães, poloneses e russos.
- Guarapuava, 1819, 3.168,087 km², 183.755 habitantes. Guarapuava, do tupi-guarani *guará* (“lobo”) + *puava* (“bravo”), foi o nome dado aos campos gerais descobertos em 1770. O povoamento foi o resultado de um processo histórico iniciado no século XVIII, com as expedições e a construção do Fortim Atalaia, abrigando as primeiras tropas, seus familiares e povoadores que dela fizeram parte. É considerado um polo regional de desenvolvimento com forte influência sobre os municípios vizinhos, faz parte também do entroncamento rodoferroviário de importância nacional denominado corredor do Mercosul e é o município mais rico do agronegócio no estado do Paraná.

- Morretes, 1733, 684,580 km², 16.485 habitantes. Até o século XVI, a região era território dos indígenas Carijós. A partir de 1646, com a descoberta de jazidas de ouro, a região passou a ser ocupada por mineradores e aventureiros provenientes de São Paulo. O nome do município originou-se do fato de a cidade estar cercada por morros de pequena elevação e que eram denominados de “morretes”. É uma cidade histórica e rica em arquitetura colonial, com casarões antigos preservados, o que movimenta o turismo local.
- Lapa, 1769, 2.093,859 km², 48.651 habitantes. A Lapa teve início como povoado por volta de 1731, no tempo dos tropeiros, que passavam e faziam pouso, sendo os homens responsáveis pelo comércio animal do país, compondo o Caminho das Tropas ou Caminho de Viamão. Porém há indícios arqueológicos da habitação de povos indígenas das tribos Kaingang e Guarani. O topônimo deve-se à grande quantidade de pedras existentes na região.
- Barracão, 1952, 171,402 km², 10.347 habitantes. Dadas a exuberância e a fertilidade das terras e a grande quantidade de madeira existente, colonos vindos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina estabeleceram-se em Barracão, dedicando-se à extração de madeira e de erva-mate e à cultura de cereais, fumo e cana-de-açúcar, promovendo rápido crescimento. Havia uma questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, resolvida em 1916 com a celebração de um acordo entre os dois estados. Em função desse acordo, Barracão foi dividida em duas, ficando parte no Paraná e parte em Santa Catarina. A parte que ficou no Paraná permaneceu com o nome de Barracão e a que ficou em Santa Catarina recebeu a denominação de Dionísio Cerqueira, em homenagem ao seu fundador. A cidade fundada no lado argentino, separada apenas pelo Rio Peperi Guaçu, recebeu a denominação de Bernardo Irigoyen, mais tarde mudada para Barracon.

Santa Catarina

95.730,690 km², 7.338.473 habitantes, densidade demográfica de 65,27 hab/km². O estado possui 295 municípios e 10 localidades na rede de pontos:

- Florianópolis (capital), 1673, 674,844 km², 516.524 habitantes. Os primeiros habitantes foram os Tupi-guaranis, que praticavam a agricultura, mas tinham na pesca e coleta de moluscos as atividades básicas para sua subsistência. Os indícios de sua presença encontram-se nos sambaquis e sítios arqueológicos, cujos registros mais antigos datam de 4.800 a.C. Já no início do século XVI, embarcações que demandavam à Baía do Prata aportavam na Ilha de Santa Catarina para se abastecerem de água e víveres e a ilha, por sua invejável posição estratégica como vanguarda dos domínios portugueses no Brasil meridional, passou a ser ocupada militarmente a partir de 1737, quando começaram a ser erguidas as fortalezas necessárias à defesa do seu território. Esse fato resultou num importante passo na ocupação da ilha, prosperando a agricultura e a indústria manufatureira de algodão e linho, permanecendo resquícios desse passado no que se refere à confecção artesanal da farinha de mandioca e das rendas de bilro. Com a República (1889), as resistências locais ao novo governo provocaram um distanciamento do governo central e a diminuição dos seus investimentos e a vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto determinaram, em 1894, a mudança do nome da cidade para Florianópolis, em sua homenagem.
- Porto União, 1917, 848,779 km², 35.685 habitantes. A cidade nasceu como consequência do 'Acordo de Limites' entre Paraná e Santa Catarina. Entretanto começou a se desenvolver com a descoberta do vau do Rio Iguaçu, lugar onde a água é pouco profunda, facilitando a passagem das tropas que vinham dos campos de Palmas. Também se tornou ponto de embarque e desembarque para quem usava o Rio Iguaçu como via de transporte, daí o primeiro nome: Porto da União. A partir de 1886, chegaram os primeiros colonos de origem europeia, na maioria alemães, e, mais tarde, poloneses, ucranianos, austríacos e russos. No início do século XX, chegaram os libaneses.
- São Francisco do Sul, 1658, 493,266 km², 54.751 habitantes. Antes dos portugueses, os franceses foram os primeiros a chegar no antigo município de São Francisco do Sul, a primeira cidade de Santa Catarina. A economia gira praticamente em torno do porto, especializado em transporte de granéis, madeira e bobinas metálicas, sendo um importante escoador da produção agrícola do Sul e Centro-Oeste do Brasil.

- São Miguel do Oeste, 1954, 234,202 km², 41.246 habitantes. A região recebia diariamente caravanas de colonos procedentes do Rio Grande do Sul, mas não oferecia as mínimas condições para uma vida confortável. Faltavam estradas, escolas, médicos, remédios, comida e o acesso à sede municipal, Chapecó, era impraticável. Então, líderes comunitários e pessoas públicas reivindicaram e conquistaram a sua emancipação político-administrativa.
- Blumenau, 1850, 518,619 km², 366.418 habitantes. A região era habitada por indígenas Kaingang, Xoklengs e Botocudos. Em 1850, o filósofo alemão Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau obteve do Governo Provincial uma área de terras de duas léguas para estabelecer uma colônia agrícola, com imigrantes europeus. É o terceiro município mais populoso do estado e possui uma agenda cultural focada nas festas baseadas no cotidiano e hábitos dos imigrantes europeus, destacando-se a colonização alemã, com a *Oktoberfest*.
- Itajaí, 1833, 289,215 km², 226.617 habitantes. A partir do século XVII, diversas recomendações foram feitas ao Governo Colonial no sentido de promover a colonização das terras do Vale do Itajaí, consideradas férteis e estratégicas para a fundação de colônias. No entanto tais recomendações não foram levadas em conta. Quando os primeiros colonizadores vieram se fixar nas terras junto à Foz do Rio Itajaí-Açu, os indígenas ainda faziam frente à ocupação das mesmas terras, que, pouco a pouco, lhes foram tomadas. Eram os Botocudos ou Caingangues, do grupo Tapuia (hoje conhecidos por Xokleng) e os Carijós, que moravam à beira-mar, já praticamente extintos naquela época. Durante todo o século XVIII, a grande atividade econômica desenvolvida nas terras do Itajaí foi a extração de madeiras, que foi tão indiscriminada e depredadora que, já no final do século XVIII, o governo português decretou ser privilégio real o corte das melhores espécies.
- Concórdia, 1934, 799,194 km², 75.683 habitantes. O atual município e áreas próximas foram habitados pelos Tupi-guaranis, que, a partir do século XVIII, foram se ramificando pelo interior de Concórdia e toda a região do antigo Contestado, marcando significativamente sua presença no oeste catarinense. Com a invasão e conflitos com os homens brancos, fugiram, avançando o território argentino, e

outros, ainda encurralados, foram aprisionados e escravizados ou liquidados. Com o objetivo de promover a colonização dessas terras, a Brazil Railway Co. constituiu uma empresa subsidiária, a Brazil Development and Colonization Company, com sede em Portland, nos Estados Unidos, autorizada a funcionar no Brasil a partir de 13 de março de 1912. Nesta mesma época chegaram os primeiros imigrantes, que fundaram uma pequena vila no local.

- Lages, 1766, 2.637,660 km², 157.158 habitantes. Era habitada, até o século XVIII, por indígenas Caingangues e Xoclengues. Com a construção da estrada ligando as províncias do Rio Grande do Sul e de São Paulo, alguns colonos iniciaram fazendas de gado e de exploração de erva-mate e madeira. Isso fez surgirem conflitos entre indígenas e colonos ocasionados pela disputa dos pinheirais, pois os pinhões de araucária e animais eram a fonte de alimento básica dos indígenas. O nome foi dado devido à abundância da pedra laje na região.
- Tubarão, 1774, 301,485 km², 107.143 habitantes. A descoberta dos campos sulinos, a imensidão dos pampas despertando sonhos de tropas e boiadas num território imenso, fez com que grande porção de lagunenses, os que possuíam maiores recursos, para lá migrassem, despovoando a colônia. Com o abandono por parte da Coroa, os que ficaram dedicaram-se à pesca e à lavoura, acompanhando um caminho aberto ao interior, pelo Rio Tubarão, que forneceu férteis e produtivas terras do seu vale, dando início ao povoamento de Tubarão.
- Criciúma, 1880, 234,865 km², 219.393 habitantes. A fundação da cidade deu-se no ciclo da imigração europeia do século XIX, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes – 139 pessoas, procedentes das regiões de Veneza e Treviso, na Itália. A partir de 1890, chegaram as primeiras famílias de poloneses, seguidas de imigrantes alemães e dos descendentes de portugueses vindos da região de Laguna.

Rio Grande do Sul

281.707,151 km², 11.466.630 habitantes, densidade demográfica de 37,96 hab/km².

O estado possui 497 municípios e 17 localidades na rede de pontos:

- Porto Alegre (capital), 1772, 495,390 km², 1.492.530 habitantes. O povoamento começou em 1752, com a chegada de 60 casais portugueses açorianos trazidos por meio do Tratado de Madri para se instalarem nas Missões, região do noroeste do estado que estava sendo entregue ao governo português em troca da Colônia de Sacramento, nas margens do Rio da Prata. A partir de 1824, passou a receber imigrantes de todo o mundo, em particular alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses. A capital do Rio Grande do Sul é também a Capital dos Pampas, como é conhecida a região de fauna e flora característica formada por extensas planícies que dominam a paisagem do sul do Brasil e parte da Argentina e do Uruguai.
- Três Passos, 1944, 268,902 km², 23.799 habitantes. Por volta de 1860, mandou o Governo Imperial uma comissão de engenheiros e um forte destacamento abrir a primeira picada com o objetivo de nessa área instalar uma colônia militar. Nessa época, o Império do Brasil buscava sua afirmação como dono das terras meridionais no mesmo contexto de aquisição definitiva das Missões jesuíticas. No ano de 1919, chegaram os primeiros colonos descendentes de alemães, vindos de Chapada e de Tapera. A justificativa da denominação provém da existência de três correntes de água transposta no local. Hoje as três vertentes, apesar do perímetro urbano, continuam existindo.
- Erechim, 1918, 429,164 km², 107.368 habitantes. Foi originariamente habitada pelos indígenas Coroados. Os primeiros povoadores brancos foram paulistas, descendentes de bandeirantes, que se instalaram dispersivamente no território e obtiveram a concessão de tratos de terra, requeridos ao Governo do Estado. Em fevereiro de 1910, teve início a construção de casas da sede provisória denominada Povoado Erechim, hoje Getúlio Vargas. É uma das primeiras cidades brasileiras modernas planejadas
- Passo Fundo, 1857, 784,407 km², 206.103 habitantes. A região era habitada pelos povos indígenas Tapes e Caingangs, que se sustentavam da caça, de mel, de frutas e do cultivo do milho e do feijão. Os Caingangs usavam o corte de cabelo à moda dos padres franciscanos, sendo conhecidos pelo nome de “coroados” e “bugres”. O povoado começou nas primeiras décadas do século XIX, quando os

colonizadores penetraram a região e os tropeiros, vindos da fronteira sul, em demanda à então Província de São Paulo, o maior mercado consumidor de muares, passaram a fazer pousada obrigatória no 'passo fundo', como medida de segurança. Tornou-se, assim, parte do chamado "Caminho dos Paulistas".

- Vacaria, 1850, 2.124,422 km², 66.916 habitantes. Os missionários jesuítas, por volta de 1700, iniciaram a colonização da região, deixando o gado trazido das Missões para se criar solto. Essa Missão foi denominada Baqueria de los Pinhales (Vacaria dos Pinhais). A cidade é conhecida como a "Porteira do Rio Grande" e a sede do Rodeio Crioulo Internacional de Vacaria, considerada a maior festa tradicionalista da América Latina. É também considerada a maior produtora de maçã no Brasil.
- Ijuí, 1890, 688,982 km², 84.041 habitantes. O seu desenvolvimento teve grande impulso quando, a partir de 1899, foi incentivado o assentamento de colonos com conhecimento em agricultura, principalmente das colônias mais antigas do Rio Grande do Sul. É conhecida como "Terra das culturas diversificadas", por reunir variado grupo étnico.
- São Borja, 1682, 3.616,690 km², 59.768 habitantes. É sem contestação o núcleo habitacional permanente mais antigo do território sul-rio-grandense. Jesuítas incrementaram a pecuária extensiva, o artesanato, o cultivo da terra e fizeram o primeiro plano diretor do município. Localizaram a cidade em local alto, afastado da margem do rio, longe das enchentes. Com a saída dos jesuítas, estabeleceram-se grandes estâncias, predominando a pecuária extensiva e a prática das queimadas nos campos nativos. Na última década do século XIX, com a vinda de imigrantes europeus, intensificaram-se a agricultura e o uso do arado no solo, expandindo a lavoura pelo campo nativo e partes das matas nativas. Em meados do século XX, a lavoura de arroz, até então inexpressiva, tomou impulso, ocupando áreas de várzea e banhados.
- Flores da Cunha, 1924, 276,231 km², 31.352 habitantes. Em 1877, chegaram algumas famílias de imigrantes italianos. Foram demarcadas as colônias e iniciados dois povoados com a distância de um quilômetro – São Pedro e São José. O

primeiro absorveu o segundo, tornando-se a sede do município. Desde 2015, a língua talian, uma variante da língua veneta, foi cooficializada no município.

- Santa Cruz do Sul, 1877, 733,898 km², 132.271 habitantes. Sua fundação resultou do propósito da Câmara Municipal de Rio Pardo, então próspero centro de comércio, de estabelecer comunicação com a zona serrana da Província para atrair o comércio àquela região. É um dos principais núcleos da colonização alemã do Rio Grande do Sul, onde muitos falam alemão, principalmente o dialeto Hunsrückisch. Sua economia está historicamente ligada ao tabaco, sendo considerada a capital mundial do fumo.
- Santa Maria, 1797, 1.780,194 km², 285.159 habitantes. Uma comissão fixa foi encarregada de marcar a linha divisória entre os domínios de Espanha e Portugal no Sul da América entre março e abril de 1787 e chegou na região onde hoje está Santa Maria fazendo ali seu acampamento. A comissão permaneceu por muito tempo, derrubou floresta no cimo do outeiro, levantando-se em seguida o quartel para a tropa, o escritório para a comissão técnica, os ranchos para os oficiais e a capela.
- Osório, 1857, 663,878 km², 46.815 habitantes. O povoamento do território teve início quando alguns casais açorianos procedentes de Laguna se estabeleceram no sopé da Serra do Mar, próximo ao litoral. Aos poucos, o casario foi-se adensando e assim nasceu o povoado então conhecido por Vila da Serra. É conhecida como Cidade das Lagoas, por ter uma rede de 23 lagoas, muitas delas interligadas, e possui segunda maior usina eólica da América Latina e terceira maior do mundo, o Parque Eólico de Osório, construído em 2007.
- Uruguaiana, 1843, 5.702,098 km², 126.766 habitantes. Originalmente habitada por indígenas, posteriormente os elementos colonizadores foram os espanhóis, portugueses e africanos. As correntes migratórias modernas são representadas por italianos, alemães, espanhóis, franceses e árabes. Está junto à fronteira fluvial com a Argentina e Uruguai e tem importante produção agropecuária nacional, ostentando a liderança na produção de arroz.

- Caçapava do Sul, 1831, 3.047,113 km², 33.476 habitantes. Caçapava na língua tupi-guarani significa “clareira na mata”, “fim da estrada na mata” ou “fim da travessia no monte”. Calcula-se que a Paragem de Caçapava tenha nascido em 1777, oriunda de um acampamento militar localizado no ponto mais estratégico da região. Por ocupar localização estratégica nos pampas, guerras e sangrentas revoluções eclodiram em sua geografia em defesa da terra brasileira.
- Santana do Livramento, 1823, 6.946,407 km², 75.647 habitantes. Foi inicialmente ocupado pelos indígenas Minuanos e Charruas. Por volta do ano de 1810, houve um combate entre forças portuguesas e espanholas, saindo vitoriosas as primeiras. Posteriormente, os oficiais que guarneciam as fronteiras foram aos poucos levantando moradias, constituindo, assim, os primeiros núcleos de colonização no território.
- Bagé, 1811, 4.090,360 km², 121.518 habitantes. Durante o domínio espanhol, os missionários jesuítas vindos de Buenos Aires fundam a Redução de São André dos Guenoas, na região onde hoje se localiza o município. Posteriormente, o governo português, para que não houvesse possibilidades de os espanhóis voltarem a ocupar a região, passou a fazer doações de sesmarias para fazenda de criação de gado, o que representou a conquista econômica e ao mesmo tempo resguardou as fronteiras do sul do país.
- São José do Norte, 1831, 1.071,824 km², 27.866 habitantes. No século XVI, as terras faziam parte do 'pedaço espanhol' da América, resultante da partilha diplomática entre Portugal e Espanha. Por muito tempo, teve como principais atividades econômicas o cultivo da cebola (chegou a ser o maior produtor de cebola do Brasil) e a pesca. Depois viu suas terras serem ocupadas pelas plantações de eucaliptos e pinus, que, apesar da geração de empregos, degrada o ambiente.
- Chuí, 1995, 202,387 km², 6.832 habitantes. Na fronteira com o Uruguai, na margem esquerda do Arroio Chuí, é a cidade mais ao sul do Brasil. Embora tenha sido emancipada do município de Santa Vitória do Palmar apenas em 1995, sua história tem início nos primórdios da ocupação ibérica do continente sul-americano. Foi alvo

de disputado territorial que acabou com o tratado de limites entre Brasil e Uruguai, celebrado em 1851. Sua população é constituída por brasileiros, uruguaios e árabes palestinos, sendo a cidade brasileira com a maior concentração de estrangeiros

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Observados todos os critérios supracitados, a pesquisa de campo foi realizada pelas equipes regionais compostas de integrantes do Projeto ALiB, normalmente tendo uma pessoa na função de inquiridor principal e uma ou duas pessoas atuando como inquiridor(es) auxiliar(es). Após preparação prévia e levantamento de dados e contatos da área em estudo, as equipes realizaram a seleção dos informantes, respeitando os critérios pré-estabelecidos. Os informantes eram, então, inquiridos por meio da aplicação dos questionários (cf. Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001), realizada *in loco* e gravada em áudio digital. Os informantes tiveram seus dados registrados na ficha do informante com informações pessoais e observações comportamentais depreendidas ao longo das entrevistas, dados para o controle dos pesquisadores e que não são disponibilizados, uma vez que os informantes passaram a ser identificados apenas por números que registram também o seu perfil social (cf. Figura 8). Ao fim do processo de gravação, os arquivos foram identificados, digitalizados, copiados e armazenados em espaço próprio pelas equipes regionais responsáveis e, posteriormente, pela equipe de bolsistas e pesquisadores do Projeto ALiB na Universidade Federal da Bahia.

Para a realização do presente trabalho, a fim de identificar o fenômeno em análise, quatro variáveis foram selecionadas, cada uma correspondente a uma pergunta do questionário (cf. Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001, p. 39), mais especificamente do Questionário Morfossintático (QMS), no subitem “feminino de”:

- QMS 06 – ALEMÃO

Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha é o quê?

- QMS 07 – CHEFE

Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?

- QMS 08 – LADRÃO

Um homem que rouba, você diz que é ladrão. E quando é uma mulher?

- QMS 09 – PRESIDENTE

Se, na Presidência da República, estivesse uma mulher, ela seria o quê?

A partir dos dados, buscou-se, então, identificar as formas para o feminino de *alemão*, *chefe*, *ladrão* e *presidente*, assim como outras lexias utilizadas para os conceitos ‘mulher que nasce na Alemanha’, ‘mulher que chefia’, ‘mulher que rouba’ e ‘mulher na presidência’.

No processo de catalogação dos dados para o presente trabalho, utilizaram-se os arquivos em áudio armazenados pelo Projeto ALiB e o levantamento do *corpus* foi feito por meio da audição dos trechos correspondentes às questões selecionadas, separando-se as respostas dadas por cada informante com a seguinte categorização dos dados:

- (i) resposta válida: considerou-se uma resposta válida por informante tendo sido a primeira resposta ou a resposta dada após correção do informante por iniciativa própria ou por insistência do inquiridor. Em caso de mais de uma resposta, considerou-se como resposta válida, em ordem de preferência: as formas consideradas como padrão; as formas que fizeram uso de outros morfemas mantendo a mesma base; outras lexias;
- (ii) outras respostas: respostas adicionais dadas pelos informantes espontaneamente ou após questionamento do inquiridor e que não foram consideradas como primeira resposta válida;
- (iii) observações: campo reservado para informações adicionais dadas pelos informantes acerca das formas e opiniões dos falantes relacionadas ao fenômeno em estudo.

Para exemplificar o critério escolhido para a categoria “resposta válida”, considerem-se os exemplos abaixo:

INQ: Às vezes a gente tem assim no trabalho, homens e mulheres que são chefes, né? No caso, se é uma mulher, a gente diz que ela é o quê?

*INF: Uma **patroa**.*

INQ: Sim ou então...

INF: Patrão.

INQ: Sim. E se eu quiser falar de chefe, eu digo...

*INF: Eu digo minha **chefa**.*

(Salvador, Bahia, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

No exemplo supracitado, ainda que a primeira resposta tenha sido ‘*patroa*’, variante considerada para a pesquisa, considerou-se ‘*chefa*’, por ser a forma considerada como padrão obtida após insistência da inquiridora. Já no exemplo a seguir considerou-se como resposta válida a forma ‘*alemoa*’, não apenas por ter sido a primeira resposta dada mas também por ter sido a resposta considerada como definitiva pela informante. Assim, ainda que não seja a variante considerada padrão, é variante que faz uso de outro morfema, mas mantém a mesma base.

INQ: A mulher que nasce na Alemanha é o quê?

*INF: **Alemoa**.*

INQ: Há homens e mulheres...

*INF: Ou **alemana**. Não sei. Não sei se **alemana** é certo.*

INQ: Qual é mais comum aqui? Que você ouve...

*INF: **Alemoa**, né?*

(Florianópolis, Santa Catarina, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Os dados encontrados foram analisados qualitativamente segundo as suas definições em dicionários e estudo dos morfemas em gramáticas do português e outros trabalhos no campo da morfologia, além de qualquer uso das variantes encontradas na pesquisa em contextos linguísticos variados.

Para a análise quantitativa, os dados foram catalogados e agrupados em tabelas, visando a deprender a sistematicidade do fenômeno, assim como o seu encaixamento linguístico e social, seguindo as orientações de análise quantitativa de dados linguísticos, através dos seguintes passos: “i) coleta de dados; ii) redução e apresentação de dados; (iii) interpretação e explicação de dados” (Guy; Zilles, 2007, p. 20). Para a análise estatística, foram feitos testes iniciais com dados de parte das localidades com o recurso do Programa R, porém, devido à natureza dos dados, com um grande número de variantes e poucas ocorrências de muitas delas, mesmo com diferentes possibilidades de agrupamento das variantes, os resultados apresentados

pelo programa não foram satisfatórios para o que pretende esta pesquisa. Dessa forma, optou-se por analisar os dados segundo o número de ocorrências e resultados apenas em percentuais.

Por fim, não se pode deixar de mencionar o uso de ferramentas geolinguísticas utilizadas para a exibição dos dados linguísticos em cartas linguísticas, fornecendo, assim, uma análise que se pautou na discussão qualitativa do fenômeno em estudo através de pesquisas e dos dados linguísticos e na apresentação quantitativa de forma numérica e cartográfica.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Expõem-se, a seguir, os resultados obtidos das primeiras respostas válidas catalogadas nos inquéritos componentes do *corpus* da pesquisa. As ocorrências para cada uma das quatro variáveis em estudo foram registradas como uma resposta válida por informante ou “sem resposta” (S.R.), que correspondem aos casos em que os informantes declaram não saber, não lembrar, isentar-se de dar qualquer resposta ou tentar responder utilizando apenas variantes que foram consideradas não validadas. Além disso, há problemas técnicos: casos em que o trecho do áudio referente à pergunta em análise não foi gravado ou está inaudível, resultando na exclusão desse dado, motivo pelo qual o número total de dados de cada variante não totaliza os 1.100 informantes inquiridos. Como resposta válida de cada informante, privilegiou-se a forma padrão sempre que apareceu no discurso, ainda que não tenha sido a primeira resposta dada, sendo considerada válida a primeira forma pronunciada na existência de mais de uma forma padrão. Quando as formas esperadas não foram mencionadas, foram consideradas, primeiramente, as formas que utilizaram a mesma base da forma padrão e, posteriormente, as outras lexias utilizadas como resposta para os conceitos questionados.

Os dados catalogados são exibidos em tabelas, contendo número de ocorrências e percentuais, seguidos da análise de cada variante e transcrição de trechos dos inquéritos em que elas apareceram.

4.1 O FEMININO DE ‘ALEMÃO’

A Tabela 1, a seguir, expõe os resultados para a pergunta QMS 06 em ordem de maior número de ocorrências.

Tabela 1 – Designações para ‘mulher que nasce na Alemanha’

Designações	Ocorrências	Percentuais
<i>Alemã</i>	627	58,8%
<i>Alemaoa</i>	131	12,3%
<i>Alemanha</i>	83	7,8%
<i>Alemanhense</i>	59	5,5%
<i>Estrangeira</i>	20	1,9%
<i>Alemão</i>	19	1,8%
<i>Alemanheira</i>	8	0,7%
<i>Alemana</i>	7	0,6%
<i>Alemona</i>	4	0,4%
<i>Alemanesa</i>	2	0,2%
<i>Alemanhista</i>	2	0,2%
<i>Alemoense</i>	2	0,2%
<i>Galega</i>	2	0,2%
<i>Alemanhesa</i>	1	0,1%
<i>Alemoeira</i>	1	0,1%
S.R.	98	9,2%
Total	1.066	100%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à variável ‘mulher que nasce na Alemanha’, além da variante padrão, foram registradas outras 14 diferentes designações. Dentre elas, 12 apresentam o uso de diferentes morfemas concatenados à base *alem-* para a determinação do gênero. ‘Alemão’ é oriundo do latim *alemannus*, “relativo à, ou natural da Alemanha” (Cunha, 1991, p. 28). No português, o substantivo representa a “pessoa que nasceu na República Federal da Alemanha, país situado no continente europeu” (Dicio, 2023). Essa forma é ainda o nome da língua, “língua indo-europeia do grupo germânico, falada na Alemanha, na Áustria, na Bélgica, em parte da Suíça etc.”. Em Houaiss (2009) foi possível identificar a entrada ‘alemã’ com a rubrica “entomologia”⁴³, com o sentido de redução de ‘bandeira-alemã’.

A forma padrão, ‘alemã’, segue a regularidade dos nomes terminados em *-ão*, que consiste na manutenção do radical e na exclusão da vogal temática. Essa foi a forma predominante nos dados, somando 58,8% do total das primeiras ocorrências registradas, número que também revela a existência de grande variedade quando se considera o universo total.

⁴³ Segundo Houaiss (2009), entomologia é o “ramo da zoologia que estuda os insetos; insectologia, insetologia”.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E quem nasce na Alemanha?

INF: Alemã.

(Campo Grande, Mato Grosso do Sul, inf. 6 – Mulher, faixa I, universitário)

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha?

INF: Estrangeira.

INQ: No Brasil é brasileira. Na Alemanha...

INF: Alemã?

(Seabra, Bahia, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

A segunda variante mais registrada, com 12,3% do total dos dados, é ‘alemoa’, forma não considerada como padrão, mas já registrada em dicionários como forma popular para “feminino de alemão” (Dicio, 2023). A variante é composta pelo sufixo -oa, presente na língua como feminino de -ão, como se vê em ‘leitão’ > ‘leitoa’, ‘leão’ > ‘leoa’, ‘patrão’ > ‘patroa’, dentre outros.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E na Alemanha?

INF: Alemoa. A minha mãe era filha de alemão.

INQ: Ah é?

INF: Os pais dela era alemão.

INQ: E vieram pro Brasil?

*INF: É, sei lá, acho que nasceu lá e vieram pra cá. Os avós dela, os avós da minha mãe era **alemoa** e meu pai, o pai do meu pai, nasceu na Itália mesmo. Ele veio pro Brasil na época da última guerra que teve, Segunda Guerra Mundial eles vieram embora. Eles eram mesmo bem italiano, eles conversavam bem italiano.*

(Presidente Prudente, São Paulo, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

Em seguida, tem-se ‘alemanha’, com 7,8% do total das ocorrências. A forma é repetição do nome do país e demonstra dúvida dos informantes acerca da denominação para o conceito apresentado.

INQ: A mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha?

INF: Na Alemanha, alemão, né?

INQ: A mulher [ênfase] que nasce na Alemanha.

*INF: A mulher? Ah... a mulher que nasce na Alemanha é **alemanha** também.*

(Maceió, Alagoas, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil, a gente diz que ela é brasileira.

INF: É.

INQ: E se ela nasce na Alemanha, ela é o quê?

*INF: É **Alemanha**, né. **Alemã**.*

INQ: É Alemanha ou alemã?

*INF: É **Alemanha**.*

(São Domingos, Goiás, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

A variante ‘alemanhense’ representou 5,5% do total. Segundo Costa (2008, p. 289-293), o sufixo *-ense* tem origem latina e liga-se a bases substantivas toponímicas indicando gentílicos, característica que evidencia uma extensão de uso à palavra em questão. Além disso, Houaiss (2009) chama atenção para o fato de esse sufixo latino ter originado o português *-ês*, bastante corrente no português contemporâneo. O sufixo pode ser encontrado em exemplos como ‘maranhense’, pessoa oriunda do Estado do Maranhão, e ‘cearense’, pessoa oriunda do Estado do Ceará. A presença dessa variante justifica-se com a associação feita pelos informantes com gentílicos já conhecidos, como os supracitados, e até mesmo das próprias cidades de origem.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha?

INF: Ai, como é que eu posso falar? Minha língua não vai dar pra falar isso...

***Alemanhense**. Não, né?*

INQ: Pode ser... Aqui é coxinense, né?

INF: É.

INQ: Coxim, coxinense. Então, Alemanha?

*INF: **Alemanhense**? Não? Não pode?*

INQ: Quem sabe até possa...

(Coxim, Mato Grosso do Sul, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

Em seguida, tem-se ‘estrangeira’, com 20 ocorrências, representando 1,9% do total. Esta forma, com marcação de gênero feminino, corresponde a um termo mais

geral para designar pessoa “natural de outro país; aquele que nasceu num país ou nação diferente daquele onde nascemos” (Dicio, 2023). Assim, um hiperônimo foi utilizado em lugar de um termo mais específico, provavelmente indicando o desconhecimento da denominação particular, mesmo após insistência dos inquiridores.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. Se ela nascer na Alemanha?

*INF: **Estrangeira**.*

INQ: Mas o cara é alemão e a mulher?

INF: Brasileira.

INQ: Mas ela nasceu lá. Se for um homem que nasceu lá, a gente diz que é alemão. Se for uma mulher que nasceu lá?

*INF: **Estrangeira**, não? Nasceu fora do Brasil...*

INQ: Eu sei, mas se ela... A gente vai chamar ela de quê?

*INF: **Estrangeira**, não?*

(Macaé, Rio de Janeiro, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Outra resposta dada à pergunta foi a variante ‘alemão’, repetição da forma masculina, que, apesar de inusitada por não apresentar especificação de traço [+feminino], ocorreu em 19 das 1.066 ocorrências consideradas.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E se nascer na Alemanha?

INF: Danou-se. Não sei.

INQ: Nasceu no Brasil, brasileira. Nasceu na Alemanha?

*INF: **Alemão**.*

INQ: Se for mulher...

INF: Eu acho que é a mesma coisa, não sei.

(Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil...

INF: Brasileira.

INQ: Brasileira. E quem nasce na Alemanha, é o quê?

*INF: Alemanha? É **alemão**... não? É?*

(Porto velho, Rondônia, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

Em seguida, com oito ocorrências, a variante ‘alemanheira’ tem a presença do sufixo latino *-eira*, um formador de adjetivos que acontece em alguns poucos gentílicos, como em ‘brasileiro,a’ e ‘mineiro,a’, provavelmente utilizada na resposta por extensão de sentido com ‘brasileira’.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha, é o quê?

INF: Eh...

INQ: A mulher que nasce no Brasil é brasileira, né? Quem nasce na França é francesa.

INF: Francesa.

INQ: Quem nasce...

INF: Alemanha é... [rindo] É da Alemanha...

INQ: Quem nasce na Alemanha, é?

*INF: Ale... Como é? **Alemanheira**, né? [rindo]*

(Fortaleza, Ceará, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

A forma ‘alemana’ apareceu em sete ocorrências e utiliza o sufixo *-ana*. Segundo Houaiss (2009), há diversos usos para esse sufixo, dentre eles os gentílicos, tais como em ‘baiana’, ‘americana’, ‘sergipana’ etc.

INQ: As mulheres que nascem no Brasil... A mulher que nasce no Brasil é brasileira, né?

INF: Isso.

INQ: E a mulher que nasce na Alemanha é?

*INF: **Alemana**.*

(Humaitá, Amazonas, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Já ‘alemona’ é formada pelo sufixo *-ona*, uma associação com o feminino de nomes terminados em sufixo *-ão* e apareceu em quatro ocorrências. Esse sufixo, no entanto, tem, muitas vezes, um sentido pejorativo em aumentativos como em ‘babão’ > ‘babona’, ‘bonitão’ > ‘bonitona’. Além disso, também pode ser considerado uma variante do sufixo gentílico *-ana*, similar a ‘alemana’, relatado acima.

INQ: Quem nasce na Alemanha é alemão. E a mulher que nasce na Alemanha?

*INF: **Alemona.***

INQ: Tem o alemão e a...

*INF: **Alemaná...** sei lá o nome.*

(Barretos, São Paulo, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E uma que nasce na Alemanha, é o quê?

*INF: Na Alemanha? **Alemona.***

INQ: Sim.

(Itaberaba, Bahia, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Em seguida, apresentam-se as designações com menor número de ocorrências, apenas duas ocorrências para cada. ‘Alemanesa’ fez uso do sufixo *-esa*, que, como se sabe, é formador de diversos gentílicos, a exemplo de ‘portuguesa’ e ‘francesa’, forma feminina para o masculino *-ês*, além de estar presente em outros nomes femininos, a exemplo de ‘baronesa’ e ‘princesa’. Chama-se atenção para o fato de que ambas as ocorrências foram encontradas na Região Sudeste, uma no estado de São Paulo e a outra em Minas Gerais.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira.

INF: Brasileira.

INQ: E a que nasce na Alemanha, é...

INF: Ale... Como é que fala?

AUX: Como você acha...

*INF: **Alemanesa, né?***

(Janaúba, Minas Gerais, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Também com duas ocorrências, ‘alemanhista’, diferentemente da maioria dos sufixos utilizados, não é encontrada em gentílicos. O sufixo tem origem grega e é formador de nomes relacionados a profissão, como ‘pianista’, ‘dentista’, ‘linguista’ etc.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha?

*INF: [risos] **Alemanhista.***

(São Domingos, Goiás, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

‘Alemoense’ também pode ser considerada uma variação da forma ‘alemanhense’, relatada acima com um número maior de variantes e, como já dito, o sufixo *-ense* é utilizado em um grande número de gentílicos. Ressalta-se também que as duas únicas ocorrências foram encontradas na Região Sul.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira.

INF: Sim.

INQ: E uma que nasce na Alemanha?

INF: Quem nasce na Alemanha é...

INQ: Mulher...

INF: Sei lá, uma....

INQ: No Brasil é uma brasileira, na Alemanha...

*INF: Ale... **alemoense**, uma coisa assim... **alemanhense.***

(Bagé, Rio Grande do Sul, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira, certo? E se ela tivesse nascido na Alemanha, ela seria...

INF: [silêncio]

INQ: Seria brasileira também?

INF: Não.

INQ: Na Alemanha ela seria... Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira.

Uma mulher que nasce na Alemanha é uma...

INF: Na Alemanha?

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. Uma mulher que nasce na Alemanha...

CIRC: Alemã.

*INF: Uma **alemoense.***

INQ: Como é que é?

*INF: Uma **alemoense.***

(Criciúma, Santa Catarina, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Outra variante com dois registros e que fez uso de lexia diferente da base *alem-*esperada foi a forma ‘galega’, feminino de ‘galego’. É considerada galega, a “pessoa que nasceu na Galiza, região autônoma situada na Espanha”, mas também é um regionalismo nordestino, com as acepções “pessoa estrangeira; quem não nasceu no Brasil; gringa” ou “quem tem os cabelos loiros e a pele clara; loira” (Dicio, 2023). Embora também tenha um uso mais geral, assim como ‘estrangeira’, o termo ‘galega’ é mais restrito à identificação de pessoas estrangeiras de cabelos loiros, tornando-se, por associação, uma forma de identificação de pessoas oriundas de regiões mais específicas, como é o caso da Alemanha. Apesar de a forma ser considerada regionalismo nordestino, foi encontrada em uma ocorrência no Nordeste e outra no Sudeste:

INQ: A mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha é o quê?

INF: Vixe Maria, não sei não. Na Alemanha? Na Alemanha é o quê?

INQ: Se no Brasil é brasileira, quem nasce na Alemanha, você chama como? Como é que você chamaria? Se soubesse que chegou aqui na cidade, chegou uma cliente aqui que chegou da Alemanha...

INF: Sei lá não, chamar ela... Da Alemanha, não.

INQ: Chamaria como?

*INF: **Galega**. Lá só tem **galega**, na Alemanha...*

(Euclides da Cunha, Bahia, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

INQ: A mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha?

INF: Ah, sei lá...

INQ: Aqui não tem? Aqui não tem alemão, não é?

*INF: Não, aqui não tem alemão. O único alemão que eu já ouvi falar aqui é no [inint.], mas é alemão, mulher mesmo não sei... É **galega**, né. Pra mim é **galega**.*

(Patos de Minas, Minas Gerais, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Por fim, registram-se ainda duas formas com ocorrências únicas. ‘Alemanhesa’ pode ser considerada uma variação para ‘alemanesa’, que apresentou duas ocorrências.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E uma que nasce na Alemanha?

*INF: **Alemanhesa**, não é, né?*

INQ: Não sei, eu quero saber o que você sabe.

INF: Cara, não sei não...

(Itaporanga, Paraíba, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

E ‘alemoeira’, com o uso do sufixo *-eira*, provavelmente em extensão a ‘brasileira’, assim como outros gentílicos, também ocorreu uma única vez no *corpus*.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira, né? E uma mulher que nasce na Alemanha?

*INF: **Estrangeira**, né.*

INQ: Ela não é brasileira, ela é...

*INF: **Alemão**.*

INQ: O homem... E a mulher?

*INF: É **alemoeira** também, né?*

(Ijuí, Rio Grande do Sul, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Registrou-se, assim, o uso de diferentes sufixos que foram concatenados à base *alem-*, embora apenas um seja definido como padrão e um segundo seja também admitido por um dicionário de língua portuguesa. Acerca do feminino de ‘alemão’, ressalta-se, também, o alto índice de casos sem resposta (S.R.), totalizando 9,2%. O alto índice, o maior quando comparado às demais variáveis, é liderado por respostas do tipo “não sei” e revela o desconhecimento dos informantes acerca do conceito em questão, limitado ao conhecimento específico sobre um país, motivo pelo qual alguns informantes citaram outros gentílicos femininos, a exemplo de ‘inglesa’, ‘francesa’ e ‘americana’, mas não relativos à Alemanha. Além disso, há uma insegurança em responder a essa pergunta visto que, como os dados revelaram, há

um grande número de possibilidades por meio de diferentes sufixos conhecidos com o intuito de descrever gentílicos.

INQ: Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha é o quê?

*INF: **Eu não sei falar** pra senhora.*

(Teresina, Piauí, inf. 3 – Homem, jovem, faixa II, fundamental)

INQ: A mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha?

INF: Italiana. Alemanha?

INQ: É.

INF: Alemanha... que nasce...

INQ: Na Itália é italiana, mas quem nasce na Alemanha?

*INF: **Não tô lembrando...***

(Ipatinga, Minas Gerais, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

4.2 O FEMININO DE 'CHEFE'

Na Tabela 2, a seguir, registram-se as designações dadas como resposta para o conceito 'mulher que chefia', apresentadas por ordem de número de ocorrências.

Tabela 2 – Designações para ‘mulher que chefia’

Designações	Ocorrências	Percentuais
<i>Chefe</i>	760	70,8%
<i>Chefa</i>	181	16,9%
<i>Patroa</i>	38	3,5%
<i>Chefia</i>	22	2,1%
<i>Chefona</i>	9	0,8%
<i>Gerente</i>	9	0,8%
<i>Encarregada</i>	8	0,7%
<i>Chefe da/de casa</i>	6	0,6%
<i>Chefe de família</i>	3	0,3%
<i>Dona da/de casa</i>	3	0,3%
<i>Coordenadora</i>	2	0,2%
<i>Administradora</i>	1	0,1%
<i>Chefe de estado</i>	1	0,1%
<i>Chefe feminina</i>	1	0,1%
<i>Chefeira</i>	1	0,1%
<i>Chefiadora</i>	1	0,1%
<i>Chefiante</i>	1	0,1%
<i>Fiscal</i>	1	0,1%
<i>Governanta</i>	1	0,1%
<i>Secretária</i>	1	0,1%
S.R.	23	2,1%
Total	1.073	100%

Fonte: Elaboração própria.

‘Chefe’ vem do francês *chef*, que, por sua vez, origina-se do latim *caput-ītis*, que tem o sentido de “cabeça. Dirigente, diretor” (Cunha, 1991). Em português, a palavra pode ter o sentido de “1. pessoa que governa, comanda, dirige; 2. pessoa que detém o poder numa empresa; patrão; 3. quem lidera um protesto ou uma rebelião; cabeça; 4. quem dirige serviço de certa importância; 5. dirigente de um partido político; 6. quem inicia uma família, organização, movimento” (Dicio, 2023).

O feminino de ‘chefe’ é, dentre os vocábulos em análise, o que apresentou maior número de designações, além das duas possibilidades de variantes padrão, outras dezoito formas, algumas delas bastante distantes das formas esperadas. Para a expressão de feminino dessa variável, há duas formas de interpretação. Na primeira, assume-se que o substantivo é comum de dois gêneros, em que há uma única forma para o masculino e para o feminino, ficando a marcação de gênero apenas no artigo, ou seja, ‘o chefe’ e ‘a chefe’. Essa variante foi a predominante, com 70,8% do total das ocorrências para a ‘mulher que chefia’.

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se ela é uma mulher, ela será o quê?

*INF: **Chefe**, né.*

INQ: Acho que não falam chefe, né?

INF: Não, muito difícil.

(Campo Mourão, Paraná, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

INQ: Há homens e mulheres que tomam conta de uma empresa, que chefiam, né. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?

*INF: Ela é **encarregada**?*

INQ: Mas é que o homem é um chefe, mas, de repente, quem manda lá na empresa não é um homem, é uma mulher. No caso ela vai ser o quê? O homem é o chefe...

INF: É, ela é o quê?

INQ: Ela é o quê? Se for uma mulher?

*INF: Não pode ser **chefe** não, né?*

INQ: Não pode não?

INF: Pode. Poder, pode.

INQ: Se a senhora ver que quem está mandando lá não é um homem...

*INF: Não é a **chefe**?*

INQ: Chama assim, né? Se é ela quem manda...

*INF: É. Ela é a **chefe**.*

(Barra, Bahia, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

Na segunda forma de interpretação, ‘chefa’ é utilizada no momento em que se assume que ‘chefe’ é um substantivo masculino e a sua flexão se dá da forma mais corrente na língua portuguesa, com a substituição da vogal final -e pela desinência de feminino -a. Houaiss (2009) registra ‘chefa’ como entrada, indicando uso informal para “mulher que exerce autoridade, que dirige certos estabelecimentos ou serviços; chefe”. Esta forma foi a segunda mais frequente, representando 16,9% do total de dados.

INQ: Há mulheres e homens que chefiam, né. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?

INF: [silêncio]

INQ: Se é um homem ele é o chefe, né. E se é uma mulher?

INF: **Chefa. Chefe** não vai ser, né? Por falar nisso, nunca tive uma **patroa** mulher.

INQ: Nunca teve mulher sendo chefe?

INF: Isso.

(Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

INQ: Tem homens e mulheres que chefiam. No caso, quando é uma mulher, ela é o quê?

INF: [silêncio]

INQ: Fulana de tal, ela é o quê de uma empresa?

INF: **Chefe** que não é.

INQ: Sim, como é que o senhor fala normalmente? Se trabalhasse numa empresa que tinha uma mulher que estava chefiando, então ela é... Como é que o senhor fala?

INF: [silêncio]

INQ: O senhor quer se referir a ela. Como é que o senhor diz?

INF: Minha **chefa**.

(Aracaju, Sergipe, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. Se for uma mulher ela é uma...

INF: **Patroa**.

INQ: Ou então ela é uma... Homens e mulheres que chefiam.

INF: Chef... **Chefa**. [rindo]

INQ: Qual que você diz? Se fosse a R. lá, que chefiasse. Você diria a R. é minha...

INF: **Chefe**.

INQ: Diria assim?

INF: Ah, eu chamo **patroa**, que eu tenho uma **patroa** que me chefia.

INQ: Ah tá, então você não chama nem de chefe nem de chefa.

INF: Não, eu chamo patroa mesmo.

INQ: Se fosse chamar, você chamaria de chefe ou de chefa?

INF: Se eu fosse chamar? **Chefa**.

(Cândido Abreu, Paraná, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Em seguida, ‘patroa’ lidera o uso de outras lexias utilizadas para o conceito questionado, com 38 ocorrências, representando 3,5% do total. ‘Patroa’ possui as seguintes acepções: “1. aquela que emprega, contrata, atribui a alguém uma função ou emprego; chefe, empregadora, gestora; 2. aquela que é proprietária, dona de alguma coisa; 3. chefe de uma empresa industrial ou comercial; empreendedora; 4. pessoa em relação aos seus empregados; proprietária; 5. aquela que faz a gestão de uma casa; dona de casa; 6. [Popular] designação popular de esposa” (Dicio, 2023). Assim, como se vê, embora a maioria das acepções indique a relação de sinonímia com ‘chefe/chefa’, popularmente é também sinônimo de ‘dona de casa’ e ‘esposa’ e é muito comumente utilizada no contexto de ‘empregadora para serviços residenciais’, para funções como empregada doméstica, diarista, jardinagem etc., como afirma o relato abaixo:

INQ: Tem homens e mulheres que chefiam, né, que são chefes. Se for uma mulher, ela é o quê? Como é que cê chama? Ela é sua...

*INF: **Chefe**, né?*

INQ: Aham...

*INF: Que nem a gente que trabalha de diarista, é a **patroa** da gente, né?*

(Guarapuava, Paraná, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Na situação supracitada, apesar de mencionar a variante ‘patroa’, a resposta validada da informante foi ‘chefe’, uma vez que ela fez distinção entre as formas. O mesmo não aconteceu com outros informantes que tiveram ‘patroa’ como resposta validada, como no exemplo a seguir:

INQ: Há homens e mulheres que chefiam, que são chefes. Um homem é chefe e uma mulher?

*INF: **Patroa**.*

INQ: Você não chamaria diferente?

INF: Não.

INQ: Você tinha patroa quando você trabalhava?

INF: Não... É, tinha, na [inint.]

INQ: *Era patrão ou patroa?*

INF: **Patroa.**

(São Félix do Araguaia, Mato Grosso, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

A forma ‘chefia’, com 22 ocorrências, refere-se a “1. dignidade de chefe; 2. repartição onde o chefe exerce suas funções; chefatura; 3. governo, direção, comando” (Dicio, 2023), portanto é a função que uma pessoa assume, mas, por extensão, tem sido utilizada para designar a própria pessoa.

INQ: *Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?*

INF: *Como que é? Chefia?*

INQ: *É, no caso se é um homem ou uma mulher que chefia. Se é uma mulher...*

INF: *Ah tá... **Administradora?***

INQ: *Então se é o homem é o chefe, se é a mulher...*

INF: **Chefia.** *Que eu chamo a chamo a **chefe** aqui de **chefia**. “Oi, **chefia**”, “bom dia, **chefia**”. Eu que falo pra ela.*

(Presidente Prudente, São Paulo, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

Com nove ocorrências, a variante ‘chefona’ faz uso do sufixo *-ona*, um aumentativo mais comumente utilizado para substantivos em *-ão* e, como dito anteriormente, em alguns contextos pode ter valor pejorativo.

INQ: *Há mulheres e homens que chefiam. No caso, se ela é uma mulher, ela é o quê?*

INF: *A mulher que chefia é a **cabeça**, assim, a **cabeça** da gangue.*

INQ: *Então se ela chefia, a cabeça da gangue é o quê?*

INF: *É a **chefona**.*

INQ: *Então ela é... sem ser grandona, ela é o quê?*

AUX: *Pode não ser de uma gangue...*

INF: *É a **chefona** da gangue.*

(Januária, Minas Gerais, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Em seguida, ‘gerente’ é uma lexia diferente e é um substantivo comum de dois gêneros, é o ou a “profissional especializado em gerir ou administrar (estabelecimentos, negócios, propriedades ou serviços); dirigente ou gestor” (Dicio, 2023). A forma ‘gerente’ foi documentada em nove ocorrências:

INQ: Há homens e mulheres que chefiam, né? Se for uma mulher, como que a gente chama?

INF: Como?

INQ: Há homens e mulheres que chefiam, não é? Que são chefes, né? Se for uma mulher, a gente diz que ela é o quê?

*INF: Senhor amado... Chefia que você fala, é **chefe**...*

INQ: É chefe.

*INF: O homem é o chefe, a mulher é a **gerente**, não é?*

INQ: É isso? Não sei, estou perguntando para vocês aqui.

INF: É, pra nós, é.

(Adrianópolis, Paraná, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Com oito ocorrências, registrou-se também a lexia ‘encarregada’, forma com a marca de flexão de feminino. “Encarregada é o feminino de encarregado. O mesmo que: patroa” e, também, “indivíduo responsável por um trabalho, encargo, obrigação, tarefa etc.; aquele que tem a função de fiscalizar os funcionários em uma obra; pessoa que substitui o mestre de obra; quem se encarrega ou incumbe” (Dicio, 2023). Assim, a função de uma ‘encarregada’ é bastante similar ao que se compreende por pessoa que chefia, embora possua o sentido mais específico de fiscalização, além de ser bastante utilizada em contexto de obras de construção civil.

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?

INF: É, vou falar assim, numa indústria tem um chefe e quando o chefe é feminino?

INQ: É.

*INF: Olha, eu não gosto de falar **chefe**, né, eu preferia falar **encarregada**. Encarregado ou **encarregada**, **chefe** eu não falaria.*

INQ: Mas se o senhor fosse falar a palavra chefe. Ah ela é a minha... o quê?

*INF: Então, não saberia dizer. Não saberia dizer porque eu acho que a palavra **chefe** não usa... não tem o porquê. Eu acho que é uma palavra usada muito nesses programas de [inint.]*

(Mogi Mirim, São Paulo, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Em seis ocorrências foram registradas as formas ‘chefe da casa’ ou ‘chefe de casa’, em que foi atribuído um outro elemento ao termo ‘chefe’, associando o conceito ao âmbito doméstico, ainda que na formulação da pergunta não houvesse tal menção, o que pode representar o imaginário de informantes que restringem o papel das mulheres ao ambiente doméstico.

INQ: Há homens e mulheres que chefiam, né? Se caso, se é uma mulher, ela é o quê?

*INF: **Chefe da casa.***

(Cáceres, Mato Grosso, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

Em seguida, com três ocorrências, registrou-se ‘chefe de família’, uma situação similar à anterior, com associação ao ambiente doméstico, familiar.

INQ: Há mulheres e homens que chefiam. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?

*INF: Ela é **mãe de família**, né. Ela é **chefe de família.***

(Pirapora, Minas Gerais, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Também com três ocorrências, registrou-se ‘dona da casa’ ou ‘dona de casa’, que formam, junto com ‘chefe de/da casa’, um total de nove ocorrências com a restrição ao contexto doméstico.

INQ: Tem homens e mulheres que chefiam. E se for uma mulher, diz que ela é o quê?

*INF: A gente chama de **dona da casa.***

INQ: Isso, e...

*INF: Aqui pra nós é **dona da casa** quando só ela, que não tem alguém que convive com ela. Porque hoje tem casado, eh... Tem solteiro, amasiado e tem*

outros, que esses outros, a gente... De vez em quando vem esses informativos do governo pra gente preencher algo assim.

[inint]

INF: Outros que eu não sei definir desses assuntos da vida de casal, solteiro, amasiado, que eu não sei nem me interessa.

(Afrânio, Pernambuco, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Mais um caso com outro cargo específico de chefia é a lexia ‘coordenadora’, “o feminino de coordenador”, “1. pessoa especializada que se responsabiliza pelo andamento de uma equipe, pelo progresso de um projeto, pela orientação escolar e pedagógica de crianças; quem se qualifica para atuar na organização e estruturação metódica de alguma coisa; 2. que é capaz de coordenar; que organiza, estrutura” (Dicio, 2023).

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. Se é uma mulher, ela é o quê?

*INF: **Coordenadora.***

INQ: Mas se fosse... aqui...

*INF: Aqui tem uma **coordenadora.***

INQ: É uma mulher?

INF: É uma mulher.

INQ: Só chama assim, coordenadora?

*INF: É, agora sim, antigamente era **gerente**, né. Tanto faz o homem como a mulher, **gerente**, mas hoje mudou, tem o coordenador e a **coordenadora**...*

(Jequié, Bahia, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. Se, no caso, é uma mulher, ela é o quê?

*INF: **Coordenadora.***

(Quixeramobim, Ceará, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Por fim, registraram-se nove designações com ocorrências únicas como resposta ao conceito ‘mulher que chefia’. ‘Administradora’ é “o feminino de administrador. O mesmo que: bacharela, diretora, gestora”, “1. aquele que administra, governa, dirige; 2. indivíduo que gerencia e administra totalmente empresas ou

negócios públicos ou particulares; 3. aquele que possui um cargo administrativo, sendo responsável pela gestão, chefia ou supervisão de um estabelecimento; gerente” (Dicio, 2023). Portanto essa lexia estabelece relação sinonímica com ‘chefe’ ou ‘chefa’:

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. Quando é uma mulher, ela é o quê?

*INF: Uma **administradora**.*

INQ: Mas vamos dizer, se ela é...

INF: Ou presidente, ou governadora.

INQ: Mas vamos falar só do caso da chefia. Se ela está chefiando, ela é...

INF: [silêncio]

(Arapiraca, Alagoas, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

‘Chefe de estado’ é uma variante que utiliza a forma ‘chefe’ sem flexão específica de gênero com a adição de um especificador político que não esteve originalmente na pergunta. No entanto, como não houve questionamento por parte da equipe que estava inquirindo e o informante não forneceu mais detalhes acerca da resposta, não é possível compreender mais sobre a escolha da variante.

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se for uma mulher, ela vai ser o quê?

*INF: A **chefe de estado**.*

(Cananéia, São Paulo, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Também com uma ocorrência registrou-se ‘chefe feminina’ como uma forma composta que optou pelo adjetivo ‘feminina’ para a especificação de gênero.

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?

*INF: **Autoridade**, eh...*

INQ: Não, o homem é o chefe, a mulher...

*INF: Ela é uma **chefe feminina**, né... E o homem é o chefe.*

(Diamantino, Mato Grosso, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

‘Chefeira’ é a concatenação da base *chef-* ao sufixo *-eira*, que carrega, como um dos sentidos, a ideia de “nome de indivíduo que pratica determinada ação ou cumpre certa tarefa ou atividade, com ou sem relação profissional” (Houaiss, 2009), a exemplo de ‘benzedeiro,a’, ‘goleiro,a’, ‘guerrilheiro,a’. Dessa forma, por associação, é possível depreender o sentido de uma pessoa que cumpre função profissional de chefiar. No entanto ressalta-se também que, em resposta à pergunta anterior sobre a mulher que nasce na Alemanha, a mesma informante respondeu ‘alemanheira’, podendo o uso do morfema *-eira* ter sido uma extensão do discurso.

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?

INF: Como?

INQ: Há homens... Existem homens e mulheres que são chefes. Se é uma mulher, você chama como?

*INF: **Chefeira?***

(Exu, Pernambuco, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Registrou-se também uma vez a forma ‘chefeira’, vocábulo que passa pelo processo morfológico de derivação. Originado do latim *-tor*, o sufixo *-dor* tem ideia agentiva profissional, como em ‘ledor’, ‘mergulhador’ e ‘boxeador’ e o feminino se flexiona com o acréscimo de *-a*. Marinho (2009, p. 48-51) observa que esse prefixo, em geral, liga-se a bases verbais, podendo-se inferir a partir daí que é a base ‘chefiar’ que dá origem a esse termo. Nunes (1956, p. 368) sinaliza ainda que, originalmente, a forma feminina deveria ser *-driz*, em harmonia com a forma latina *-trice*, porém no português optou-se por um uso mais comum, que seria o acréscimo do morfema *-a* para o feminino.

INQ: Tem homens e mulheres que chefiam. Quando é uma mulher que chefia, ela é o quê? O que a gente diz que ela é?

INF: [silêncio]

INQ: Uma mulher que chefia alguma coisa... Uma empresa, algo assim.

*INF: **Chefiadora.***

(Estância, Sergipe, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

‘Chefiante’ tem um morfema bastante produtivo na língua portuguesa para substantivos e adjetivos derivados de verbos, como em ‘confidente’, ‘contribuinte’ e ‘beneficente’. Marinho (2009, p. 142-143) também indica que, frequentemente, se faz associação com formas que aceitam tanto os sufixos *-dor* e *-nte* para agentes profissionais como em ‘atendente/atendedor’ e ‘escrevente/escrevedor’, no entanto, embora presente na língua, a relação entre ambos os sufixos não é de total equivalência de sentido.

INQ: Tem homens e mulheres que chefiam alguma coisa. Quando é uma mulher, se diz que ela é o quê?

INF: Meu Deus do céu...

[interrupção]

INQ: Estávamos aqui. Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se for uma mulher, ela é o quê? Ela é...

*INF: **Chefiante.***

INQ: Sim, você fala assim?

INF: É.

(União dos Palmares, Alagoas, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

‘Fiscal’, um substantivo de dois gêneros, pode ser considerado “o que zela pela disciplina interna de qualquer estabelecimento ou serviço” (Dicio, 2023). Dessa forma, pode ser um cargo atribuído a uma pessoa que tem cargo de supervisão imediata de outra, o que, por extensão de sentido, pode ser considerado de chefia:

INQ: Tem homens e mulheres que chefiam. Se for uma mulher, ela é o quê?

INF: [silêncio]

INQ: Uma mulher tá chefiando aí uma fábrica, uma usina. Você diz, ela é...

INF: Coorne... Coorne...

INQ: Veja bem, se for homem, você diz o chefe.

INF: O chefe.

INQ: Dessa coisa é fulano de tal. E se for uma mulher?

*INF: **Fiscal.***

(Santana do Ipanema, Alagoas, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Chama atenção também a designação ‘governanta’, cuja acepção no dicionário é “mulher que, mediante remuneração, dirige uma casa, ou se encarrega da educação de uma ou mais crianças” (Dicio, 2023). Apesar de a profissão ter a função de chefiar, também está relacionada ao ambiente doméstico, não mencionado na pergunta:

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?

*INF: **Governanta.***

(Caraguatatuba, São Paulo, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Outra designação dada como resposta foi ‘secretária’, apesar de, em sua acepção, ser “aquela que organiza e escreve a correspondência, dá conta do estado dos negócios, toma notas, marca entrevistas, recebe recados e cuida dos negócios de uma empresa” (Dicio, 2023).

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. Se for uma mulher, ela é o quê?

*INF: **Secretária.***

INQ: Não tem outro nome, assim não?

INF: Não.

(Campina Grande, Paraíba, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Por fim, registram-se os casos sem resposta, que totalizaram 23 e, em geral, demonstram falta de referência dos informantes de mulheres ocupando cargos de chefia ou a dificuldade em encontrar uma forma de nomear essa função:

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se é a mulher, ela é o quê?

INF: [silêncio]

INQ: Ela quem manda...

INF: Aí, aí tem as duas coisas... Pra mim em primeiro lugar pode ser até o homem, né, mas a mulher também tá quase em primeiro lugar também, mas também na administração, também pode ser a mulher.

INQ: Se for uma mulher que toma a frente do negócio, ela é o quê?

INF: Pode ser a mulher mesmo.

INQ: Mas se fosse chamar?

INF: [silêncio]

INQ: O senhor não acha que chama também de chefe não?

INF: Pode chamar.

INQ: Mas o senhor acha que chamaria como?

INF: Tô até sem saber.

INQ: Não acha que chamaria não?

INF: Acho difícil.

INQ: As mulheres não estão mandando muito não?

INF: Chefe, assim, não.

(Corrente, Piauí, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

INQ: Há homens e mulheres que chefiam. Um homem é chefe, e uma mulher?

INF: [silêncio]

INQ: Já ouviu alguém chamando assim?

INF: Não.

INQ: Não? Como é que você chamaria?

INF: Uma mulher que tá no serviço?

INQ: Sim, por exemplo, um homem é um chefe. E se for uma mulher? Como é que a gente chama?

INF: Dona.

(Pedro Afonso, Tocantins, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

4.3 O FEMININO DE 'LADRÃO'

'Ladrão' vem do latim *latro-ōnis* "aquele que furta ou rouba" (Cunha, 1991) e no século XVI se registrava também 'ladro', já com feminino 'ladra'. Em resposta ao questionamento QMS 08, registraram-se as seguintes designações, por ordem do maior para o menor número de ocorrências:

Tabela 3 – Designações para ‘mulher que rouba’

Designações	Ocorrências	Percentuais
<i>Ladrona</i>	533	50,2%
<i>Ladra</i>	463	43,6%
<i>Ladroa</i>	50	4,7%
<i>Ladrão</i>	7	0,6%
<i>Ladrã</i>	5	0,5%
<i>Bandida</i>	2	0,2%
<i>Furtante</i>	1	0,1%
<i>Roubona</i>	1	0,1%
S.R.	-	-
Total	1.062	100%

Fonte: Elaboração própria.

Como se vê na Tabela 3, a designação que registrou o maior número de ocorrências foi ‘ladrona’, com 533 casos, representando um pouco mais da metade dos dados totais, 50,2%. No entanto, diferentemente dos demais casos em análise, a forma ‘ladrona’ não é considerada a variante padrão para o feminino de ‘ladrão’, apesar do alto índice de uso e da sua documentação, a exemplo do que registram Cunha e Cintra (2008, p. 207). Devido a essa característica, é importante destacar que, no que se refere à variável ‘mulher que rouba’, toda vez em que ‘ladrona’ apareceu primeiro no discurso, ainda que seguida da variante ‘ladra’, a variante padrão, registrou-se ‘ladrona’ como primeira resposta válida.

INQ: Um homem que rouba você diz que é ladrão. Se for uma mulher é o quê?

*INF: **Ladrona** ou **ladra**.*

(Teresina, Piauí, inf. 2 - Mulher, faixa I, fundamental)

INQ: Um homem que rouba você diz que é ladrão. E quando é uma mulher?

*INF: **Ladrona**.*

INQ: Hum...

*INF: Ou uma **ladra**.*

INQ: Qual que você usa mais?

*INF: **Ladrona**.*

INQ: E se usa aqui, as pessoas...

*INF: **Ladrona**.*

(Nova Londrina, Paraná, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Assim, os relatos dos informantes dão conta da compreensão por parte deles da frequência de uso de ambas as variantes, assim como, em alguns casos, do julgamento de cada uma delas:

INQ: Um homem que rouba a gente diz que é ladrão. E quando é uma mulher?

*INF: **Ladra.***

INQ: E chamam de outro jeito?

*INF: **Ladrona.***

INQ: E o que é mais comum?

*INF: Aqui chamam mais de **ladrona**, mas eu acho que o certo é **ladra**.*

INQ: Não tem isso de certo, eu quero saber aqui...

*INF: **Ladrona.***

(Juazeiro, Bahia, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Em seguida, a variante padrão 'ladra' foi validada em 463 respostas, representando 43,6% dos dados. A formação desse feminino seria uma exceção dos substantivos terminados em -ão, pois, além da perda da vogal -o, há a perda da nasalidade. Essa variante provavelmente é derivada da forma mais antiga 'ladro', descrita por Cunha (1991).

INQ: Um homem que rouba a gente diz que ele é ladrão. E uma mulher que rouba?

*INF: **Ladra.***

(Cuiabá, Mato Grosso, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

INQ: Um homem que rouba você diz que é ladrão. E quando é uma mulher?

*INF: **Ladra.***

INQ: E você só fala assim? Se for mulher, não fala de outra forma?

*INF: Não. Acho que o pessoal... se usa mais aqui é **ladrona**.*

(Maceió, Alagoas, inf. 5 – Homem, faixa I, universitário)

A variante 'ladroa' foi a terceira maior em número de ocorrências, 50 casos, ou seja, 4,7% do total. O sufixo -oa, como visto anteriormente, também está presente na

língua como feminino de -ão, além de Cunha (1991) ter apontado 'ladroa' como forma feminina em registros do século XIII, tendo sido substituída por 'ladra' desde o século XVI.

INQ: Um homem que rouba é ladrão. E quando é uma mulher?

*INF: **Ladroa**.*

INQ: Conhece por algum outro nome?

*INF: **Ladroa**, é **gatuna**...*

(Diamantino, Mato Grosso, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

A forma 'ladrão', repetição do masculino, foi registrada em sete ocorrências. Apesar de não esperada, por não indicar qualquer marca de gênero feminino, a variante foi validada devido ao número de ocorrências.

INQ: Um homem que rouba a gente diz que é ladrão. Quando é uma mulher?

*INF: A mesma coisa, **ladrão**... né?*

INQ: Mulher?

*INF: Porque **ladrona** não é certo, né?*

INQ: Mas a gente diz...

*INF: Tem muita gente que diz, mas eu não falo. Eu falo **ladrão** mesmo. Tem muitas pessoas que diz que é **ladrona**, não sei...*

*INQ: Você diz assim? Aquela mulher é **ladrão**. Diria?*

INF: É... que eu não sei como chamar, aí eu chamo assim.

INQ: Tá, mas as pessoas...

*INF: As pessoas chamam de **ladrona**.*

(Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

INQ: Um homem que rouba a gente chama de ladrão. E uma mulher que rouba?

*INF: **Ladrão** também.*

INQ: Ladrão também?

INF: É.

(Vacaria, Rio Grande do sul, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Segue-se com ‘ladrã’, com cinco ocorrências. A forma, mesmo não sendo registrada nos dicionários e gramáticas consultadas nem possuir um número significativo de ocorrências nos inquiridos em estudo, tem a formação seguindo a regularidade de alguns nomes terminados em -ão, assim como em ‘anão > anã’, ‘irmão > irmã’, ‘alemão > alemã’, excluindo-se a vogal temática e mantendo a nasalidade.

INQ: O homem que rouba se diz que chama de ladrão. E quando é uma mulher?

*INF: **Ladrã**.*

(Turiaçu, Maranhão, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Já ‘bandida’ é uma designação que faz uso de uma lexia diferente do esperado, é “o feminino de bandido” e esteve presente em duas ocorrências. O mesmo que: “bandoleira, salteadora”. Uma vez que a acepção da palavra é “indivíduo que vive de assaltos a mão armada; salteador, malfeitor” (Dicio, 2023), pode-se estabelecer a sinonímia entre as formas.

INQ: O homem que rouba você diz que é ladrão. E uma mulher?

*INF: **Bandida**?*

INQ: Então, se o homem rouba eu digo: “Ah ele é um ladrão”. Se é uma mulher, ela é...

*INF: Uma **bandida**.*

INQ: Não tem outra forma de falar? Porque se o homem rouba ele é ladrão, a mulher é o quê?

*INF: Bom, eu costumo falar **bandida**.*

(Assis, São Paulo, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

Por fim, duas formas foram registradas com apenas uma ocorrência cada. ‘Furtante’ é oriunda de ‘furto’, sinônimo de ‘roubo’: “roubo praticado às escondidas e sem violência; aquilo que foi roubado; roubo” (Dicio, 2023). Como visto em outras variantes, o sufixo *-nte* é bastante produtivo na língua portuguesa.

INQ: O homem que rouba a gente diz que é ladrão. E se for uma mulher?

*INF: Ah... **furtante**.*

INQ: Mas não fala...

INF: Não, aqui a gente diz assim.

INQ: Furtante?

INF: Aham.

(Registro, São Paulo, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

E a forma ‘roubona’ apresenta uma associação entre ‘roubo’ e o sufixo *-ona*, já descrito previamente:

INQ: O homem que rouba a gente diz que é ladrão. E quando é uma mulher?

*INF: É **roubona**.*

INQ: Tem uma outra forma também de dizer?

INF: Não, que eu saiba, não.

(Itaituba, Pará, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

Assim, ainda que essas duas últimas designações se distanciem bastante das respostas esperadas e tenham ocorrido uma única vez, foram validadas, pois foi possível encontrar em ambas a manutenção da relação existente entre os conceitos, as lexias tratadas e sufixos com marca de gênero.

Para essa variável não foram encontradas situações sem resposta entre os áudios possíveis de serem analisados, demonstrando que não há dúvida ou incerteza por parte dos informantes considerados por se tratar de um conceito bastante presente no cotidiano das pessoas.

4.4 O FEMININO DE ‘PRESIDENTE’

O vocábulo ‘presidente’ vem do latim *praesidēns-entis* com o sentido de “pessoa que preside” (Cunha, 1991). ‘Presidente’, em definição de dicionário, é a “1. pessoa que dirige as deliberações de uma assembleia, de um tribunal; 2. chefe do Estado, nas repúblicas” (Dicio, 2023). Esse substantivo, assim como em ‘chefe/chefa’, também possui duas possibilidades: pode ser considerado comum de dois gêneros, ou seja, ser tanto masculino quanto feminino, ou pode sofrer flexão de gênero feminino, existindo, então, o substantivo feminino ‘presidenta’: “1. aquela que foi eleita para a presidência de um país, nação, instituição, ocupando o cargo mais importante

dentro de uma hierarquia; 2. mulher que exerce a função de presidente, que preside, orienta, governa; líder” (Dicio, 2023).

A Tabela 4, abaixo, expõe as designações dadas como resposta à pergunta QMS 09:

Tabela 4 – Designações para ‘mulher na presidência’

Designações	Ocorrências	Percentuais
<i>Presidente</i>	620	57,6%
<i>Presidenta</i>	413	38,4%
<i>Presidência</i>	12	1,1%
<i>Governadora</i>	5	0,4%
<i>Prefeita</i>	3	0,3%
<i>Presidente feminina</i>	2	0,2%
<i>Mulher presidente</i>	1	0,1%
<i>Presidente mulher</i>	1	0,1%
S.R.	19	1,8%
Total	1.076	100%

Fonte: Elaboração própria.

As duas variantes consideradas padrão foram as mais frequentes nos dados, com maior presença de ‘presidente’, com 57,6% do total de dados, o que implica maior aceitação de ‘presidente’ como substantivo comum de dois gêneros. O sufixo *-ente* tem origem latina e, segundo Nunes (1956), era adicionado aos verbos para formar o participio presente em nomes masculinos e femininos no singular e, já no latim, era utilizado para determinar agentes de ambos os sexos, caso de ‘defendente’ e ‘requerente’. Segundo Marinho (2009, p. 123), “adjetivos X-NTE atribuem agentividade aos substantivos a que se reportam, embora em grau menor quando comparados com adjetivos X-DOR”. Outros exemplos de profissionais são ‘feirante’, ‘atendente’ e ‘palestrante’, porém essa formação não é muito produtiva.

INQ: E se na presidência da república estivesse uma mulher, seria o quê?

*INF: Se ela fosse **presidente**? Eu acho que pra chamar, eu ia chamar do mesmo jeito, de igual pra igual.*

(Maceió, Alagoas, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

INQ: Se na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?

INF: Ela seria... **presidente** mesmo, né, porque isso aí num tem, né, o masculino e o feminino acho que num tem, né, **presidenta**. Ou tem?

INQ: Não, não sei. Qual você usaria?

INF: Eu acho uma coisa errada dizer **a presidenta**, então eu digo **a presidente**.

INQ: Tá certo.

INF: Num sei se eu tô certa, mas eu acho, no meu ver, né?

(Adrianópolis, Paraná, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

INQ: Na presidência da república agora nós temos uma mulher. Ela é a nossa o quê?

INF: **Presidente**. Eu vejo eles falando **presidenta**, eu não conheço esse nome não.

INQ: É né...

INF: Eu acho muito estranho falar **presidenta**, ela é a **presidente**. Não acho que ela chama **presidenta** não. Acho muito feio esse nome **presidenta**.

(Catalão, Goiás, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

A proposta de que o substantivo pode sofrer a flexão de gênero com o uso da desinência -a e formar o feminino em 'presidenta' foi registrada em 38,4% dos inquéritos em análise.

INQ: Se na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?

INF: **Presidenta**.

INQ: Certo.

INF: Ou **presidente**...

INQ: Certo.

(Teresina, Piauí, inf. 8 – Mulher, faixa II, universitária)

INQ: Na presidência do Brasil a gente tem uma mulher, né?

INF: Tem.

INQ: A gente diz que ela é o quê?

INF: **Presidenta**.

(Humaitá, Amazonas, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Em um estudo realizado, também utilizando os dados do ALiB, ainda que estivessem considerando apenas dados das capitais da Região Sul, Mota e Prudencio (2016) apontam algo que pode ser igualmente observado nesta pesquisa, como apontam os relatos supracitados: nesta variável específica, em muitas situações, informantes utilizam ambas as formas ‘presidente’ e ‘presidenta’, ainda que, para efeitos estatísticos, tenham sido consideradas apenas a primeira delas. Nos dados levantados pelas autoras, em 42% dos casos apenas ‘presidente’ foi resposta, em 33% dos casos apenas ‘presidenta’ foi resposta, e em 25% dos casos ambas as palavras foram mencionadas.

O levantamento de dados apresentado por Santana, Paim e Prudencio (2020) é mais amplo por apresentar dados de 120 informantes oriundos das capitais das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Ao analisar apenas a variação entre as formas ‘presidente’ e ‘presidenta’, o estudo indica uma situação de equilíbrio entre as variantes, ainda que haja leve preferência por ‘presidente’. Os dados analisados pelas autoras indicam percentuais de 55,8% para ‘presidente’ e 42,5% para ‘presidenta’ e, ao considerar os critérios sociais, no que concerne ao fator diageracional, enquanto a faixa etária I apresentou grande preferência pela variante ‘presidente’, a faixa etária II, dos mais velhos, apresentou empate, o que comprova a situação de convivência cada vez mais equilibrada entre as duas variantes.

Seguindo com os resultados encontrados nesta pesquisa, considerando formas não-padrão, em 12 ocorrências, totalizando 1,1% dos dados, ‘presidência’, foi a resposta validada. O sufixo *-ência* é formador de outros substantivos, tais como ocorre com ‘presidência’ > ‘presidente’, portanto é a “1. função de presidente; ato de presidir; 2. tempo durante o qual se exerce a presidência; 3. o poder executivo, nos países onde o chefe do Estado tem o título de presidente; 4. a casa onde reside ou funciona o presidente; 5. o estrado ou cadeira onde toma assento o presidente de uma assembleia, de um tribunal etc.” (Dicio, 2023). Houve, neste caso, uma extensão de sentido do cargo para se referir à pessoa.

INQ: Se na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?

*INF: Ela seria... o homem é presidente e a mulher seria uma... Poxa, o nome dela seria uma **presidência**. Não... O nome aí eu não sei bem...*

INQ: Seria uma...?

INF: Presidente e uma **presidência**, né? Não, **presidência** não pode ser, bom, esse tratado aí eu não sei. Seria uma **chefe** de... Bom, o presidente é o **chefe da nação** e se for uma mulher... Eu não sei se pode dar esse nome de **presidência**, né? Ah... uma **presidência**, né?

INQ: Seria diferente?

INF: Seria um tratado diferente, não seria presidente porque ela é feminino, né, daria um tratado um pouco diferente de presidente. Eu penso assim, não sei... (Poxoréo, Mato Grosso, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Os casos seguintes representam outros cargos políticos que, provavelmente, por ser mais comum encontrar mulheres na sua ocupação, foram utilizados por informantes na determinação para a mulher na presidência. Em cinco ocorrências os informantes utilizaram 'governadora', embora seja "1. aquela que governa, que rege um Estado ou região administrativa; 2. título atribuído a uma pessoa que, algumas organizações, preside o conselho administrativo; administradora" (Dicio, 2023).

INQ: Se na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?

INF: **Governadora**.

INQ: Eu quero que ela seja "presidente"...

INF: [silêncio]

(Januária, Minas Gerais, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

INQ: Se na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?

INF: **Governadora**.

INQ: No caso na presidência da república. Hoje a gente tem Lula presidente e se fosse uma mulher?

INF: **Governadora**.

INQ: Ela seria o quê do Brasil? Lula, presidente do Brasil. Vamos dizer que quem ganhasse as eleições fosse Heloisa Helena, ela vai ser o quê? Se ela ganhar as eleições pra presidência, ela vai ser o quê?

INF: **Governadora** do Brasil.

INQ: Do Brasil? É?

INF: Acho que sim.

INQ: No caso, se o homem é presidente, a mulher vai ser governadora?

INF: Isso.

INQ: Na presidência da república?

INF: Isso.

(Caruaru, Pernambuco, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

E em três ocorrências a resposta dada foi ‘prefeita’, “chefe e gestora de um município, responsável pelo Poder Executivo nas prefeituras” (Dicio, 2023).

INQ: E na presidência da república, se estivesse uma mulher, como é que a gente chamaria?

INF: **Prefeita?**

INQ: Na presidência da república. O homem é presidente e a mulher?

INF: Prefei... ah, não sei.

(Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

‘Presidente feminina’, com duas ocorrências, é uma forma composta para demarcar o gênero da pessoa que ocupa o cargo de presidência.

INQ: Se na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?

INF: Uma **presidente feminina**.

(Diamantino, Mato Grosso, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

As demais formas foram registradas apenas uma vez. ‘Mulher presidente’ e ‘presidente mulher’ também são formas compostas, com uma ocorrência cada, que indicam a intenção de afirmação do substantivo ‘mulher’ associado ao cargo de presidência, como atestam os exemplos a seguir:

INQ: Se na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?

INF: Uma **mulher presidente**. Eu acredito...

(Cananeia, São Paulo, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

INQ: Se na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?

INF: Ah, eu acho que **presidente**, só que mulher. Fala assim: **presidente mulher**.

(Adamantina, São Paulo, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

Por fim, registra-se 1,8% de ocorrências consideradas sem resposta, casos em que informantes relatam não saber ou ter dúvida sobre a resposta à pergunta feita.

INQ: E se na presidência da república estivesse uma mulher, como é que a gente se referia a ela?

*INF: **Eu não sei.***

INQ: Não sei se tem não, mas vamos imaginar...

INF: Eu nunca... nunca teve.

INQ: Mas vamos dizer que vai ter.

*INF: Não sei, não sei se existe. Ó... na novela, tem uma novela que tem uma **presidente**. Aí chamam de **presidenta**, só que eu não sei se é certo. Porque novela... Novela você sabe, né? Ensina muita coisa errada, então... É que nem maestrina. Outro dia me perguntaram: qual o feminino de maestro? Eu só vejo maestro homem. Aí tem poucos anos assim que eu soube que era maestrina, porque ninguém... Quer dizer, alguém já deve ter dito na infância, professora de primário, essas coisas, mas a falta de uso... Aí eu falei: ai meu Deus, vou procurar saber. Aí eu vi que era maestrina. Agora presidente **eu não sei**, não tenho a mínima ideia.*

(Salvador, Bahia, inf. 6 – Mulher, faixa I, universitária)

INQ: E se a Roseana se eleger presidente, a gente diria que ela vai ser o quê do Brasil?

*INF: Agora será que... como é que pode se pronunciar? **Presidenta**, não, acho que **presidenta**, não existe essa...*

INQ: Não sei... Como vai ficar?

*INF: Pode ser uma **governanta** do... **Governanta** é quem trabalha em casa de família... Mas aí vai ter que ser mais ou menos nesses termos, governanta de um país, acho que é mais ou menos nesses termos, que presidenta também não...*

INQ: Parece que a gente também não está acostumado com a palavra, né?

INF: Que teve um outro país aí que tava...

INQ: Finlândia é uma mulher quem manda.

INF: É, mas eu não tô lembrado qual é a pronúncia pra esse cargo assim não...

INQ: Tudo bem.

(Curitiba, Paraná, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

INQ: E se na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?

*INF: Uma... **empresária**, alguma coisa de lá... uma **enfermeira**.*

INQ: Tá.

(Santana do Ipanema, Alagoas, inf. 1 – Homem, faixa I, fundamental)

4.4.1 O caso de ‘presidenta’ e a eleição de Dilma Rousseff

Desde o ano de 2010, com a campanha presidencial da candidata Dilma Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), muito tem se discutido acerca do termo ‘presidenta’ para se referir à mulher no cargo de presidência da república. Como se viu anteriormente, pelo menos desde a Lei Nº. 2.749, de 1956, há indicação para uso de formas no feminino para cargos e funções tais como a de presidência e, na língua, muitos gramáticos já apontaram a variante ‘presidenta’ como parte do vocabulário do português, ao lado da forma ‘a presidente’. Ainda assim, a inexistência de uma mulher ocupando o mais alto cargo político no Brasil fez com que apenas a partir de 2010 a nomenclatura tenha sido discutida amplamente, uma vez que, desde a sua campanha e mais ostensivamente durante o seu mandato, Dilma Rousseff utilizou e declarou sua preferência pelo uso da forma ‘presidenta’, o que, por muitas vezes, foi desrespeitado, tanto durante o seu mandato até 2016, quanto nos dias atuais.

Considerando as questões supracitadas, fez-se uma breve análise de materiais de campanha publicitária de candidatas à presidência para análise do uso de ‘presidenta’ e ‘presidente’, a partir de 2010, apesar da existência de mulheres concorrendo à presidência anteriormente. Ainda que tenham iniciado a discussão acerca de ‘presidenta’, os materiais oficiais de sua primeira campanha apresentam a forma ‘presidente’, possivelmente para evitar estranheza e rejeição por parte dos eleitores.

Figura 14 – Campanha publicitária de Dilma Rousseff em 2010



Fonte: <http://www.cearanews7.com.br>.

Já ocupando o cargo e com uso de 'presidenta' se fortalecendo, na campanha de reeleição, em 2014, os materiais já apresentaram a forma 'presidenta', como se vê na figura a seguir:

Figura 15 – Campanha publicitária de Dilma Rousseff em 2014



Fonte: <http://www.dilma.com.br>.

Ainda no ano de 2010, a candidata Marina Silva, pelo Partido Verde (PV), realizou campanha cujo material utilizava o termo 'presidente':

Figura 16 – Campanha publicitária de Marina Silva em 2010



Fonte: [http:// ed-arte.blogspot.com](http://ed-arte.blogspot.com).

A forma se repetiu na campanha de 2014, quando era candidata à vice-presidência e substituiu, emergencialmente, o então candidato à presidência, Eduardo Campos, devido à sua morte em acidente aéreo durante o início da campanha. E em 2018, quando foi candidata pelo partido que fundou, Rede Sustentabilidade, também manteve o uso de 'presidente'.

Figura 17 – Campanha publicitária de Marina Silva em 2014



Fonte: <http://marinasilva.org.br>.

Figura 18 – Campanha publicitária de Marina Silva em 2018



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_presidencial_de_Marina_Silva_em_2018.

Também em 2014, além da campanha de reeleição de Dilma Rousseff e candidatura de Marina Silva, a candidata Luciana Genro concorreu ao cargo de presidência pelo partido PSOL, utilizando o termo 'presidenta' em seu material de campanha.

Figura 19 – Campanha publicitária de Luciana Genro em 2014



Fonte: <http://lucianagenro.com.br>.

Acerca das preferências de uso das candidatas, é possível perceber, na maioria das situações, uma relação com a inclinação política de cada uma delas. Com foco em um ativismo feminista, a candidata de esquerda Luciana Genro pareceu utilizar a forma 'presidenta' para marcar a sua posição ideológica, ao contrário da candidata Marina Silva, cuja causa política está mais voltada para os temas relacionados ao meio ambiente.

Avançando para a mais recente campanha eleitoral para presidência, no ano de 2022, um número maior de mulheres concorreu ao cargo, apesar de a discussão acerca da nomenclatura não ter sido acentuada durante os debates. Assim, as candidatas utilizaram diferentes formas em suas campanhas. A candidata com maior expressividade foi Simone Tebet, cuja chapa também contou com uma mulher para vice-presidência, a política Mara Gabrilli.

Figura 20 – Campanha publicitária de Simone Tebet em 2022



Fonte: <https://cidadania23.org.br>.

Como se vê na Figura 20, ainda que o seu discurso enfatizasse questões ligadas às pautas feministas, inclusive destacando a chapa 100% feminina, a campanha optou pelo uso de ‘presidente’. O termo também foi utilizado por Soraya Thronicke, candidata que não ressaltou em sua campanha a luta por ideais feministas, em consonância com o seu partido, União Brasil, de associação centro-direita e com linha mais conservadora.

Figura 21 – Campanha publicitária de Soraya Thronicke em 2022



Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_presidencial_de_Soraya_Thronicke_em_2022.

Mesmo em partidos de viés político de esquerda, o uso de ‘presidenta’ não foi unanimidade em 2022 com as campanhas de Vera Lúcia utilizando ‘presidente’, também em uma chapa composta por uma mulher para a vice-presidência, e de Sofia Manzano utilizando ‘presidenta’, como se vê nas figuras a seguir:

Figura 22 – Campanha publicitária de Vera Lúcia em 2022



Fonte: <https://twitter.com/verapstu/status/1575933951210065921/photo/1>.

Figura 23 – Campanha publicitária de Sofia Manzano em 2022



Fonte: <https://pcb.org.br/porta2/29250>.

É possível que toda a campanha contrária ao uso de ‘presidenta’ conduzida por meios de comunicação e por pessoas mais conservadoras nas mídias tenha levado a um desgaste do termo, provocando a falta de discussão sobre ele mais atualmente, assim como uma resistência ao uso nas campanhas publicitárias, fator que se fortalece devido ao controverso processo que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

No entanto todos os questionamentos acerca do uso de ‘presidenta’ em 2010 poderiam não ter acontecido visto que em uma breve busca por notícias foi possível encontrar algumas menções ao termo ‘presidenta’ para se referir tanto a mulheres mandatárias de países, a exemplo de menções a Michelle Bachelet, que ocupou a presidência do Chile entre 2006 e 2010, e Cristina Kirchner, ocupante da presidência da Argentina entre 2007 e 2015, quanto para mulheres na presidência de empresas e organizações:

“Qualquer coisa que promova a causa tibetana deve ser apoiada”, diz a **presidenta** B. Tsering, mesmo não tolerando que as garotas

tibetanas desfilem de biquíni diante de uma multidão de homens não muito bem intencionados. (2006)⁴⁴

Acompanhando a solenidade, ouvirão da **presidenta** da Associação dos Vaqueiros e Criadores de Morada Nova (AVCMN), Fátima Andrade Girão de Oliveira, o anúncio oficial do início das festividades. (2007)⁴⁵

A **presidenta** da Argentina, Cristina Kirchner, não poupou críticas aos EUA, que, segundo ela, não cumpriam as determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou da Organização das Nações Unidas (ONU). (2008)⁴⁶

Dessa forma, não parece ter sido uma compreensão de questões linguísticas que motivaram as críticas ao uso da forma ‘presidenta’, visto que até o mesmo veículo de imprensa que já tinha utilizado a forma flexionada anteriormente optou por fazer uso da variante ‘presidente’ ao se referir a Dilma Rousseff, como na chamada “Leia a íntegra do pronunciamento da **presidente** eleita Dilma Rousseff” (2010)⁴⁷.

Considerando, então, o novo momento político no Brasil que não apenas mencionava uma situação hipotética de uma mulher ocupando o cargo de presidência, mas tratava de um fato já consolidado, a formulação padrão “Se, na presidência da república estivesse uma mulher, ela seria o quê?” foi substituída, na maioria dos casos, pela pergunta “Na presidência da república nós temos uma mulher, ela é o quê?”. Assim, levou-se em consideração não apenas a data da gravação dos inquéritos, mas a menção direta à figura de Dilma Rousseff nas perguntas e respostas e, com o intuito de verificar o impacto dessa mudança na escolha linguística dos informantes, a Tabela 5, a seguir, apresenta as variantes utilizadas comparando-se os dois momentos políticos:

⁴⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/Noticias/PlanetaBizarro/0,,AA1313145-6091,00-BELA+TIBETANA+VAI+DA+PRISAO+PARA+UM+CONCURSO+DE+BELEZA.html>.

⁴⁵ Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/terra-do-vaqueiro-inicia-festejos-1.732979>.

⁴⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL926473-5601,00-CUPULA+NA+COSTA+DO+SAUIPE+TEM+CRITICAS+AOS+EUA+E+PREOCUPACAO+COM+A+CRISE.html>.

⁴⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/leia-integra-do-pronunciamento-da-presidente-eleita-dilma-rousseff.html>.

Tabela 5 – Designações para o feminino de ‘presidente’: comparativo antes e depois da eleição de Dilma Rousseff

Variantes	Período anterior à eleição de Dilma Rousseff		Período posterior à eleição de Dilma Rousseff	
	Ocorrências	Percentuais	Ocorrências	Percentuais
<i>Presidente</i>	502	56,1%	118	65,2%
<i>Presidenta</i>	350	39,1%	63	34,8%
Outras	24	2,7%	-	-
S.R.	19	2,1%	-	-
Total	895	100%	181	100%

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados acima expressam que, no cenário posterior à eleição de Dilma Rousseff para a presidência do Brasil não apenas o uso de ‘presidente’ se manteve predominante como também o percentual de ‘presidenta’ caiu como primeira resposta, o que pode ter sido motivado pelas críticas em relação à forma e pela resistência de parte da mídia em utilizar a forma flexionada.

INQ: E na presidência da república agora... tem a Dilma. Ela é o quê?

*INF: Eu chamo de **presidente**.*

INQ: A presidente?

*INF: **A presidente**.*

(Porto Alegre, Rio Grande do Sul, inf. 5 – Homem, faixa I, universitário)

INQ: Dilma é o quê do Brasil?

*INF: **Presidente. Presidenta**, né?*

INQ: O senhor acha...

*INF: **Presidente**, chama **presidenta**...*

INQ: Usa os dois?

*INF: **Presidenta**, no caso, feminino, né. Eu acho assim: presidente, masculino, se enquadra mais **presidenta**.*

(Olinda, Pernambuco, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

No entanto destacamos duas diferenças significativas entre os períodos analisados. Enquanto num primeiro momento informantes utilizaram-se de outros recursos linguísticos para denominar o conceito questionado, no segundo período

ativeram-se às já conhecidas respostas 'presidente' e 'presidenta'. De igual forma, não houve casos sem resposta no segundo período considerado, refletindo a segurança dos informantes ao nomear o conceito questionado tomando uma posição em prol de uma ou outra variante possível.

4.5 ENCAIXAMENTO SOCIAL DAS VARIÁVEIS

Os dados supracitados foram apresentados em sua totalidade, no entanto, segundo a abordagem sociolinguística, para além de uma análise quantitativa de dados, deve-se levar também em consideração fatores extralinguísticos de ordem social que podem atuar, em diferentes graus, para determinar as motivações inerentes às seleções de usos dos falantes. Dessa forma, seguindo os critérios metodológicos do ALiB, em consonância com diversos outros estudos de natureza sociolinguística, foram eleitos os critérios diastrático, diageracional, diassexual e diatópico para análise dos dados linguísticos, contemplados por meio da seleção e estratificação dos informantes da pesquisa.

4.5.1 Variação diastrática: o fator 'escolaridade'

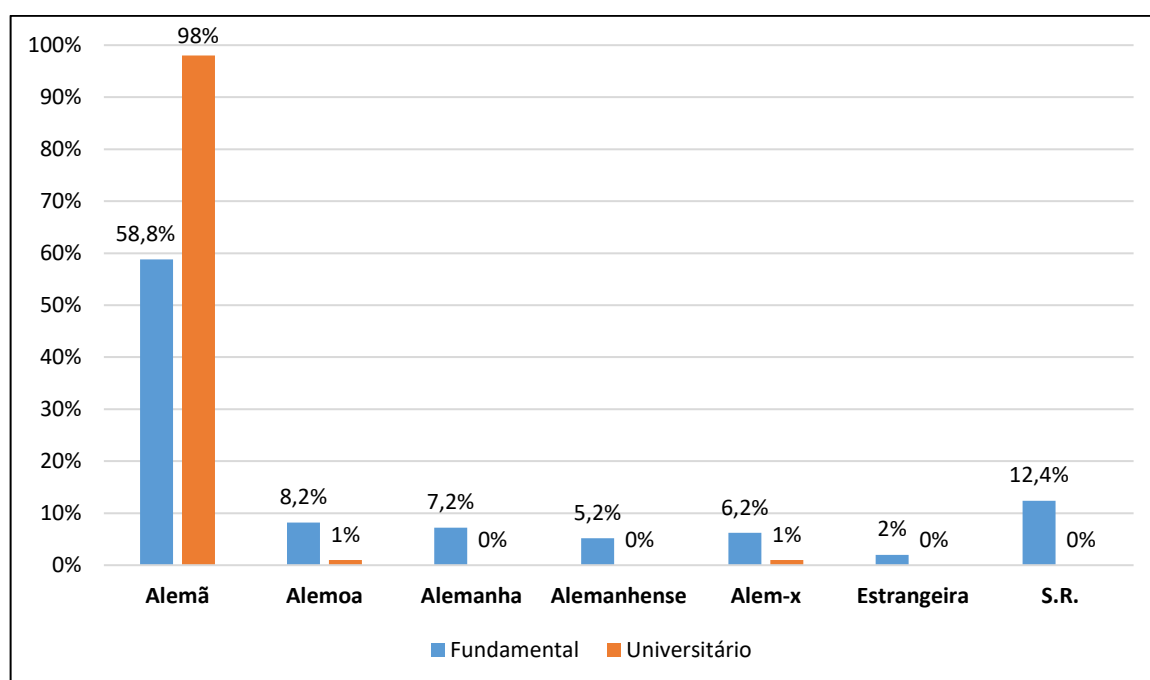
Como discutido na seção 2.2.1, o estrato social dos falantes se apresenta de forma perceptível na fala, sendo a escolaridade um importante indicador do nível de consciência linguística de usos mais ou menos prestigiados e mais ou menos estigmatizados dentro de cada comunidade. Considerando a polarização linguística que põe, de um lado, as normas populares faladas pela maior parte da população com pouco acesso à escolarização e, do outro lado, as normas cultas cujos traços linguísticos são estabelecidos e utilizados por uma camada da população com maior acesso à escolarização, a metodologia considerou, então, dois grupos de falantes: pessoas que cursaram no máximo o ensino fundamental (antiga oitava série, atualmente nono ano) e pessoas que concluíram um curso universitário.

Cabe destacar que, considerando as limitações de oferta e acesso de cursos de nível universitário, sobretudo na época das gravações iniciais dos inquiridos, visto que com o passar dos anos tem-se observado uma ampliação nas políticas públicas de acesso à universidade, foram inquiridos informantes de nível universitário apenas nas capitais de estado. Dessa forma, a variável em questão será analisada apenas

considerando as capitais, onde há distinção de escolaridade, somando duzentos informantes.

Reconhecendo, então, a estratificação social da população brasileira, estabeleceu-se como hipótese o maior uso das formas estabelecidas como padrão pelos informantes de nível universitário, assim como se espera maior incerteza dos informantes de escolaridade fundamental, resultando em maior número de casos S.R. e maior variedade nas estratégias utilizadas como resposta.

Gráfico 1 – O fator escolaridade para o feminino de ‘alemão’

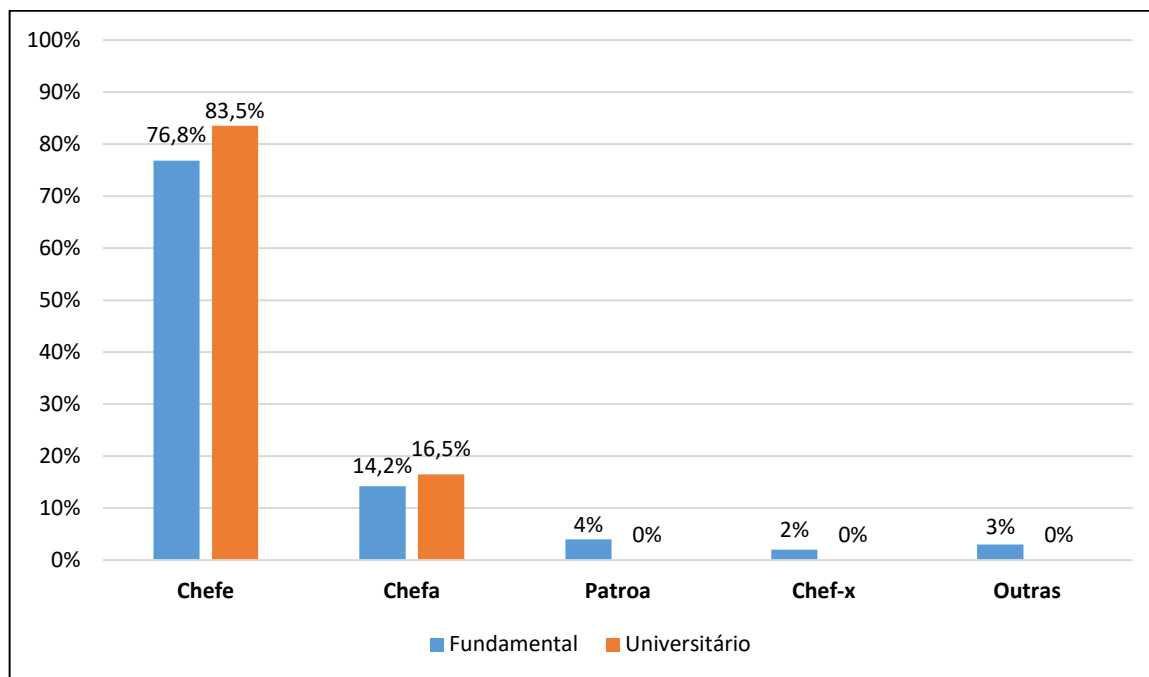


Fonte: Elaboração própria.

Para o feminino de ‘alemão’, comprova-se a hipótese inicial, pois quase a totalidade dos informantes de nível universitário utilizaram a forma padrão ‘alemã’, enquanto para os demais o percentual ficou próximo dos 60%, assim como também se confirma a hipótese do alto índice de casos sem resposta dos informantes de escolaridade fundamental, demonstrando insegurança e dúvida ao responder à pergunta, pois muitos afirmam desconhecer qualquer forma para o conceito em questão. As demais respostas são resultantes da criatividade e da associação feita pelos informantes para nomear o conceito questionado – além das formas discriminadas acima, foram agrupados em *alem-x*: ‘alemana’, ‘alemanheira’ e ‘alemão’. Para os informantes de nível universitário que não utilizaram a variante

padrão, restaram apenas uma resposta ‘alemoa’, forma bastante comum e já discutida previamente, e uma resposta ‘alemana’.

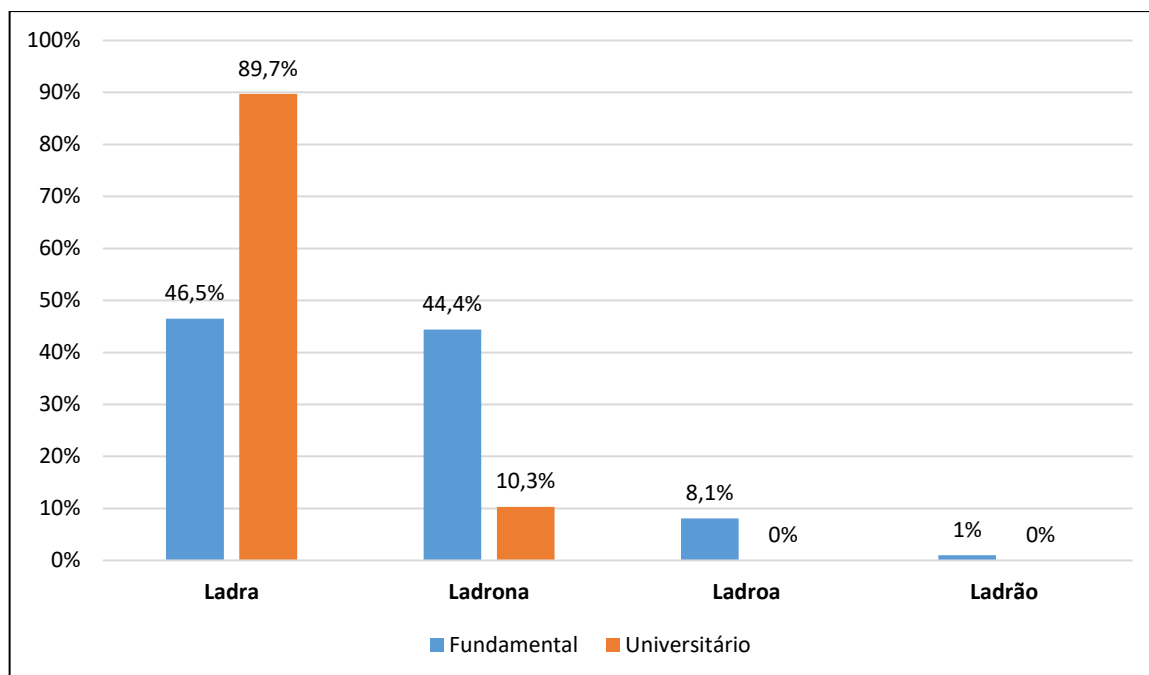
Gráfico 2 – O fator escolaridade para o feminino de ‘chefe’



Fonte: Elaboração própria.

Para o feminino de ‘chefe’, nota-se um comportamento bastante similar em ambos os grupos. A predominância de ‘chefe’ em detrimento de ‘chefa’ atinge índices similares, considerando ambas as formas padrão e com uso um pouco maior da forma ‘chefa’ entre os falantes de nível universitário.

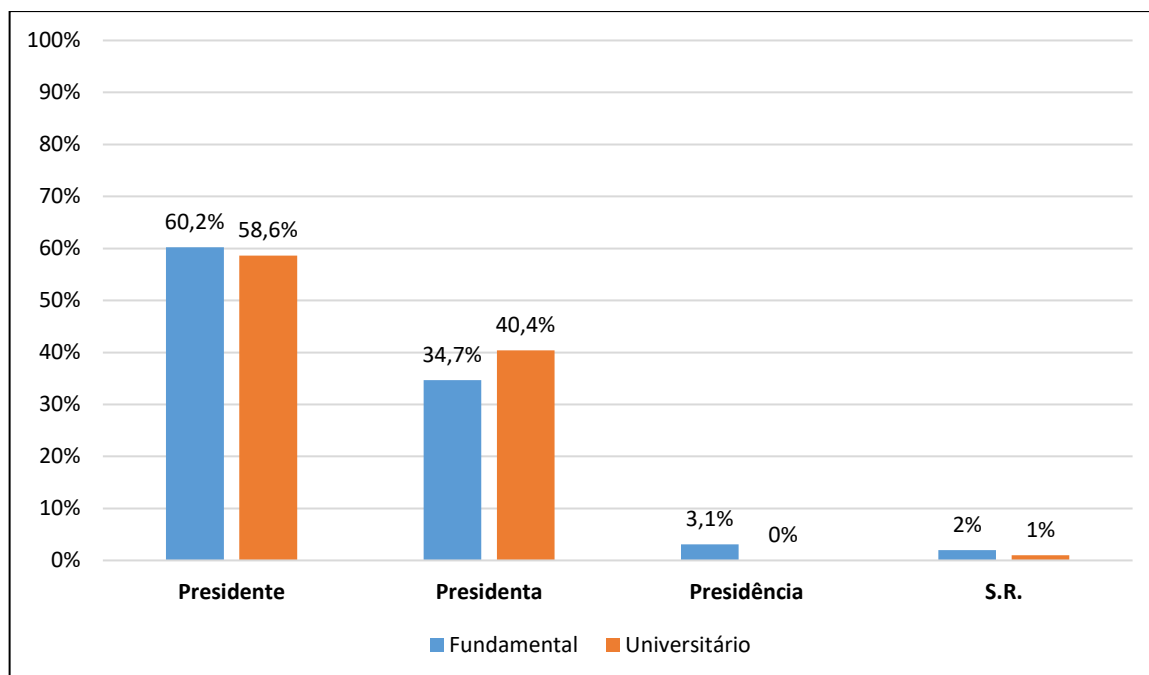
As formas não-padrão, incluídas em ‘patroa’, outras formas com base *chef-* e outras lexias, foram presentes apenas no discurso dos informantes de nível fundamental, confirmando o uso restrito às formas padrão pelos informantes de nível universitário. Em ambos os grupos, não houve casos de não-resposta.

Gráfico 3 – O fator escolaridade para o feminino de ‘ladrão’

Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 3, acima, vê-se que o percentual de uso da forma padrão 'ladra' foi muito maior entre os informantes de nível universitário, enquanto a maioria dos informantes com escolaridade fundamental dividiu-se entre as formas 'ladra' e 'ladrona', demonstrando concorrência entre ambas para o grupo em questão. Apesar de 'ladrona' não ser considerada padrão, como se viu na discussão anterior, ela está presente no vocabulário de falantes de diversos grupos sociais, o que pode ser comprovado pelo seu uso também entre os informantes de nível universitário, mesmo que essa forma pareça ter uma avaliação de prestígio mais baixa, considerando o seu índice de uso.

Além das formas supracitadas, os informantes de nível de escolaridade fundamental das capitais fizeram também uso das formas 'ladroa' e 'ladrão', esta última com apenas uma ocorrência e, novamente, não houve casos sem resposta.

Gráfico 4 – O fator escolaridade para o feminino de ‘presidente’

Fonte: Elaboração própria.

Finalizando a análise do fator escolaridade, o Gráfico 4, acima, demonstra que, na existência das duas formas padrão possíveis, ambos os grupos utilizaram mais 'presidente' e menos 'presidenta', sendo a diferença mais expressiva entre os informantes de nível fundamental. Esse grupo também utilizou a forma 'presidência' e, apesar da pouca diferença, teve mais casos sem resposta.

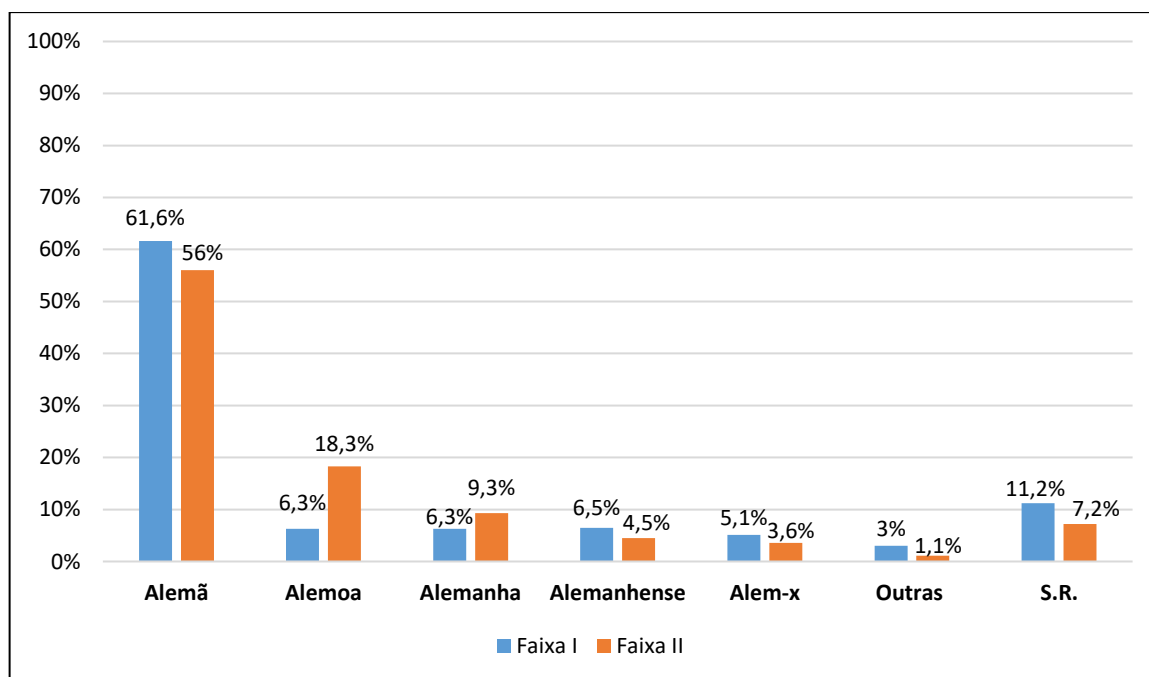
Os dados apresentados considerando a variável diastrática demonstram a confirmação da hipótese de maior uso das formas tidas como padrão pelos informantes de nível universitário em todas as variáveis, sendo os informantes de nível fundamental mais responsáveis pelo uso de outras formas não esperadas associadas aos conceitos em análise. Os dados também demonstram que os informantes de nível universitário utilizaram mais as formas 'chefa' e 'presidenta', variantes padrão com marcação [+ feminina], ainda que de forma não tão expressiva. Apesar dos poucos casos sem resposta, provavelmente devido ao fato de os inquéritos considerados nesta análise serem todos de capitais de estado, a hipótese de falta de respostas mais presente nos inquéritos de informantes de escolaridade fundamental se mostrou verdadeira, sobretudo no que se refere à variável 'mulher que nasce na Alemanha', o que pode indicar que informantes de nível fundamental têm menor contato com a cultura de outros países, por isso responderam menos à indagação.

4.5.2 Variação diageracional: o fator ‘faixa etária’

A variação no nível diageracional é um importante critério para a identificação de um processo de mudança linguística, como analisado na seção 2.2.2. Quando não se realiza um estudo em tempo real, adota-se o modelo de estudo em tempo aparente, escolhido como metodologia nesta pesquisa, através do estabelecimento das duas faixas etárias consideradas: a faixa etária I, com informantes entre 18 e 30 anos, e a faixa etária II, com informantes entre 50 e 65 anos, distribuídos equitativamente.

Como hipótese para o critério em questão, acredita-se que a faixa etária mais jovem utilize mais as variantes com traço de gênero [+ feminino], em ‘chefa’ e ‘presidenta’, e utilize mais a forma ‘ladrona’, considerada mais inovadora, podendo indicar um possível processo de estabelecimento dessa variante como forma mais usual para o feminino de ‘ladrão’.

Gráfico 5 – O fator faixa etária para o feminino de ‘alemão’

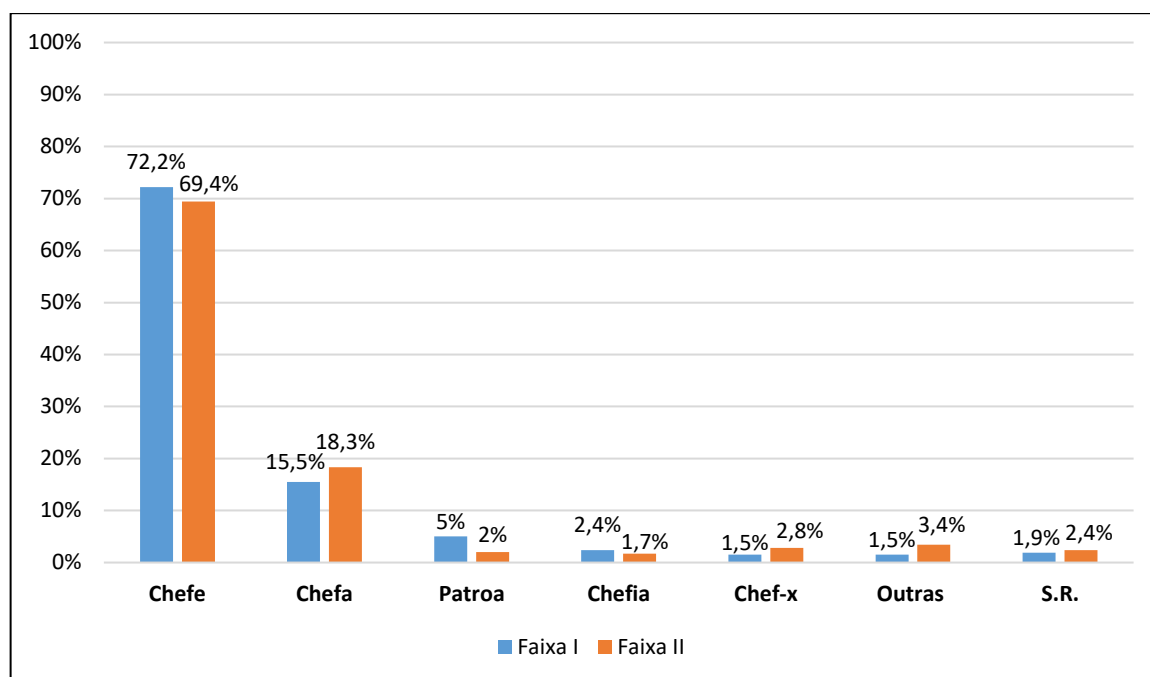


Fonte: Elaboração própria.

A forma padrão ‘alemã’ foi predominante em ambos os grupos, com um percentual maior na faixa etária I. A maior diferença está no uso da variante ‘alemoa’, muito mais presente na fala dos informantes mais velhos, assim como a variante ‘alemanha’, apesar do menor percentual de uso e menor diferença entre as faixas. As

demais designações foram utilizadas por ambos os grupos, sempre com um percentual ligeiramente maior na faixa etária I. Os casos sem resposta também tiveram maior índice na faixa etária I e o seu percentual somente não supera o do uso da variante padrão 'alemã'.

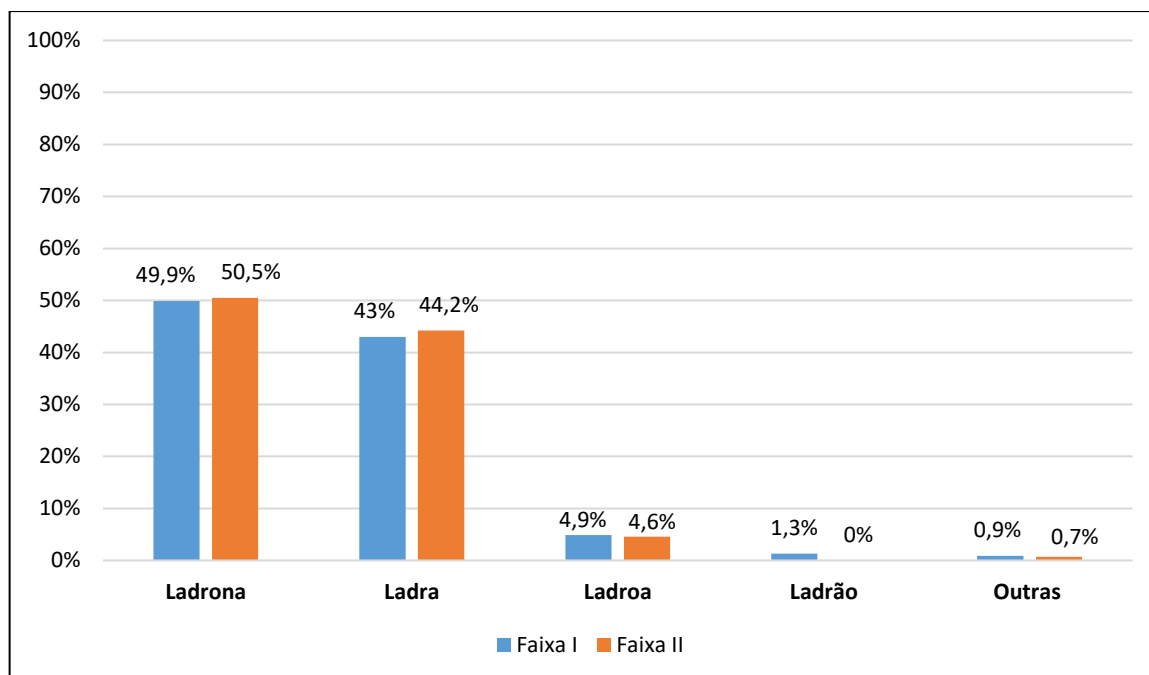
Gráfico 6 – O fator faixa etária para o feminino de 'chefe'



Fonte: Elaboração própria.

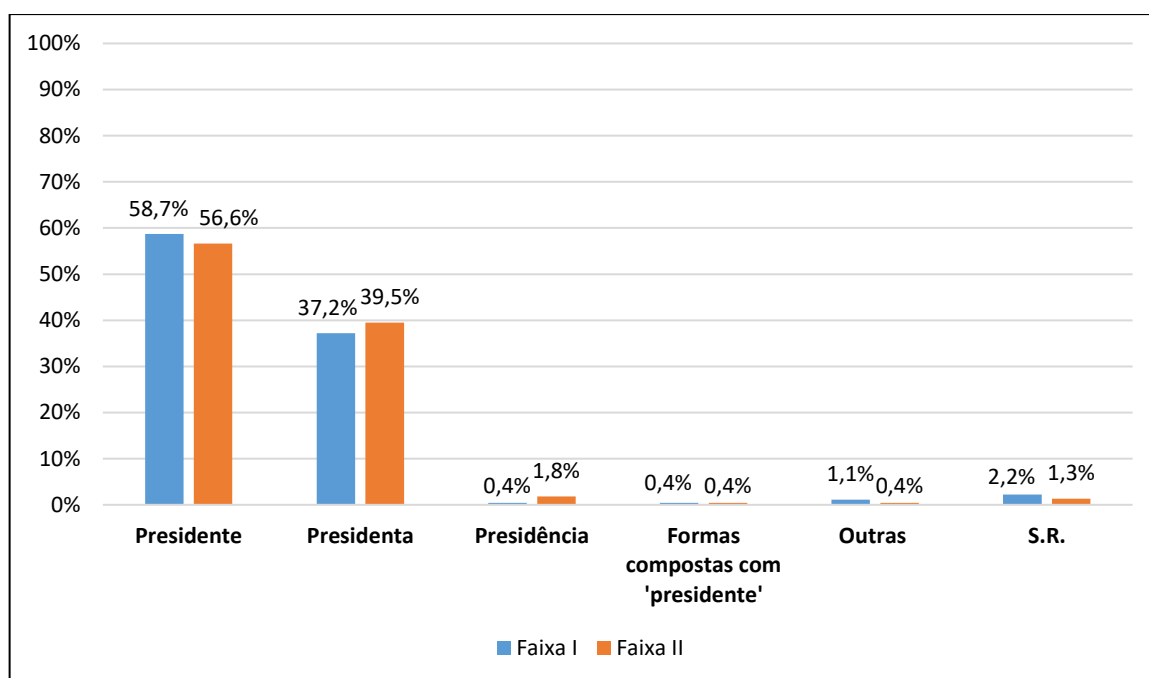
Para o feminino de 'chefe', contrariando a hipótese inicial, a forma 'chefa' esteve mais presente na faixa etária II, das pessoas mais velhas. Os dados revelaram, ainda, que a designação 'patroa', aqui em discussão por ser mais utilizada em um ambiente doméstico, característica não presente na formulação da pergunta, também foi mais utilizada na faixa etária mais jovem, informações que podem indicar um comportamento mais conservador dos informantes considerados na pesquisa no que se refere à posição das mulheres no mercado de trabalho.

A faixa etária II também foi a principal responsável pelo uso de outras designações diferentes das esperadas, tanto utilizando a mesma base *chef-* quanto utilizando outras lexias. Foram também os informantes mais velhos que mais deixaram de responder à pergunta, indicando incerteza e insegurança.

Gráfico 7 – O fator faixa etária para o feminino de ‘ladrão’

Fonte: Elaboração própria.

As variantes ‘ladrona’ e ‘ladra’ apresentam resultados semelhantes em ambas as faixas etárias e seus percentuais demonstram a situação de variação estável. A variante ‘ladroa’, embora tenha sido uma forma antiga para representar o feminino de ‘ladrão’ (cf. Cunha, 1991, p. 462), não esteve mais presente na fala dos mais velhos, mas em ambas as faixas etárias com percentuais bastante similares. No que concerne à variante ‘ladrão’, repetição da forma do masculino, todas as sete ocorrências foram de informantes mais jovens.

Gráfico 8 – O fator faixa etária para o feminino de ‘presidente’

Fonte: Elaboração própria.

Novamente a hipótese inicial não se confirmou no que concerne às formas padrão para feminino de ‘presidente’, uma vez que a forma marcada com traço [+ feminino], ‘presidenta’, esteve mais presente na fala dos informantes da faixa etária II, ainda que a diferença tenha sido pouco expressiva entre as faixas. No que se refere às demais designações, enquanto ‘presidência’ esteve mais presente na faixa etária II, outras lexias diferentes das esperadas estiveram mais presentes na faixa etária I. Neste caso, também as não-respostas foram mais presentes nos informantes da faixa etária I, contrariando o esperado.

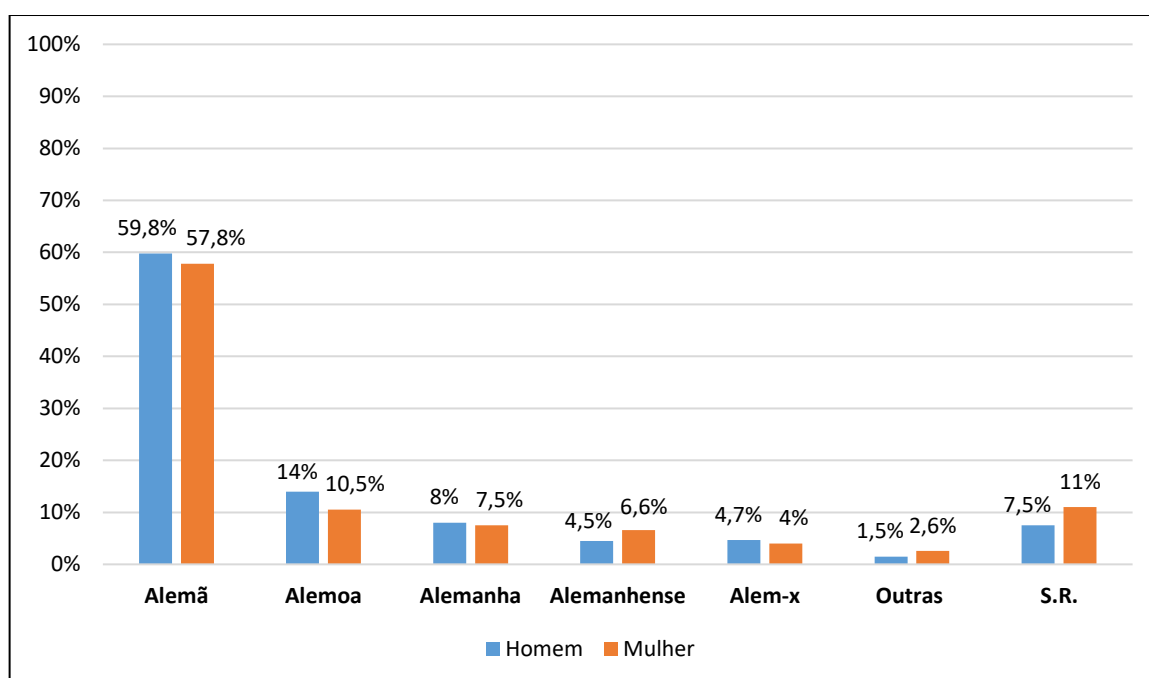
O fator diageracional, na análise do fenômeno em questão, seguindo a metodologia proposta, não apresentou resultados em concordância com as hipóteses iniciais, assim como não apresentou diferença relevante no estudo das variáveis. As formas com traço [+ feminino] ‘chefa’ e ‘presidenta’ foram mais utilizadas pelos informantes mais velhos, enquanto os mais jovens optaram majoritariamente pela compreensão dessas formas como comuns de dois gêneros. A variante ‘ladrona’, ainda que não seja considerada forma padrão, demonstra estar estabelecida na língua, concorrendo diretamente com a forma ‘ladra’ em ambos os grupos geracionais.

4.5.3 Variação diasssexual: o fator ‘sexo’

No que se refere à análise apresentada nesta seção, muito já se discorreu acerca da influência da sociedade nos papéis performados por homens e mulheres, frequentemente sob um viés sexista patriarcal. Em 2.2.3 já se justificou o uso da nomenclatura “sexo” para a divisão de informantes homens e mulheres no momento de coleta dos dados e na metodologia desta pesquisa, de acordo com o que foi estabelecido pelo Projeto ALiB. Sendo assim, os dados a seguir dialogam com a discussão acerca das escolhas linguísticas influenciadas por um viés social generificado.

A hipótese para a análise em questão é que as mulheres utilizem mais as formas com traço [+ feminino] marcado, assim como utilizem menos as formas que desviam da intencionalidade das perguntas por meio de respostas ligadas ao ambiente doméstico e familiar. Em consonância com diversos outros trabalhos que consideram a abordagem de gênero, também é esperado que as mulheres liderem os casos sem resposta por estarem mais suscetíveis às pressões sociais condizentes com o formato de inquérito aplicado.

Gráfico 9 – O fator sexo para o feminino de ‘alemão’

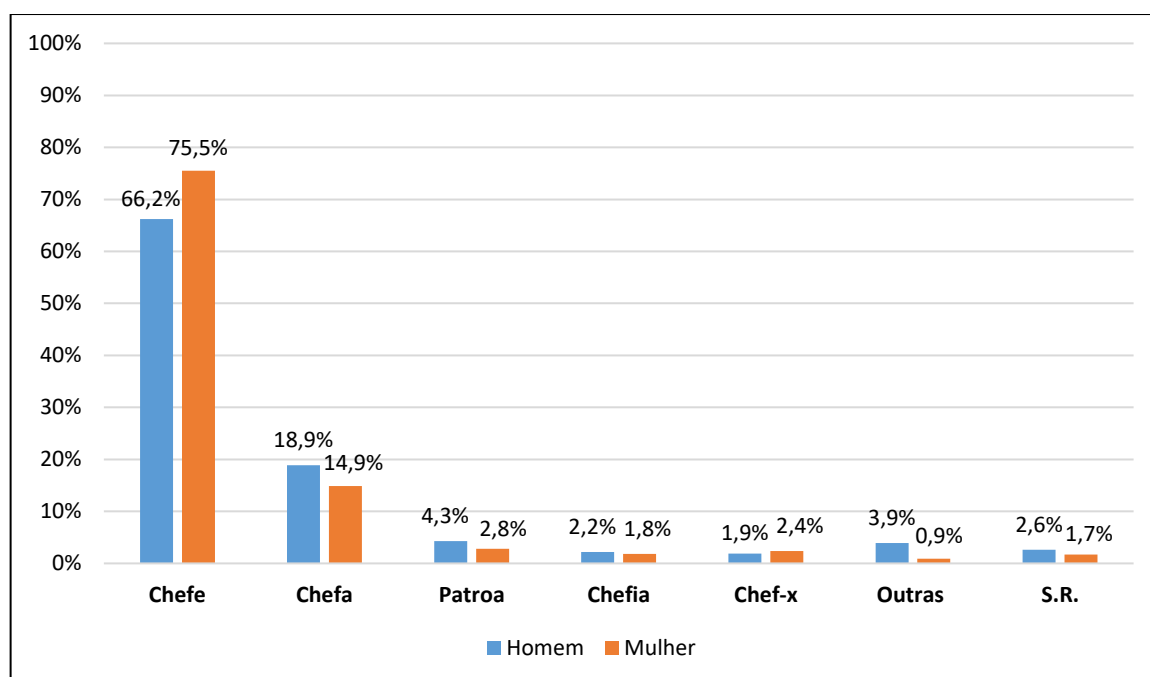


Fonte: Elaboração própria.

A forma padrão ‘alemã’ esteve mais presente na fala dos informantes homens, ainda que não tenha havido diferença significativa entre os grupos. A variante ‘alemoa’ esteve mais presente na fala dos homens, ‘alemanha’ levemente mais presente também na fala dos homens e ‘alemanhense’ mais presente na fala das mulheres.

Nas formas agrupadas em “outras” – ‘galega’ e ‘estrangeira’ –, as duas ocorrências de ‘galega’ foram respostas de homens, enquanto ambos os grupos utilizaram a variante ‘estrangeira’ e, confirmando a hipótese inicial, as mulheres foram mais responsáveis pelos casos sem resposta.

Gráfico 10 – O fator sexo para o feminino de ‘chefe’

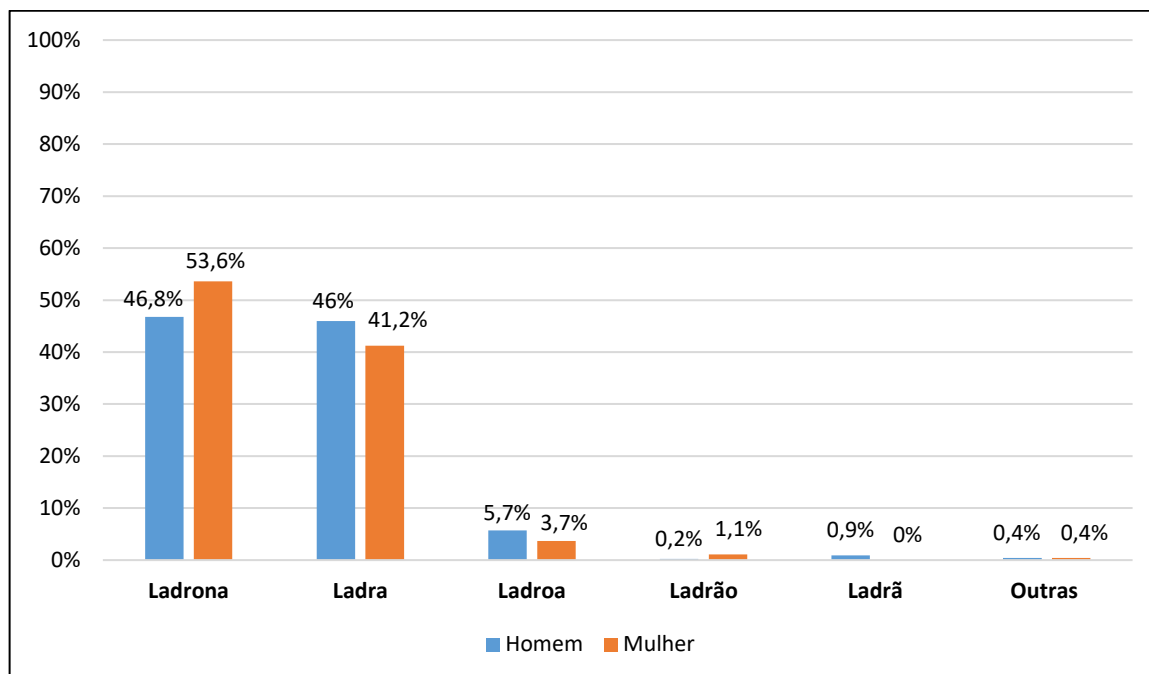


Fonte: Elaboração própria.

Para o feminino de ‘chefe’, a hipótese inicial não se confirmou e os homens fizeram mais uso da forma ‘chefa’ do que as mulheres. No entanto outra hipótese inicial pode ser confirmada através das demais variantes: mais homens fizeram uso da designação ‘patroa’, discutida por ser muito utilizada no ambiente doméstico, e utilizaram consideravelmente mais as variantes agrupadas em “outras”, que não apenas se afastam da base *chef-*, mas também se afastam do conceito inicial de chefia, enquanto, dentre as mulheres, as variantes agrupadas em “outras” utilizadas foram apenas ‘coordenadora’ e ‘gerente’, sendo o rol de designações totais muito mais amplo e diversificado. Também foram os homens os mais responsáveis pelos casos

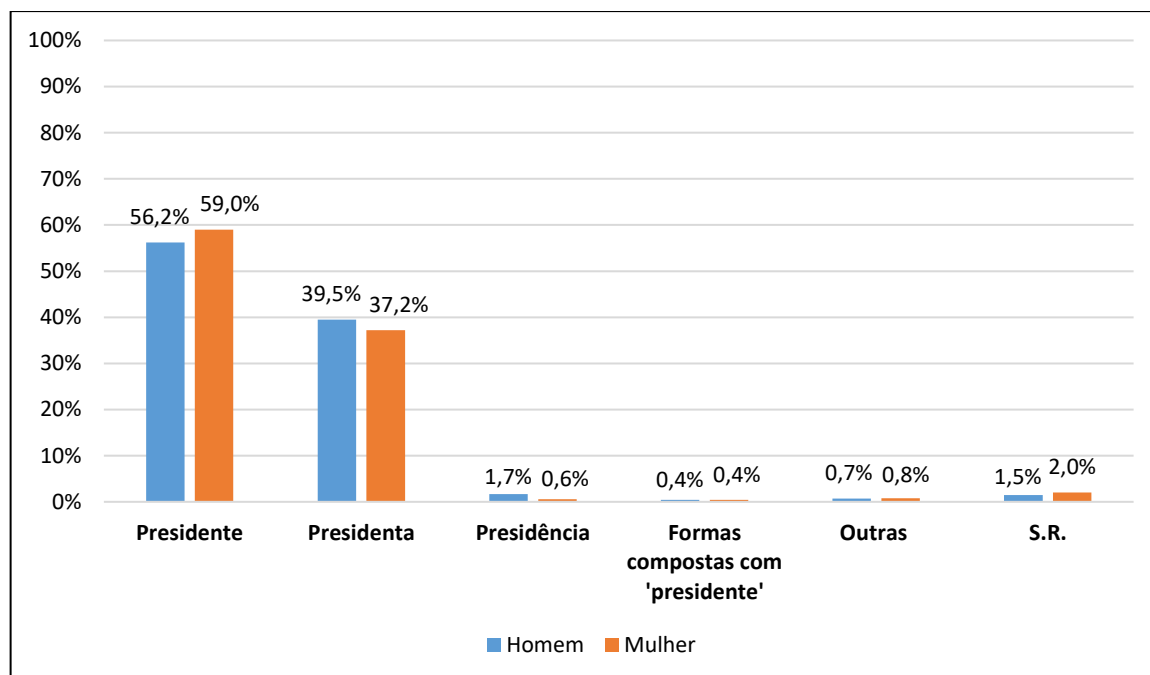
sem resposta, o que pode indicar a falta de referência de mulheres ocupando cargos de chefia e receio ao nomear o conceito solicitado.

Gráfico 11 – O fator sexo para o feminino de ‘ladrão’



Fonte: Elaboração própria.

A forma ‘ladrona’, ainda que não seja considerada padrão, foi predominante nos dois grupos, no entanto é possível notar que a diferença entre o uso das variantes ‘ladrona’ e ‘ladra’ foi mais acentuada na fala das mulheres. A variante ‘ladroa’ esteve mais presente na fala dos homens, enquanto ‘ladrão’, repetição da forma masculina, esteve mais presente na fala das mulheres, contrariando a expectativa de maior presença de um traço [+ feminino] na fala delas. As cinco ocorrências de ‘ladrã’ ocorreram apenas na fala dos informantes homens e houve igualdade no número de uso de outras designações.

Gráfico 12 – O fator sexo para o feminino de ‘presidente’

Fonte: Elaboração própria.

Novamente contrariando a hipótese inicial, a ocorrência da forma marcada no feminino, ‘presidenta’, não esteve mais presente na fala das mulheres, mas na fala dos homens. A forma ‘presidência’ foi mais utilizada pelos homens e as mulheres lideraram os casos sem resposta. Em “outras”, enquanto para as mulheres foram agrupadas as designações ‘prefeita’ e ‘governadora’, entre os homens registrou-se apenas ‘governadora’.

No que se refere à divisão sexual das variantes linguísticas, não houve confirmação da hipótese inicial de que as mulheres fariam uso de formas com traço [+ feminino], assim como as mulheres não fizeram mais uso das formas padrão do que os homens. No entanto, em confirmação à hipótese inicial, pode-se observar que, no caso do feminino de ‘chefe’, houve maior desvio das formas esperadas pelos informantes homens, que, por vezes, utilizaram formas que remetem ao ambiente doméstico e familiar.

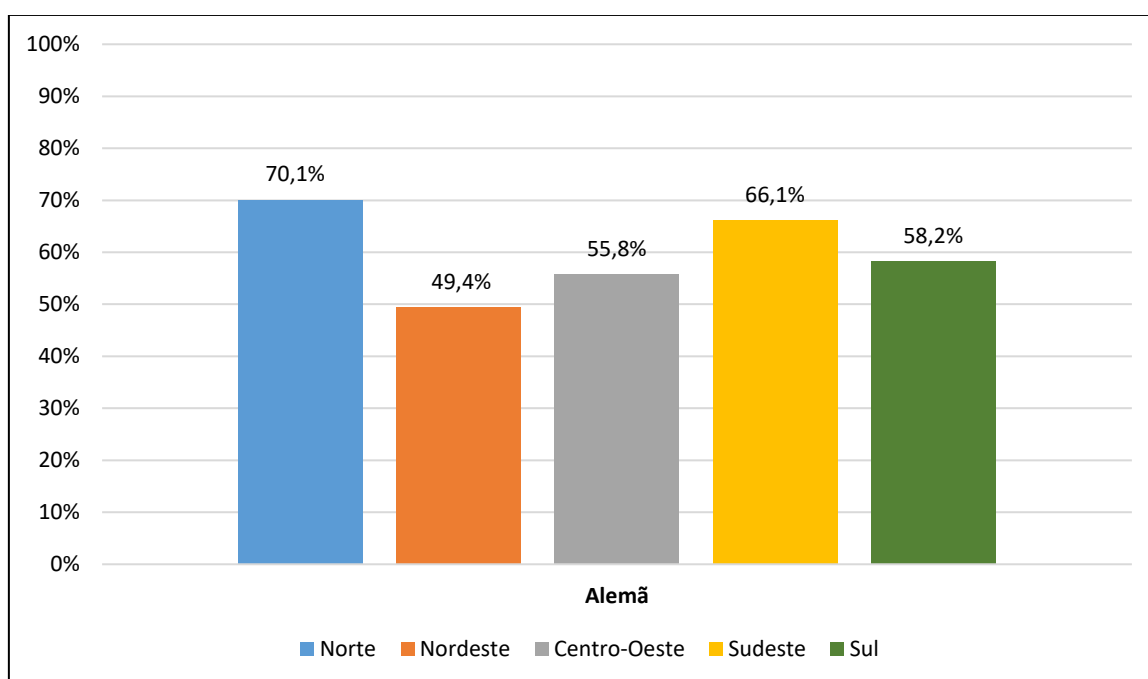
Novamente contrariando a hipótese inicial, mas de acordo com o que vem sendo apresentado nos dados das demais variáveis linguísticas, não houve predominância de casos sem resposta de um grupo específico, uma vez que tanto homens quanto mulheres apresentaram casos sem resposta em diferentes perguntas.

4.5.4 Variação diatópica: o fator 'localidade'

No que se refere à variação diatópica, tão importante quando se considera um país com dimensões continentais como é o Brasil, pode-se verificar de que forma as localidades variam ou têm comportamentos similares, levando em consideração as cinco regiões administrativas do país.

Após apresentar os dados gerais, foram analisados alguns itens mais numerosos e a sua distribuição pelas regiões do país. No que se refere ao feminino de 'alemão', considerando que os dados gerais apontaram uma preferência da forma padrão, 'alemã', em 58,8% dos dados e um elevado número de variantes apresentando baixo número de ocorrências, registra-se no Gráfico 13, abaixo, a preferência de uso da variante 'alemã' por região:

Gráfico 13 – Comparativo entre regiões da variante 'alemã'



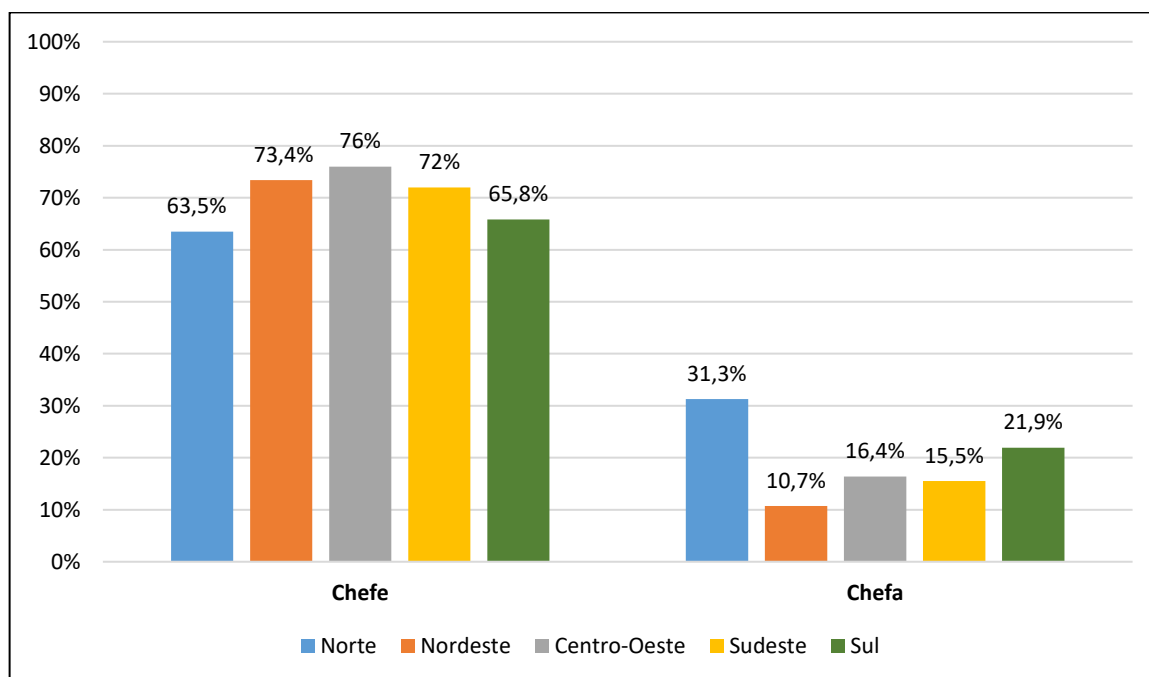
Fonte: Elaboração própria.

Os dados registrados acima mostram que duas regiões apresentaram índices acima da média da variante 'alemã': a Região Norte, com elevado uso da variante padrão, em 70,1% dos dados totais, e a Região Sudeste. A Região Sul manteve índice de uso próximo à média encontrada e as regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentaram índice abaixo da média geral, o que mostra que também foi na Região

Nordeste que os informantes mais utilizaram outras variantes consideradas não-padrão.

Seguem-se, então, os resultados referentes às demais variáveis para verificar se houve regularidade nos resultados quando foram consideradas as regiões administrativas do país.

Gráfico 14 – Comparativo entre regiões das variantes ‘chefe’ e ‘chefa’



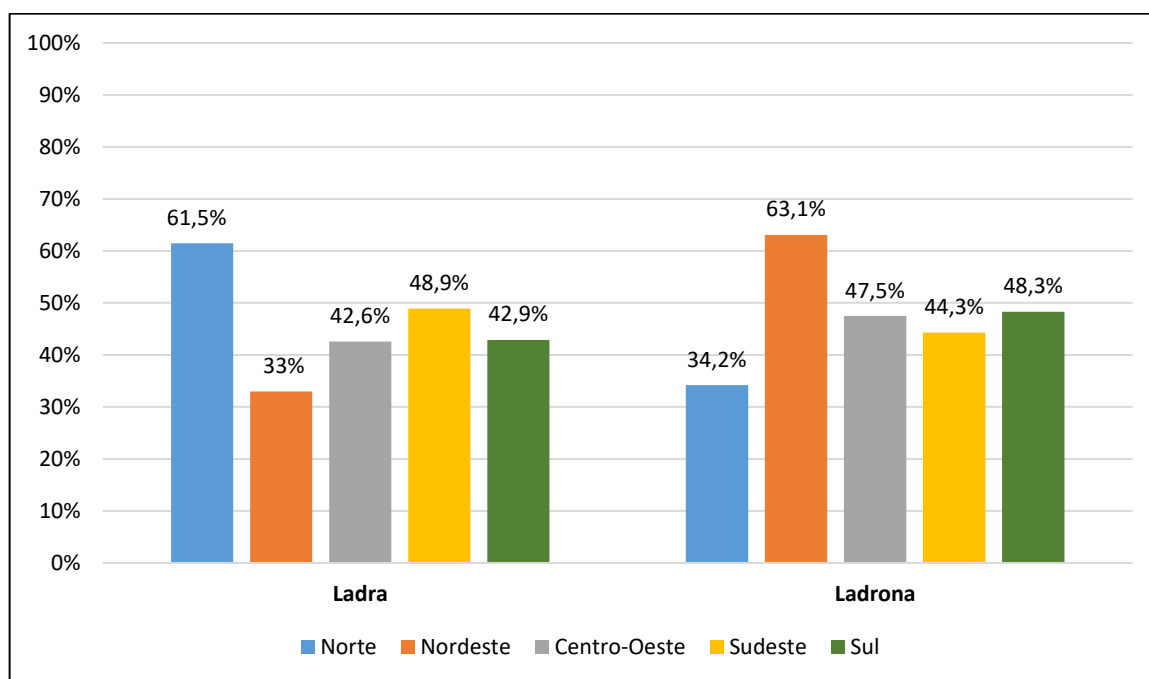
Fonte: Elaboração própria.

Por existirem duas formas consideradas padrão para o feminino de ‘chefe’, considerou-se, para efeito comparativo entre as regiões, ambas as variantes. Novamente chama bastante atenção a preferência de uso da Região Norte, que demonstra comportamento mais inovador ao utilizar a variante com traço [+ feminino], ‘chefa’, com percentual muito mais elevado do que a média geral de 16,9%. A Região Sul também adotou comportamento similar, com uso da variante ‘chefa’ acima da média geral, apesar da diferença ter sido menos expressiva.

Para esta variável também a Região Nordeste apresentou comportamento que merece destaque. Aqui o uso da variante ‘chefa’ foi mais baixo do que nas demais regiões e, como não se notou um aumento expressivo da variante ‘chefe’, uma vez que a média geral foi de 70,8%, compreende-se que a região fez uso considerável de outras formas não esperadas para expressar o conceito ‘mulher que chefia’.

No Gráfico 15, abaixo, referente ao feminino de 'ladrão', embora apenas se registre oficialmente 'ladra' como variante padrão, 'ladrona' já vem sendo considerada forma alternativa, fato que se confirma através dos resultados gerais que apresentaram 'ladrona' como forma predominante, com 50,2% do total das ocorrências, seguida de 'ladra', com 43,6%. Dessa forma, realizou-se comparativo entre regiões dessas duas formas.

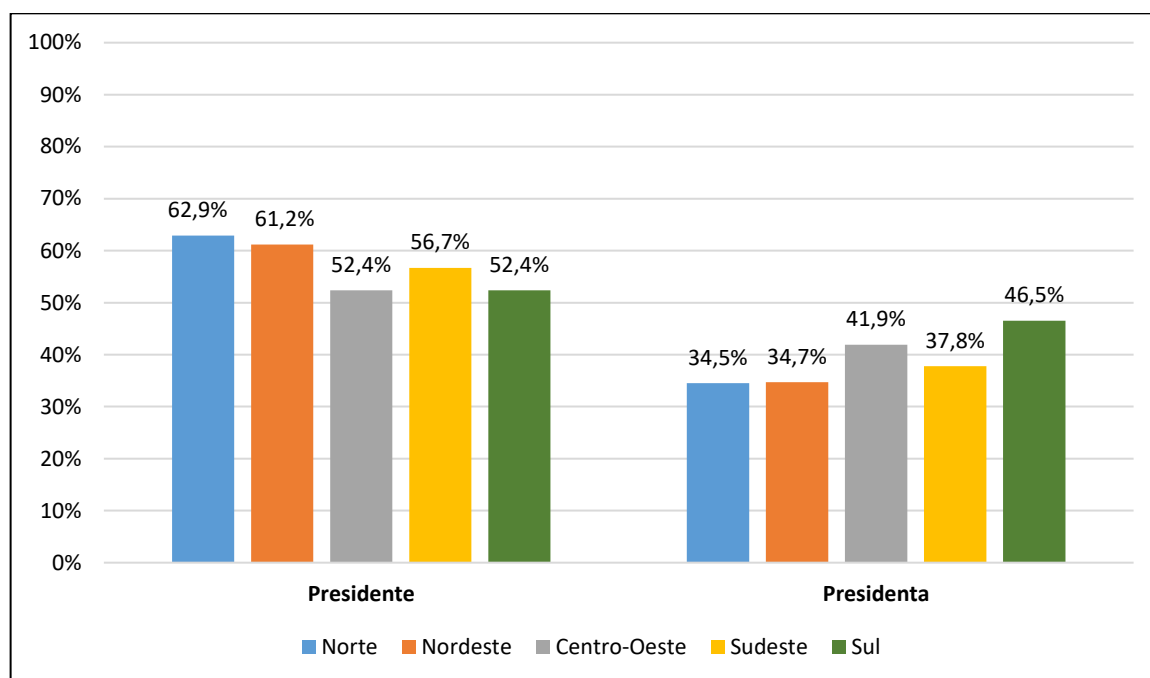
Gráfico 15 – Comparativo entre regiões das variantes 'ladra' e 'ladrona'



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 15 revela que há diferença de uso entre as duas variantes quando se consideram as regiões do país. Em duas regiões, a forma 'ladrona' não é predominante e o maior uso é de 'ladra': regiões Norte e Sudeste. A Região Norte mais uma vez tem dados que chamam atenção, com alto índice de uso de 'ladra', com 61,5%, e apenas 34,2% de 'ladrona', enquanto a Região Sudeste, apesar de ter tido predominância de 'ladra', teve diferença pouco expressiva.

As regiões Centro-Oeste e Sul, que apresentam predomínio de 'ladrona', seguindo o padrão mais geral, apresentaram um equilíbrio, com uma diferença aproximada de 5% entre as variantes, demonstrando convivência entre as formas. Enquanto isso, a Região Nordeste apresenta maior diferença entre as variantes, com índice elevado de 'ladrona' em detrimento de 'ladra'.

Gráfico 16 – Comparativo entre regiões das variantes ‘presidente’ e ‘presidenta’

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, o Gráfico 16 apresenta o comparativo entre as duas formas consideradas padrão para o feminino de ‘presidente’ – ‘presidente’ e ‘presidenta’. Vê-se que todas as regiões mantiveram a preferência pela hipótese de ‘presidente’ ser considerada uma palavra comum de dois gêneros e que, portanto, não sofre qualquer flexão de gênero na própria palavra.

De modo geral, registra-se um equilíbrio da variável nos resultados comparativos entre as regiões. A região que apresentou índice mais elevado da forma ‘presidente’ e, conseqüentemente, menor uso de ‘presidenta’, foi a Região Norte, diferentemente dos resultados anteriores, que demonstravam uso de formas inovadoras, assim como ocorreu com ‘chefe/chefa’. Neste sentido, foi a Região Sul que apresentou maior uso da forma ‘presidenta’, em comportamento similar ao observado em ‘chefe/chefa’, no Gráfico 14.

A Região Nordeste, também em comportamento similar ao observado anteriormente, manteve maior discrepância entre as formas, com uso acentuado da variante ‘presidente’ e baixo uso da variante ‘presidenta’.

Considerando, então, os resultados comparativos entre as cinco regiões do país das variantes mais relevantes na pesquisa, nota-se uma tendência de maior uso

de formas padrão na Região Norte, assim como na Região Sul, que, para além do uso das formas padrão, também seguem uma tendência de uso de formas tidas como mais inovadoras. Enquanto isso, é na Região Nordeste que se registra menor uso de variantes padrão, assim como das formas marcadas pelo traço [+ feminino] e as regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentam os resultados de maior equilíbrio entre as formas.

Com o intuito de apresentar maior detalhamento da distribuição dos dados, assim como fazer uso de uma importante ferramenta metodológica no que se refere à distribuição diatópica, apresentam-se, a seguir, os dados cartografados, separados por região, para melhor visualização.

4.5.5 A cartografia dos dados

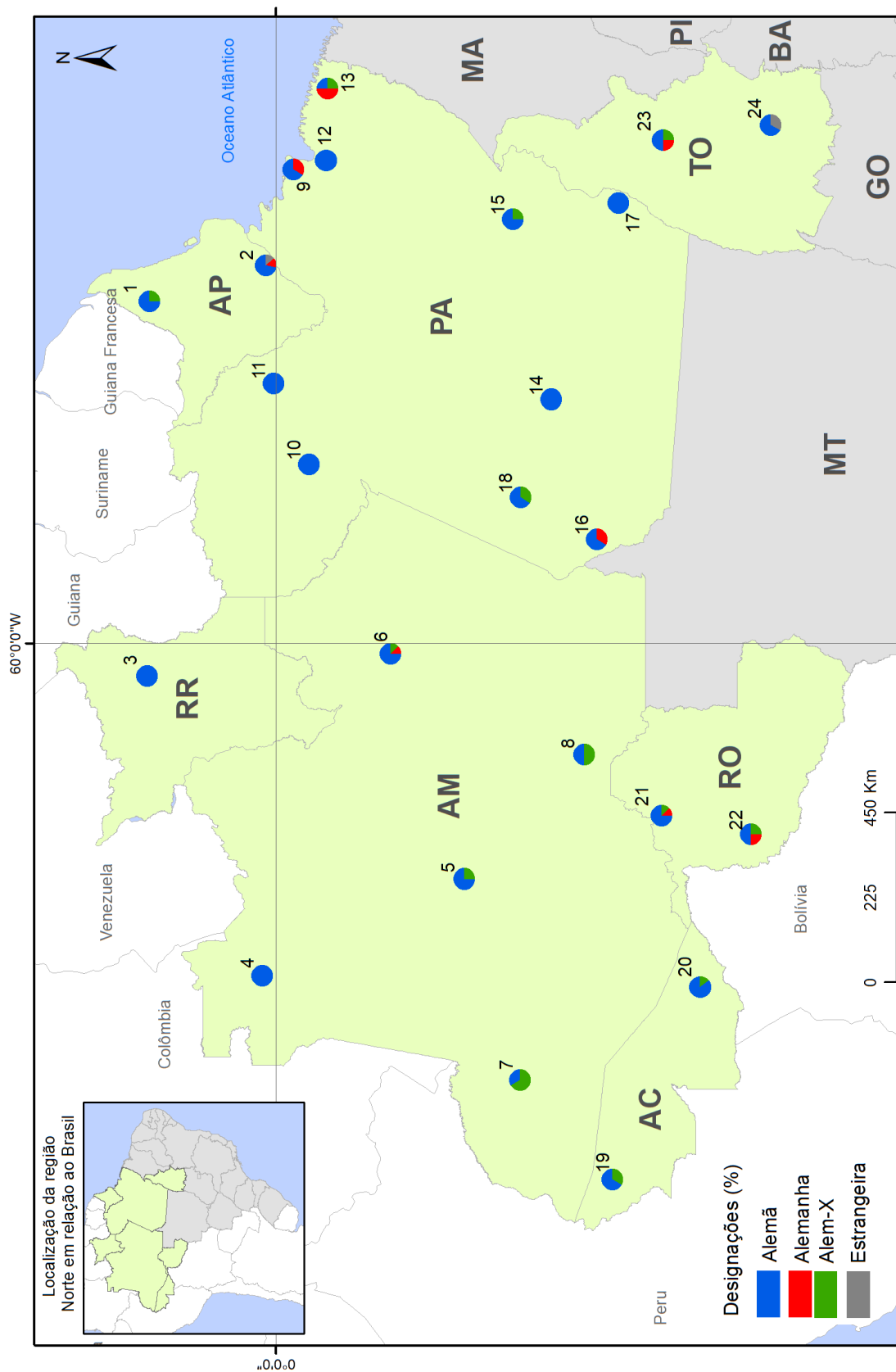
Os dados analisados pela pesquisa são exibidos, a seguir, através da sua distribuição espacial por meio de cartas geolinguísticas. Para cada uma das variáveis apresentam-se individualmente as designações mais representativas enquanto as designações menos numerosas são apresentadas de maneira agrupada para uma melhor visualização dos dados. As cartas, por região do país, exibem, em seus gráficos, os percentuais das formas encontradas em cada localidade e as legendas indicam a ordem de frequência de uso, podendo, portanto, variar de região para região, não apenas na ordem, mas, também, nas formas representadas.

Com base nos resultados cartográficos, espera-se demonstrar como as designações se distribuem em território brasileiro, assim como, em associação com análises de cunho social, indicar de que forma as localidades se comportam, trazendo uma análise mais detalhada dos dados linguísticos.

4.5.5.1 O feminino de ‘alemão’: cartas

Para a variável “mulher que nasce na Alemanha”, são exibidas, a seguir, as cartas linguísticas em que algumas designações foram representadas individualmente, de acordo com a sua expressividade em cada região. Outras formas que mantiveram a base *alem-* e que foram registradas em menor quantitativo foram agrupadas no item *alem-x* e as demais lexias – ‘estrangeira’ e ‘galega’ – foram apresentadas individualmente ou agrupadas em “outras”.

Figura 24 – Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Norte



Fonte: Questionários do ALIB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

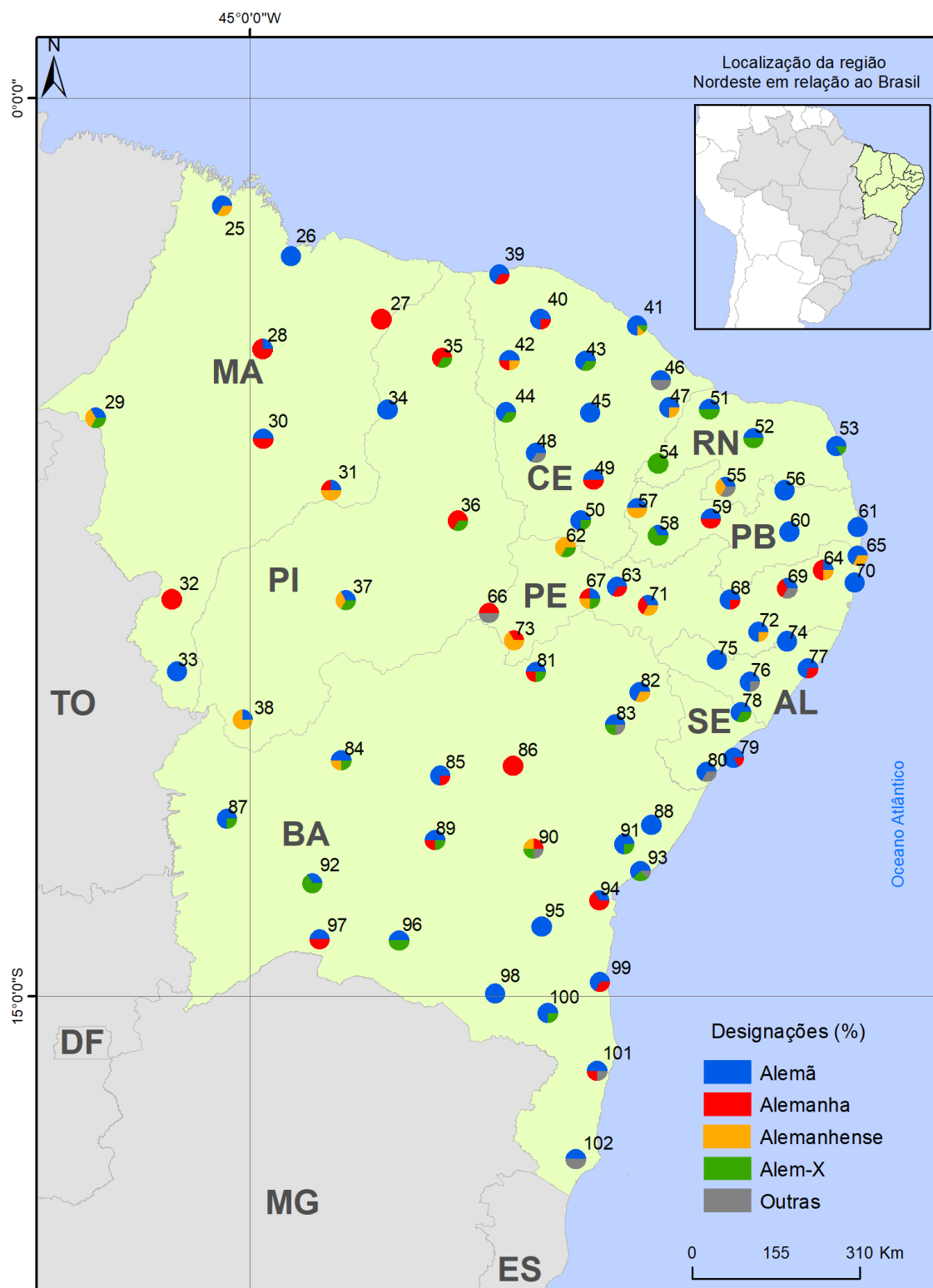
Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelyn Santana

Na Região Norte, nota-se uma grande predominância da variante padrão ‘alemã’, em concordância com o que foi apresentado no Gráfico 13, e presença categórica da forma em algumas localidades. A designação ‘alemanha’ foi a segunda representada na carta por ter sido a segunda mais numerosa, ainda que tenha aparecido em pontos isolados nos estados, com exceção do Acre e de Roraima. Neste último estado, a única localidade, a capital Boa Vista, teve uso categórico de ‘alemã’. As outras designações de base *alem-* também foram registradas em algumas poucas localidades, isoladamente, e ‘estrangeira’ aparece em uma única ocorrência, no ponto 24, Natividade-TO.

Na Figura 25, a seguir, da Região Nordeste, registra-se uma grande variedade de formas utilizadas representada pelas diferentes cores espalhadas em diversas localidades da região. Nota-se que a variante padrão – ‘alemã’ – está registrada de maneira mais intensa na parte litorânea, do trecho que vai do Estado da Bahia até o Estado do Ceará, fato que, provavelmente, se deve ao nível de desenvolvimento socioeconômico mais intenso nessa parte da região.

Na Região Nordeste registra-se também a designação ‘alemanha’, tendo sido a segunda mais produtiva e concentrada, sobretudo, no interior dos estados da Bahia, Piauí e Maranhão e forma categórica nos pontos 27 (Brejos-MA), 32 (Balsas-MA) e 86 (Jacobina-BA). Também se registrou na carta a designação ‘alemanhense’, mais presente na parte central da região, que, ainda que tenha sido a quarta mais produtiva nos resultados gerais, com 5,5%, só foi relevante na divisão por regiões no Nordeste brasileiro. O gentílico *-ense*, como se sabe, é bastante produtivo no português, e acreditamos que, pelo menos no que se refere a esses informantes específicos, na falta de conhecimento do gentílico para a Alemanha, por associação com os gentílicos referentes às suas próprias cidades, optaram por utilizar o sufixo *-ense* como resposta, fato que se corrobora quando se vê, por exemplo, que, dentre os pontos 31 (São João dos Patos-MA), 38 (Corrente-PI), 62 (Exu-PE) e 73 (Petrolina-PE), em que houve predominância de ‘alemanhense’ sobre as demais, apenas em Corrente o gentílico não utiliza o sufixo *-ense* (‘correntino/correntina’). Em localidades, como nos pontos 29 (Imperatriz-MA), 55 (Caicó-RN), 57 (Cajazeiras-PB) e 82 (Jeremoabo-BA), em que a presença da designação ‘alemanhense’ foi significativa, o mesmo se nota quanto aos próprios gentílicos.

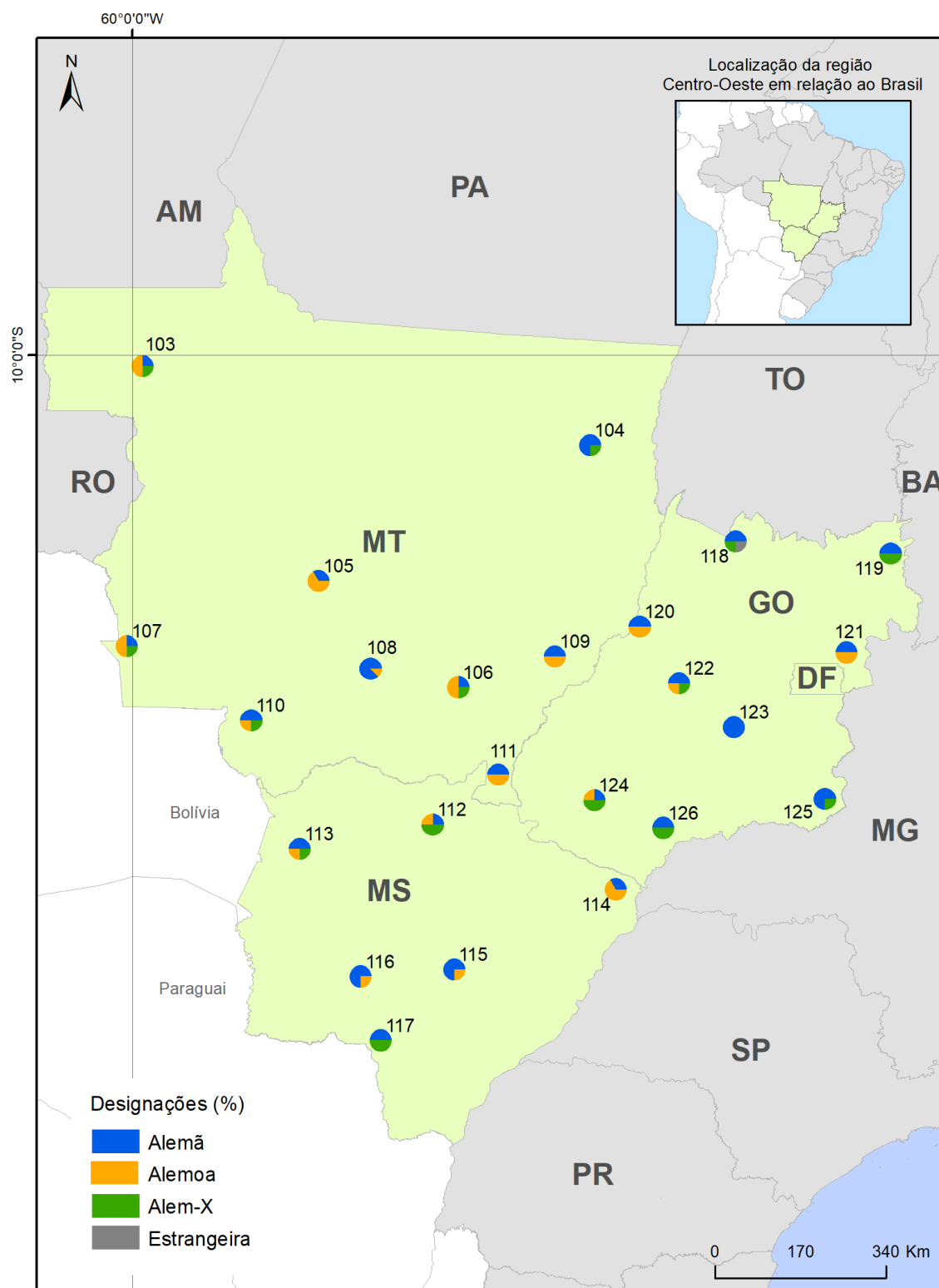
Figura 25 – Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Nordeste



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelen Santana

Figura 26 – Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Centro-Oeste



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

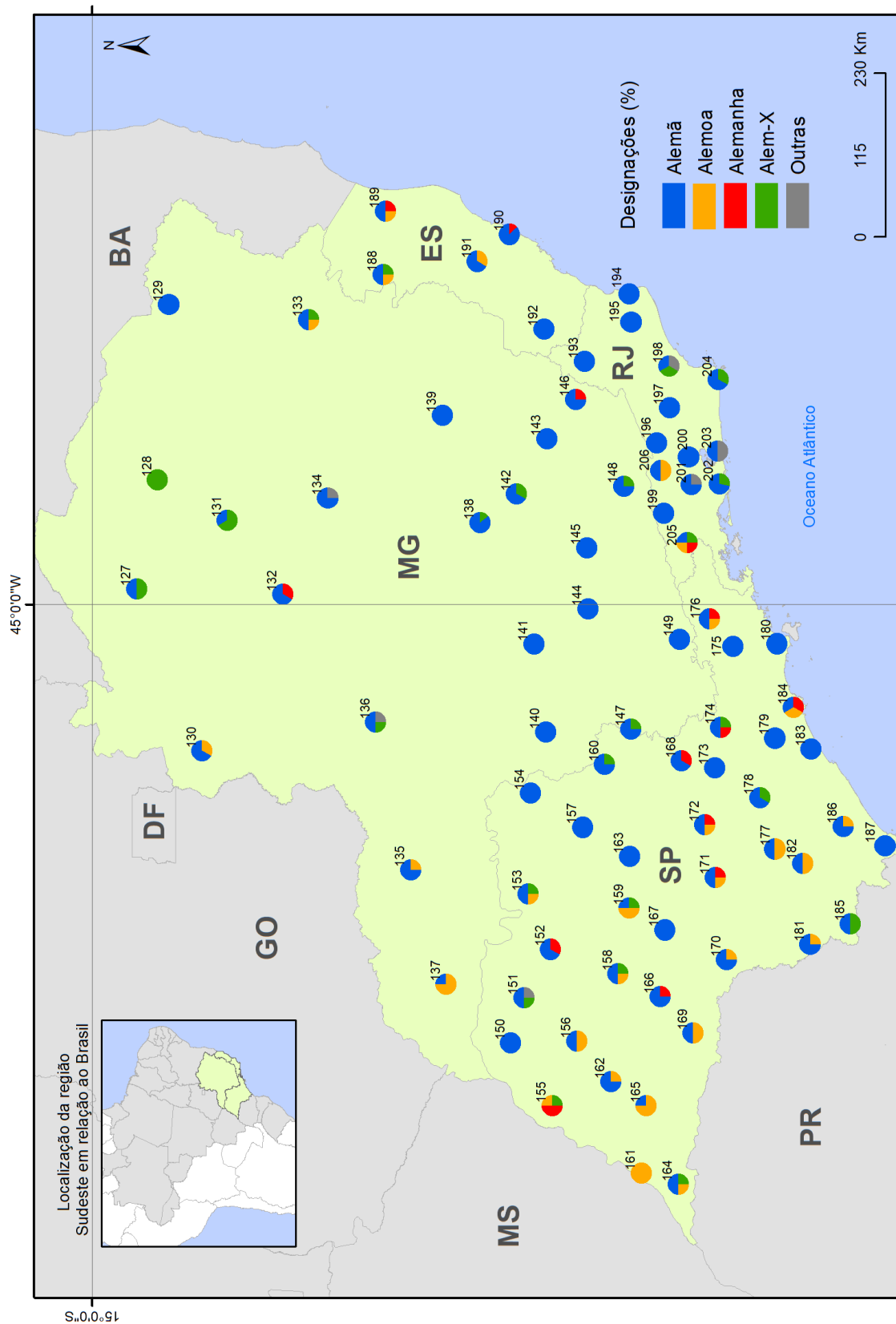
Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelen Santana

Na Região Centro-Oeste, representada na Figura 26, registra-se que a variante padrão 'alemã' aparece em todas as localidades, mas sempre acompanhada de, pelo menos, mais uma designação, com exceção do ponto 23, a capital do Estado de Goiás, Goiânia. Os dados demonstram uma situação de concorrência entre formas, sobretudo entre 'alemã' e 'alemoa', designação bastante significativa na região.

Assim como na Região Centro-Oeste, na Região Sudeste, na Figura 27, também se registra 'alemoa' como a segunda designação mais produtiva, no entanto, na região, a variante padrão 'alemã' tem grande predomínio, enquanto 'alemoa' aparece em pontos isolados de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e, apenas no Estado de São Paulo, tem presença significativa, estabelecendo uma isoglossa bem delimitada com os estados fronteiriços de Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste, e do Paraná, na Região Sul, ressaltando a vitalidade dessa designação nessas duas regiões e a absorção da designação por falantes desses municípios no Estado de São Paulo. Para além disso, registra-se na carta a designação 'alemanha', em vermelho, que está presente em alguns pontos do Estado de São Paulo, em um ponto isolado no Estado do Rio de Janeiro, em dois pontos em Minas Gerais e em dois no Espírito Santo, sempre com baixa ocorrência.

Também chama atenção a seleção de formas nas localidades do norte do Estado de Minas Gerais, em especial o ponto 128 (Janaúba-MG), que não registrou uso da variante padrão e os pontos 127 (Januária-MG) e 131 (Montes Claros-MG), com alto uso de outras formas diferentes das esperadas de mesma base *alem-*. Apesar da variedade no número de formas registradas na Região Sudeste como um todo, nota-se que, em muitas cidades, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro, no sul de Minas Gerais e no leste de São Paulo, há concentração maior da variante 'alemã', inclusive como única designação registrada.

Figura 27 – Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Sudeste

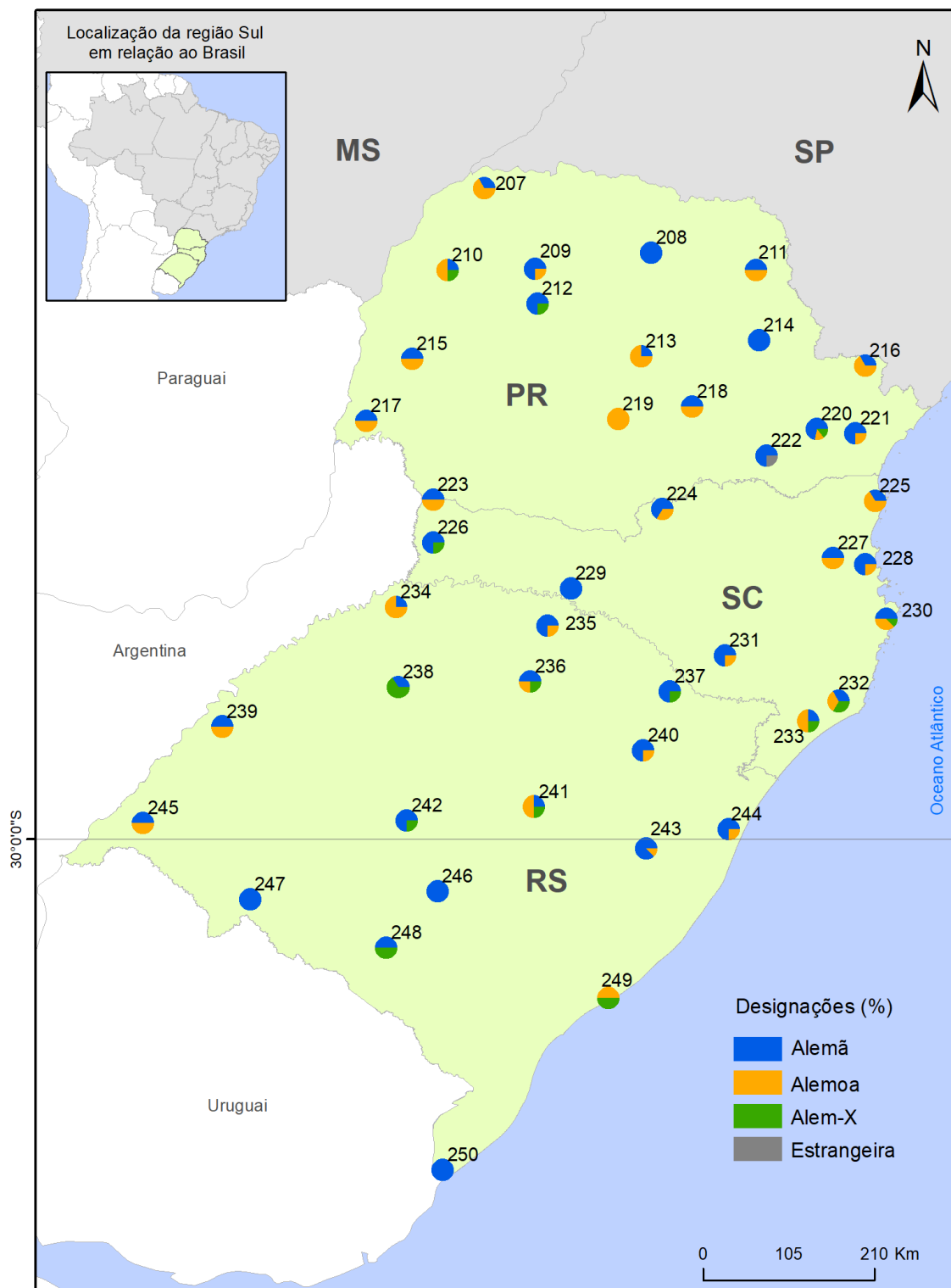


S.,0.0.1

Carta Base – Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelen Santana

Fonte: Questionários do ALIB
Análise Linguística: Elide Elen Santana

Figura 28 – Carta ‘mulher que nasce na Alemanha’ na Região Sul



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Nos dados referentes à variável ‘mulher que nasce na Alemanha’, na Região Sul, região conhecida por ter recebido grande número de imigrantes europeus, dentre eles os vindos da Alemanha e, até os dias atuais, por manter vivas algumas tradições alemãs, registraram-se os dados na Figura 28.

Aqui, nota-se a concorrência entre as variantes ‘alemã’ e ‘alemoa’ na maioria das localidades, apesar da predominância da variante padrão. A variante ‘alemoa’ se mostra mais presente, sobretudo, no Estado do Paraná, onde, na localidade 219 (Guarapuava) foi registrada como forma única, além de, em outras quatro localidades, registrar-se predominância de ‘alemoa’ em comparação com ‘alemã’ e com outras designações.

A forte presença da ‘alemoa’ na região é corroborada pelos dados encontrados no *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS) (Koch et al., 2011, p. 310-311), que apresenta, na sua rede composta por 294 pontos, a predominância da variante ‘alemoa’ na região, com mais de 80% de frequência. Em seguida registra-se a variante ‘alemã’, com pouco mais de 5%, e, depois, a forma ‘lemoa’, uma variação fonológica da variante predominante, com frequência média de 4%.

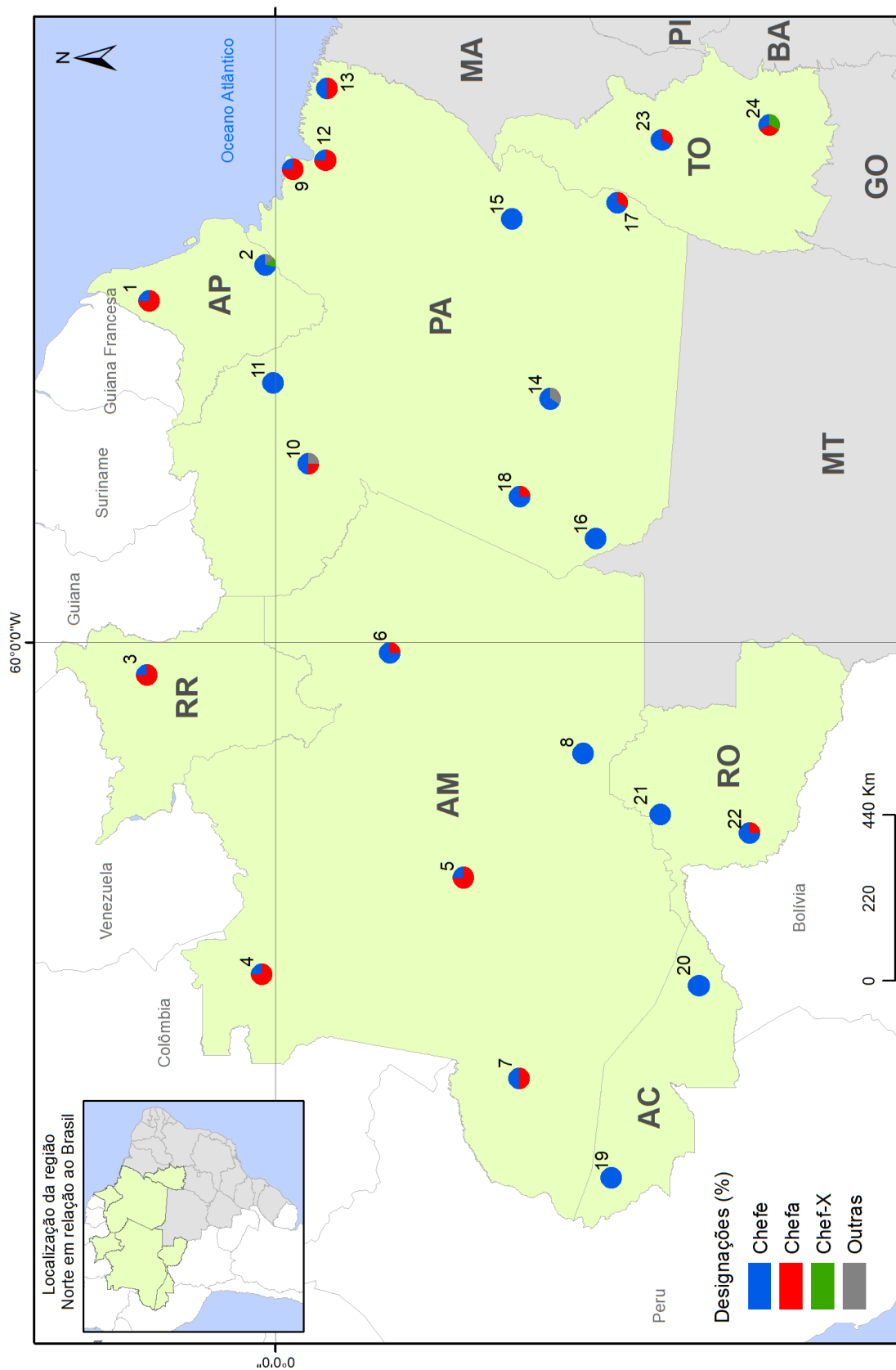
Ainda que a região possua estreita relação com a Alemanha, foi registrada a forma ‘estrangeira’, hiperônimo que não especifica o país, em uma única ocorrência na localidade 222, Lapa-PR.

Com base na análise das cartas supracitadas é possível notar a distribuição apresentada na Tabela 1, que demonstra haver um grande número de variantes com baixas ocorrências. A predominância da variante padrão ‘ladra’ se mantém em todas as regiões do país, no entanto há uma inversão de presença entre as designações ‘alemoa’ e ‘alemanha’ como segunda designação mais produtiva nas regiões: embora ‘alemoa’ tenha sido a segunda forma mais significativa nos dados gerais, com 12,3% totais, ela está concentrada nas partes central e sul do país, enquanto ‘alemanha’, que registrou 7,8% dos resultados totais, está concentrada nas regiões Norte e Nordeste, onde ocupa o posto de segunda designação mais produtiva.

4.5.5.2 O feminino de ‘chefe’: cartas

A seguir são apresentados os resultados cartografados da variável ‘mulher que chefia’, que se apresentou por meio de duas possibilidades: formas padrão, ‘chefe’ e ‘chefa’; outras variantes com base *chef-*; e demais lexias agrupadas em “outras”.

Figura 29 – Carta ‘mulher que chefia’ na Região Norte



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelyn Santana

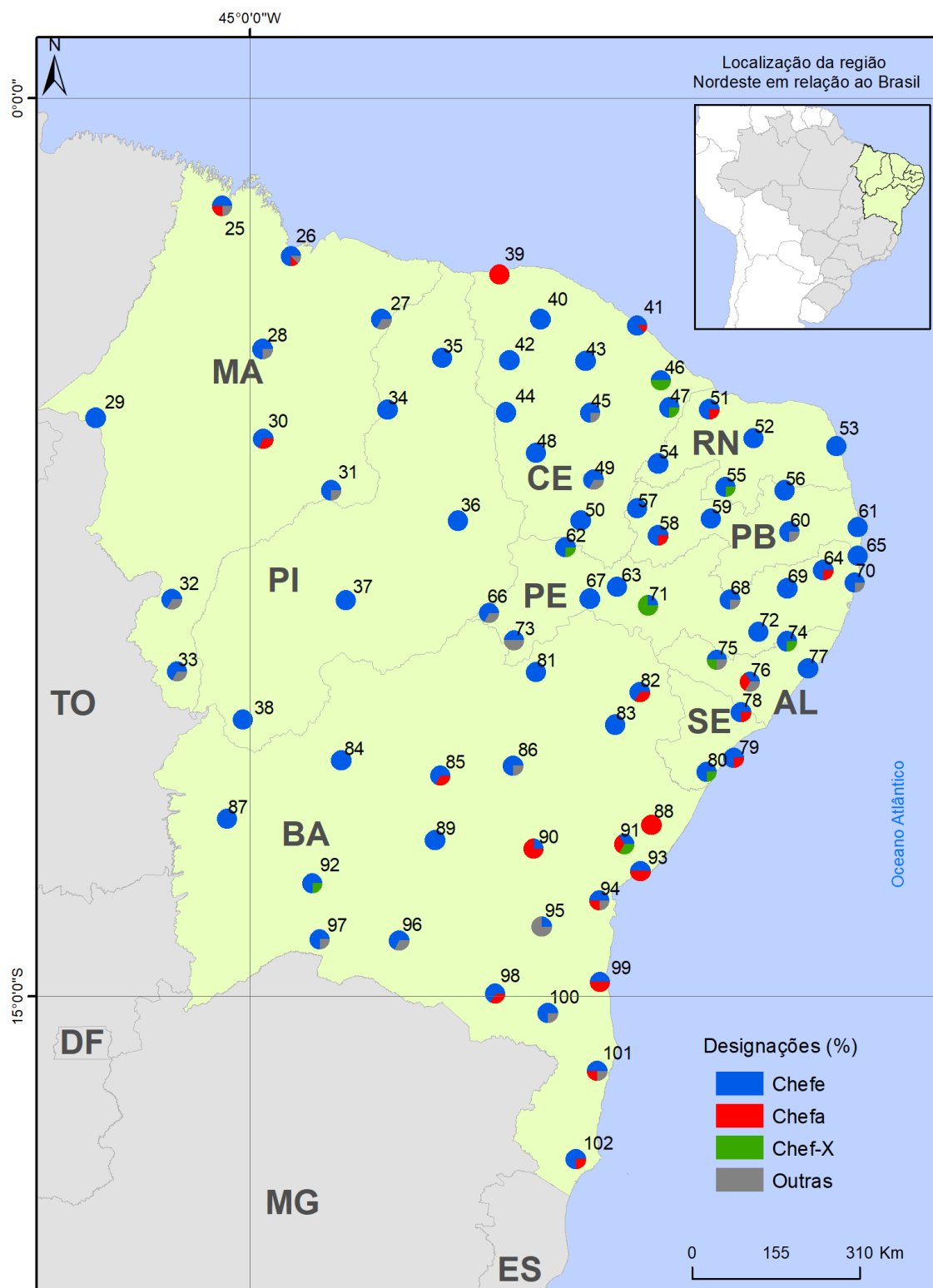
Na Região Norte, no que se refere ao feminino de ‘chefe’, nota-se a presença de ambas as variantes padrão – ‘chefe’ e ‘chefa’ – na maioria das localidades, pois, ainda que tenha predominância de ‘chefe’, a presença da variante ‘chefa’ na região a coloca com o maior índice quando comparada às demais, como mostra o Gráfico 14.

Em apenas duas localidades, pontos 2 (Macapá-AP) e 24 (Natividade-TO), foi registrada a presença de uma variante diferente com a base *chef-*, ‘chefia’ e ‘chefona’; e em três localidades houve registro de designações classificadas como “outras”, pontos 2 (Macapá-AP), 10 (Óbidos-PA) e 14 (Altamira-PA), duas ocorrências de ‘patroa’ e uma de ‘encarregada’, demonstrando pouca variação na região para a variável em questão.

Na Figura 30, a seguir, representando a Região Nordeste, evidencia-se a grande predominância da variante ‘chefe’. Em apenas duas localidades, pontos 39 (Camocim-CE) e 88 (Alagoinhas-BA), houve o registro categórico de ‘chefa’, no ponto 90 (Itaberaba-BA) ‘chefa’ foi predominante e em outras duas localidades, 93 e 99, Salvador e Ilhéus, também na Bahia, houve equilíbrio no registro de ambas as formas, o que demonstra a baixa produtividade de ‘chefa’ na região, como já mostrado no Gráfico 14.

Assim, quando observadas ambas as regiões, já é possível notar-se um padrão de baixa presença de outras variantes para além das possibilidades ‘chefe’ e ‘chefa’, pois na Região Nordeste em apenas duas localidades se registrou predomínio de variantes consideradas não-padrão, pontos 71 (Floresta-PE) e 95 (Jequié-BA).

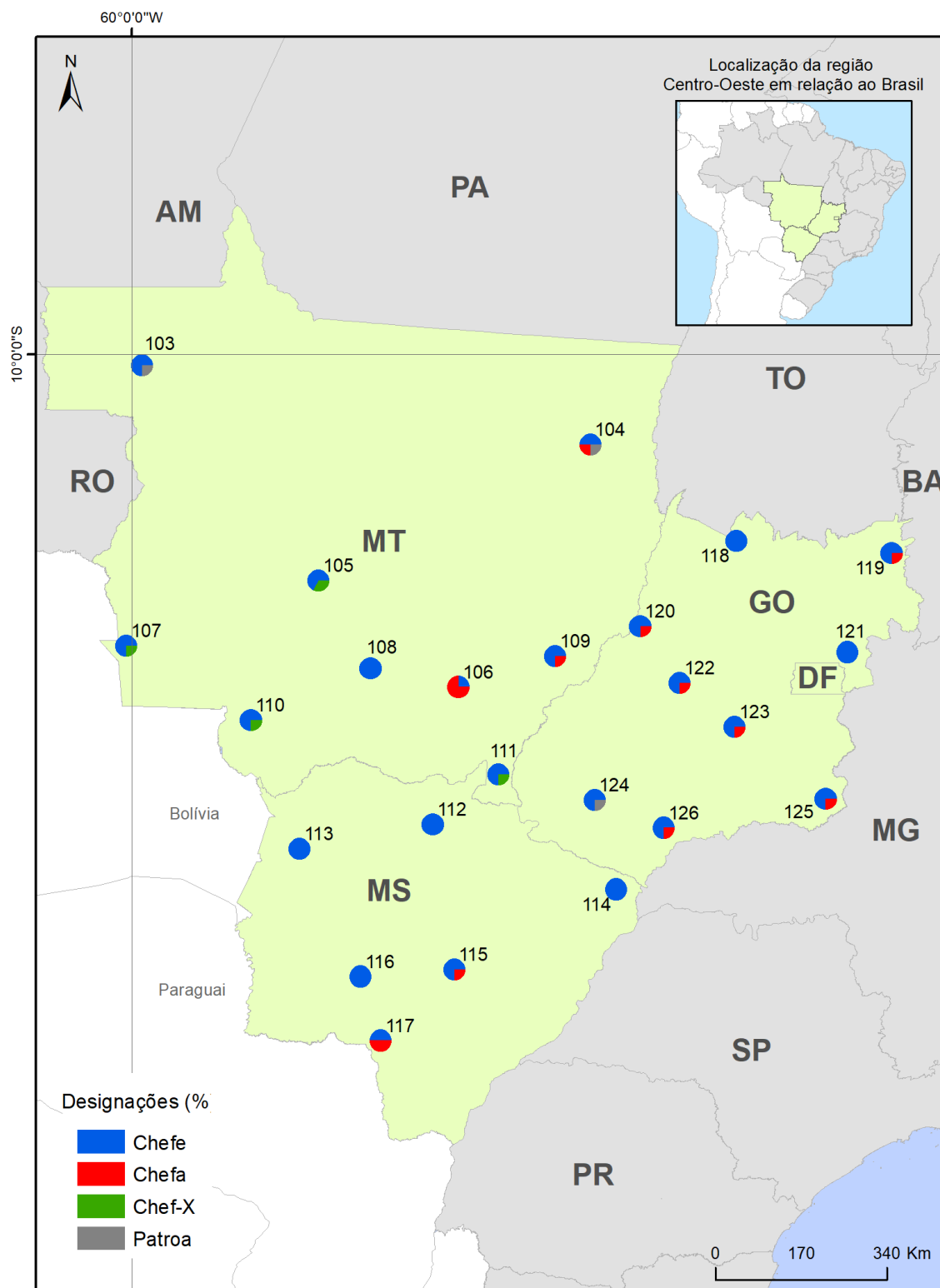
Figura 30 – Carta ‘mulher que chefia’ na Região Nordeste



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Figura 31 – Carta ‘mulher que chefia’ na Região Centro-Oeste



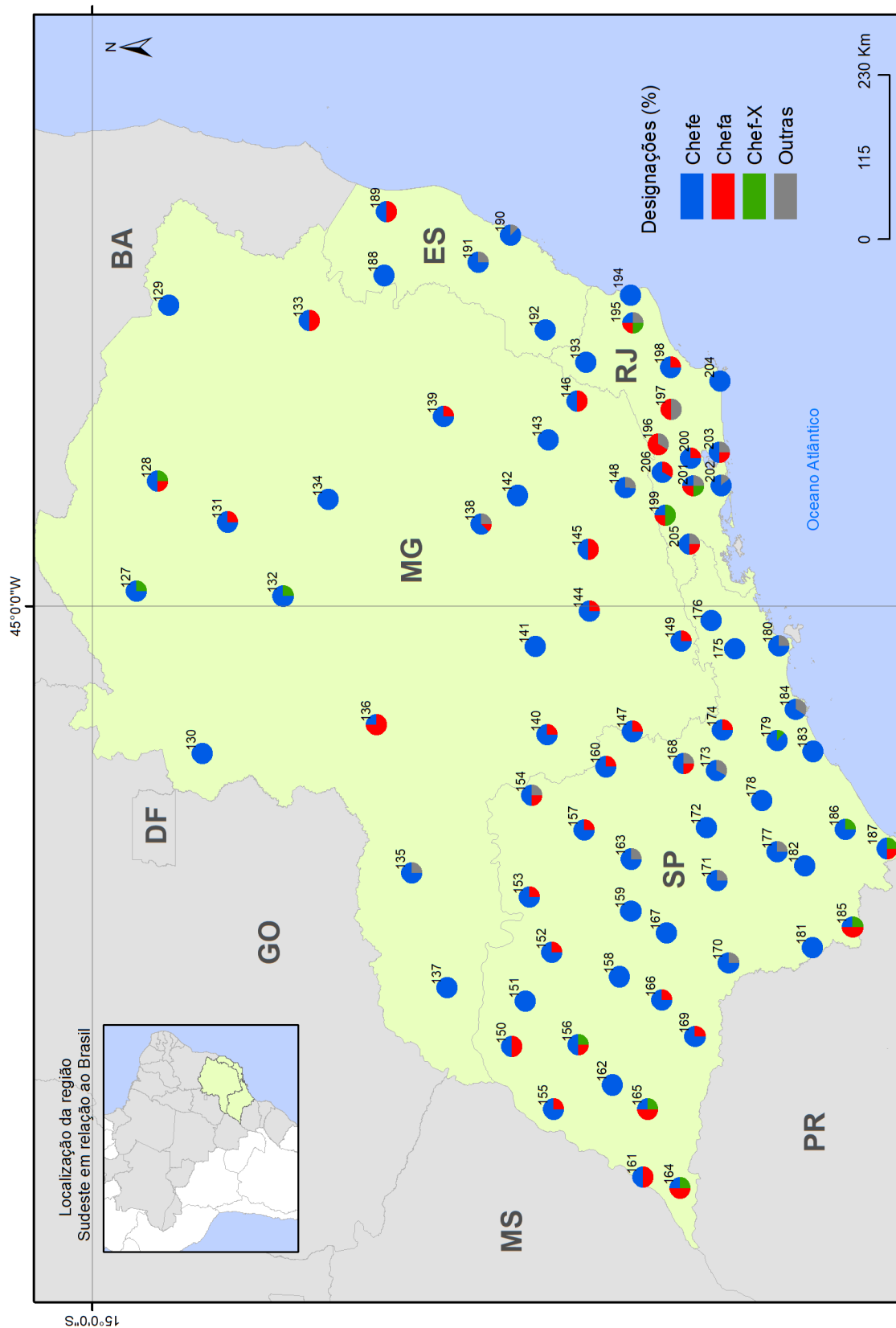
Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Seguindo o que se vem observando, na Região Centro-Oeste, representada na Figura 31, também se nota a grande presença da variante 'chefe' espalhada por toda a área. A localidade 106 (Poxoréu-MT) é a única com predominância de 'chefe' e o ponto 117 (Ponta Porã-MS) apresenta equilíbrio entre ambas as variantes padrão. Na Região Centro-Oeste, registra-se também a presença da variante 'patroa' em três localidades diferentes, geograficamente distantes uma das outras. Neste caso, 'patroa' foi exibida na legenda da carta por ter sido a única designação considerada "outras".

Na Figura 32, a seguir, representa-se a Região Sudeste, em que a presença de 'chefe' só é mais significativa no Estado do Rio de Janeiro, com ocorrências em quase todas as localidades. Nos demais estados da região há grande predomínio da variante 'chefe', sobretudo no estado de São Paulo em que a variante 'chefe' é categórica em diversas localidades.

Figura 32 – Carta ‘mulher que chefia’ na Região Sudeste



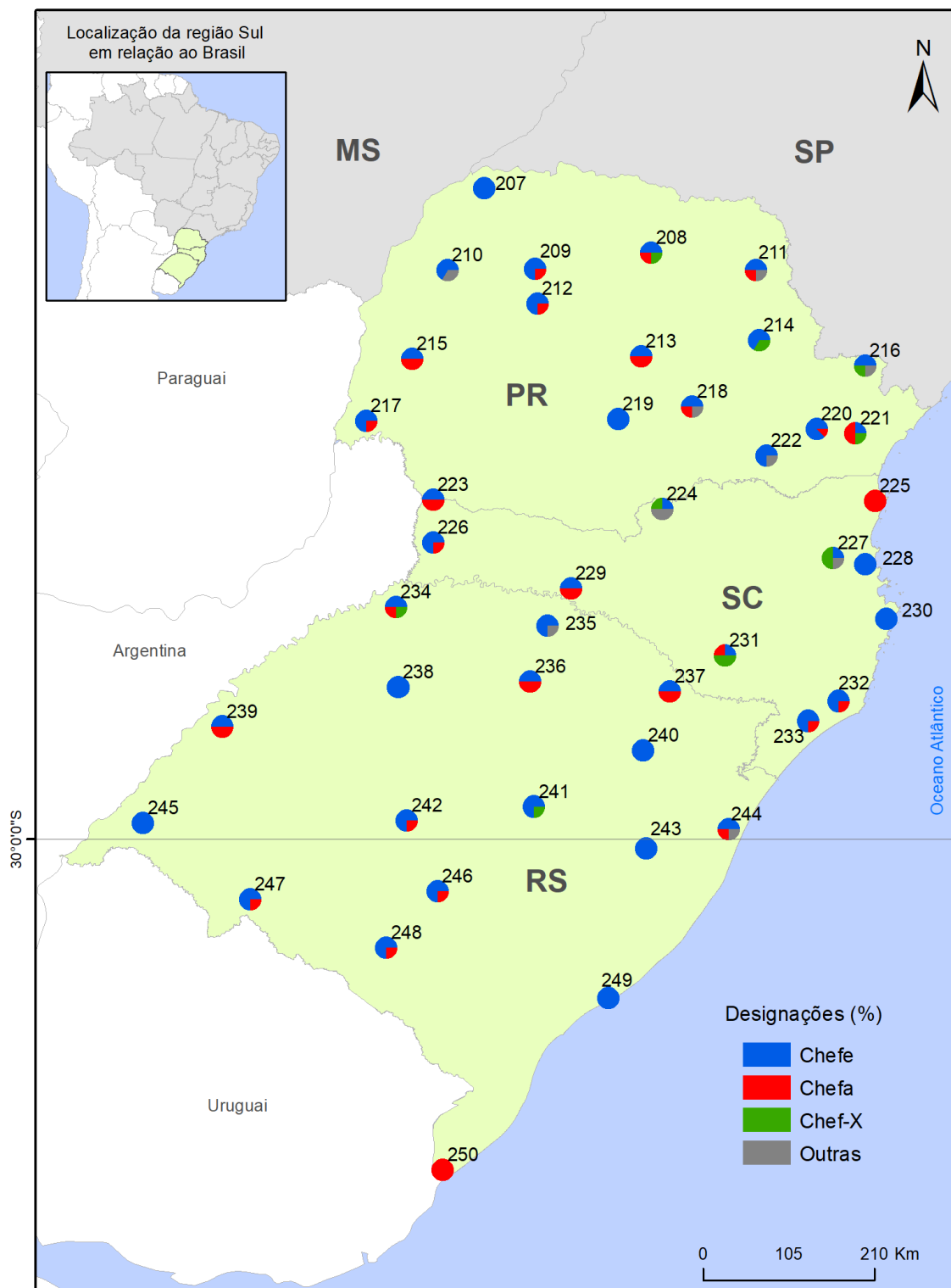
Carta Base – Fonte: IBGE, 2022
 Planejamento Cartográfico e Edição: Evelen Santana

Fonte: Questionários do ALIB
 Análise Linguística: Elide Elen Santana

Por fim, na Figura 33, a seguir, representa-se a Região Sul, cujas localidades apresentam variação entre ambas as formas, ainda que novamente a variante 'chefe' se mostre muito mais produtiva. Nessa região, destacam-se os pontos 225 (São Francisco do Sul-SC) e 250 (Chuí-RS) por apenas apresentarem a variante 'chefe'.

Com isso, a representação cartográfica demonstra a ampla preferência dos informantes pela variante 'chefe', enquanto a variante 'chefa' está presente em baixo percentual em diversas localidades isoladamente. As demais variantes apresentam um percentual ainda mais baixo e sem concentração geográfica notável.

Figura 33 – Carta ‘mulher que chefia’ na Região Sul



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

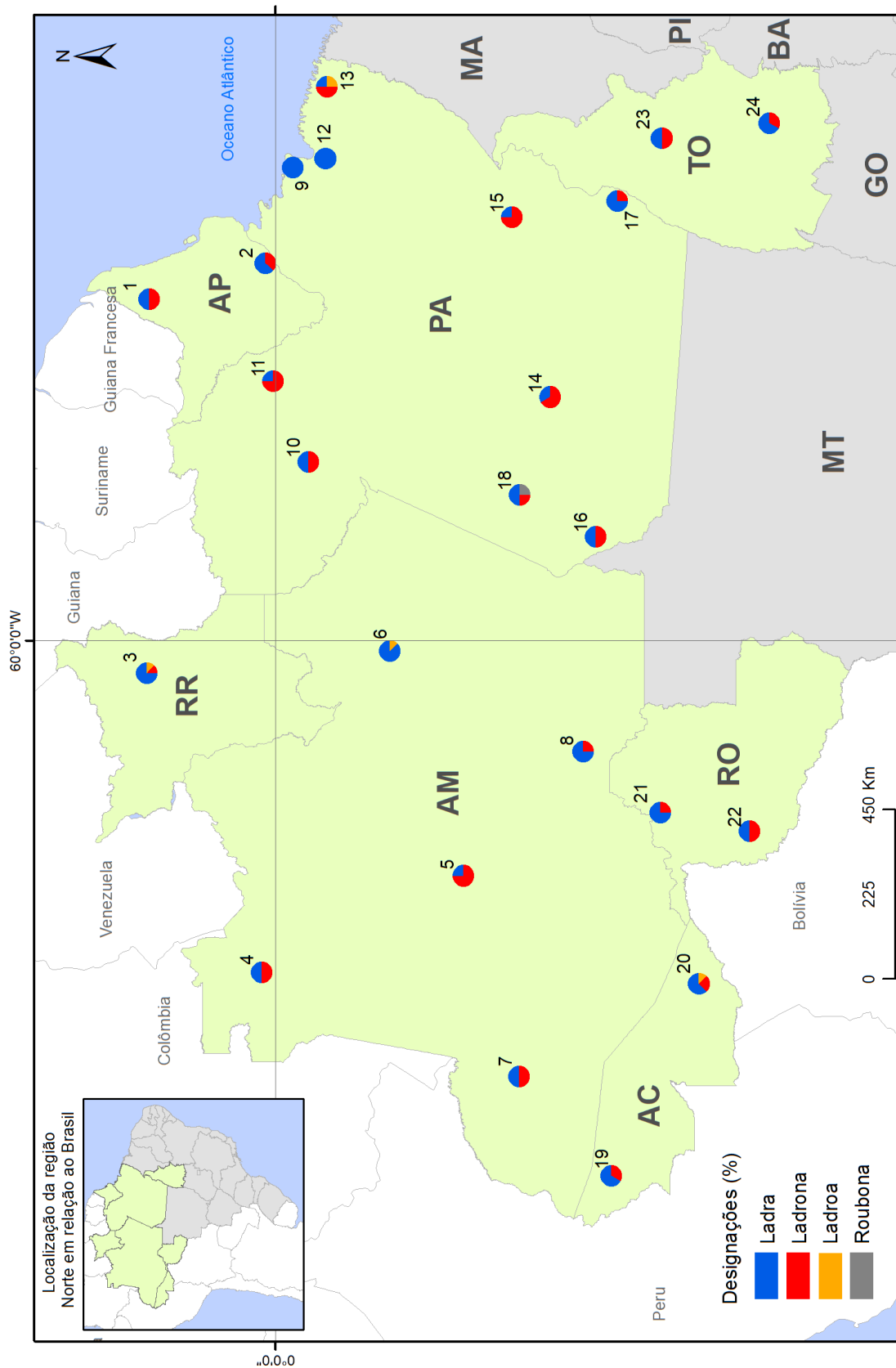
Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelen Santana

4.5.5.3 O feminino de 'ladrão': cartas

Para a pergunta referente às denominações para o conceito “mulher que rouba”, como já registrado acima, houve predominância da variante considerada não padrão, 'ladrona'. No entanto, esse resultado não é válido para todas as regiões e as cartas a seguir demonstram a situação em cada região e em cada localidade no país. Nas cartas são também exibidas outras variantes produtivas e, quando necessário, houve agrupamento de formas com base *ladr-* e outras lexias.

Na Região Norte, representada na carta a seguir, diferentemente da tendência nacional de predominância da variante 'ladrona', registrou-se maior presença de 'ladra', ainda que ela esteja concorrendo em quase todas as localidades com 'ladrona' ou com outra designação. As únicas localidades em que apenas se registrou a forma padrão 'ladra' foram as localidades 9 (Soure-PA) e a capital Belém-PA, ponto 12. Na região também se registra a presença da variante 'ladroa' em quatro localidades e uma resposta 'roubona'.

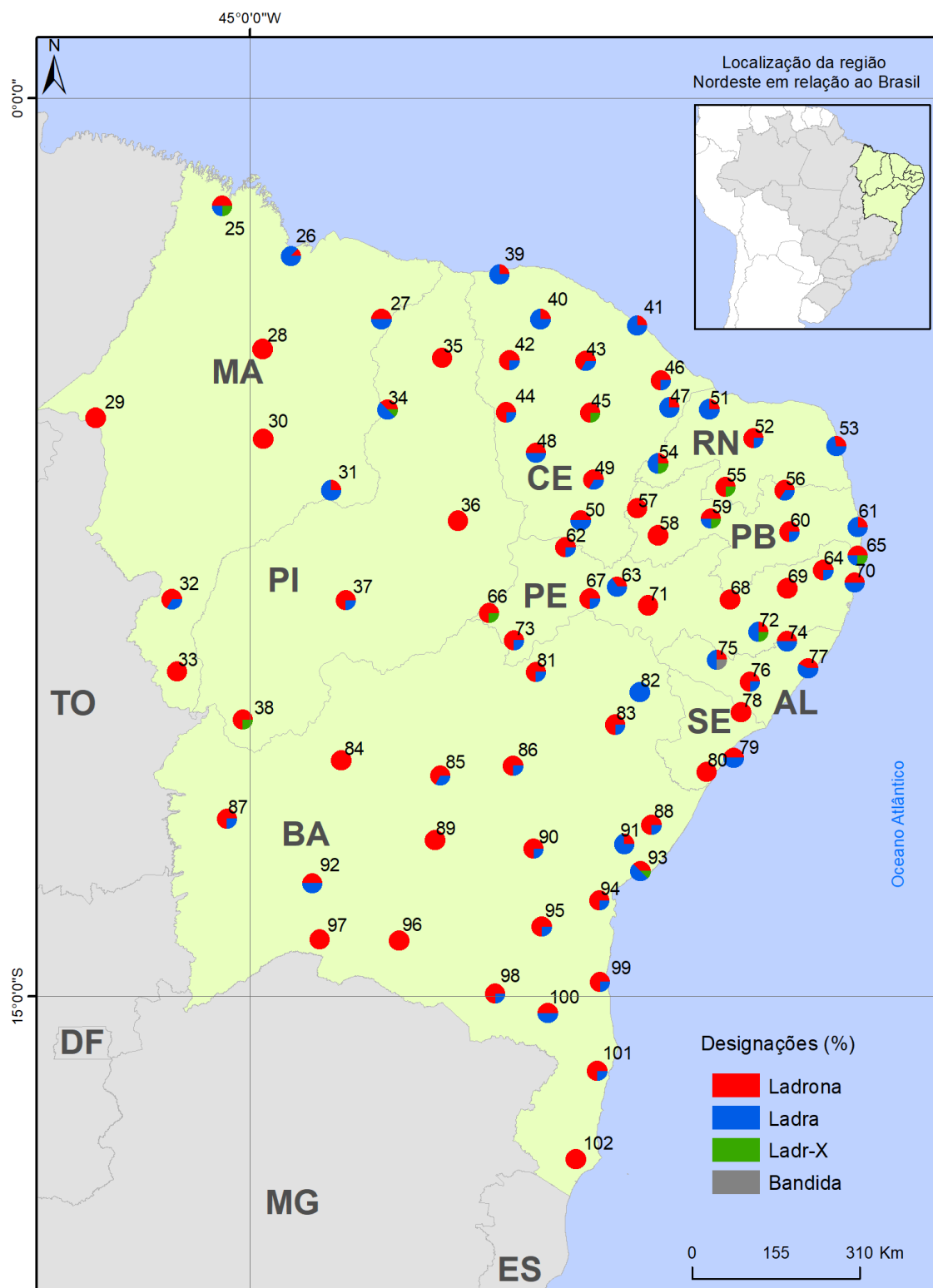
Figura 34 – Carta ‘mulher que rouba’ na Região Norte



Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
 Planejamento Cartográfico e Edição: Evelyn Santana

Fonte: Questionários do ALIB
 Análise Linguística: Elide Elen Santana

Figura 35 – Carta ‘mulher que rouba’ na Região Nordeste



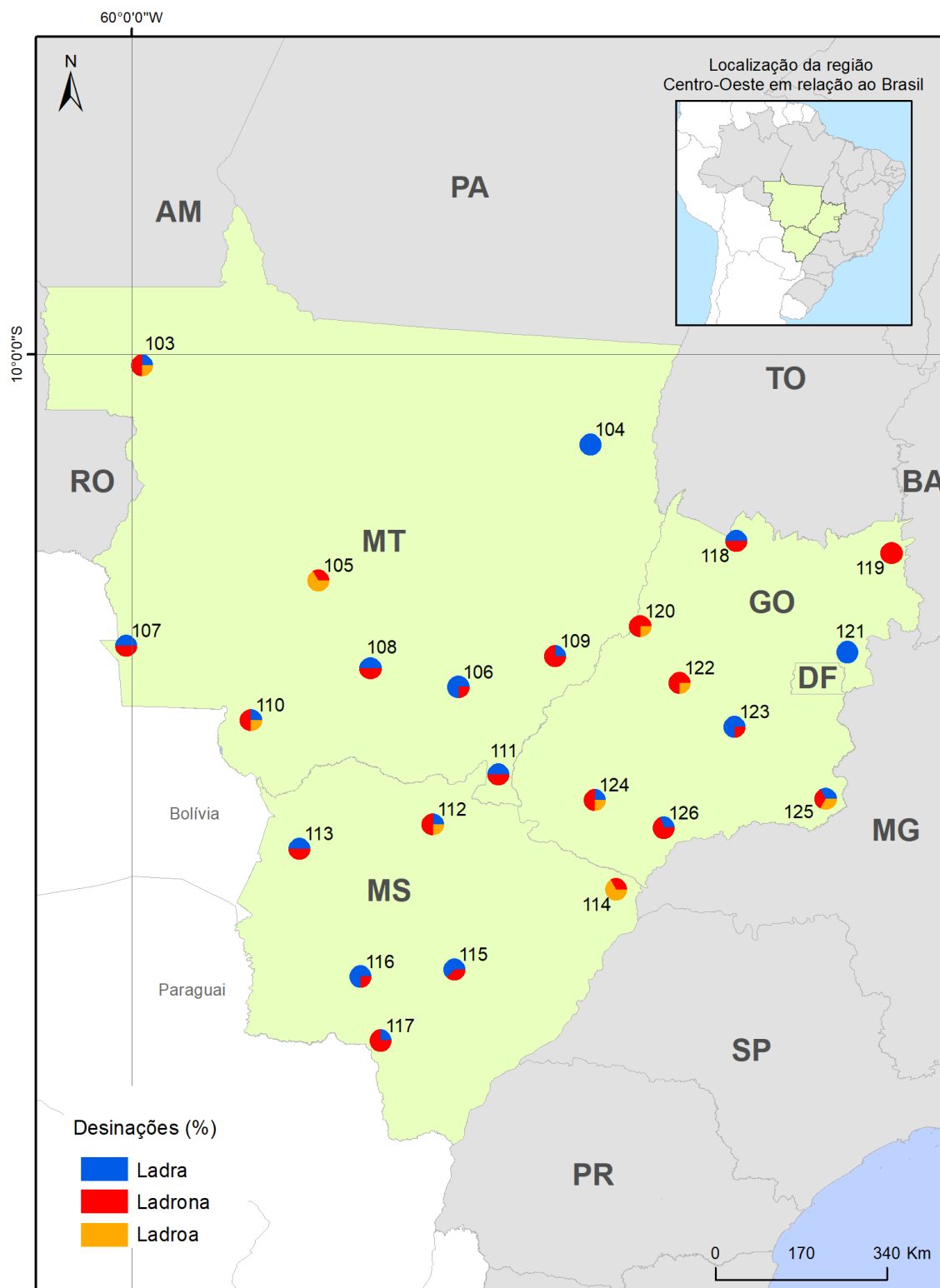
Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelen Santana

Já na Região Nordeste não apenas se registrou o padrão mais geral de preferência por 'ladrona', como nesta área do país, expressa na Figura 35, a presença de 'ladrona' foi bastante significativa e ocorreu em quase todas as localidades, com exceção do ponto 82 (Jeremoabo-BA) que registrou apenas a variante padrão 'ladra'. Assim, na maioria das localidades houve concorrência de ambas as formas, enquanto em dezoito localidades 'ladrona' foi resposta categórica e foi registrada, também, uma ocorrência da variante 'bandida'.

Na Região Centro-Oeste, representada na Figura 36, a seguir, se verificou o predomínio de 'ladra', assim como na região Norte. No entanto, a variante padrão está em ampla concorrência tanto com 'ladrona' quanto com 'ladroa', variante presente na maior parte da região e em todos os três estados. Na região destaca-se a ocorrência categórica da variante 'ladrona' no ponto 119 (São Domingos-GO) e ocorrência categórica da variante 'ladra' nos pontos 104 (São Félix do Araguaia-MT) e 121 (Formosa-GO).

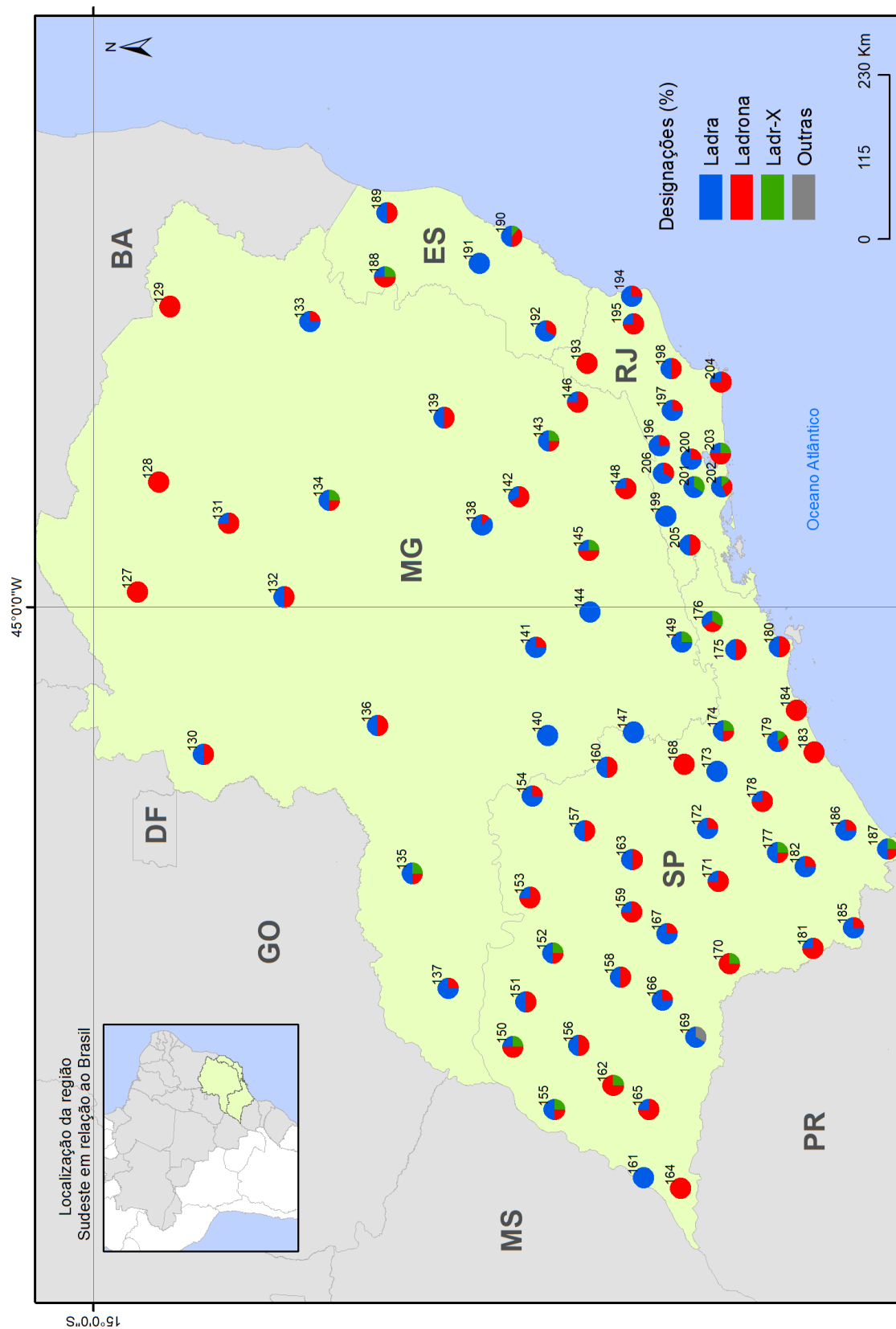
Figura 36 – Carta ‘mulher que rouba’ na Região Centro-Oeste



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Figura 37 – Carta ‘mulher que rouba’ na Região Sudeste



Carta Base – Fonte: IBGE, 2022
 Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Fonte: Questionários do ALIB
 Análise Linguística: Elide Elen Santana

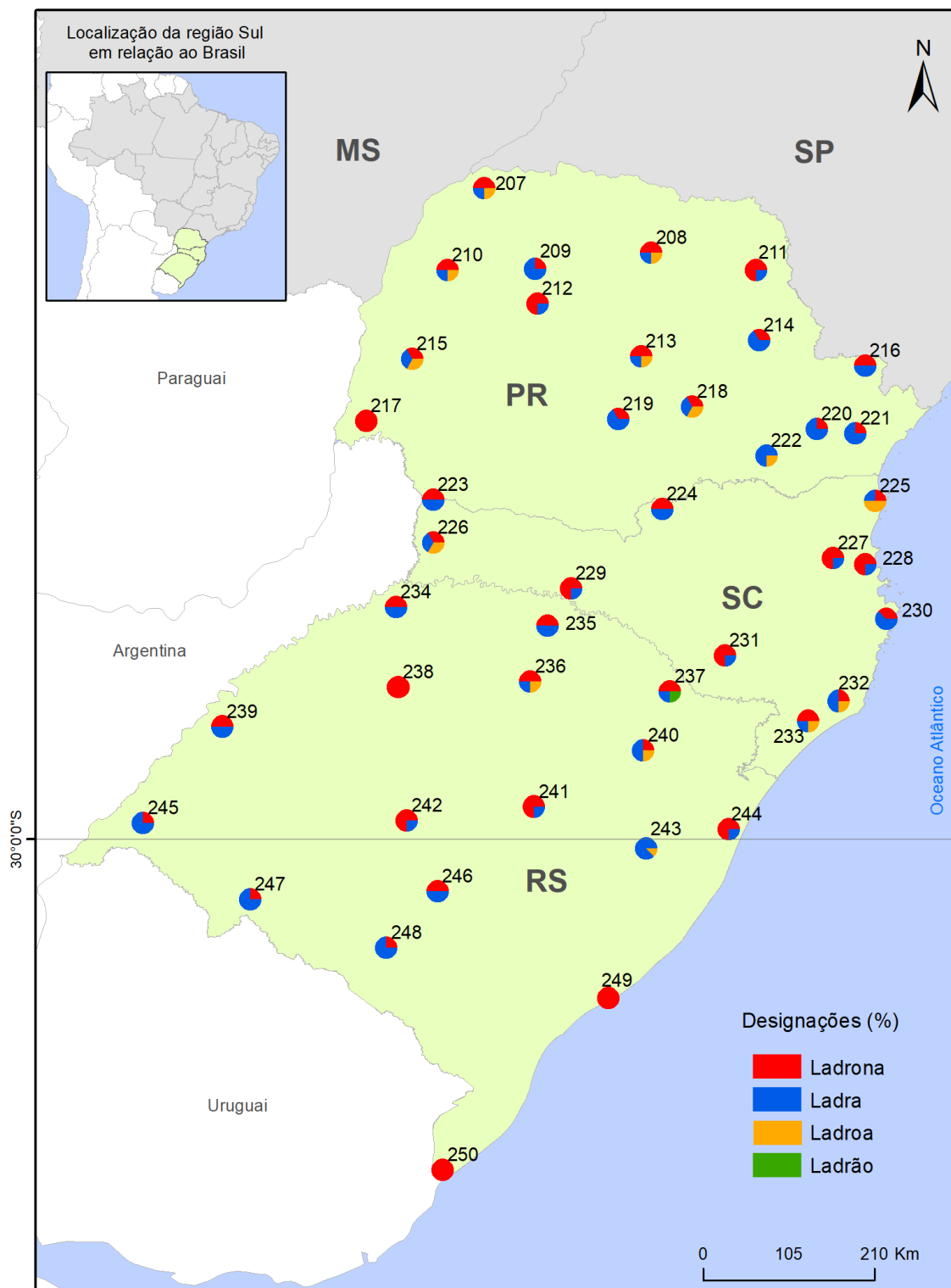
O predomínio de 'ladra' também se manteve na Região Sudeste, na Figura 37 acima, ainda que se note a concorrência com 'ladrona', demonstrando equilíbrio entre a presença de ambas variantes. Na Região Sudeste, é possível notar também a presença mais intensa de variação do que nas outras regiões, tanto com designações de base *ladr-x* tanto com designações agrupadas em "outras".

Por fim, na Figura 38, exibem-se os resultados da Região Sul do país. Ainda que tenha mantido o padrão que se encontrou no Brasil, com predominância da variante 'ladrona', há bastante concorrência com a variante padrão 'ladra', assim como, nessa região, também se registra a presença significativa da variante 'ladroa', sobretudo no Estado do Paraná.

O *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)* (Koch et al, 2011, p. 312-313) também apresenta as formas para o feminino de 'ladrão', comprovando, em sua extensa rede de pontos, a preferência pela variante 'ladrona' na região, com um total de 47%, seguida de 'ladroa', com 34%, para, só então, aparecer a forma padrão 'ladra', com média de 9%.

Os resultados apresentados demonstram, então, que, ainda que em algumas regiões haja prevalência maior de 'ladrona', enquanto em outras seja de 'ladra', ambas as variantes coocorrem com frequência em todos os estados e na maioria das localidades. A forma 'ladroa', mesmo estando fora do rol das variantes esperadas, mostrou a sua vitalidade em pontos isolados da Região Norte; numa faixa central da Região Centro-Oeste, abrangendo os três estados, tornando possível delimitar uma isoglossa; e na Região Sul, concentrada no Estado do Paraná e em pontos isolados dos demais estados.

Figura 38 – Carta ‘mulher que rouba’ na Região Sul



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

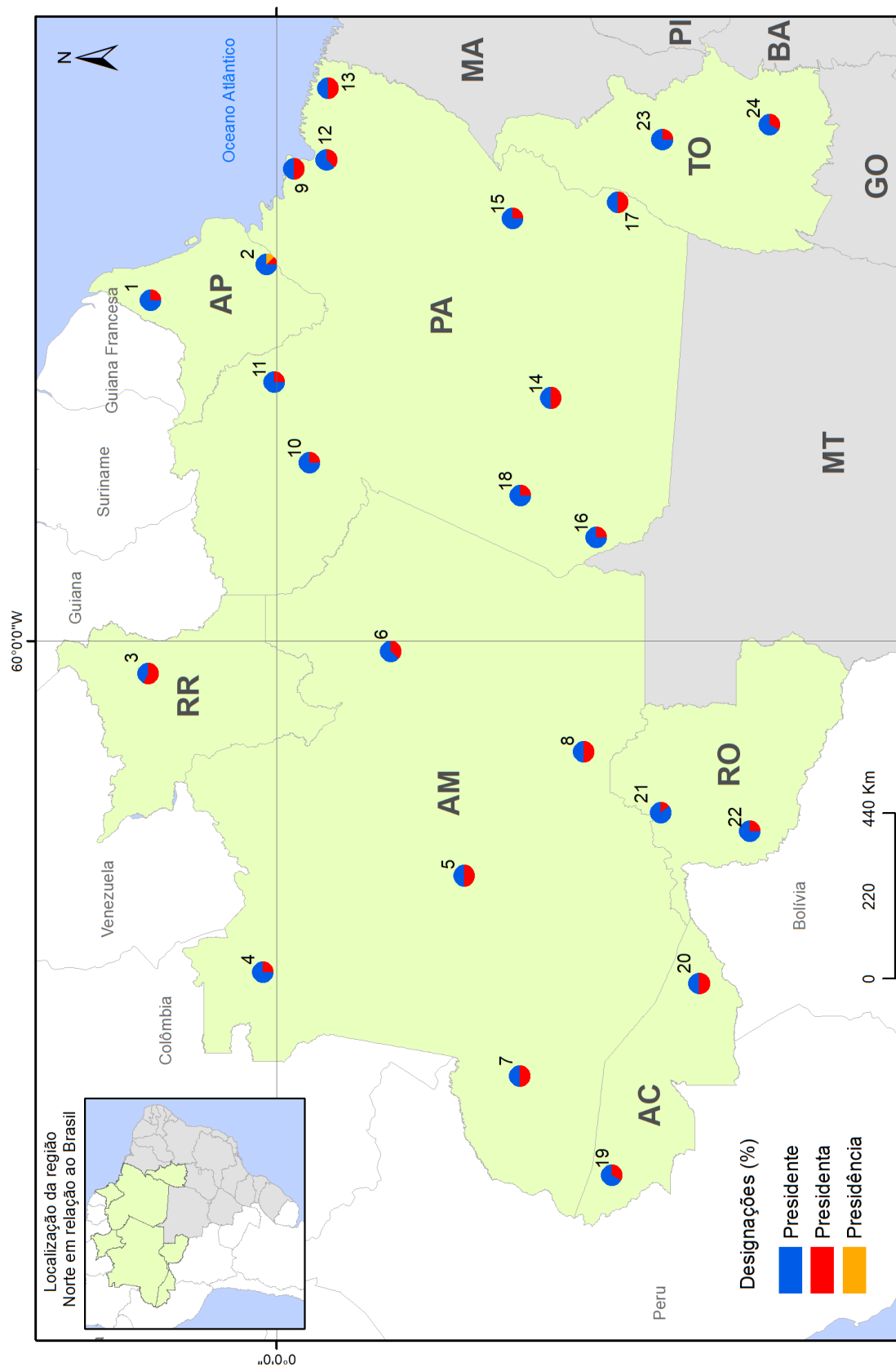
Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

4.5.5.4 O feminino de ‘presidente’: cartas

Para a variável “mulher na presidência”, registrou-se predominância de uso das duas possibilidades de formas padrão – ‘presidente’ e ‘presidenta’. A designação ‘presidência’, assim como formas compostas que incluíram a palavra ‘presidente’, estão agrupadas em *presid-x* nas cartas, enquanto as variantes ‘governadora’ e ‘prefeita’ foram agrupadas em “outras” na ocorrência de ambas ou apresentadas isoladamente na ocorrência de apenas uma delas.

Na Região Norte, representada na Figura 39, a seguir, registra-se a presença de ambas as variantes consideradas padrão – ‘presidente’ e ‘presidenta’ – em todas as localidades, ainda que a variante ‘presidenta’ tenha um baixo índice de uso. Registra-se também, no ponto 2, a capital do Amapá, Macapá, uma ocorrência da forma ‘presidência’.

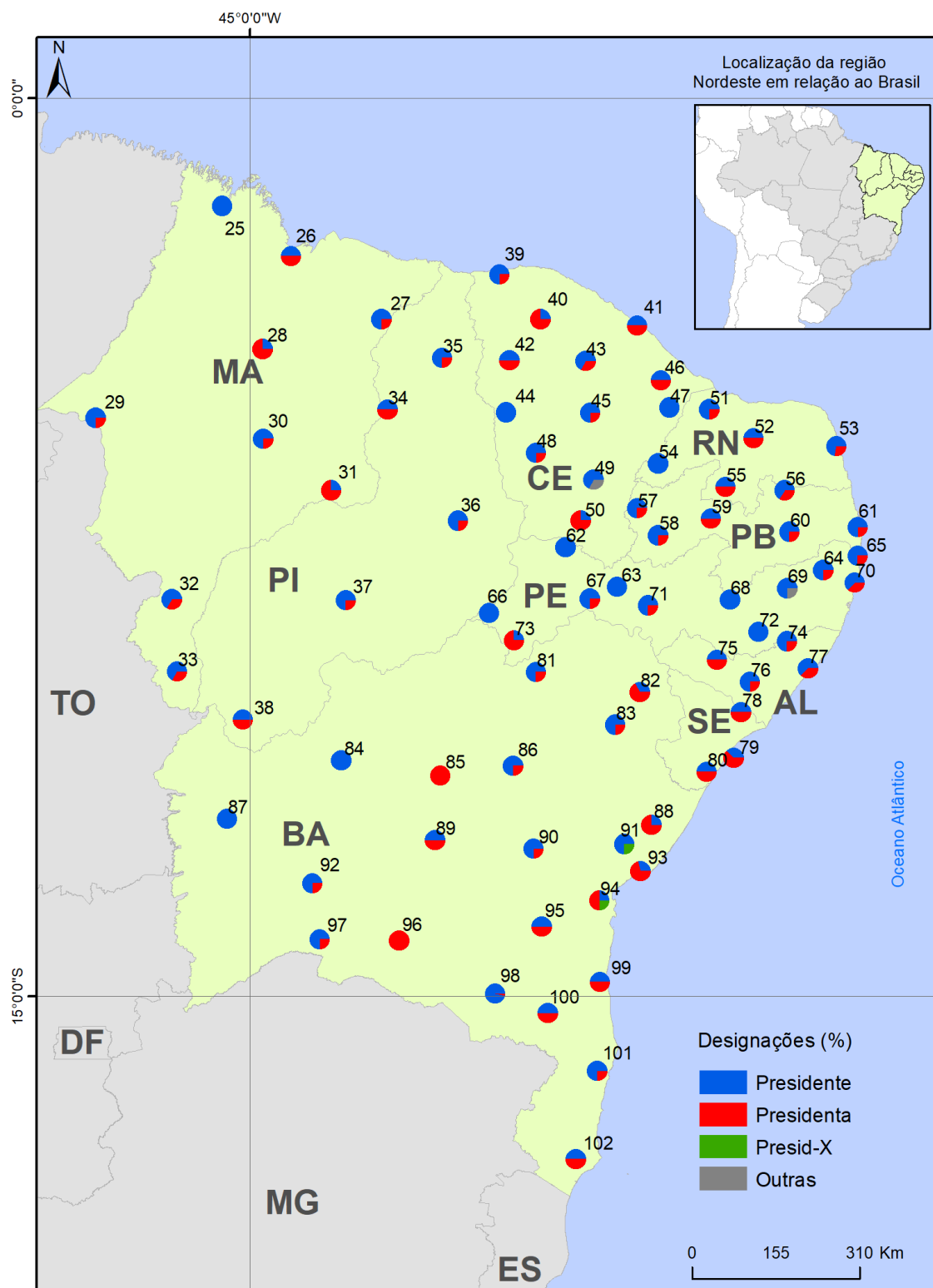
Figura 39 – Carta ‘mulher na presidência’ na Região Norte



Fonte: Questionários do ALIB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelyn Santana

Figura 40 – Carta ‘mulher na presidência’ na Região Nordeste



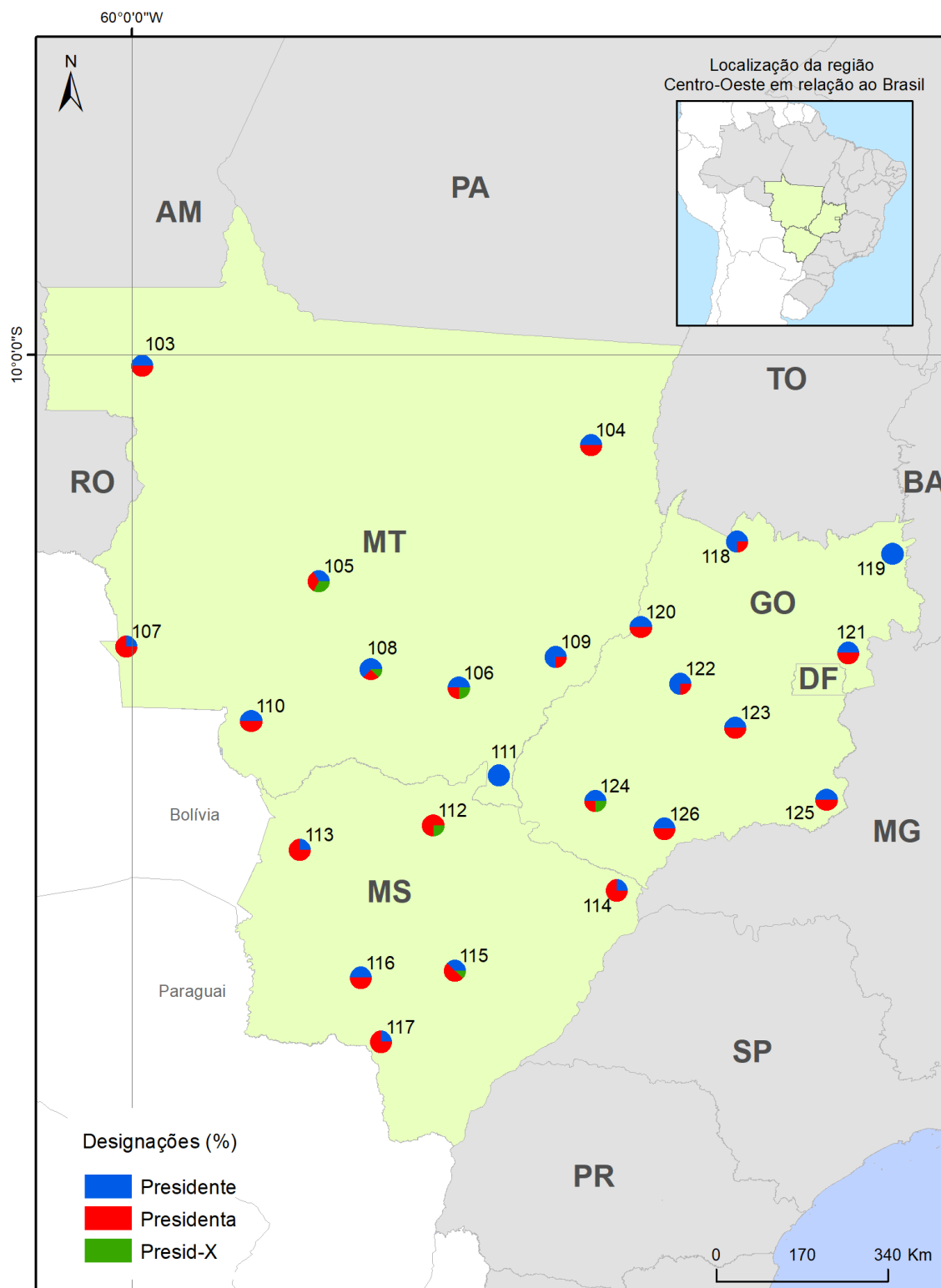
Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelen Santana

Na Região Nordeste, representada na Figura 40, o predomínio da variante 'presidente', em azul, fica evidente, ainda que tenham sido registradas duas localidades em que a única resposta foi 'presidenta' – pontos 85 (Irecê-BA) e 96 (Caetité-BA). Foram também registradas duas ocorrências de outras variantes com base *presid-* e duas ocorrências de outras lexias, demonstrando a incerteza dos informantes em face do questionamento.

Na Figura 41, a seguir, referente à Região Centro-Oeste, novamente destaca-se a ocorrência de ambas as variantes 'presidente' e 'presidenta'. Aqui se destaca o registro de cinco ocorrências de outras formas com base *presid-* na área mais central do norte do país, mais uma vez evidenciando a incerteza e a criatividade dos informantes.

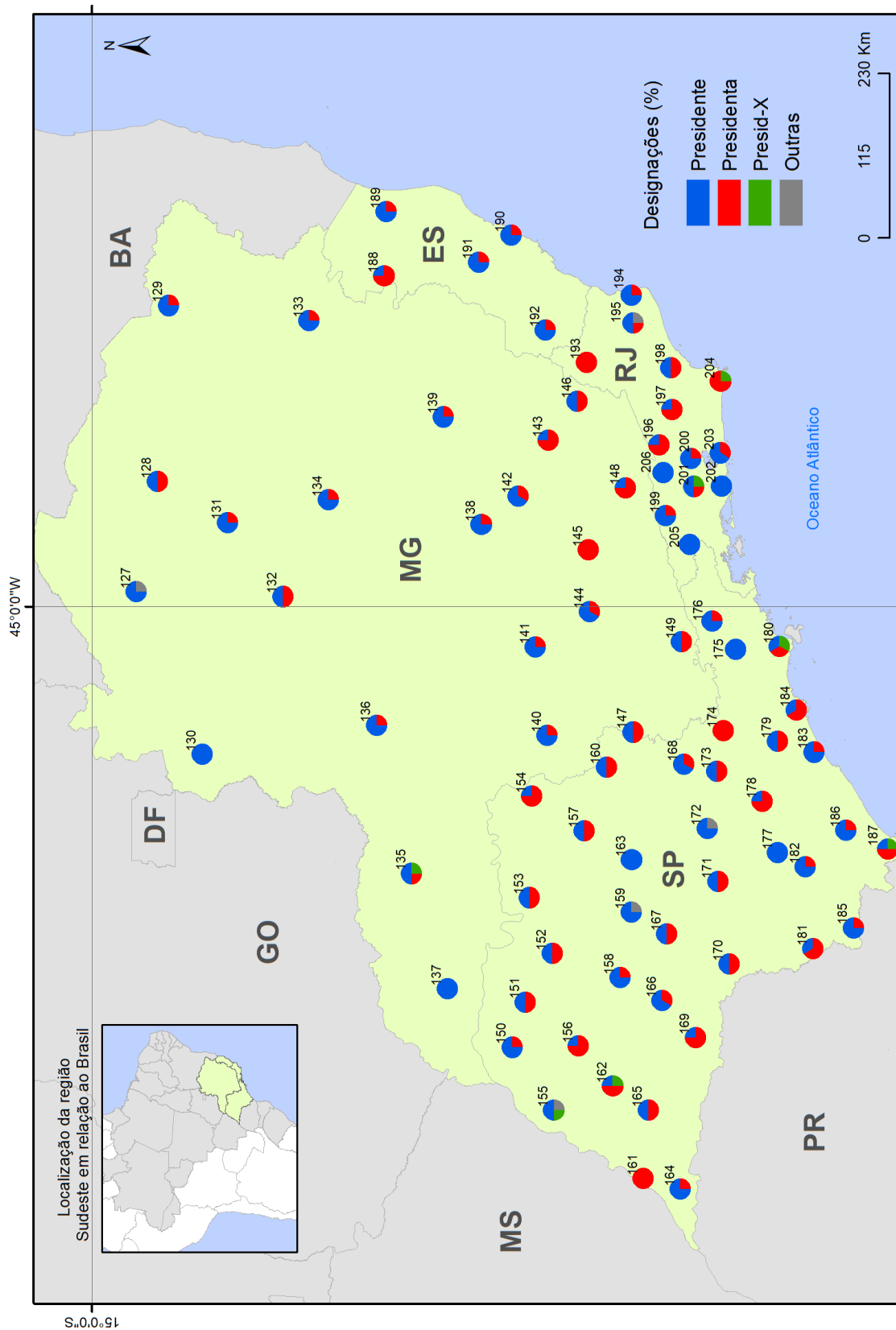
Figura 41 – Carta ‘mulher na presidência’ na Região Centro-Oeste



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Figura 42 – Carta ‘mulher na presidência’ na Região Sudeste



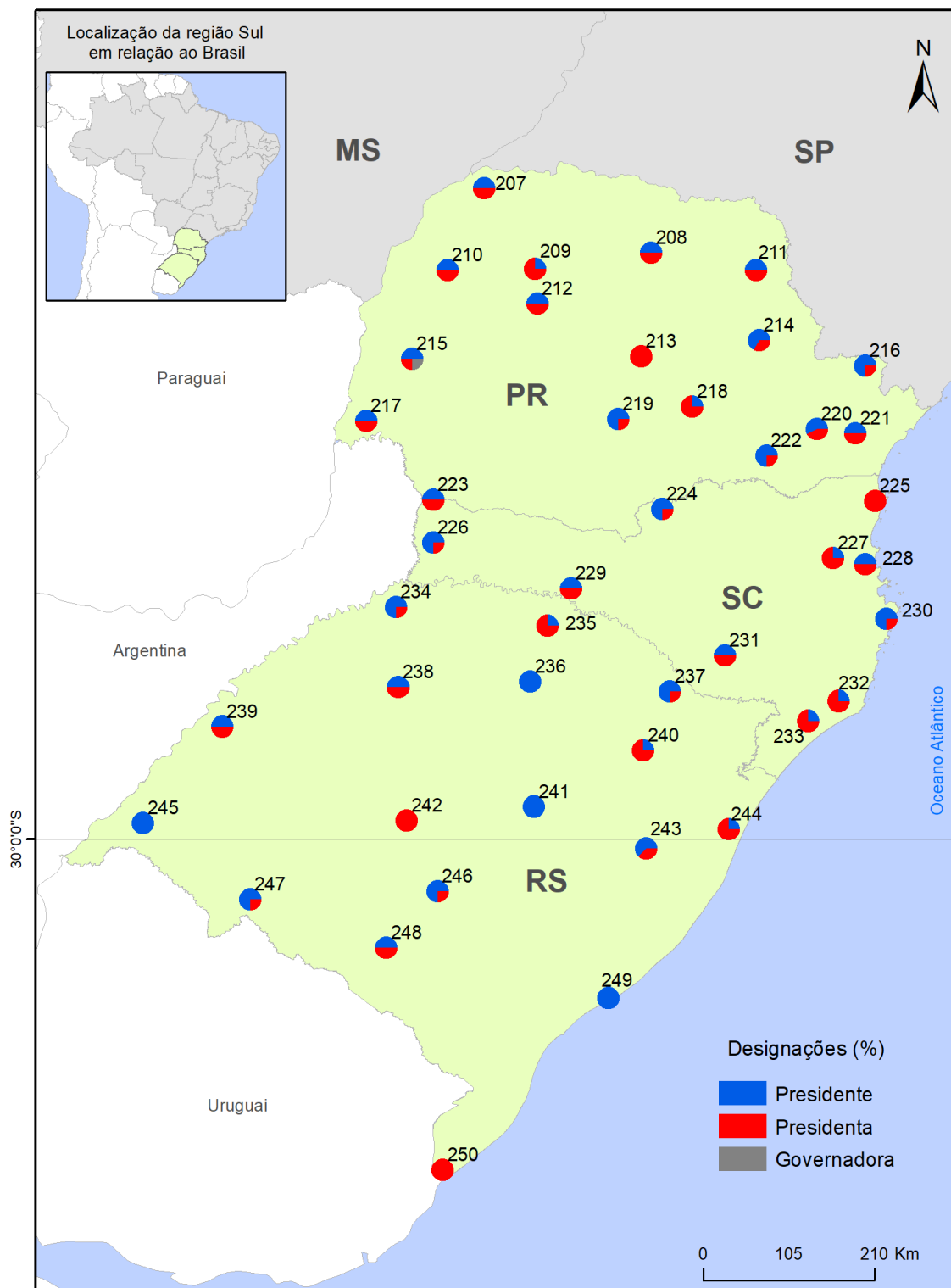
Carta Base – Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Evelen Santana

Fonte: Questionários do ALIB
Análise Linguística: Elide Elen Santana

De igual forma, na Região Sudeste, ilustrada na Figura 42, nota-se a presença de ambas as formas padrão na maioria das localidades. Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo também foi registrada presença de outras variantes em algumas das localidades.

A Região Sul, exibida na Figura 43, a seguir, foi a que apresentou maior presença da variante 'presidenta', como se viu no Gráfico 16, demonstrando situação de equilíbrio entre ambas as formas padrão. Nessa região destacam-se também os pontos em que apenas foi registrada a variante 'presidenta', quatro ao todo: 213 (Cândido de Abreu-PR), 225 (São Francisco do Sul-SC), 242 (Santa Maria-RS) e 250 (Chuí-RS). É relevante destacar aqui que as localidades 225 e 250, no que se refere à variável 'mulher que chefia', também apresentaram como resposta única a palavra 'chefa', demonstrando haver um padrão de marcação de traço [+ feminino]. Na Região Sul houve ainda uma ocorrência da variante 'governadora' como resposta à pergunta, no ponto 215 (Toledo-PR).

Figura 43 – Carta ‘mulher na presidência’ na Região Sul



Fonte: Questionários do ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2022
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Assim, ao analisar as quatro variáveis em estudo nas cinco regiões do Brasil, é possível verificar em que regiões os resultados se assemelham e em que regiões eles se distanciam. A visualização em cartas linguísticas permite não apenas analisar cada localidade isoladamente, mas, principalmente, verificar o panorama geral de presença de cada variante, sendo possível perceber o percurso dela e o ponto em que a variação e as semelhanças entre as localidades se tornam mais latentes.

Na última seção, a seguir, os dados cartográficos são sintetizados juntamente com todos os demais dados integrantes da pesquisa a fim de se estabelecer um cenário mais detalhado da situação da determinação de gênero no português brasileiro, com base nas variáveis consideradas, tecendo as considerações finais deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo de estudar as relações entre língua e gênero para além dos estudos tradicionais, que sequer consideram a noção de gênero como algo diverso e fluido, como se percebe nos dias atuais, motivou os caminhos desta pesquisa. No entanto é preciso reconhecer que a natureza do questionário linguístico do qual os dados foram obtidos – dados do Projeto ALiB – não favorece a obtenção de uma resposta ampla de todos os informantes, apesar de ter sido possível capturar diversos trechos de análises e julgamentos feitos pelos falantes acerca das variantes escolhidas ou, ao menos, mencionadas.

Nesta tese, foram analisadas as formas de feminino para os nomes ‘alemão’, ‘chefe’, ladrão’ e ‘presidente’, assim como quaisquer outras formas utilizadas para expressar os conceitos “mulher que nasce na Alemanha”, “mulher que chefia”, “mulher que rouba” e “mulher na presidência”. Para o estudo dessas quatro variáveis, considerou-se o *corpus* do Projeto ALiB, constituído de 1.100 informantes distribuídos por várias localidades do território nacional (capitais e cidades do interior) e estratificados por sexo, faixa etária e escolaridade (esta última estratificação apenas nas capitais – nível fundamental e nível universitário –, já que nas localidades do interior só há informantes com o nível fundamental).

Para as variáveis em análise, algumas questões foram postas:

- (i) quais informantes utilizariam mais as variantes consideradas padrão?
- (ii) quais designações consideradas não-padrão seriam utilizadas?
- (iii) quais procedimentos de demarcação de gênero feminino seriam utilizados pelos informantes?

Com base na análise dos resultados e levando em consideração o aporte teórico-metodológico da pesquisa, para cada uma das quatro variáveis em estudo foi possível encontrar caminhos promissores para responder aos questionamentos supracitados.

Para o feminino de ‘alemão’, ‘alemã’ está estabelecida na língua como variante padrão para um determinado grupo socioeconomicamente privilegiado, falantes de escolaridade universitária e moradores de centros urbanos. Para outra parcela da população, a distância com qualquer referência relativa a um país estrangeiro, europeu, faz com que a denominação a uma mulher nascida na Alemanha seja alvo de incerteza e, assim, surgem duas possibilidades: a) especular o gentílico por meio

de terminações diversas utilizadas para esse fim, sobretudo a relativa à sua própria condição, ou outras terminações demonstrando as inúmeras possibilidades de morfemas com marcas de gênero; ou b) isentar-se de dar qualquer resposta por meio de negativas, tentativas frustradas e abandonadas, ou, até mesmo, o silêncio. Para além disso, a análise geográfica revelou a vitalidade da variante 'alemoa' na área centro-sul do país, demonstrando ser essa variante uma concorrente da forma padrão amplamente difundida nessa área de forte influência germânica nas suas origens e costumes.

No que se refere ao feminino de 'chefe', colocam-se duas possibilidades de compreensão da forma dentro da língua, resultando em 'chefe' ou 'chefa'. A partir dos resultados, foi possível extrair a informação de que, para a maioria dos falantes, 'chefe' é um substantivo comum de dois gêneros que, portanto, aceita as formas 'o chefe' e 'a chefe'. Para uma parcela dos falantes, 'chefe' é um substantivo masculino cuja variação de gênero se dá da maneira mais comum, com o uso da desinência -a, formando, assim, 'chefa'. No entanto, para essa dupla possibilidade, não foram encontrados indícios suficientes para indicar fatores influenciadores para essa seleção de uso, nem mesmo no que se refere diretamente ao sexo/gênero dos informantes. Uma terceira e menor parcela dos informantes, porém, não utilizou as variantes mencionadas e optou por uma variedade de formas que seguiram três caminhos: a) diferentes morfemas com indicação de gênero feminino mantendo a base *chef-*; b) formas compostas por 'chefe' + outros vocábulos com indicação de feminino ou de condição doméstica não relacionada ao questionamento, liderada por falantes de escolaridade fundamental da faixa etária II; c) outras lexias das quais se destacam as que têm relação direta com o ambiente doméstico liderada por falantes homens, de escolaridade fundamental e integrantes da faixa etária II.

Para o feminino de 'ladrão', diferentemente das demais variáveis, na totalidade dos dados não houve predominância da variante padrão, 'ladra', mas sim da variante 'ladrona'. Nesse caso, ressalta-se a importância do reconhecimento das formas em uso na língua para além das prescrições, pois, apesar do seu reconhecimento em algumas gramáticas, a forma ainda é colocada como uma mera nota, sem que seja assumida a sua real dimensão de uso no cotidiano dos falantes. Para essa variação, o aspecto extralinguístico de grande impacto é a questão da escolaridade, o que pode indicar motivações para a sua falta de reconhecimento na língua. No que se refere à questão regional, ainda que tenha sido registrada inversão na ordem de preferência

das variantes, os números indicam concorrência direta entre elas, o que indica variação estável para o uso de ambas as formas. Para além delas, registra-se o uso da variante 'ladroa', já considerada em desuso, mas que se mantém não na fala dos mais velhos, como era esperado, mas se mantém viva em algumas localidades no centro-sul do país, demonstrando haver uma demarcação geográfica para o seu uso.

Por fim, para o feminino de 'presidente', novamente se colocam na língua duas possibilidades de compreensão, resultando em 'presidente' ou 'presidenta'. Assim como aconteceu com 'chefe', há preferência de uso pela forma como comum de dois gêneros, resultando em 'a presidente', no entanto, para além da análise de cunho social que não revelou preferência de uso de determinada variante por um grupo social específico, coloca-se também uma situação única: a existência no Brasil, a partir do ano de 2011, de uma mulher ocupando a presidência, permitindo a comparação entre esses dois momentos da realidade brasileira: num primeiro momento, quando a nomeação de uma forma para feminino de 'presidente' era apenas uma hipótese e, num segundo momento, quando a presença de uma mulher na presidência era uma situação real e vigente na época das gravações dos inquéritos. Assim, identificou-se o seguinte cenário: i) no primeiro momento, a variante 'presidente' era predominante, seguida por 'presidenta' e acompanhada de outras formas não esperadas e de casos sem resposta; ii) no segundo momento, a variante 'presidente' continua predominante, seguida por 'presidenta', mas sem ocorrência de outras formas nem casos sem resposta; iii) o percentual de uso da variante 'presidenta' foi levemente menor no segundo período quando comparado ao primeiro.

Os resultados encontrados nos dois períodos de uso da variante 'presidenta' parecem indicar que, ainda que tenha se registrado a presença de uma mulher na presidência e que ela tenha declarado a preferência pelo uso dessa forma, a resistência à variante, sobretudo pela grande mídia, impactou negativamente a avaliação sobre ela, dando a entender que era "errada" ou desnecessária. O estudo mostrou ainda que, para além de a variante não ser uma "invenção" do momento, mas uma forma já registrada há muitos anos na língua, ela era utilizada ocasionalmente pela mesma mídia que a rejeitou, dando indícios de aversão enviesada quanto à variante.

Com isso, para além de identificar as formas linguísticas utilizadas, sejam elas consideradas padrão ou não-padrão, e para além de registrar os grupos de informantes que demonstraram preferência por cada uma das designações, resta a

tarefa de identificar os procedimentos de marcação de feminino para os vocábulos em questão e que podem contribuir para a compreensão da marcação de gênero feminino no português como um todo.

Os indícios apontam para uma determinação de gênero essencialmente morfológica, por meio de sufixos que carregam a marca final *-a*, tida como feminina por excelência, e que são compreendidos como intercambiáveis para diferentes vocábulos, dos quais se destacaram *-eira*, *-ana*, *-ona* e *-esa*. Também se destaca que não é necessariamente o próprio vocábulo que indica o seu gênero, mas os constituintes agregados a ele, em concordância com os estudos que apontam os determinantes como os principais indicadores de gênero linguístico, demonstrados através das preferências por ‘chefe’ e ‘presidente’, e também a repetição, não esperada, das formas ‘alemão’ e ‘ladroão’. Para além disso, registrou-se o uso de estratégia sintagmática por meio de formas compostas com o uso de ‘feminina’ ou ‘mulher’, antecedendo ou precedendo o vocábulo, com a intenção de demarcar o gênero, assim como também parece o uso de ‘da/de casa’ e ‘da/de família’, um atributo utilizado com a intenção de demarcar uma condição associada a mulheres.

Cabe lembrar, então, que em momento algum aqui a língua está sendo vista como isolada ou como responsável por possuir ideologias de cunho social de qualquer natureza em si mesma, no entanto, enquanto instrumento utilizado por falantes, seres sociais que produzem e reproduzem ideais através da língua, destaca-se que, dentro de uma sociedade generificada e cuja estrutura de gênero é desigual, não se pode deixar de notar a influência desse arcabouço social presente nos itens linguísticos em análise e essa é a contribuição que se pretende trazer com este estudo acerca da variedade e da complexidade da marcação do gênero feminino no português, não apenas no que diz respeito à sua variedade de estrutura linguística, mas também acerca das relações sociais de gênero e da pluralidade que se compreende permear a categoria de gênero.

Como toda pesquisa, sobretudo linguística, esta investigação merece ser continuada, pois a língua varia e muda constantemente e novos enfoques teórico-metodológicos, novas interpretações e novos olhares são sempre necessários. Provavelmente, considerando outras amostras também os resultados aqui encontrados podem ser outros. Assim, a ciência nunca se esgota; pelo contrário, sempre novas portas podem e devem ser abertas.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ANGELOU, Maya. **Poesia completa**. Bauru: Astral Cultural, 2020
- ARONOFF, Mark. **Word formation in generative grammar**. Cambridge: MIT Press, 1976.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Projetos de Lei contrários à “linguagem neutra” no Brasil. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p. 141-160.
- BARBOSA, Jerónimo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.
- BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu[m]; Typographum, 1540.
- BAUER, Laurie. **Introducing linguistic morphology**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.
- BEARD, Robert. **Lexeme-morpheme base morphology**: a general theory of inflection and word formation. Albany: Suny Press, 1995.
- BEARD, Robert; VOLPE, Mark. Lexeme-Morpheme Base Morphology. In: ŠTEKAUER, Pavol; LIEBER, Rochelle (ed.). **Handbook of word-formation**. Dordrecht: Springer, 2005. p. 189-205.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida, v. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a [1949].
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos, v. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b [1949].
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **A categoria do gênero**. Tese de livre docência. São Paulo: USP, 1974.
- BOBALJIK, J.D.; ZOCCA, C.L. Gender markedness: the anatomy of a counter-example. **Morphology**, n. 21, p. 141-166, 2011.

BOOIJ, Geert. Inflection and derivation. In: BOOIJ, Geert; LEHMANN, Christian; MUGDAN, Joachim (ed.) **Morphology**: an international handbook on inflection and word-formation, v. 1. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 2000. p. 360-369.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BOSCARIOL, Renan Amabile. Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). In: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; PINTO, Carlos Vinícius da Silva (org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira, livro 1. Brasília: IPEA, 2017. p. 145-162. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7978>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Sociolinguística e Geolinguística: uma perspectiva histórica. In: BARRETO, Mônica M. G. S.; SALGADO, Ana Claudia P. (org.). **Sociolinguística no Brasil**: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 88-92.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 1824.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Rio de Janeiro: Assembléia Nacional Constituinte, 1934.

BRASIL. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Brasília, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BYBEE, Joan L. **Morphology**: a study of the relation between meaning and form. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985.

CAÊ, Gioni. **Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa**.

2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/341736329_Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_Lingua_Portuguesa. Acesso em: 21 mar. 2023.

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. Considerações sobre o gênero em português. In: CÂMARA JR. J. M. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 115-129.

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 45. ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [1970].

CAMERON, Deborah. Language, Gender, and Sexuality: current Issues and New Directions. **Applied Linguistics**, v. 26, n. 4, p. 482-502, 2005.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade. **Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto Editora, 2006.

CARDOSO, Suzana Alice. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, Suzana et al. **Atlas Linguístico do Brasil**. v. 1: Introdução. Londrina: EDUEL, 2014a.

CARDOSO, Suzana et al. **Atlas Linguístico do Brasil**. v. 2: Cartas Linguísticas 1. Londrina: EDUEL, 2014b.

CARVALHO, Dannel da Silva; SILVA, Ian Jardim. Ela é muito cobiçado: um pronome neutro que não o é. **Colóquio do Museu Pedagógico**, v. 13, n.1, p. 1074-1078, 2019.

CASTRO, Mary Garcia. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: NÚCLEO DE ESTUDOS MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

COATES, Jennifer. **Women, men and language: a sociolinguistic account of gender differences in language**. 3. ed. New York: Routledge, 2013.

COLLING, Leandro. **Mais definições em trânsito: Teoria Queer**. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Lingüístico do Brasil: questionários 2001**. Londrina: EDUEL, 2001.

CORBETT, Greville G. (ed.). **The expression of gender**. Berlin: De Gruyter, 2014.

CORBETT, Greville G. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CORBETT, Greville G. Morphology and agreement. In: SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold M. (ed.). **The handbook of morphology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001. p. 191-205.

CORBETT, Greville G. Number of Genders. In: DRYER, Matthew S. & HASPELMATH, Martin (ed.). **The world atlas of language structures online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <http://wals.info/chapter/30>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COSERIU, Eugenio. **La geografía lingüística**. Montevidéo: Universidad de la República, 1956.

COSTA, Silvio Reinod. **Análise morfo-semântica de alguns pares de sufixos eruditos e populares latinos no período entre os séculos XII a XVI**. v. 1. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara, Araraquara, 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DICIO, **Dicionário online de português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2023.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 2006 [1973].

ECKERT, Penelope. Age as a sociolinguistic variable. In: COULMAS, Florian (ed.). **The handbook of sociolinguistics**. Oxford: Blackwell Publishing, 1998. p. 105-115.

ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, n. 41, p. 87-100, 2012.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 241-277.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FREED, Alice F. Epilogue: reflections on language and gender research. In: HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam (org.). **The handbook of language and gender**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 699-721.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Iniciação aos estudos morfológicos**: flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011.

GREENBERG, Joseph H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, Joseph H. (ed.). **Universals of language**. Cambridge: MIT Press. 1963. p. 73-113.

GREGERSEN, Edgar A. Noun class systems in African and Pacific Languages. **University of Leipzig Papers on Africa**. Languages and Literatures. n. 8, 1999.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análises. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLE, Morris. Prolegomena to a theory of word-formation. **Linguistic Inquiry**, v. 4, n. 1, p. 3-16, 1973.

HASPELMATH, Martin; SIMS, Andrea D. **Understanding morphology**. 2. ed. London: Hodder Education, 2010.

HEGARTY, Peter. Ladies and gentlemen: word order and gender in English. In: CORBETT, Greville G. (ed.). **The expression of gender**. Berlin: De Gruyter, 2014. p. 69-86.

HIRATA et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOCKETT, Charles F. **A course in modern linguistics**. Oxford: The Macmillan Company, 1958.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1984].

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. **Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 dez 2022.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 4 mar. 2020.

KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo (org.). **Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora

da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232185>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. **Language Variation and Change**, v. 2, n. 2, p. 205-254, 1990.

LAKOFF, Robin. Language and Woman's Place. **Language in Society**, v. 2, n. 1, 1973.

LEAP, William L. Language and gendered modernity. In: HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam (ed.). **The handbook of language and gender**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 401-422.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 63-92.

MARIANO, M. F.; Gigliotti, M. S.; SANTOS, A. L. **Geografia do Brasil**. Londrina.: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. Disponível em: http://cm-kl-content.s3.amazonaws.com/201801/INTERATIVAS_2_0/GEOGRAFIA_DO_BRASIL/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

MARINHO, Marco Antônio Ferreira. **Do latim ao português: percurso histórico dos sufixos -dor e -nte**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

MCCONNELL-GINET, Sally. Gender and its relation to sex: the myth of 'natural' gender. In: CORBETT, Greville G. (ed.). **The expression of gender**. Berlin: De Gruyter, 2014. p. 3-38.

MEACHEM, Suzanne. **Women's actions, women's words: female political and cultural responses to the Argentine state**. 339f. Tese de doutorado. Universidade de Birmingham, Birmingham. 2010.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: La Société de Linguistique de Paris, 1982 [1921].

MILLER, Casey; SWIFT, Kate. **The handbook of nonsexist writing: for writers, editors and speakers**. 2. ed. Nebraska: iUniverse.com, Inc., 2000 [1980].

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

MOTA, Jacyra Andrade; PRUDENCIO, Sandra Cerqueira Pereira. A presidenta e a presidente – uma análise dos dados do Atlas Linguístico do Brasil nas capitais da Região Sul brasileira. **A Cor das Letras**, v. 17, n. 1, p. 8-21, 2016.

NASCENTES, Antenor. **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC – Casa de Rui Barbosa, 1958. v. 1.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NOGUEIRA, Jamilyn M. da S.; BRITO, Dorothy; SANTOS, Renata L. de A. Reflexões sobre “a fala gay” no sertão de Pernambuco. In: CARVALHO, Danniell; BRITO, Dorothy (org.). **Gênero e língua(gem): formas e usos**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 95-121.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática história portuguesa: fonética e morfologia**. Porto: Livraria Clássica Editora, 1956.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: Casa d'Germão Galharde, 1536. Disponível em: <http://purl.pt/120>. Acesso em: 10 mar. 2015.

OLIVEIRA, Samuel Gomes. A linguagem neutra e o ensino de língua portuguesa na escola. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p. 177-195.

OUSHIRO, Livia. As variáveis sexo/gênero e indivíduo em situação de contato dialetal. In: CARVALHO, Danniell; BRITO, Dorothy (org.). **Gênero e língua(gem): formas e usos**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 43-65.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PINHEIRO, B.; FREITAG, R. Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. **Revista Linguística** [online], v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/31637>. Acesso em: 6 mar. 2023.

POP, Sever. **La dialectologie**. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques. v. 1 e 2. Louvain: Chez L'Auteur, 1951.

POSSENTI, Sírio. O gênero e o gênero. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p. 17-36.

PREWITT-FREILINO, Jennifer L.; CASWELL, T. Andrew; LAAKSO, Emmi K. The gendering of language: a comparison of gender equality in countries with gendered, natural gender, and genderless languages. **Sex Roles**, v. 66, n. 3-4, p. 268-281, 2012.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

SAID ALI, M. **Grammatica histórica da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

SALMON, Paul. The term morphology. In: BOOIJ, Geert; LEHMANN, Christian; MUGDAN, Joachim (ed.). **Morphology**: an international handbook on inflection and word-formation, v. 1. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 2000. p. 15-22.

SANDMANN, Antônio José. **Morfologia geral**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTANA, Élide Elen da Paixão. A chefe e a presidenta: marcação do gênero feminino e seus reflexos sociais. **Entrepalavras**, v. 8, n. 2, Fortaleza, p. 489-504, mai./ago. 2018.

SANTANA, Élide Elen da Paixão. **O gênero na Região Nordeste**: morfologia e estigma social. 2015. 145f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTANA, Élide Elen da Paixão; OLIVEIRA, Josane Moreira. “O feminino de” nas capitais do ALiB: as diferentes formas de expressão do gênero feminino. In: MOTA, Jacyra Andrade; OLIVEIRA, Josane Moreira; PAIM, Marcela Moura Torres; RIBEIRO, Silvana Soares Costa (org.). **Contribuições de estudos geolinguísticos para o português brasileiro**: uma homenagem a Suzana Cardoso. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 189-203.

SANTANA, Élide Elen da Paixão; PAIM, Marcela Moura Torres; PRUDENCIO, Sandra Cerqueira Pereira. A presidenta e a presidente – uma análise dos dados do atlas linguístico do Brasil nas capitais das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul brasileiras. In: CARVALHO, Dannel; BRITO, Dorothy. **Gênero e língua(gem)**: formas e usos. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 145-172.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida L. R.; BINGEMER, Maria Clara L. (org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 81-114.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder**: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas no Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos no português brasileiro. In: CARVALHO, Dannel; BRITO, Dorothy (org.). **Gênero e língua(gem)**: formas e usos. Salvador, EDUFBA, 2020. p. 279-294.

STUMP, Gregory T. Inflection. In: SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold M. (ed.). **The handbook of morphology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001. p. 13-43.

SUNDERLAND, Jane. **Language and gender: an advanced resource book**. New York: Routledge, 2006.

TAVITS, Margit; PÉREZ, Efrén O. Language influences mass opinion toward gender and LGBT equality. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 116, n. 34, 2019. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1908156116>. Acesso em: 20 mar. 2023.

TELES, A. R. **Cartografia e georreferenciamento na geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes**. 2018. 483f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

TRUDGILL, Peter. Sexo e prestígio linguístico. In: AEBISCHER, V.; FOREL, C. (org.). **Falas masculinas, falas femininas? Sexo e linguagem**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

UNITED NATIONS. **Progress towards the Sustainable Development Goals – Report of the Secretary-General**. 2020. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/2020/57. Acesso em: 4 mar. 2020.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

VOTRE, Sebastião Josué. A relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.51-57.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

ZÁGARI, Mário Roberto L. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). **A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina: EDUEL, 1998. p. 31-54.

ZANOTTO, Normélio. **Estrutura mórfica da língua portuguesa**. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.